



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**“PANELAS QUE MUITO MEXEM”: O GUISADO DA CULTURA
POLÍTICA DO BRASIL À LUZ DA LITERATURA DE CORDEL**

José Itamar Sales da Silva

Campina Grande- PB

Março de 2015

JOSÉ ITAMAR SALES DA SILVA

**“PANELAS QUE MUITO MEXEM”: O GUISADO DA CULTURA
POLÍTICA DO BRASIL À LUZ DA LITERATURA DE CORDEL**

Tese apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais PPGCS do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande UFCG, para obtenção do grau de doutor, sob a orientação da Prof^a Dr^a Elizabeth Christina de Andrade Lima

Campina Grande-PB

Março / 2015

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586p Silva, José Itamar Sales da.
"Painéis que muito mexem" : o guizado da cultura política do Brasil à luz da literatura de cordel / José Itamar Sales da Silva. – Campina Grande, 2015.
332 f.: il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima".
Referências.

1. Cultura Política. 2. Cordel. 3. Povo. 4. Política. I. Lima, Elizabeth Christina de Andrade. II. Título.

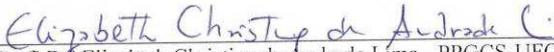
CDU 316.7(043)

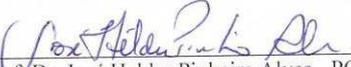
**“PANELAS QUE MUITO MEXEM”: O GUIADO DA CULTURA
POLÍTICA DO BRASIL À LUZ DA LITERATURA DE CORDEL**

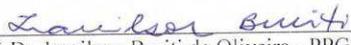
José Itamar Sales da Silva

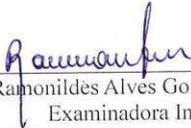
Aprovado em: 24/03/2015

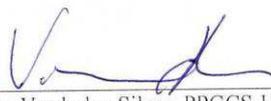
Banca Examinadora:


Prof.^a Dr.^a Elizabeth Christina de Andrade Lima - PPGCS-UFCG
Orientadora


Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves - POSLE- UFCG
Examinador Externo


Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira - PPGH-UFCG
Examinador Externo


Prof.^a Dr.^a Ramonildes Alves Gomes - PPGCS-UFCG
Examinadora Interna


Prof. Dr. Vanderlan Silva - PPGCS-UFCG
Examinador Interno

A minha mãe, **Maria Giseuda Macêdo Silva**, que em sua infância muito contribuiu para disseminação da Literatura de Cordel, lendo folhetos a luz de candeeiros para seus vizinhos que admiravam a poesia de cordel, mas não sabiam ler. Ao meu querido pai **Benedito Sales da Silva** (*in memoriam*), pelo seu esforço e dedicação em dar o melhor para seus filhos, e a minha orientadora **Elizabeth Andrade de Lima**, que acreditou em mim e investiu seu precioso tempo na orientação desta pesquisa.

A todos eles dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

O que parecia impossível finalmente tornou-se realidade com a participação de muitas pessoas. Em primeiro lugar agradeço a Jesus, razão principal da minha existência, pela realização de mais este sonho, a ele toda a minha gratidão e reconhecimento.

À minha esposa Eliane Alves Sales e minha filha Ana Beatriz Alves Sales pelo companheirismo, carinho, paciência e suporte a mim dedicados ao longo da caminhada.

À minha família, grande baluarte nos momentos mais necessários. De forma particular, a minha mãe, mulher guerreira que não mediu esforços no intuito de ver seus filhos vencerem na vida. A meus irmãos Geilson Roberto, Francisco José, Socorro Macêdo e Geiza Cristina Macêdo. Acredito que esse doutorado é um pouco de vocês também.

Ao meu cunhado Olímpio Oliveira que me fez acreditar que o sonho era possível e que não custava nada tentar.

À minha orientadora e professora, Elizabeth Andrade de Lima, hoje uma querida amiga, que tornou essa pesquisa um estudo repleto de simbologias e práticas enaltecidas da cultura popular. Dra Elizabeth é um baluarte e uma guerreira na pesquisa e promoção das Ciências Sociais.

À minha banca de qualificação: ao Prof^o Dr Helder Pinheiro e a Prof^o Dra. Marinalva Vilar, por colaborarem com suas críticas e sugestões precisas, colocando-me frente a novas discussões.

A todos os professores do PPGCS, da turma 2011, que conseguiram descobrir potencialidades em cada aluno com suas discussões inteligentes. Entre todos destaco a Prof^a Dra. Elizabeth Andrade, pela competência, seriedade e precisão peculiares ao seu brilhante caráter.

A Rinaldo e Daniele, secretários do PPGCS, pela gentileza e prestimosidade a que me atenderam e atendem a todos sem distinção. Aos colegas do doutorado, que se tornaram amigos inesquecíveis, a todos a minha gratidão.

Se eu conversasse com Deus
Iria lhe perguntar:
Por que é que sofremos tanto
Quando viemos pra cá?
Que dívida é essa que a gente
Tem que morrer pra pagar?

Perguntaria também
Como é que ele é feito
Que não dorme, que não come
E assim vive satisfeito.
Por que foi que ele não fez
A gente do mesmo jeito?

Por que existem uns felizes
E outros que sofrem tanto?
Nascemos do mesmo jeito,
Moramos no mesmo canto.
Quem foi temperar o choro
E acabou salgando o pranto?

Leandro Gomes de Barros, paraibano nascido em 19/11/1865, na Fazenda da Melancia, no Município de Pombal, é considerado o rei dos poetas populares do seu tempo.

RESUMO

Esta tese teve como objetivo principal identificar e analisar as principais características da cultura política brasileira através de suas práticas e representações. A pesquisa desenvolvida é de cunho bibliográfico utilizando como fonte a Literatura de Cordel. O cordel desde a sua origem no Brasil dedicou grande parte de sua produção a temática da política expressando de forma irônica e satírica a impressão e o interesse popular a respeito da política e suas práticas. A metodologia, diluída ao longo da análise, se detém nos aspectos mais destacáveis da pesquisa, como seja mostrar, a luz da produção cordelística, como se processa a construção do imaginário político com relação, entre outros, a figura do político, do voto, das eleições, dos partidos, da corrupção, da participação do gênero feminino e por em suspeição ideias estereotipadas com relação ao que se convencionou pensar que: “o povo brasileiro não sabe votar”, que “o povo não tem consciência política”, que “o povo é massa de manobra”, que “todo político é corrupto e ladrão”, que eles compram voto e se elegem manipulando a consciência dos incautos e que o povo brasileiro assiste aos acontecimentos da política com indiferença e apatia. O estudo da cultura política através da Literatura de Cordel nos possibilitou confrontar o pensamento que defende a aparente indiferença e alienação do povo brasileiro. Em nossa incursão pelo cordel identificamos algumas características gerais da cultura política que nos levaram a concluir que na visão popular verifica-se uma tolerância com relação à prática da corrupção, que a política, o Estado e o político são encarados de forma personalista focado na figura do político que é visto como agente de transformação da realidade brasileira, para quem se canaliza a esperança e anseio popular, mas também polifonicamente se canaliza toda a ojeriza e responsabilidade pela decadência econômica e social do País. O político é visto com desconfiança, como alguém cujas práticas são permeadas pela corrupção. Os partidos são vistos apenas como um meio de se chegar ao poder não sendo pré-requisito para se votar em determinado candidato, havendo assim a personalização do candidato em detrimento do partido político. Os eleitores, de forma geral, não se sentem responsáveis pelas mudanças delegando sempre ao outro a responsabilidade da mudança. Os governos anteriores são responsabilizados pelos empecilhos para se executar o que foi prometido em tempo de eleições. O voto é visto como uma moeda de troca e a eleição um momento burlesco onde o eleitor negocia seus interesses individuais e coletivos.

Palavras-Chave: Cultura Política, Cordel, Povo, Política.

ABSTRACT

This thesis aims at identifying and analyzing the main characteristics of the Brazilian political culture through its practices and representations. The research is bibliographical and used as its main source the string literature. Since its origin, the Brazilian String Literature has devoted much of its production to political issues, expressing in an ironic and satirical way the popular interest and impression about politics and its practices. The methodology, which can be seen throughout the analysis, focuses on the most remarkable aspects of the research, that is to show, by considering the string literature production, how the political imaginary can be build from the images of politicians, vote, elections, parties, corruption and female participation. It also questions the stereotyped ideas about what is conventionally thought about Brazilians: "these people do not know how to vote", "Brazilians have no political awareness", "they are easily handled", "every politician is corrupt and a thief", "all politicians buy votes and elect themselves by manipulating the unwary people", and, as a consequence, Brazilian people see the political events with indifference and apathy. The study of political culture through the String literature allowed us to reconsider the current thought about the apparent indifference and alienation of the Brazilian people regarding political matters. In our incursion into the string literature, however, we identified some general characteristics of the political culture that led us to conclude that among people there is some tolerance concerning corruption. We also found out that politics, the state and politicians are perceived in a personalist way and that the politician figure is seen as an agent that can change Brazilian reality. Thus, on one hand, Brazilian politicians represent people's hope and aspiration, but, on the other hand, they attract great aversion for they are commonly blamed for all economic and social decline of the country. The politician, then, is viewed with suspicion for he is considered someone whose practices are permeated by corruption. The parties are seen only as a means to come to power and are not regarded as a prerequisite to vote for a particular candidate; this means that there is a focus on the candidate rather than on the party. Voters, in general, do not feel responsible for the changes in their country; instead, they always delegate to others their responsibility of change. Previous governments are held responsible for the obstacles found by the current government to fulfill what was promised in election period. The vote is seen as a currency trading and the election as a burlesque moment in which the voters negotiate their individual and collective interests.

Keywords: Political Culture, String Literature, People, Politics.

RÉSUMÉ

Cette thèse de doctorat a eu pour but principal d'identifier et analyser les caractéristiques principales de la culture politique brésilienne à travers ses pratiques et représentations. La recherche développée est d'origine bibliographique en utilisant comme source la Littérature de Cordel. Le cordel, depuis son origine au Brésil, a dédié une partie expressive de sa production au sujet de la politique, en exprimant d'une façon ironique et satirique l'impression et l'intérêt populaire à propos de la politique et ses pratiques. La méthodologie, diluée le long de l'analyse, voit surtout les aspects plus remarquables de la recherche, c'est-à-dire, montrer sous la lumière de la production de cordel comme se donne la construction de l'imaginaire politique par rapport ceux qui font partie de la politique, le vote, les élections, les partis, la corruption, la participation des femmes, et mettre en doute des idées stéréotypées, tels que "le peuple brésilien ne sait pas voter" que "le peuple n'a pas une conscience politique", "Comme est facile de tromper les gens", "tout politique est corrompu et voleur", qu'ils achètent le vote et s'élisent en contrôlant la conscience des imprudentes et que le peuple brésilien accompagnent les événements de la politique avec indifférence et apathie. L'étude de la culture politique à travers la Littérature de Cordel nous a donné la possibilité de confronter la pensée qui défend l'apparente indifférence et aliénation du peuple brésilien. Pendant nos études avec le cordel, nous avons identifié quelques caractéristiques générales de la culture politique que nous ont amené à la conclusion que dans la vision populaire on vérifie une tolérance par rapport la pratique de la corruption, que la politique, l'État et les hommes politiques on les voit d'une façon personnaliste, ceux-ci sont aperçu comme un élément de transformation de la réalité brésilienne, dont l'espoir et le souhait populaire se canalisent, mais aussi d'une façon polyphonique se canalisent toute la haine et la responsabilité pour la décadence économique et social du notre pays. Le politique est aperçu avec méfiance, comme celui dont les pratiques sont imprégnées par la corruption. Les partis politiques sont aperçus comme le moyen pour le quel on arrive au pouvoir, ils ne sont pas condition préalable pour voter au candidat; ainsi se donne la personnalisation du candidat sur le parti politique. Les électeurs, en général, ne se sentent responsables pour les changements, en délégrant toujours aux autres la responsabilité pour le changement. Les gouvernements précédents reçoivent la responsabilité par les difficultés de faire ce qu'on a promis au temps des élections. Le vote est aperçu comme une monnaie de changement et l'élection un moment burlesque où l'électeur négocie ses intérêts individuels et colectifs.

Mots-clés: Culture Politique, Cordel, Peuple, Politique.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I- LITERATURA DE CORDEL: UMA TESTEMUNHA POÉTICA DA CULTURA POLÍTICA DO BRASIL.....	31
1.1 Literatura de Cordel o eco da impressão popular.....	33
1.2 O poeta como mediador.....	43
1.3 Leandro Gomes de Barros: Uma voz que começa a versar.....	48
1.4 “Painéis que muito mexem”: o guizado da política.....	58
1.5 O Cordel e a propaganda de papel do político.....	63
CAPÍTULO II- TEMAS RECORRENTES DO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO A LUZ DO CORDEL.....	70
2.1 A representação do político na Literatura de Cordel.....	70
2.2 Têm mais partidos políticos no Brasil do que chuchu na Parreira.....	77
2.3 A representação popular do Governo (Estado) na Literatura de Cordel.....	93
2.4 “Deus e o Diabo na terra da política”: a representação da política no universo do misticismo religioso a luz do Cordel.....	96
2.5 A representação da cultura política do Brasil durante as “Diretas Já” a luz do Cordel.....	104
CAPÍTULO III- AS REPRESENTAÇÕES DO VOTO E DA CORRUPÇÃO POLÍTICA NA LITERATURA DE CORDEL.....	127
3.1 A representação da figura do cabo eleitoral: a manifestação do Xeleléu.....	137
3.2 O voto secreto e suas nuances a luz do Cordel.....	153
3.3 A representação do voto feminino e obrigatório na Literatura de Cordel.....	159
3.4 A representação do voto de protesto na Literatura de Cordel.....	173
3.5. “Ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão: a representação da corrupção política no Cordel.....	198
CAPÍTULO IV- A representação do político como herói salvador na Literatura de Cordel.....	238
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	313
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	320

INTRODUÇÃO

A política e suas nuances tem sido um mote permanente em todas as dimensões do cotidiano dos cidadãos brasileiros que, enquanto atores sociais, têm construído através de discursos, práticas e representações simbólicas, evidências de uma palpitante cultura política brasileira, que denuncia o quanto a temática política entre práticas e discursos e representações perpassa e se faz onipresente no cenário social brasileiro. Não nos parece tarefa fácil definir política, mas por uma questão de escolha adotaremos aqui a definição de Hannah Arendt sobre o que vem a ser política em seu livro: **O que é política**, onde afirma que: “[...] política diz respeito à coexistência e associação de homens diferentes” (ARENDR, 2009, p. 145). É, portanto relacionando-se socialmente que os homens exercitam a prática política, porém nos nossos dias é de fundamental importância que essa coexistência seja calcada na liberdade: “para as questões da Política, o problema da liberdade é crucial” (ARENDR, 2009, p. 191). O pressuposto da liberdade para a prática política é ressaltado ainda pela autora ao concluir que: “[...] onde inexistente esse tipo de liberdade inexistente espaço verdadeiramente político” (ARENDR, 2009, p. 185). É nesse cenário de representações marcado pela convivência entre os atores sociais e de sua liberdade (ainda que marcada por ditaduras, censuras e cerceamentos) que a cultura política brasileira vem sendo construída. Essa interação social promovida pela ação política é ressaltada por Kuschmir que define política como sendo “fruto da ação coletiva, isto é, de uma rede de pessoas que interagem e se influenciam reciprocamente por meio de relações complexas e dinâmicas” (KUSCHNIR, 2007, p.9). Vivemos numa sociedade do espetáculo¹, onde como atores sociais estamos constantemente representando diferentes papéis em diferentes cenários. Nesse espetáculo se insere a política, mas o verdadeiro espetáculo da política não está na imagem em si ou no que ela representa ou figura, mas sim no resultado da interação entre pessoas mediadas por estas imagens, tal qual defende Guy Debord afirmando que: “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizadas por imagens” (DEBORD, 2003, p.9).

A política não só faz parte da “ordem do dia”, mas também alcança dimensões

¹ Tomamos aqui como referência as reflexões feitas por Guy Debord sobre a sociedade do espetáculo onde ele defende que vivemos em uma sociedade de aparências que substitui o real pelo representando: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção se apresenta como uma imensa acumulação de *espetáculos*. Tudo que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação” (DEBORD, 2003, p.8).

de um grande espetáculo onde os atores sociais são chamados a teatralizar através de imagens e representações, porém os atores não são meras marionetes que são manipuladas a seguir e representar papéis automaticamente sem refletir e resistir ao que lhes é imposto pela “ditadura das imagens”, “vez por outra” alguns atores saem do *script* “programado” e surpreendem pela sua criatividade de atuação burlesca, dando contornos diversos e rompendo com paradigmas que pareciam já muito estarem devidamente cristalizados no seio da sociedade.

A pluralidade de discursos que circulam no imaginário coletivo referente às inúmeras atribuições e poderes que a política potencializa, a qualificam como sendo a “salvação” e ou a causa de todos os males que permeiam a sociedade brasileira. Os discursos e práticas políticas construídas e vivenciadas no cenário de representação da política brasileira geraram pressuposições emblemáticas que contribuem para formação de uma cultura política que parece apontar para a visão estereotipada e constantemente repetida e reforçada de que: “o povo brasileiro não sabe votar”, que “o povo não tem consciência política”, que “o povo é massa de manobra”, que “todo político é corrupto e ladrão”, que eles compram voto e que se elegem a custa da manipulação da consciência dos incautos. Por sua vez, esse discurso é entrecruzado de forma polifônica² por outro discurso paternalista que avalia que determinados políticos têm a competência e a solução para todas as mazelas da sociedade, e que eles são vistos como verdadeiros heróis, como pessoas especiais, detentores de qualidades e poderes que os colocam acima dos “pobres mortais” e que nasceram destinados a serem representantes do povo em geral. Ainda outro discurso se apresenta na cultura política brasileira, sendo expresso pelo pensamento que afirma que, o político tem que dar alguma coisa em troca do voto recebido pelo eleitor, ou seja, o ato de votar é visto desta forma como uma moeda de troca, constituindo-se em um favor feito em troca de outro.

Estas máximas a respeito da política e do político brasileiro parecem ter sido introjetadas no imaginário popular a ponto de ter se tornado características comuns da cultura política nacional. Percebe-se também que existe um discurso de cunho negativo e pessimista entranhado na sociedade brasileira que enxerga com desconfiança as

² A polifonia diz respeito “a multiplicidade de vozes e de consciências independentes” (BAKHTIN, 2008, p.2) O discurso polifônico apresenta-se como vários discursos que se interpõem e se entrecruzam entre si, que estão intimamente relacionados, mas que necessariamente não são unânimes e concordes. Podem contradizer-se entre si ou expressarem opiniões e conclusões distintas e antagônicas, que partindo de um só e mesmo interlocutor expressam não somente a opinião do autor, individual, mas este pode transformar-se em vários autores, cada qual representando sua visão de mundo.

práticas políticas brasileiras, tal como observa Lamonier (2005) ao afirmar que: “[...] o discurso “pirrônico” permeia ainda hoje tanto a linguagem intelectual quanto a popular, podendo sem dúvida ser considerado como um dos traços mais importantes de nossa cultura política” (LAMOUNIER, 2005, p. 15). Esse discurso “pirrônico”³ com relação às práticas políticas no Brasil começou a ser veiculado em meados do século XIX, deixando suas marcas até nos dias de hoje no cenário de representação política brasileira causando a sensação que o País encontra-se bem atrás das democracias européias que são utilizadas como referências e que esse “atraso” político é “exclusividade” brasileira. A esse respeito o citado autor novamente afirma:

Por décadas a fio, as deformações do processo eleitoral foram retratadas como uma teratopatia só possível mesmo no Brasil, ou que teria aqui assumido uma forma especialmente abominável, decorrência do leviano transplante de instituições políticas avançada para uma sociedade incapaz de praticá-las. Como o peixe do ditado incapaz de ver a água, nossos historiadores e cronistas quase sempre se descuidaram de indagar se mazelas semelhantes não teriam ocorrido também nos países mais adiantados, nas etapas iniciais do sistema representativo. Mas o fato é que ocorreram (LAMOUNIER, 2005, p. 69).

Uma análise mais profunda da história das práticas políticas mundiais nos fará perceber que as propaladas “mazelas” atribuídas aos atores sociais no Brasil, ocorreram em quase todos os países que vivenciaram a experiência da democracia representativa. Convencionou-se pensar que os eleitores dos países considerados avançados eram muito mais conscientes e atentos principalmente na prática de votar, sendo assim mais esclarecidos, enquanto que, os eleitores brasileiros amargam a peja de “não terem consciência política” e não saberem votar. Lamonier (2005) discorda deste pressuposto defendendo que:

As modernas pesquisas por amostragem- cujo impressionante avanço desde meados do século XX ninguém desconhece- não sustentam nem de longe o mito segundo o qual a maioria dos eleitores dos países avançados se destacaria por serem atentos e esclarecidos em questões políticas (LAMOUNIER, 2005 p.89).

As práticas políticas no Brasil possuem suas peculiaridades e suas fragilidades, porém elas não são exclusividade do Brasil, pois como foi citado até nas mais

³ É uma referência à escola de pensamento grega liderada pelo filósofo Pirro de Élis (364-275 a. C.), que tinha como idéias principais o ceticismo, a dúvida e o pessimismo. Lamounier utiliza a expressão “discurso pirrônico” para referir-se aos estudiosos da política brasileira que enxergam a política brasileira de forma pessimista e negativa.

“sofisticadas” democracias e sistemas de governo considerados “exemplares” tem em seus registros históricos também oscilações e debilidades que nos permitem penetrar no imaginário político brasileiro destituído de preconceitos e tentarmos entender como se constroem e se representam as práticas políticas no Brasil. A opção pela Literatura de Cordel se deu por várias razões entre as quais está o fato da mesma trabalhar com o imaginário político em sua temática se constituindo assim em uma seara promissora que nos permitirá adentrar nos meandros da cultura política brasileira, observada pelo prisma do poeta popular a partir de vários ângulos, tentando identificar e compreender as nuances das práticas políticas presentes na sociedade brasileira. A pesquisadora Kátia Mendonça destaca a importância de estudarmos o imaginário da política observando que: “Ontem como hoje o imaginário político apresenta-se como expressão e, paralelamente, mascaramento e deformação de uma realidade profunda” (MENDONÇA, 2002, p. 16).

Justifica-se também a escolha do cordel, pelo fato de observarmos que os poetas populares que produziram folhetos desde o seu início no Brasil (no final do século XIX) até os nossos dias, enfatizaram de forma destacada em sua temática a política em todas as suas nuances. O filão temático da política versada no folheto chama atenção pelo fato dos poetas populares já no século XIX, ainda no Brasil Império em transição para a República, trazerem em seus versos os fatos e os acontecimentos políticos da época. Essa incursão pelo mundo da política tem seu início com o poeta paraibano Leandro Gomes de Barros que sempre explorou essa temática em seus versos a citar como exemplo os folhetos: **Ave Maria da eleição**, **As promessas do governo**, **Panelas que muito mexem o guisado da política** e **Afonso Pena**. Leandro Gomes de Barros em sua produção cultural demonstra estar informado dos fatos ocorridos no que diz respeito à política local, nacional e se arrisca ainda a comentar fatos internacionais e suas implicações e desdobramentos correlacionados à realidade brasileira. Tendo assim certo conhecimento de causa o poeta popular não apenas descreve os acontecimentos, bem como opina de forma versada, sobre os mais variados aspectos que envolvem as práticas culturais políticas vigentes à época em que no Brasil a participação popular no processo político era aparentemente ínfima e “insignificante”. Os folhetos que tematizam a política e suas representações nos permitem entrever as minúcias que denunciam os traços da cultura política nacional.

É possível encontrarmos folhetos que fazem referências a quase todos os presidentes da República brasileira desde 1889 até os dias atuais. Os acontecimentos

políticos, os cenários de representação política, bem como as práticas políticas em geral, sempre estiveram em pauta na Literatura de Cordel. Nas variadas temáticas exploradas pelos cordelistas, muitos temas foram destacados por um determinado tempo vindo depois a evanescer e perder a sua importância e atrativos, no entanto, em todo o tempo, desde o surgimento da Literatura de Cordel no Brasil até os nossos dias, a temática dos fatos políticos esteve “ininterruptamente” presente na produção cultural dos cordelistas, mostrando assim como a temática da política estava presente no universo imagético do brasileiro. A ênfase dada pelos cordelistas à temática da política em seus folhetos ocorre em função também, do interesse do seu público alvo, pois os cordelistas que produziam folhetos com o fim de vendê-los, e, por conseguinte lucrarem, não ousariam insistir em uma temática que não atraísse compradores para a sua produção, o que demonstra que muitos brasileiros não eram tão apáticos e indiferentes as questões políticas como se convencionou pensar durante muito tempo.

É significativo percebermos como uma produção cultural, como a Literatura de Cordel, engendrada em sua maioria por homens semianalfabetos e reputados como “ignorantes”, registrarem, retratarem e comentarem em seus folhetos acontecimentos políticos em um tempo em que apenas uma elite dominante e privilegiada tinha participação efetiva no excludente e incipiente processo político brasileiro. O que vemos nos folhetos pesquisados são comentários irônicos, satíricos e alguns até em tom crítico, com relação a fatos políticos ocorridos a época, a postura de determinados políticos, as promessas eleitoreiras, as injustiças cometidas por políticos, a corrupção, ao voto e as eleições, aos impostos absurdos, comparações entre regimes de governo (Monarquia e República) entre outros. Cronologicamente, a temática começa a ser explorada a partir dos primeiros folhetos escritos e editados no final do século XIX, possivelmente a partir de 1893, pelo pioneiro da Literatura de Cordel brasileira, o paraibano de Pombal - PB, Leandro Gomes de Barros. Os sucessores de Leandro, por sua vez, seguem os seus passos e dedicam parte de suas produções à temática da política. É digno de registro que os folhetos de cordel propalam em seus versos uma variedade multiforme de temáticas desde o seu início até hoje, porém uma das temáticas que sempre foi uma constante na inspiração dos poetas populares foi à temática da política. Leandro Gomes de Barros usa sua pena para queixar-se dos governos republicanos de Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca (Presidentes do Brasil entre 1906 a 1914), na época em que ele começou a escrever folhetos, fazendo contundentes críticas à política econômica, o aumento da tributação e o endividamento do Brasil. Entre 1906 e 1918 Leandro Gomes

de Barros escreveu aproximadamente trinta folhetos com várias edições e tiragens que denunciavam e criticavam os desmandos políticos de sua época.

Leandro Gomes foi o primeiro poeta popular a explorar a temática dos fatos políticos em seus folhetos, mas não o único, pois os poetas “em todo tempo” falaram de política, entre eles: Francisco Chagas Batista (contemporâneo de Leandro), João Camelo de Melo Resende, Minelvino Francisco da Silva, João Martins de Ataíde, Manoel de Almeida, João Melquíades da Silva, Manoel Camilo dos Santos e Manoel Pereira Sobrinho são quase uma unanimidade ao abordarem os temas que dizem respeito à política. Os folhetos de Literatura de Cordel nos permitem ter uma ideia de um quadro matizado dos aspectos políticos das épocas retratadas nos possibilitando compreender as estratégias arroladas por políticos e eleitores em suas relações e interesses no campo da política, de forma muitas vezes irônica e satírica. Os poetas populares foram por assim dizer a “voz anônima” que utilizando-se da criatividade e rima dos seus versos, clamou e denunciou quando outras vozes e até outros meios de comunicação calaram diante dos acontecimentos. A propósito Câmara Cascudo reforça esse trabalho renhido do cordel, ao destacar que ele:

É a grande voz anônima da sátira política quando falecem os órgãos indispensáveis a sua manifestação. Acima de qualquer repressão coercitiva, livre o autor no seu misterioso refúgio irradiante, espalha, em todas as classes, a graça pérfida de uma anedota, invencível como ataque irrespondível e elemento irresistível e poderoso como fator desmoralizante e ridicularizador (CASCUDO, 2012, p. 69).

Os poetas populares se tornaram assim mediadores, levando até o público as informações dos últimos acontecimentos políticos e suas implicações para a vida do povo em geral. Alguns destes mediadores tinham acesso através de jornais impressos, do rádio e posteriormente, da televisão, aos acontecimentos políticos. Os poetas por sua vez descreviam e interpretavam os fatos políticos na “linguagem do povo” transformando os fatos em folhetos que seriam consumidos pelo povo. É significativo o fato que os poetas populares possuam entre suas características de trovadores, a capacidade de sintetizar e descrever os fatos com extrema precisão, o que contribuiu para que seu público alvo conseguisse absorver a essência da mensagem sem nenhuma dificuldade e “sem perda” de significado. O fato de o cordel ser escrito de forma metrificada e ritmada sendo lidos, contados e repassados quase que de forma cantada contribuiu para que os acontecimentos por eles narrados permanecessem “vivos” na

memória coletiva. A Literatura de Cordel teve, quase de forma unânime, o respeito e a credibilidade do povo nordestino e brasileiro, que enxergava o poeta como sendo também um repórter que os informava com toda “fidelidade” dos últimos acontecimentos. Em entrevista a Orígenes Lessa, o poeta popular Rodolfo Cavalcanti assevera esse prestígio, que, historicamente, os folhetos gozavam diante do público: “o sertanejo sabe pelo rádio ou por ouvir dizer os acontecimentos importantes. Mas só acredita quando sai no folheto. Se o folheto confirma, aconteceu”. Orígenes Lessa registra o interesse dos poetas pelo tema ao observar que: “as revoluções, as campanhas eleitorais, os acontecimentos políticos e a própria luta ideológica provocam numerosos folhetos” (LESSA, 1973, p. 31).

Partindo do pressuposto de que a Literatura de Cordel ajudou a construir e repercutir em seu ideário temático uma representação da cultura política brasileira, sobretudo nordestina, pretendemos identificar, questionar e problematizar como se processa a construção do cenário de representação política⁴ e seus significados, através de parte da produção cultural brasileira da Literatura de Cordel, de forma polissêmica⁵ e polifônica, partindo do pressuposto de que as construções da cultura política do povo brasileiro também estão contidas nas práticas e representações políticas tematizadas pelos folhetos de cordel, havendo a possibilidade de perceber como se processam essas construções e quais as suas implicações históricas e sociológicas na formação do povo brasileiro. Igualmente, pretendemos mostrar que, a alcunha atribuída ao povo brasileiro de apenas assistir os fatos políticos indiferentes e bestializados não corresponde ao registro histórico de sua atuação no que diz respeito aos apontamentos feitos pelos poetas populares.

Em nossa incursão e diálogo com o nosso objeto de estudo analisamos a literatura de cordel a partir dos folhetos que tematizavam a política visando à possibilidade de pensar a política à luz da cultura, os usos que ela tem, os significados, as apropriações, as representações de como a política vai ganhando certo *ethos* local,

⁴ Adotamos aqui o conceito de cenário de representação política proposto por Venício A. de Lima que diz que o cenário de representação política: [...] “é o espaço específico de representação da política nas ‘democracias representativas’ contemporâneas, constituído e constituidor, lugar e objeto da articulação hegemônica total, construído em processos de longo prazo”[...] (LIMA, 1996, p. 245).

⁵ O termo polissêmico diz respeito à multiplicidade de sentidos e significados que existem no discurso. Assim compreende-se por polissemia “[...] a propriedade do signo linguístico que possui vários sentidos. A unidade linguística é considerada, então, ‘polissêmica’. O conceito de polissemia se insere num sistema duplo de oposições: a oposição entre [...] polissemia e monossemia (DUBOIS, 1998, p.471-472).

regional e nacional a partir dos costumes e do dia-a-dia, bem como as práticas rituais dos próprios indivíduos, estejam eles na condição de candidato, de eleitor e de cidadão. De pensar assim como essa cultura política é construída pelos atores sociais a partir do que é relatado nos folhetos de cordel, de como ela se apropria, reinventa e ressignifica essa cultura local. Ao analisar a cultura política no Brasil à luz da Literatura de Cordel optamos por estudar os folhetos que traziam à tona acontecimentos políticos de abrangência nacional, pelo fato de terem maior repercussão no meio popular e pela abundância documental dos registros destes acontecimentos, porém reconhecemos que os poetas populares não somente produziram folhetos que tematizavam a respeito dos acontecimentos da política nacional, mas também regional e local. Em alguns momentos utilizamos folhetos que abordavam acontecimentos locais pela abrangência dos registros e pela repercussão que os mesmos tiveram para além das fronteiras locais.

Tivemos a intenção de pensar a cultura política visando à possibilidade da desconstrução desta visão preconceituosa que insiste em estereotipar o povo brasileiro apresentando-o de forma infantilizada ou vitimizada na tentativa de imbecilizá-lo, fazendo criar e reproduzir no imaginário popular a imagem do povo como alienado, sem consciência política ou simplesmente massa de manobra que é facilmente manipulável. Colocamos, portanto em suspeição o estigma e estereótipo, construído ao longo da história do povo brasileiro, sobretudo a respeito dos grupos menos favorecidos, que afirmam que o povo é indiferente, inconsciente e assiste a tudo de forma bestializada.

Ao adentrarmos no universo dos estudos e pesquisas a respeito da cultura política brasileira, tendo como fonte de pesquisa a Literatura de Cordel, procuramos inicialmente escrutinar e aprofundar conceitos e categorias diretamente relacionadas à pesquisa em curso, pois à medida que a temática era discutida conceitos e categorias pediam o seu intercurso pelos caminhos a serem percorridos, no intuito de oferecer suporte e fundamentação aos estudos desenvolvidos. Para escrever a tese utilizamos alguns conceitos que nortearam a nossa produção tais como: política, cultura, cultura política, representação simbólica, sociedade do espetáculo, cenário de representação política, burla, carnavalização, polifonia, polissemia, dominação. Utilizamos como referências teóricas no uso dos conceitos e categorias os seguintes autores: Hanna Arendt (2002), Clifford Geertz (1973), Roger Schwartzberg (1978), Pierre Bourdieu (1998), Mikhail Bakhtin (1993), Michel de Certeau (2003), Roger Chartier (2002) Roberto DaMatta (2010), Venício Lima (2004), Rodrigo Motta (2009) entre outros. Estas categorias e conceitos são temas permanentes no universo da pluralidade de

saberes acadêmicos que estão longe de serem estabelecidos como conhecimento pronto e acabado. Diante das intensas discussões e debates que se travam em torno destes conceitos, definições e categorias, somos levados de maneira relativista a optar por definições que se aproximam das indagações levantadas ao longo da pesquisa. Não pretendemos exaurir os conceitos e categorias aqui arrolados, haja vista que, as mesmas estão muito distantes de se apresentarem como conclusivas e fechadas.

A palavra cultura “assume” vários significados, seja no sentido mais elitista (distinguindo as pessoas que tem e as que não têm uma cultura clássica e erudita, por exemplo), seja no sentido de identificação com algum grupo específico, seja ainda em relação à possibilidade de consumir bens culturais. Todas essas concepções trazem uma carga valorativa, dividindo indivíduos, grupos e povos entre os que têm e os que não têm cultura ou, mesmo, entre os que têm uma cultura “superior” e os que têm uma cultura “inferior”. O conceito de cultura com frequência é vinculado à Antropologia. Não obstante as outras ciências humanas também definirem o quem vem a ser cultura, optamos aqui por discorrer sobre cultura numa perspectiva antropológica. Os antropólogos partindo de uma visão universalista para uma visão particularista definiram esse conceito. Em Antropologia, cultura significa tudo o que o ser humano produz ao construir sua existência: as práticas, as teorias, as instituições, os valores materiais e espirituais. Se o contato com o mundo é intermediado pelo símbolo, a cultura é o conjunto de símbolos elaborados por um povo.

Por opção teórica em meio às discussões e paradigmas que norteiam o conceito de cultura optamos por adotar o pensamento do antropólogo Clifford Geertz (1978). A grande contribuição vinculada ao conceito de cultura proposta pelo citado autor, aponta que a cultura é caracterizada como sendo um sistema de símbolos e significados partilhados pelas pessoas que convivem num determinado sistema cultural. Em suma, na esteira de Geertz :

O homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. (GEERTZ, 1978, p.15).

As questões sociais e políticas estão imbricadas no universo cultural, pois as práticas políticas e sociais construídas pelos agentes ou atores sociais são frutos de uma cultura formada ao longo do tempo, que é representada por várias manifestações e representações simbólicas. Partimos do pressuposto de que é possível haver uma

correlação entre a instância política e a dimensão cultural, em que questões como valores, crenças, atitudes, linguagem e imaginário são essenciais para compreender as ações políticas. Na atualidade é muito influente a percepção de que a cultura “determina” o desenrolar dos acontecimentos, da mesma forma como décadas atrás se pensava que a economia ou os interesses ofereciam a chave para compreender e interpretar a dinâmica da história. É notória a tendência de se explicar “tudo” pela influência dos fatores culturais, sendo assim a política não é exceção, daí o caráter sedutor da cultura política, que permite uma abordagem sem deixar de levar em consideração o aspecto da cultura como produção prática e simbólica para melhor compreender os fenômenos relacionados à disputa de poder, os eleitores, os partidos, o voto e as práticas políticas em geral.

Conceituar cultura política não se constitui em tarefa fácil, aliás, nas ciências humanas e sociais os conceitos são quase sempre polissêmicos, portanto é natural admitir a existência de mais de um significado para a mesma expressão ou categoria. Embora a cultura política seja objeto de estudo amplamente propalado em nossos dias, o seu conceito e seu espaço de saber, “originam-se” por volta da década de sessenta do século XX. Podemos dizer que, o conceito e as características dos estudos culturais envolvendo a temática política e suas nuances foram estabelecidas enquanto área de conhecimento da ciência política a partir do clássico livro de Gabriel Almond e Sidney Verba (1963 [1989]), *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*. A cultura política apesar de ser um campo relativamente novo de estudos, sempre foi temática das ciências sociais e conseqüentemente, sempre esteve em evidência:

[...] embora já estivessem presentes, no horizonte da política clássica desde os estudos de Platão, Aristóteles e Sócrates a preocupação com a capacidade política dos cidadãos e o seu papel na sociedade, os debates que surgem na década mencionada começam a ser pautados por uma nova perspectiva de análise, e possibilita o surgimento de uma nova área de estudo, qual seja a da política comparada empírica (BAQUERO, 2001, p. 4).

Inicialmente os estudos de cultura política estavam identificados com a estabilidade democrática e as condições culturais para estabelecimento da democracia tendo como referência o sistema político norte-americano, em antagonismo ao socialismo soviético. O objetivo desses estudos iniciais seria justificar a compreensão da supremacia da sociedade norte-americana como paradigma a ser seguido e também

para promover e justificar a política beligerante dos americanos, no período da Guerra Fria. Gabriel Almond observa que: “o termo ‘cultura política’ refere-se às orientações especificamente políticas, às atitudes com respeito ao sistema político, suas diversas partes e o papel dos cidadãos na vida pública” (ALMOND & VERBA, 1989, p. 12). Buscava-se assim caracterizar o que seria a cultura política de um país definida segundo Almond como: “[...] a distribuição particular de padrões de orientação política com respeito a objetos políticos entre os membros da nação” (ALMOND & VERBA, 1989, p. 13).

Os historiadores franceses no início dos anos 90 farão sua incursão pela cultura política, dando sua contribuição na construção do conceito. Os franceses tomaram como referência a contribuição norte-americana, mas ao contrário dos cientistas sociais americanos, muito influenciados pela sociologia e psicologia, eles têm sua maior inspiração na antropologia de onde se apropriam do conceito de cultura. Eles formularam outra maneira de conceber cultura política tomando como referência duas críticas principais ao modelo americano:

[...] primeiro, rejeitaram suas implicações etnocêntricas, pois ficava implícita na teorização de Almond e Verba a superioridade da cultura política cívica (ou democrática) considerada etapa superior e referência a ser seguida pelos povos ainda presos a formas “atrasadas” de organização política; segundo, entendiam ser inadequada a perspectiva nacional, tida como excessivamente generalista ao atribuir a todo um povo as características de uma mesma cultura política (MOTTA, 2009, p.20).

Na contramão da percepção americana, os franceses optaram por enfatizar as diferenças existentes dentro de um mesmo espaço nacional, dentro de um prisma que privilegia a “pluralidade das culturas políticas”. Ou seja, ao invés de procurar por uma cultura política específica de cada povo, ou tentar encaixar as diversas experiências nacionais na tipologia de Almond e Verba (cultura paroquial, cultura das sujeições ou cultura participativa), buscaram identificar as diferentes culturas políticas que integram e disputam o mesmo espaço nacional. Portanto se privilegia o estudo das culturas políticas comunista, socialista, liberal, conservadora (tradicionalista), republicana, entre outras.

Relativizando a bipolarização em torno da construção do conceito de cultura política por parte dos teóricos, fez-se necessário no século XXI, em face das novas configurações geopolíticas adotarem uma posição mais nuançada sobre o tema, que

inclui aspectos da teoria americana e francesa. O historiador brasileiro Rodrigo Motta defende essa relativização nos usos do conceito levando como consideração a incursão americana e francesa no debate da cultura política ao defender: “Penso que não há razão para opor os dois modos de aplicar o conceito, quer dizer, a versão no singular (cultura política nacional) e a versão plural (culturas políticas disputando e tentando ocupar o mesmo espaço)” (MOTTA, 2009, p.21).

É possível construir um ou vários conceitos acerca da cultura política, ainda que os mesmos não contemplem todas as situações engendradas no mundo dinâmico e dialético das práticas políticas. É bem provável também que a conceituação de cultura política, não agrade a todos os interessados. Utilizando-se da influência das correntes de pensamentos já mencionadas, Rodrigo Motta define cultura política como sendo:

Um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2009, p.21).

Convém observar que, não obstante haverem muitas concepções concernentes à cultura política, não nos deteremos em seu conceito, haja vista que as muitas contribuições e discussões em torno do conceito têm de certa forma tornado o mesmo complexo e polissêmico, sofrendo assim muitas variações, sendo assim, optaremos mais por um viés dimensional amplo que possibilite abranger a realidade analisada, conforme a observação feita por Freitas:

A expressão Cultura Política, sob o enfoque dos diferentes autores que a discutem, não diz respeito a uma teoria, mas a um grupo de dimensões que podem ser usadas na construção de teorias ou a uma categoria de análise que pode ser adequada em abordagens específicas que melhor contextualizem o objeto de estudo pretendido (FREITAS, 2008, p.48).

Pensar a cultura política é pensar a política à luz da cultura, os usos que ela tem; os significados, as apropriações, as representações de como a mesma vai ganhando certo *ethos* local, regional e nacional a partir dos costumes, do cotidiano e dos rituais encenados pelos próprios indivíduos, sejam eles na condição de eleitor, de candidato ou de simples cidadão. São os indivíduos enquanto atores sociais que constroem essa cultura, ela não surge sozinha enquanto construto teórico. São os atores sociais que constroem o “jeito” de fazer política.

Na busca de analisar a cultura política construída no imaginário popular brasileiro, utilizando como fonte a Literatura de Cordel, faremos uma panorâmica da história do Brasil, desde a época da proclamação da República, período em que os poetas populares discorreram em seus versos sobre a política, destacando o que se pensava acerca da participação popular diante dos acontecimentos, bem como o que acontecia em termos práticos e quais as visões sobre temas tais como: o coronelismo, o clientelismo a política dos governadores, partidos, ditadura, candidatos, eleições, voto, representação parlamentar e a corrupção.

Na história do Brasil, mais especificamente na história tradicional, se convencionou pensar que o povo em geral quase sempre esteve alienado dos processos de construção sociais da política nacional e local, aliás, quando se tenta reconstituir a história da cidadania brasileira se diz que ela foi ausente, pois quando os portugueses aportaram no Brasil, eles já trouxeram tudo pronto: leis, instituições, administração, só faltava um povo. Vários estudiosos entre os quais Alberto Torres (1933), Gilberto Amado (1968), Hermes Lima (1945) e Louis Couty (1881) chegaram a negar a existência de cidadãos no Brasil. À história oficial tratou de apresentar o povo brasileiro como sendo “dócil”, ingênuo, cordial e que sempre confiou seu destino político nas mãos de heróis e mitos que, tal como um pai, os conduziria sempre pelo melhor caminho sem que fosse preciso a participação e muito menos a ação popular.

Ainda que discordemos dessa maneira tradicional de conceber a política e quais as características do candidato que deve participar do governo enquanto gestor, não podemos nos apressar e condenar esse pensamento como sendo infundado e ingênuo, pois encontramos suas raízes também no pensamento grego, onde se advogava que a sociedade deveria ser governada por filósofos ou homens dotados de qualidades que os aproximavam de um deus, um herói, um mito. Roger Gerárd Schwartzberg registra as origens desse paradigma no seu livro “O Estado Espetáculo” ao formular que:

Xenofonte já fazia a apologia do chefe e o elogio do herói. Daquele que impõe o respeito. Da sua ascendência. Por sua superioridade, perceptível até para o comum dos mortais. Em *A política*, Aristóteles reconhece a situação excepcional do gênio. Para certo indivíduo supereminente que se impõe sem contestações como senhor absoluto, como um “deus entre os homens”. (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 20).

A luz do imaginário popular e da memória coletiva que predominou em grande parte na cultura política brasileira, é claramente perceptível o anseio e a esperança que dias

melhores viriam através de um “salvador da pátria”, de um grande e generoso pai e herói que cuidasse do povo e lhes salvasse das mazelas sociais apontando assim novos caminhos e esperança de dias melhores. O governante imaginado pelo povo, seja no governo local, regional ou nacional, geralmente era idealizado para gerir seus destinos, eram caracterizados por serem homens competentes, corajosos, carismáticos e com grande espírito paternal, que cuidaria do povo como se este fosse de sua própria família.

CAMINHOS DA PESQUISA

Anteriormente ao ingresso no programa de pós-graduação em Ciências Sociais, já trabalhávamos usando a Literatura de Cordel como fonte de pesquisa desde a graduação, quando participamos do projeto de catalogação temática de Literatura de Cordel promovido pelo antigo NELL, hoje LAELL. No mestrado em Literatura e Interculturalidade -UEPB, continuamos a análise da Literatura de Cordel tendo como objeto de estudo a representação da sogra na obra de Leandro Gomes de Barros. Pretendíamos inicialmente em nosso projeto trabalhar no doutorado a construção das identidades políticas a partir da Literatura de Cordel, porém à medida que fomos cursando as disciplinas e conversando com a nossa orientadora, surgiram outras possibilidades que nos impulsionaram a converter o nosso foco não mais para identidades políticas e sim trabalhar a cultura política a luz da Literatura de Cordel.

Enquanto estudante da pós-graduação tinha uma formação distinta das Ciências Sociais, com formação oriunda da área da História e da Literatura, o que fez com que cursássemos todos os créditos necessários em nossa formação sem “aproveitamento” das disciplinas cursadas na especialização e no mestrado. O aprendizado foi por demais enriquecedor acrescentando um olhar mais aguçado de viés sociológico e antropológico a minha formação, propiciado pelo estudo de teóricos do mundo das Ciências Sociais durante dois anos.

O novo olhar voltado para a cultura política surgiu quando cursamos a disciplina Cultura, Mídia e Política e “fui apresentado” a autores que me despertaram o interesse para ingressar por essa vertente, autores tais como Roger Gerárd Schwardtzenberg com sua análise política sobre a sociedade espetacularizada, seus personagens e características. Georges Balandier, com o poder em cena. Outro autor que me influenciou a caminhar nessa direção foi Venício A. de Lima com o conceito de cenário de representação política. Márcio Goldman e Moacir Palmeira com o livro

“Antropologia, Voto e Representação Política” chamaram-nos a atenção para as representações construídas sobre a política. A cada autor trabalhado na disciplina, novos desafios e questionamentos apareceram de tal forma que passei a idealizar um enfoque voltado mais para a cultura política do que para as identidades políticas que anteriormente ocuparam minhas idealizações. Ao final da disciplina fiz um exercício primeiro de incursão pela cultura política produzindo um artigo onde fiz uma análise a partir dos conceitos e discussões em sala da construção da imagem de Getúlio Vargas a luz da Literatura de Cordel. Esse “exercício teórico” nos fez perceber que era possível avançar por esse prisma. A identificação com a disciplina com o objeto de estudo e as fontes de pesquisa se deu de tal forma, que resultou por convidar uma das professoras ministrantes da disciplina para nos orientar dentro desta nova perspectiva, que por sua vez resultou em alterar o nosso projeto inicial de pesquisa.

Paralelamente aos estudos das disciplinas do doutorado iniciamos nossa incursão pela pesquisa através do trabalho de campo a procura de folhetos de cordel que pudessem servir de fonte de investigação para análise posterior. Inicialmente estivemos no acervo de Literatura de Cordel do Laboratório de Apoio ao Ensino de Língua e Literatura (LAELL) da UFCG onde os folhetos estão distribuídos em 104 caixas. Catalogamos todas as caixas de folhetos e registramos todos os folhetos do acervo que tinham como temática a política num total de duzentos e setenta e um títulos de folhetos. Em outro momento fizemos uma separação dos folhetos onde constatamos que cinquenta e dois folhetos tratavam de fatos da política local e estadual. Dezenove títulos traziam como tema a ditadura militar e seus desdobramentos. Dezesesseis folhetos tematizaram o governo de Getúlio Vargas. Dez folhetos tratavam do governo de Juscelino Kubistchek. Vinte e três folhetos tratavam do governo de Tancredo Neves. Dez títulos tratavam sobre o governo de José Sarney. Onze títulos tratavam do governo de Collor. Dez títulos tratavam sobre eleições, eleitor e voto. Trinta e nove títulos tratavam acerca de propaganda política.

Estivemos também no acervo de cordel Professor Átila de Almeida pertencente a Universidade Estadual da Paraíba, sendo este um dos maiores acervos de cordéis do mundo. Em nossa coleta de dados, no citado acervo, registramos setecentos e oitenta e quatro títulos que traziam como tema a política. Nesse universo de folhetos identificamos sessenta e oito títulos que tratavam sobre a política local e estadual. Trinta e um títulos tematizavam o governo durante a ditadura militar. Nove títulos tratavam sobre o Comunismo e Socialismo. Quarenta e quatro títulos tratavam acerca do governo

Vargas. Vinte e oito títulos tratavam sobre o governo JK. Sessenta e seis títulos tratavam a cerca do governo de Tancredo Neves. Vinte e nove títulos falavam sobre o governo de Sarney. Vinte e cinco títulos tematizam o governo Collor. Vinte e três títulos tratam acerca do governo Lula. Dez títulos tratavam sobre o governo Fernando Cardoso.

Estivemos também na Fundação José Américo na cidade de João Pessoa, onde também registramos no acervo de cordel grande número de títulos que tematizam a política. Estivemos também no Programa Permanente de Literatura Popular (PPLP-UFPB) no encalço de encontrar no acervo de cordel títulos distintos dos encontrados nos outros acervos pesquisados. Acessamos os acervos digitais da Casa de Rui Barbosa e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, tendo assim oportunidade de ter contato com folhetos raros, bem como ter contato com folhetos produzidos fora do circuito de produção nordestinos.

Depois de um minucioso e demorado processo de identificação e coleta de folhetos pertinentes a nosso objeto de pesquisa, partimos para a seleção de folhetos que serviriam de corpus para o desenvolvimento de nossa pesquisa. No universo de mais de 800 folhetos catalogados não foi tarefa fácil selecionarmos e delimitarmos o que poderia ser utilizado em nossa pesquisa, para identificarmos quais folhetos nos ajudariam a montar o quadro de características da cultura política brasileira. Dentro do processo de seleção de folhetos foi necessário a leitura de centenas de folhetos, alguns dos quais foram lidos mais de uma vez. Após a seleção separamos alguns para serem xerocados completando assim o processo inicial de recorte e colagem do material, bem como o seu agrupamento em itens e sub itens que tornasse possível a operacionalização entre teoria e prática com vistas a análise minuciosa dos dados. Recolhi portanto abundante material para pesquisa.

Outra fonte de coleta de dados foi à pesquisa bibliográfica sobre a Literatura de Cordel, neste particular a biografia é muito vasta e representada por vários autores tais como: Manuel Diégues Júnior (1986), Luís Câmara Cascudo (1984), Orígenes Lessa (1973), Mark Curran (2011), Ivan Calvacanti Proença (1976), Márcia Abreu (1999), Joseph M. Luyten(2005), Ruth Brito Lemos Terra (1983), Liêdo M. de Souza(1976) , José Alves Sobrinho (2003), Átila de Almeida (1978), entre outros. A incursão por esses autores nos possibilitou aprofundar e ampliar os horizontes com relação a Literatura de Cordel sua história, características e temáticas e sua potencialidade de representação da cultura política brasileira.

Na escolha dos aspectos a serem explorados na temática geral da política

visando identificar e analisar algumas características da cultura política brasileira, optamos por abordar os temas de maior relevância destacados pelos cordelistas o que pode ser mensurado pelo grande número de folhetos escritos sobre determinado tema. Escolhemos estudar sobre o voto e sua representação no imaginário político, quando percebemos que centenas de folhetos haviam sido produzidos sobre o voto abrangendo todos os seus aspectos. Partindo dessa constatação intentei trabalhar sobre o voto por ser esse o elemento principal da democracia, em torno do qual circulam todos os interesses da política, pois em uma democracia o voto direto e secreto é a única forma legal de se chegar ao poder. A corrupção foi outro subtema escolhido, também por haver um grande número de folhetos escritos sobre o tema, que se tornou uma constante nos meios de comunicação refletindo assim na produção cordeliana nos permitindo ter bastante elementos para compreender como se processa a prática da corrupção no imaginário popular, qual a impressão popular acerca da corrupção, quem são os responsáveis pelas práticas de corrupção, o problema da impunidade, entre outros aspectos. Escolhemos falar sobre o político e sua representação por ser este o ator social na memória coletiva considerado o protagonista das práticas políticas tanto no “tempo da política” ou quando já eleito. Optamos por trabalhar outros aspectos pela sua relevância tais como o movimento das “diretas já” e a luta pela redemocratização, a representação do Governo na visão popular, a esperança do povo brasileiro em um herói salvador, entre outros.

Com base no exposto, a organização da nossa tese se fez por meio de quatro capítulos. No primeiro capítulo, intitulado **Literatura de Cordel: uma testemunha poética da Cultura Política do Brasil** discorremos sobre a Literatura de Cordel historicizando suas origens no Nordeste Brasileiro, suas principais características, seus principais autores e suas temáticas. Dedicamo-nos também a falar sobre o poeta popular enquanto mediador simbólico, observando as possíveis razões do poeta enquanto “porta-voz” do povo, enxergar-se como estando num patamar mais elevado que o público para o qual ele escreve. Ressaltamos a figura do poeta Leandro Gomes de Barros como pioneiro do cordel brasileiro e precursor da temática política em seus versos pondo em suspeição a suposta apatia e indiferença popular em relação aos acontecimentos da política. Por fim, exemplificamos através de análise de folhetos a impressão popular a respeito da temática política.

No segundo capítulo que tem como título **Temas recorrentes no cenário político brasileiro a luz do cordel** tratamos sobre as várias nuances que envolve o tema

da política começando por explicitar o perfil do político na visão popular segundo a descrição feita pelos poetas nos folhetos. Em outro item discorremos sobre a representação dos partidos políticos no Brasil mostrando qual o grau de importância destes para os eleitores na hora de votar. Em seguida apresentamos a representação do Governo e sua relação com os cidadãos na perspectiva explicitada no cordel. Em outro item abordamos sobre a influência do misticismo religioso no âmbito da política e seu potencial para influenciar os eleitores no processo político. Finalizando o capítulo abordamos o tema da corrupção mostrando como a concepção que a sociedade tem da mesma mudou ao longo da história do Brasil e se personalizou na figura do político, vindo este a ser responsabilizado por todas as práticas corruptas do País. Alguns resultados que chegamos neste capítulo dizem respeito ao fato de que a concepção apresentada nos cordéis acerca do político ser em sua maioria permeado por uma visão negativa, que as pessoas geralmente não votam em partidos e sim em candidatos de sua preferência independente do partido a que pertençam e por fim que o sentimento e práticas religiosas que povoam o imaginário popular quando trabalhado pelos políticos em “tempo de campanha” acabam por influenciar os eleitores na hora de escolher seus representantes.

O terceiro capítulo que tem como título **As representações do voto e da corrupção na Literatura de Cordel** trata sobre a história do voto e a luta empreendida para que o direito a este se tornasse uma realidade para “todos” brasileiros. À luz da Literatura de Cordel percorremos os caminhos estratégicos seguidos pelos políticos, para conquistar o voto dos eleitores e a astúcia dos eleitores que se utilizam do voto como moeda de troca. Discorremos também sobre os rituais da política na tentativa de conquista de votos, bem como, sobre o voto secreto, o voto feminino, o voto obrigatório, o voto do analfabeto, o voto nulo ou branco e o voto de protesto. Entre outros resultados percebemos que os folhetos em geral repudiam a mercantilização do voto, mas alguns justificam a prática como sendo “esperteza salutar do eleitor” dependendo das circunstâncias. Outra constante nos folhetos é a tentativa de conscientizar os eleitores do dever de votar e que o voto é uma arma que se bem utilizada poderá trazer benefícios substanciais para toda a sociedade.

No quarto e último capítulo que tem como título **A representação do político como herói salvador na Literatura de Cordel** abordamos como se construiu o mito do herói salvador no imaginário político brasileiro. Discorremos acerca dos papéis interpretados pelos políticos brasileiros e suas características no espetáculo da política

como sendo: o pai protetor interpretado por Getúlio Vargas, o líder charmoso interpretado por Fernando Collor, o salvador (mártir) encenado por Tancredo Neves, o homem ordinário interpretado por Lula. O capítulo também versa sobre o uso da mídia e do *marketing* para promoção da imagem dos políticos, onde os poetas como filhos de seu tempo e antenados aos acontecimentos da época retrataram em seus folhetos. E finalmente percebemos que a tendência da cultura política brasileira expressa através da Literatura de Cordel é a de perceber o político ainda hoje como sendo o “salvador da pátria” lançando sobre ele toda a responsabilidade para resolver os problemas da nação.

Por fim, nas **Considerações Finais**, apresentamos os principais resultados e nossas reflexões sobre a pesquisa, esperando que a relação entre Literatura de Cordel e Cultura Política instigue o leitor a realizar novas descobertas e que tal interesse, de fato, aguace a curiosidade acadêmica pela continuidade de pesquisas e reflexões sobre esse tema.

CAPÍTULO I – LITERATURA DE CORDEL: UMA TESTEMUNHA POÉTICA DA CULTURA POLÍTICA DO BRASIL

A literatura de folhetos nordestina, sendo uma produção cultural popular, traz em seu cunho representativo as múltiplas visões de mundo do imaginário coletivo popular, através da editoração de folhetos, que contemplam temáticas que englobam o universo imagético do povo da região Nordeste e do Brasil. Neste universo temático e multicultural o poeta popular dedicou parte de sua produção a informar, comentar e representar os fatos políticos e sociais ocorridos em sua época com tanta maestria e fidelidade que o poeta durante algum tempo, recebeu os créditos de ser o repórter do povo, e o folheto, o jornal do povo. A literatura de cordel ou literatura de folhetos, como é mais conhecida entre o povo e os poetas, sendo uma produção cultural popular, ganhou o mundo pela criatividade e engenhosidade de nordestinos que aprenderam a versar sua terra e suas experiências talhadas no cotidiano rural e depois urbano. A literatura de cordel contribuiu também como entretenimento e fonte histórica que nos permite pesquisar e analisar acontecimentos políticos e sociais que ganharam notoriedade no Brasil. A literatura de cordel além de se constituir em uma crônica e testemunha política do seu tempo, deixou também um registro de resistência e evidências de forma direta ou entrelinhas que nem sempre o povo “rezou na cartilha dos poderosos”. Submeter-se aparentemente as circunstâncias impostas não implica afirmar que os atores sociais concordam com as mesmas e por isso não manifestem de alguma forma resistência a dominação. Os poetas populares em seus versos deixaram marcas da resistência popular às várias formas de dominação sejam elas de ordem política, cultural ou religiosa, tal como observa Proença (1976) ao defender que:

[...] o povo às vezes, adapta-se para poder sobreviver, recolhe as migalhas da mesa dos poderosos e neste recolher assegura a condição de sua liberdade compreendida como espaço de luta. Neste espaço o Cordel e sua indestrutibilidade torna-o, a um tempo, objeto inesgotável de injustiça e terreno fértil de libertação. (PROENÇA,1976, p. 64)

O estudo da cultura política através da literatura de folhetos nordestina nos possibilitará confrontar o pensamento que defende a aparente indiferença e alienação do povo brasileiro com relação às praticas políticas correntes desde o início da República no Brasil. Veremos assim que o povo brasileiro provavelmente não assistiu aos

acontecimentos políticos “bestializados”, conforme atesta a pesquisadora Ivone da Silva Ramos, quando defende que:

[...] ao contrário do que reza a tradição historiográfica, não foi total o “emudecimento” do povo no contexto da Primeira República. Na voz rústica do poeta sertanejo esboçou-se senão um protesto, pelo menos a revelação de que aquele povo tinha consciência do fosso profundo que o separava de suas elites e da irremediável injustiça de sua situação (MAYA, 2012, p. 14).

Lendo e analisando os folhetos dos poetas populares escritos desde a República Velha até os nossos dias, percebemos um registro diferente do que foi propagado pela história tradicional. Os folhetos evidenciam que o povo brasileiro não era “bestializado”, nem pacífico e apático, como se tentou fazer acreditar através da história oficial. O poeta popular registrou através de sua verve poética um povo forte e combativo, que aparentemente se encurvara diante dos que o dominavam, mas que na verdade quase sempre ofereceu resistência através de suas estratégias e astúcias, aqueles que pensavam estar se tratando de um povo subserviente e facilmente manipulável. O poeta popular com seus versos traz à luz à participação popular, como partícipes e construtores de suas histórias. Ele registrou os anseios do povo, sua resistência ainda que sutilmente, a dominação que se impunha sobre ele. O poeta popular em sua maioria não foge a luta, faz-se interlocutor e também partícipe dos movimentos de contestação, informando e por vezes sendo “a voz do povo” em suas reivindicações, onde geralmente ele não consegue ficar distante, neutro ou apático pelo contrário ele se torna parte da voz, do “gemido” e da ação popular, tal qual observa Vicente Salles ao afirmar:

Diante dos acontecimentos, o poeta não consegue se manter equidistante. Este elemento de “participação” é importante até mesmo quando ele se esconde sob pseudônimos, ou simplesmente entrega ao público seus folhetos anônimos, refletindo, em qualquer caso a forma de participação consequente como catalizador- e de certo também formador- da opinião pública (SALLES, 1985, p.221).

Durante muito tempo a voz poética foi ignorada pelos detentores do poder e pelos que escreveram a história e ofereceram suas interpretações e versões omitindo a participação e interesse popular pelos acontecimentos políticos e em movimentos de contestação contra a ordem vigente. O silêncio em relação à participação popular se fez presente na história tentando apagar da memória movimentos populares de cunho

contestatório a ordem vigente, tais como : Ronco da Abelha⁶ (1851-1852) e “Revolta” de Quebra-Quilos⁷ (1874) e a “Revolta” das Mulheres⁸ (1875) ocorridas no interior do Nordeste. O silêncio e a omissão da história oficial com relação a esses movimentos não conseguiram apagar a participação popular neles contida. A literatura de cordel, a semelhança destes movimentos populares foi ignorada por muito tempo , porém as centenas de títulos de folhetos e suas publicações espalhadas por todo o Brasil denunciam a sua existência e a sua resistência enquanto produção cultural popular.

1.1 Literatura de cordel: O eco da impressão popular

A literatura de cordel é assim chamada pela forma como eram vendidos os folhetos, sobretudo em Portugal, onde eram “pendurados em cordões⁹”, no Brasil geralmente os folhetos eram comercializados a partir da exposição em bancas nas feiras e no chão e eram popularmente conhecidos como folhetos. A sua origem é defendida pela maioria dos estudiosos como sendo portuguesa, tendo migrado para o Brasil a

⁶ Foi um movimento de insurreição contra a medida do governo imperial que propunha através dos decretos nº 797 e 798 um censo geral e adoção do registro de nascimento e de óbito feitos em cartórios (anteriormente esse registro era feito pela igreja católica). A população não foi devidamente informada da lei interpretando que a mesma tinha como objetivo recrutá-los para a escravidão. A população foi insuflada pelos padres que alcunharam o registro civil de “papel de satanás”, o que aumentou a tensão. O movimento ocorreu nos estados da Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Ceará, onde centenas de pessoas invadiram os cartórios e queimaram todos os papéis e móveis. O barulho feito pelos sediciosos lembrava um enxame de abelhas por essa razão recebeu o nome de “Ronco das Abelhas”. O movimento foi reprimido pelas forças policiais do Império que recuou e suspendeu os decretos de nº 797 e 798 (GURJÃO e LIMA org., 2004,p 68-71).

⁷ Movimento popular de insatisfação contra os altos impostos, adoção de novo sistema de pesos e medidas, entre outros motivos. O movimento começou no interior da Paraíba e espalhou-se por Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará. A população revoltada invadiu as feiras negando-se a pagar o imposto do chão (pagavam para colocar a mercadoria em qualquer lugar) quebrando os novos pesos e queimando os arquivos dos cartórios. O governo como sempre reprimiu com violência o movimento (MELLO, 2008,p. 121-123).

⁸ Movimento de insatisfação popular contra a aplicação da nova lei de recrutamento militar de 1874, onde a população temia ser que esta fosse uma nova forma de escravização. O movimento contou principalmente com a participação das mulheres que temiam ficar sem seus maridos e sem o pai dos seus filhos e também de seus filhos, caso estes viessem a ser recrutados pelo governo Imperial. Grupos de mulheres em sua maioria invadem as igrejas, rasgam os editais e exemplares da lei, destroem móveis e utensílios e partem ameaçando voltar. O movimento ocorreu na Paraíba, Ceará, Rio grande do Norte , Alagoas e Bahia (MONTEIRO, 1981, p.71-73).

⁹ Há controvérsias com relação a nomenclatura de literatura de cordel, pois alguns estudiosos entre eles Arnaldo Saraiva defendem que os folhetos em Portugal não eram expostos em cordões.

partir dos séculos XVI e XVII trazido nas malas dos colonizadores que se instalaram no Nordeste do Brasil. No Brasil passou a ser chamada de literatura de cordel a partir da década de 60 do século XX, quando estudiosos estrangeiros e brasileiros despertaram para a importância que a mesma tinha, porém alguns estudiosos a chamam de literatura popular narrativa impressa, por ter sua origem ligada a tradição oral dos repentistas e cantadores sendo inicialmente oral e depois escrita em folhetos. Outros a denominam de literatura de folhetos nordestina por acreditarem que embora tenha sofrido influência europeia (principalmente de Portugal) ela tenha características genuinamente brasileiras, tendo, portanto sua origem, desenvolvimento e aperfeiçoamento se dado na região Nordeste do Brasil.

Foi na região que hoje chamamos Nordeste, mais precisamente na Paraíba que a literatura de cordel brasileira foi tecida irradiando-se para outras regiões do País por meio de poetas que migravam levando consigo a arte de versar. Esta atividade literária adquiriu características próprias no Nordeste brasileiro, muito provavelmente pelas condições da região, que fazem dela, até nos dias atuais, um foco especialmente rico em manifestações culturais populares. Foi nesse propício ambiente sociocultural que floresceu o cordel brasileiro por razões que Manuel Diégues defende:

[...] por condições sociais e culturais peculiares, foi possível o surgimento da literatura de cordel, de maneira como se tornou hoje em dia característica da própria fisionomia da região cultural. Fatores de formação social contribuíram; a organização da sociedade patriarcal, o surgimento de manifestações messiânicas, o aparecimento de bandos de cangaceiros ou bandidos, as secas periódicas provocando desequilíbrios econômicos e sociais, as lutas de família deram oportunidade, entre outros fatores, para que se verificasse o surgimento de cantadores como instrumentos do pensamento coletivo, das manifestações da memória popular (DIÈGUES JÚNIOR, 1986, p 14).

Foi comum, entre pesquisadores e estudiosos, se dizer que a origem e caracterização da literatura de folhetos nordestina estiveram umbilicalmente ligadas ao continente europeu, mas especificamente a Portugal. Foram uníssonas as vozes dos estudiosos, que afirmavam peremptoriamente a “incontestável” origem portuguesa da literatura de folhetos nordestina, que herdou nos meios acadêmicos pós década de 1970 a alcunha portuguesa de literatura de cordel. Até a década de oitenta do século XX, era quase que consensual, entre os estudiosos da literatura popular em versos, que se debruçaram em estudá-la e apontar a que a sua origem estaria ligada a Península Ibérica,

ainda que não houvesse nenhum estudo aprofundado que provasse essa origem, e que a mesma seria uma versão brasileira e nordestina da Literatura de Cordel portuguesa. Esta suposta origem é relatada a citar, por exemplo, Sílvio Romero que escreveu em 1888: “A literatura ambulante e de cordel no Brasil é a mesma de Portugal” (ROMERO, 1977, p.257). Manuel Diégues Júnior também defende esta hipótese ainda que não prove quando diz que “A presença da literatura de cordel no Nordeste tem raízes lusitanas; veio-nos com o romanceiro peninsular, e possivelmente começam esses romances a ser divulgado, entre nós, já no século XVI, ou, no mais tardar, no XVII, trazidos pelos colonos em suas bagagens.” (DIÈGUES JÚNIOR, 1986, p.31).

Todo este castelo de certezas da origem lusitana do cordel nordestino começou a sofrer abalos em sua estrutura, a partir dos questionamentos e estudos da professora Márcia Abreu, que desde 1982 questionava-se quanto a esta origem. Márcia Abreu debruçou-se a pesquisar no Brasil e em Portugal a possível lacuna deixada pelos estudiosos no assunto que davam como certa a originalidade lusitana, sem, contudo apresentarem argumentos sólidos e sustentáveis que fundamentassem a tese defendida. A citada pesquisadora deixa claro sua intenção de oferecer outra possibilidade de interpretação e questiona as afirmações dos estudiosos quando formula que:

[...] o objetivo deste estudo é confrontar duas produções culturais frequentemente associadas: a literatura de cordel portuguesa e a literatura de folhetos do Nordeste do Brasil. A primeira tem sido apresentada como fonte, origem ou matriz principal da segunda. Apesar do equívoco da hipótese, da falta de estudos sistemáticos ou de análises comparativas que buscassem demonstrar tal vinculação, avolumam-se os textos em que ela é sugerida ou afirmada [...] (ABREU, 1999, p.15).

A autora defende que é um equívoco trabalhar com a hipótese de que a literatura de cordel portuguesa é “fonte, origem ou matriz” da literatura de folhetos nordestina. Apesar de que alguns estudiosos têm frequentemente estabelecido uma relação de dependência entre a produção nordestina e lusitana, outros concordam em haver “adaptações”, “recriações”, “transformações” e/ou “desdobramentos”, resultado da “fusão entre a literatura popular ibérica e a prática dos poetas improvisadores”.

A literatura de folhetos nordestina é na visão da citada autora bem delineada e uniformizada em suas características, o que difere da literatura de cordel portuguesa que não possui essa uniformidade. A autora passa, então, a explanar o processo de constituição dos folhetos nordestinos, que tem sua origem em finais do século XIX, até

1920, “período no qual se definem as características fundamentais dessa literatura, chegando-se a uma forma canônica” (ABREU, 1999, p. 73).

Segundo a autora, as impressões dos folhetos retratam a memória de um povo, sendo que a marca fundamental seria “o caráter fortemente oral dessa produção, tanto no que tange à composição, quanto à transmissão” (ABREU, 1999, p. 74). É atribuído ao paraibano da cidade de Teixeira, Agostinho Nunes da Costa (1797-1858), o título de fundador desta tradição de cantadores. Depois dele apareceram outros importantes poetas do século XIX. Agostinho que viveu na Serra do Teixeira, com seus filhos formou o “Grupo do Teixeira”, que foram os responsáveis pelas primeiras composições conhecidas, e Leandro Gomes de Barros e Francisco das Chagas Batista, que apesar de não serem cantadores, faziam parte do grupo e foram os pioneiros da impressão de folhetos.

Os cantadores também conhecidos como violeiros ou repentistas (nome a eles dado pela característica de criar de “repente” o verso a ser cantado) apresentavam-se nas fazendas ou sítios podendo ser também em lugares públicos, onde geralmente em dupla realizavam um desafio entre si, demonstrando todo seu dom poético e conhecimento para derrotar o seu adversário. Muitas vezes ocorriam de o cantador depreciar de forma preconceituosa o seu adversário. Em outros momentos os cantadores eram contratados para apenas divertir os seus ouvintes mostrando em seus versos toda sua habilidade, diversidade e conhecimento.

A literatura de cordel lusitana contribuiu com o cordel brasileiro com sua forma de rimas em quadras setissilábicas conhecidas como ABCB, onde o segundo verso rima com o quarto, ainda que grande parte da literatura de cordel portuguesa seja escrita em prosa. Porém no Brasil os poetas ampliaram para sextilhas setissilábicas ABCBDB onde cada linha da estrofe contém sete sílabas métricas e o segundo verso da estrofe rima com o quarto e sexto verso respectivamente. Os poetas populares compuseram estrofes com oito dez e até doze versos, porém a forma mais comum e usual no cordel brasileiro foram às sextilhas setissilábicas, conforme a testa Luyten ao defender que: “[...] na parte impressa, na literatura de cordel propriamente dita, mais de 80% vem em forma de sextilha (LUYTEN, 2005, p.55).

Essas contribuições foram essenciais para a conservação da memória, único arquivo histórico disponível em culturas de tradição oral. Por isso a cantoria é utilizada como recurso, para que não se percam as tradições peculiares de cada povo. No nordeste brasileiro essas características das cantorias já estavam definidas na década de vinte, o

que as fizeram permanecer até nossos dias.

A oralidade poética ganhou o caráter impresso em meados do século XIX, sendo atribuído ao poeta Leandro Gomes de Barros, que crescera em Teixeira na Paraíba ouvindo, admirando e deleitando-se nos cantadores, o pioneirismo sistemático da publicação, que embora escrevesse desde 1889 passa a editá-los e imprimi-los a partir de 1893 no Recife-PE. Ao tempo em que Leandro começa a publicar já existiam na Serra de Teixeira-PB dois cantadores que escreviam e cantavam ao som de suas violas conhecidos por Germano da Lagoa e Silvino Pirauá, o que não se sabe, porém é se eles imprimiram seus folhetos, pois as primeiras cópias de suas produções foram editadas por Leandro em 1898. O poeta e pesquisador José Alves Sobrinho tomando como referência o ano de 1898 nos informa sobre as primeiras publicações do cordel brasileiro observando que:

Foi este, pois, precisamente o ano em que Silvino Pirauá Lima chega a Recife, oriundo do sertão paraibano. Lá encontra Leandro e a ele vende os direitos autorais de suas obras. Há quem diga até que o primeiro folheto publicado por Leandro foi *Zezinho e Mariquinha*. Não tenho como provar o contrário. O que sabemos verdadeiramente é que Leandro foi o primeiro poeta a publicar folhetos no Nordeste (SOBRINHO, 2003, p. 22).

Em 1902 o poeta Francisco Chagas Batista publica em Campina Grande- PB o folheto **Saudade do Sertão** de sua autoria. Em 1909 Francisco Chagas Batista em sociedade com seu irmão Pedro Batista Bandeira (que era genro de Leandro) fundam em Guarabira-PB uma tipografia e começam a imprimir folhetos de Leandro e de outros poetas. A partir de então se espalham as tipografias pelo Nordeste e Norte do Brasil editando e conservando parte da memória cultural do Brasil.

Embora a Literatura de Cordel tenha raízes européias, ela adquiriu características que são peculiares ao Brasil, tornando está em certo sentido “única” e distinta, como atesta a pesquisadora Márcia Abreu. Contrariando a tradição européia, a Literatura de Cordel surgiu da perspectiva e temática do povo e não da nobreza como na Europa, e também nossa origem é primeiramente oral e a Portuguesa (usada abaixo como exemplo) a partir da escrita. Diferentes dos cordéis portugueses que falam sobre os nobres, os folhetos nordestinos possuem uma crítica social do cotidiano, demonstrando sua indignação à sua condição sub-humana de vivência. A preocupação social é aflorada nos folhetos nordestinos, sendo associados a ela “a maldade, a riqueza, a integridade e a pobreza”. Os folhetos conservaram os passos do enredo lusitano, porém modificaram os

textos transpondo-os “da prosa para o verso”, fazendo rimar apenas a história. Essas e outras características arroladas pela citada autora, no quadro abaixo, nos fazem refletir sobre a originalidade do nosso cordel, sem contudo negar a influência e contribuições ibéricas:

Portugal	Brasil
1. Adaptadores de textos de sucesso.	Autores que viviam de compor e vender seus versos.
2. Os textos dirigiam-se ao conjunto da sociedade.	Autores e público pertenciam às camadas populares.
3. As matrizes das quais saíam os cordéis pertenciam à cultura escrita.	Os folhetos guardavam fortes vínculos com a tradição oral.
4. Temas eram vidas de nobres e cavaleiros.	Temas eram o cotidiano nordestino.
5. Os editores trabalhavam com obras de domínio público.	Poetas eram proprietários de sua obra podendo vendê-las.
6. Não há qualquer constância quanto ao gênero: abarcam autos, pequenas novelas, farsas, contos fantásticos, moralizantes, histórias, peças teatrais, hagiografias, sátiras, notícias etc.	Rimado e versificado em sextilhas ou setilhas com métrica pura.
7. Quanto à forma pode ser escrita em prosa, em verso ou sob a forma de peça teatral.	Escrita totalmente em versos.
8. Vendidas a partir da exposição em cordéis.	Vendidas a partir da exposição em bancas nas feiras e no “chão”.

(ABREU, 1992).

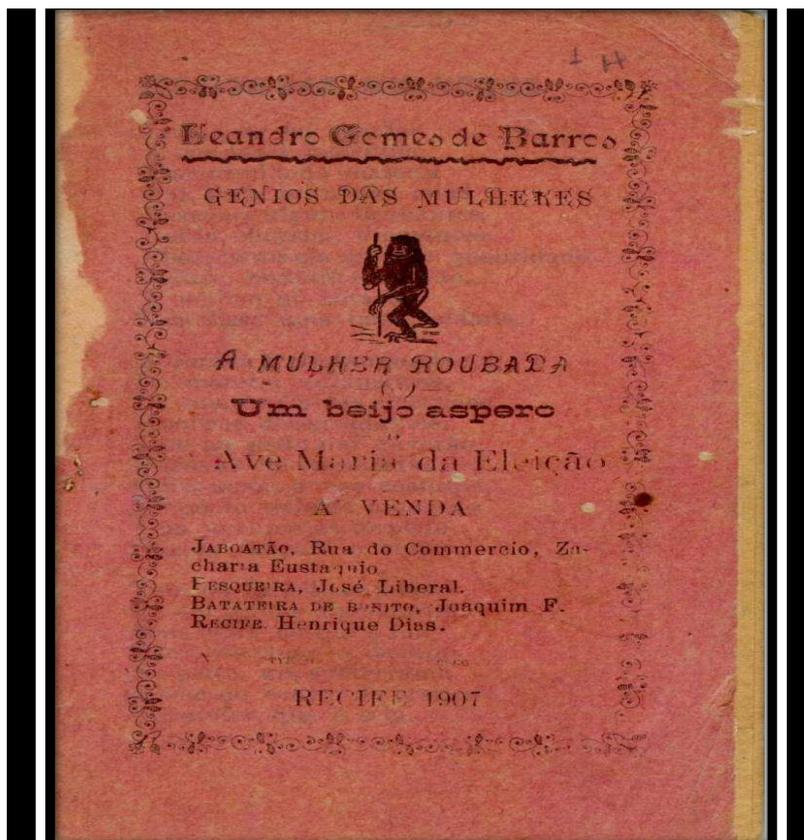
Doravante chamaremos a literatura de folhetos nordestina de literatura de cordel, para assim atender a convenção que a tornou conhecida no mundo acadêmico a partir dos estudiosos. A literatura de cordel se constitui em uma das manifestações que, de forma “transparente”, expressa a memória coletiva, através dos valores e padrões que constroem seus sistemas de sentidos e significados. A literatura de cordel tem características eminentemente nordestinas, sendo seus “maiores ícones” tradicionalmente todos nordestinos¹⁰, a citar como exemplo: Leandro Gomes de Barros (Pombal- PB), Francisco das Chagas Batista (Teixeira-PB), Silvino Piraúá (Patos-PB), João Martins de Athayde (Ingá- PB), João Ferreira de Lima (São José do Egito-PE), Manoel D`Almeida Filho (Alagoa Grande-PB), Rodolfo Coelho Cavalcante (Rio Lardo-

¹⁰ Orígenes Lessa corrobora com nossa afirmação dos poetas serem tradicionalmente nordestinos defendendo que: “ A essa tradição prende-se diretamente a presente literatura popular que, apesar de encontrada por todo o Brasil, é tipicamente nordestina, porque dessa região do País vem os maiores autores e é lá que alcançou ela o seu desenvolvimento mais alto” (LESSA, 1973, p.21).

AL) e José Pacheco (Porto Calvo – AL).

Constitui-se em uma tarefa difícil classificar tematicamente a literatura de cordel, pois os poetas demonstraram ao longo do tempo extrema habilidade em versar uma infinidade de temas. Entre a vasta e profícua temática versada na literatura de cordel, os poetas propalam temáticas diversas tais como: religiosidade, amor, honra, bravura, como também temas circunstanciais, tirados do dia-a-dia como: seca, enchentes, lutas políticas, crimes e façanhas. O poeta popular, sendo em sua maioria nordestino e homem do povo constitui-se assim, tal como um catalisador da representação do imaginário popular e da visão de mundo do povo, utilizando-se do folheto para propagar assim os “conceitos e os pré-conceitos” populares em suas práticas sociais e culturais.

O folheto em sua característica material é um livro geralmente impresso em papel jornal, medindo de 15 a 17x 11 cm, com número variado de páginas, sempre múltiplas de quatro. O número de páginas obedece ao conteúdo: 8, 16, 24, 32, 48 e até 64 páginas. Os folhetos que tratam de notícias são os menores geralmente com 8 páginas. Os romances vão de 16 a 64 páginas. Era comum também um folheto de 24, 32 e 48 páginas conterem várias histórias num só folheto. Alguns poetas escreviam também grandes romances em vários volumes, onde as histórias eram interrompidas quando chegavam ao clímax coma indicação de: “continua no próximo folheto”, numa tentativa de garantir a venda do próximo folheto e fidelizar o comprador. A capa do folheto inicialmente trazia apenas o nome do autor e título e quando muito um arabesco, e na contra-capa vinha o endereço do autor. A capa que não continha ilustração era conhecida como capa cega, porém é digno de registro que já nos folhetos editados de Leandro a partir de 1907 alguns começam a trazer pequenos desenhos rústicos na capa com o fim de matizar o folheto e atrair consumidores, como podemos ver na capa de folheto de 1907 abaixo ilustrada:



Posteriormente por volta de 1930, os folhetos passaram a ser ilustrados com clichês de artistas de cinema ou de cartões postais, bem como desenhos. Na década de 1940 o folheto passa a ser ilustrado com xilogravura¹¹, gravura em madeira, onde os xilógrafos desenhavam na madeira usando da sua criatividade e inventividade expressam na capa parte ou essência do folheto. A xilogravura teve sua origem na China passou a ilustrar as capas dos folhetos no Nordeste, conforme atesta o pesquisador Ribamar Lopes ao observar que: [...] a técnica milenar chinesa de produção e reprodução de imagens estabeleceu-se no Nordeste como um novo e extraordinário meio de expressão da cultura de um povo” (LOPES, 1982, p.60). A xilogravura se constituiu em um texto não verbal que expressa a ideia do tema do folheto de forma ilustrada. Nos dias atuais a xilogravura continua ilustrar a capa dos folhetos, sendo portanto representação artística do pensamento e impressão popular acerca dos acontecimentos arrolados nos folhetos. A capa do folheto com a introdução da xilogravura tornou-se muito mais que uma

¹¹ Xilogravura é uma palavra oriunda do grego *xilon* (madeira) e *graphein* (gravur) traduzido por escrita ou gravura, indicando ser a arte de escrever ou desenhar na madeira para fins ilustrativos. No Brasil os xilógrafos utilizam tacos de madeira (umburana, jatobá, casca de cajá-mirim, cedro ou até mesmo pinho) de qualquer tamanho, formato geralmente retangular para desenvolver sua arte. A imagem xilográfica é talhada em madeira pelo gravador matuto com uma tesoura de uma perna só; banda de gilete, quicé (faca de cortar fumo) formão ou canivete afiados para abrir os sulcos e deles tirar as crenças e tradições [...] (LOPES, 1982, p.58).

simples ilustração, tornou-se uma arte onde os xilógrafos conseguem com a sua arte expressar de forma cada vez mais nítida com esteticidade, ironia e também sátira o conteúdo dos folhetos. O uso da imagem na capa do folheto denuncia de forma subliminar a memória coletiva, aquilo que muitas vezes se encontra no recôndito do ser coletivo e que dá-se a conhecer pela inspiração do artista ao produzir a xilogravura, contribuindo para tornar explícito o que estava implícito tal qual defende Pêcheux (1999, p 51) ao dizer que imagem é um “operador de memória social”.

A engenhosidade das xilogravuras quando estas tratam da temática política podem até ser comparadas com as charges por conter também humor político e crítica as mazelas sociais. As capas dos folhetos com a introdução da xilogravura se tornaram assim parte do espetáculo da arte do cordel sendo considerado um atrativo à parte, conseguindo assim atrair consumidores para o folheto e transmitir em madeira a mensagem do folheto, conforme defende Luyten ao referir-se a xilogravura: “Uma das coisas que mais chamam atenção, ao observar um folheto é a capa. Frequentemente, ela apresenta uma gravura, quase sempre um tema condizente com o conteúdo do livreto” (LUYTEN, 2005, p.55).

O poeta popular ao discorrer sobre a temática política é percebido muitas vezes pela aparente e suposta inocência com que versa os fatos e faz a condução das ideias no enredo de suas produções, sendo reputado muitas vezes como um suposto “pau mandado” que tal qual um boneco de ventríloquo reproduz apenas o que aquele que o manipula o permite. É bem verdade que o poeta muitas vezes reproduz o discurso dominante a respeito dos acontecimentos e dos agentes políticos. Mas o poeta nem sempre o faz por ingenuidade, na verdade ao que indica, ele o faz também atendendo a interesses pessoais, não havendo ingenuidade ou inocência em sua produção. Muitos folhetos foram produzidos por encomenda e como tal o cordelista vendendo o seu “espaço de publicidade” tenta agradar o cliente dizendo em seus versos o que este gostaria que fosse dito a seu respeito. Em alguns destes folhetos o autor inclusive se abstém de identificar a sua autoria escondendo-se muitas vezes através de um pseudônimo ou anonimato. Em outros momentos ao escrever discursos direcionados e encomendados em versos o mesmo arrisca-se a identificar-se no que foi versado pelo fato de ser amigo ou simpatiza do político (cliente) ou até mesmo por receber uma compensação financeira para endossar com seus versos e também com a sua assinatura a suposta “idoneidade” do político. O poeta assim como qualquer outro profissional ou artista usa o seu talento para tirar proveito e se beneficiar financeiramente de sua

produção.

Os poetas na maioria das vezes como forma de proteger os seus direitos de propriedade sobre seus folhetos identificavam as contracapas com seus nomes e contatos com o objetivo de informar as pessoas que porventura se interessassem pela sua produção para adquirir mais folhetos. Outra forma clássica utilizada para identificar-se era o uso de acróstico onde o poeta versava a última estrofe do folheto com cada verso começando com as letras iniciais do seu nome formando assim verticalmente o seu nome. A época em que o folheto começou a ser editado no Brasil não havia ainda leis que regulamentassem a propriedade editorial do autor o que favorecia com que houvesse plágios e montagens de folhetos com o fim de auferir dividendos em cima da produção do poeta popular. Portanto era comum que os autores se identificassem e assumissem seus versos, porém quando este escrevia versos que iam de encontro aos costumes e valores da época costumava-se criar um pseudônimo ou vir de forma anônima. Essa identificação da autoria de folhetos se aperfeiçoou ao longo do tempo.

É digno de nota que parte da produção cordelista que versou sobre a política foi encomendada pelos políticos que sabiam do alcance e da influência que os versos tem sobre a população. O poeta ao versar as diversas temáticas coloca-se como um representante e interlocutor do povo, mas também como representante de um determinado saber e de determinados conjuntos interesses, onde podemos encontrar folhetos que defendem a ditadura militar onde pode-se dizer que o poeta ou foi pago para escrever de forma elogiosa a respeito da ditadura, ou o tenha feito temendo a censura ou até mesmo por expressar nos seus versos o cunho ideológico do qual ele se nutre e acredita. Na verdade ao que parece não há ingenuidade do poeta ao escrever seus versos, ele transita pelo campo simbólico denunciando seu lugar social, falando de um determinado lugar. Não é nosso intento explicar ou justificar as razões e pretensões que os poetas tem ao escrever suas produções no entanto não podemos deixar de levar em consideração que o lugar social do qual eles produzem esses cordéis também diz muito quem eles são e o que eles pretendem, e como todo discurso é rico de intencionalidades, eles querem dizer algo, eles querem produzir efeitos de saberes, efeitos de verdades que constroem e desconstroem discursos e verdades de concepções pró e contra políticos, partidos etc. Portanto faz-se necessário se relativizar a visão que apresenta o poeta popular como “legítimo” representante do pensamento popular, como um “porta-voz” do povo. Seria o poeta popular porta-voz ou mediador? Vejamos em seguida como se processa essa construção do poeta como mediador simbólico.

1.2. O poeta como mediador

O poeta popular ao exprimir a sua verve poética é visto como um representante do povo que se torna um canal para manifestar as reivindicações, protestos e anseios do público alvo de seus folhetos, pois é necessário que o poeta conheça a realidade do seu público para que possa com ele identificar-se e traduzir o pensamento popular coletivo. O poeta popular é percebido pelo seu público como um porta-voz dos seus anseios, como alguém com muito talento e habilidade que absorve o conhecimento e a informação e repassa e informa de forma poética para o povo. Como veículo de informação a Literatura de Cordel, contando com o talento rítmico do poeta continua até os dias atuais cumprindo seu papel de informação, denúncia e reivindicação, dentro dos limites de sua atuação, tal qual observa Luyten:

[...] Hoje, é, portadora, entre outras coisas, de reivindicações de cunho social e político. Não somente para os nordestinos e descendentes, mas para todos os habitantes do Brasil. Por isso ela continua importante, pois os poetas populares, por meio dela, mostram a verdadeira situação do homem do povo (LUYTEN, 2005, p.70).

É evidente que o poeta popular está identificado com sua classe enquanto homem do povo, convivendo e vivenciando em termos práticos os dilemas que o atingem e levantando geralmente as mesmas bandeiras que esse mesmo povo defende, fazendo-se ele porta-voz dos anseios populares, denunciando os desmandos políticos e injustiças sociais. O poeta popular oriundo do povo que consumia os seus folhetos falará na linguagem deste mesmo povo e tematizará em seus versos o que circula entre o povo e principalmente o que o agrada, pois o poeta produz com o fim de comercializar o folheto e sabe que para vender seus folhetos faz-se necessário que ele agrade ao seu público. O poeta popular geralmente veicula em seus folhetos informações e opiniões, geralmente usando como parâmetro o pensamento da memória popular coletiva, ou seja, o poeta se apresenta como portador da voz e do imaginário de seu povo,

É lógico que o escritor de folhetos, por ser de origem popular, tenderá a escrever seus poemas para seu meio adequado- o povo. Ele vai tratar dos assuntos todos sob o ponto de vista comum ao seu meio. Se tratar de religião, por exemplo, vai escrever sobre as coisas da forma como ele e seus leitores estão acostumados a tratar do assunto (LUYTEN, 2005, p.46).

O fato do poeta popular explorar uma temática que “vendia muito” e agradava ao seu público alvo não implica no fato de que o mesmo tivesse alguma predileção pelo tema ou tivesse algum engajamento político. Havia na seara poética do cordel poetas engajados com a temática, mas também havia os que não gostavam e apenas o faziam por que era um tema atrativo e que lhe proporcionava um significativo lucro. Podemos citar como exemplo o poeta Francisco Chagas Batista “compadre” de Leandro e um dos seus sucessores no ofício poético, quando este deixa claro em seus folhetos que, mesmo a “contragosto” dedica grande parte da sua obra a escrever sobre a política, pois a exploração do tema “vendia bem”. Sendo assim Francisco Chagas Batista explicita sua antipatia em seu folheto de título **Resultados da revolução do Recife**, onde podemos perceber essa tendência de alguns poetas de entre outras razões, escreverem sobre política para agradar a seu público, ainda que pessoalmente, não sejam simpáticos a temática:

Do que chamamos política
sou um gratuito inimigo:
ao larápio civilista
nem amarrado não sigo!
militarista não sou
Porque a ninguém persigo.

Sou inimigo da política,
porém vivo de escrever,
por isso sigo o assunto
que mais dinheiro render;
meu lema: e Independente
na sociedade viver...
(BATISTA, 1912, p.11).

A temática política recebe grande destaque por parte dos poetas populares que seguindo a tradição deixada por Leandro, abordam o tema quase sempre de forma satírica e irônica, demonstrando assim a partir da forma como tratam a política que os mesmos não estavam tão alheios e subservientes aos desatinos políticos de suas épocas. A sátira e a ironia por si só já trazem elementos de discordância, de vozes entrecruzadas e polifônicas que apontam para múltiplas interpretações, como se os mesmos quisessem de alguma forma transmitir uma mensagem para além do escrito. É significativo o fato de que talvez a temática onde se fez mais o uso da ironia e sátira na literatura de cordel tenha sido o tema da política e suas nuances, tal qual defende Manuel Diegues:

Devido a temática, esta porção da poesia é a mais satírica e a mais

brusca no tom. E assim é porque os problemas sérios do Nordeste são aí representados. Naquela época o povo sofria de toda espécie de misérias- os efeitos das secas, os impostos e o alto custo da vida, a falta de justiça devido a corrupção na política regional (DIEGUES JÚNIOR, 1973, p. 289).

As variadas formas de sátira utilizadas pelos poetas populares na exploração de temas principalmente de cunho social evidenciam o caráter polifônico e polissêmico do cordel que nos possibilita compreender que os versos escritos apontam para além de uma simples tentativa de divertir e entreter o seu público alvo mas também de protestar, reivindicar, alertar e de certa forma participar da realidade social defendendo as causas populares e denunciando os desmandos e mazelas políticas e sociais do seu tempo. Os poetas assim escrevendo não apenas descrevem a realidade social, mas se arvoram como comentaristas da mesma e até mais que comentaristas, tal qual evidencia Diegues Júnior ao defender que:

Por meio de várias formas de sátira, sejam o sarcasmo, a ironia, a paródia, a imitação exagerada, o poeta chega a ser mais que simples comentarista. Torna-se sagaz, jocoso, e, num sentido, um ótimo poeta popular. Assim é que nós julgamos o comentário social uma das funções principais do poeta popular, uma contribuição a Literatura de Cordel. Também um modo de compreender o povo [...] (DIEGUES JÚNIOR, 1973, p. 276).

O termo que mais se coaduna para função do poeta popular enquanto escritor identificado com as camadas populares que consomem seus folhetos, e que consegue de certa forma interpretar os seus anseios é o de mediador, pois o poeta fazendo uso de seus discursos no Cordel coloca-se entre as informações e acontecimentos traduzindo e interpretando para o seu público consumidor. O poeta popular é parte do público que ele representa sentindo-se na obrigação de identificar-se com suas causas e anseios quando no exercício do seu ofício poético, tal qual defende Diegues Júnior:

É evidente que o poeta popular não foge da discussão de problemas sociais. Ao contrário sente-se obrigado a buscar os temas que vão fornecer a realidade do momento a sua obra. Como já foi dito, ele acredita que, além de ser poeta, é também instrutor e pequeno repórter do povo. Ele representa o povo (DIEGUES JÚNIOR, 1973, p.274).

Esse poeta mediador embora identificado com a causa popular e com o povo em geral, resguarda-se a si mesmo de usar de individualidade e inventividade para interpretar e ressignificar os acontecimentos, dando assim um requinte pessoal na exposição rimada dos acontecimentos. Logo o poeta enquanto sujeito nem sempre

veicula em seus versos um discurso unívoco e homogêneo. O sujeito que enuncia o faz de um lugar social, sócio-histórico, funcionando como porta-voz desses discursos. Daí deriva a ilusão de univocidade do sujeito e das formações discursivas. No entanto, essa univocidade é desfeita no momento em que se procede a uma análise mais aquilatada. As formações discursivas não são homogêneas, elas são traspassadas, entrecortadas por saberes/dizeres produzidos em outras regiões, cujos sentidos são deslocados, dialogam, parafraseiam-se, transformando-se, reelaborando-se, fazendo com que todos os trajetos de uma região a outra pareçam possíveis.

O poeta popular para desempenhar o papel de “representante” do pensamento popular apresentava algumas qualidades que o distinguiam e o qualificavam, entre as quais está o dom poético e a sua alfabetização. Na sociedade em que o poeta popular estava inserido ser alfabetizado era uma condição privilegiada. Alguns poeta estavam assim capacitados a ler os jornais, revistas e almanaques, bem como estava habilitado a transformar essas informações em linguagem popular, qualificando-os assim a exercer uma certa autoridade sobre o povo, porém não eram todos os poetas que tinham acesso a jornais pois os mesmos nem sempre dispunham de recursos para adquiri-los. A educação dos poetas em sua maioria não foi a das escolas, como admite Orígenes Lessa ao dizer que “muitos deles não acabaram sequer a escola primária”. Mesmo admitindo a falta de educação formal, os poetas populares eram conscientes de sua importância para o povo e orgulhavam-se de sua sabedoria e genialidade, como pode ser exemplificado nas palavras do poeta Manoel Monteiro ao referir-se a essa condição: “Inteligência nós temos. O que nos falta é letra”.

Mesmo na contemporaneidade o poeta popular ainda não abandona esse sentimento de orgulho de sua vocação. Podemos citar como exemplo alguns títulos e epítetos que os poetas gostavam de ser chamados, como é o caso do poeta Minelvino Francisco da Silva, que costumava se autodenominar de “Trovador apóstolo”. Nos seus versos está explícita essa consciência de superioridade sobre o público e de sua missão, como exemplificado na contracapa do folheto **História de Antônio Lisboa e a sereia do fundo do mar:**

Eu e Jesus em Belém
nascemos quase num dia,
ELE em Belém da Judéia,
eu em Belém da Bahia,
ELE pregava o Evangelho,
e eu prego a poesia.(s.d.,p.17).

Os poetas tradicionais, conscientes de sua posição extraordinária, gostavam de mostrar sua superioridade em relação a seu público e também aos outros poetas. Para demonstrar sua sabedoria buscavam frequentemente palavras difíceis, alheias, muitas vezes sem saber o significado exato, só para o folheto ficar mais “bonito.” Orígenes Lessa (1984, p.72) cita em seu artigo o seguinte pedido feito pelo poeta Manoel Pereira Sobrinho ao folclorista Raimundo Àsfora: “Dotó, o senhor não podia me arranjar aí uma lista de palavras esdrúxulas prá butá nos romances? Eu gosto muito de esdrúxula... fica bonito, não sabe. O poeta popular apresenta-se como estando “acima” do povo pelo fato de ter o dom da criação poética, o que segundo alguns deles interpretam os colocam como superiores ao seu público alvo do qual ele também é integrante: “Mas, além de ser representante do povo, o poeta geralmente é egoísta no sentido artístico. Ele se acha superior ao indivíduo de seu nível social, considera-se dotado do dom de poesia, isto é, de expressão artística” (DIEGUES JÚNIOR, 1973, p. 275).

A mediação do poeta popular que transcende o discurso reinterpreta-o para o povo se dá a partir de uma situação, do encontro do receptor diante de um contexto cultural determinado; implica uma interpretação fundamentada na responsabilidade do receptor, que, enquanto intérprete, não é um mero repetidor, mas, comprometendo-se, apropria-se daquilo que conhece por meio da performance; esta, modifica o conhecimento, que se renova permanentemente (cf. ZUMTHOR, 2000).

O poeta popular por vezes é “considerado” como sendo um representante do povo, como uma extensão original do “autêntico” pensamento popular, por propalar em seus versos temáticas que o identificam com o público alvo. Porém por vezes tem dado demonstrações que a consciência do que ele considera como sendo um “dom divino” o diferencia do povo em geral e o eleva à categoria de quem fala do e pelo povo, mas está acima deste, por ser portador do dom poético inerente ao mesmo. A arte do poeta popular é tida como uma graça, concedida por inspiração divina (SANTOS, 2006, p. 93). Gozando deste *status* os poetas se veem como especiais, escolhidos, inspirados. O poeta popular na condição de mediador circula no limite entre culturas, sendo este um “tradutor” e mediador dessa ordem simbólica. A tendência da superioridade dos poetas sobre os seus pares é transpassado por um sentimento egóico que é compartilhado tanto pelos poetas de bancada como pelos repentistas ou cantadores, onde o acesso e domínio das letras que estes possuem é sinônimo de diferença e ascendência em relação ao povo para qual ele escreve e declama, conforme observa Ayala ao concluir que:

A escrita funciona como um instrumento para ascensão social e projeção social. Afinal, o cantador sabe que está inserido numa sociedade em que, para a classe e cultura dominantes (e também em grande parte para os dominados, inclusive os analfabetos), só é considerado “Cultura” o que é veiculado pela escrita (AYALA, 1988, p.20).

O poeta é um trabalhador, no entanto, diferencia-se do trabalhador convencional pelo seu procedimento e pelo resultado da produção que é inspirar-se, escrever, inventar, criar histórias e descrever acontecimentos. Logo o poeta popular coloca-se acima dos demais como sendo este ser especial, detentor de um dom divino e por ter muito mais conhecimento e sabedoria do que o povo em geral. Outro aspecto a observar nessa diferenciação do poeta em relação ao povo, se dá pelo fato do poeta popular sofrer discriminação, não por parte do povo do qual se faz mediador, mas daqueles poetas considerados eruditos que utilizavam linguagem culta. Esse fato levou alguns poetas a tentarem se fazer reconhecer enquanto talento artístico inclusive utilizando muitas vezes de um linguajar distinto e demonstrando muito conhecimento querendo “igualar-se” ao poeta considerado erudito tentando assim distanciar-se do povo em geral para fazer-se reconhecido e respeitado. O próprio Leandro Gomes de Barros em sua vestimenta apresentava-se com trajes que o diferenciava do povo em geral, usava terno e gravata parecendo segundo Cascudo (1979) mais um fazendeiro do que um “homem do povo”.

O poeta popular deixa despontar em si o orgulho e a jactância em relação ao homem ordinário, embora seja da mesma classe social, pelo fato do poeta ter conseguido atingir um grau a mais de alfabetização, fazendo-o sentir-se à frente de muitos do seu meio social. O fato da grande deficiência no sistema educacional, sobretudo no meio rural, levava alguns cantadores e poetas a um envaidecimento, pois achavam que esse *status* lhe concedia certa superioridade sobre as pessoas do seu meio social, além de sentir-se um privilegiado em relação aos demais por ser um “escolhido” que já nasceu com o dom de versar, colocando-o num patamar acima do povo.

1.3. Leandro Gomes de Barros: Uma voz que começa a versar

As evidências e documentos históricos nos possibilitam deduzir que o poeta

paraibano Leandro Gomes de Barros foi o primeiro poeta de bancada¹² a discorrer sobre a temática política na Literatura de Cordel, sendo este um dos motivos que nos levou a escolher o poeta como o primeiro a ser nosso objeto de pesquisa na nossa tentativa de estudo e análise do comportamento cultural brasileiro no que diz respeito ao tema. A escolha de Leandro se dá pelos seguintes motivos: por ele ser considerado a primeira e maior referência da literatura de folhetos do Brasil, ainda pelo fato do mesmo explorar a temática em seus versos nos permitindo penetrar no imaginário popular e analisar a cultura política da época em que o poeta viveu e produziu suas obras, e também pelo fato do citado poeta mostrar em seus versos uma República diferente da que foi propalada pela história tradicional, que dizia que o povo era apático passivo e indiferente aos acontecimentos políticos. Nos versos do poeta a República é apresentada como uma época de grandes reviravoltas políticas, econômicas e sociais, bem como retratam um espaço ou lugar onde o povo será sempre exposto a sacrifícios, onde não há melhorias para a população. Vemos assim Leandro de Barros como um representante popular do anseio do povo, que usa sua verve poética para criticar tanto os governantes quanto os seus ministros, posicionando-se contra o regime republicano.

Os registros históricos acerca do poeta de Pombal, não deixam indícios de que o mesmo haja se aliado ou feito parte de alguma organização ou partido político, até porque a época em que este viveu coincidiu com os primeiros anos da República, onde não havia organizações políticas estruturadas e os partidos existentes estavam ligados as oligarquias excluindo da participação partidária eletiva homens comuns, como era o caso de Leandro de Barros que toda a sua vida viveu de compor editar e vender folhetos. Porém há um fato a se destacar na vida familiar de Leandro no que diz respeito ao seu tio Padre Vicente Xavier de Farias (1822-1907) que de pároco da cidade de Teixeira-PB e como representante político desta cidade, conseguiu se eleger deputado provincial, ocupando a vaga na Assembléia da Monarquia, na 15ª legislatura, entre o período de 1864 a 1865. Leandro tinha sérios problemas de relacionamento com seu tio, diante deste fato caberia a pergunta: teria Leandro essa visão crítica e satírica da política como visto em seus versos devido a antipatia e conflitos que este tinha com seu tio Padre Vicente Farias Xavier, que já militara na seara política? Ou em outras palavras a

¹² Os poetas populares que se dedicam a escrever folhetos são chamados de poetas de bancada para diferenciá-los do poeta cantador que geralmente não escrevia e dedicava-se mais a cantoria e aos versos de improviso, segundo nos informa o poeta José Alves (ALMEIDA, Atila de, e ALVES SOBRINHO, José. 1978, p.11).

animosidade com o seu tio teria influenciado Leandro em seu pensamento e posicionamentos acerca da política? Os folhetos em que ele discorre sobre a temática política não apresentam indícios que o mesmo versasse sobre o assunto por que lhe agradasse ou tivesse predileção pelo tema, porém, os indícios mostram que ele foi contundente em satirizar, ironizar fatos e questões da temática política e de outras temáticas. Entre as possíveis motivações que levaram ele a versejar sobre a política foi o fato desta temática atrair ao seu público alvo, ao contrário dos que defendem que o povo brasileiro era apático e indiferente ao universo da política local e nacional. O fato de ter tantos folhetos produzidos que tematizam à política se constituem em testemunho que o tema era de interesse da população, não sendo o público alvo tão apático e indiferente aos fatos políticos como se tentou mostrar ao longo da história.

Leandro Gomes de Barros se notabilizou pela inventividade e versatilidade com a qual escrevia seus folhetos obtendo a aceitação por parte de seu público que se encarregou de participar ativamente da ampla divulgação da obra do poeta. Leandro não se deteve apenas em descrever e reproduzir os acontecimentos de sua época, mas tal qual o Gregório de Matos ele se tornou um “boca do inferno” comentando e denunciando os abusos e mazelas sociais de seu tempo. Leandro com seu estilo satírico e irônico “abriu caminho” para que o povo pudesse tomar conhecimento dos fatos políticos e de certa forma assistir e participar não simplesmente como mero espectador, mas como homem ordinário que “fingindo-se de morto” ocupa meticulosamente os espaços oferecendo uma velada resistência àqueles que lhe oprimem. A “língua afiada” de Leandro na denúncia dos desmandos ocorridos é perceptível mesmo quando de forma satírica, irônica e jocosa ele escrevia acerca dos fatos, tal qual evidencia novamente Manuel Diegues ao defender que:

Leandro geralmente escrevia num estilo ligeiro e jocoso, mas, as vezes, afiava a língua e produzia o sarcasmo, espécie de “papo amarelo” na mão. É o comentário social que representa o melhor de sua obra. Como os outros poetas populares, ele devia sentir um desejo e mesmo uma obrigação, como poeta do povo, de criticar a falta de justiça daquela época, e de oferecer soluções, embora muitas vezes jocosas ou pessoais, para os problemas da sociedade (DIEGUES JÚNIOR, 1973, p. 281).

A temática política vai ser uma constante na produção cultural de Leandro Gomes de Barros onde ele critica constantemente o comportamento dos governantes, os desmandos da política na esfera municipal, estadual e nacional, sistema eleitoral, voto e

eleições, recorrendo à sátira, a ironia e ao tom humorístico, sem, contudo deixar de ser duro e contundente ao fazer suas denúncias, principalmente como pode ser exemplificado através dos versos do folheto de sua autoria de título de título **Panelas que muito mexem:**

Foi mesmo como a política
 Desse governo atual:
 Brasil é a panela,
 O estado bota o sal,
 O município tempera,
 Quem come é o federal
 (BARROS, 1915¹³,p.12).

Leandro de Barros em seus versos faz referências ao sistema monárquico em detrimento do sistema republicano, demonstrando certa simpatia pela monarquia não faltando criticas às formas republicanas. Porém convém observar que não se poderia exigir do poeta que o mesmo entendesse claramente as formas de governo com as suas respectivas distinções, haja vista que no Brasil, geralmente as mudanças ocorriam através de pactos das elites que dominavam o País não visando o bem da nação em geral, mas sim seus interesses pessoais, não importando também siglas partidárias ou doutrinas políticas. Ousamos dizer que, nem a elite entendia bem o significado da mudança na forma de governo, o que interessava (a elite) era ampliar sua participação no poder para alargar o seu domínio e tirar vantagens, desejo esse que era limitado pelo governo monárquico de D. Pedro II. Leandro insatisfeito com os altos impostos cobrados pelo governo republicano usa seu dom poético para protestar, a citar como exemplo o folheto datado de 1912, intitulado **A morte do bicheiro:**

No tempo da monarquia
 Os homens tinham capricho,
 Os pobres tinham dinheiro
 Que botavam até no lixo
 Homem não pagava imposto
 Mulher não jogava no bicho.

Então chegou a república
 Trouxe logo o desespero
 Rico não teve mais paz
 Pobre não viu mais dinheiro,

¹³ No folheto não consta a data de quando teria sido editado, porém a pesquisadora Ivone da Silva Ramos Maya que trabalhou diretamente com a fonte na Fundação Casa de Rui Barbosa (local onde se encontra os originais do folheto) é autoridade no assunto e situa a sua publicação entre 1915 e 1916. Outro indício que aponta para as possíveis datas se refere ao fato de que o folheto faz referência a grande seca que houve no Nordeste que se verificou no ano de 1915.

Ganha três, um para casa
Dois para imposto e banqueiro
(BARROS, 1912, p.1).

Leandro de Barros retrata em seus folhetos certo saudosismo em relação à Monarquia, talvez pelo fato dele vivenciar e ver a crise social agravar-se há seu tempo, na incipiente, desorganizada e excludente experiência republicana no Brasil, que em “nada” alterou no cotidiano das pessoas. A sua referência acerca da monarquia em seus versos também se dá, pelo fato deste crescer em um ambiente nordestino embalado pelo lendário mítico europeu de pomposas histórias de reis e príncipes, rainhas e princesas, fadas e bruxas, cavalheiros e damas com grande senso de justiça e bondade. Leandro que viveu parte de sua vida em Pernambuco provavelmente foi influenciado pelo fenômeno místico do Sebastianismo, que consistia na crença que o rei português D. Sebastião, que desapareceu em uma batalha em 1578, ressuscitaria e voltaria um dia para novamente conduzir Portugal e o Brasil rumo aos áureos tempo da Monarquia, trazendo justiça e paz para todos. No imaginário mítico europeu que apresenta em seu esboço às monarquias européias, as histórias são matizadas pelo ideal utópico, onde não aparece à exploração social, luta de classes, injustiça e opressão que caracterizaram as Monarquias européias. Leandro situando-se nesse imaginário coletivo de quem cresceu sob a égide do ideal monárquico, “defende” a Monarquia no folheto **As misérias da época**, apostando que a tributação excessiva não existiria na realidade da monarquia brasileira, quando formula:

Se eu soubesse que este mundo
Estava tão corrompido
Eu tinha feito uma greve
Porém não tinha nascido
Minha mãe não me dizia
A queda da monarquia
Eu nasci foi enganado
Para viver neste mundo
Magro, trapilho, corcundo,
Além de tudo selado
(BARROS, 1906, p.1).

Um detalhe na décima acima citada, é que o poeta Leandro faz referência à greve, recurso usado geralmente por trabalhadores, mas no Brasil a greve não era ainda uma realidade legal. Talvez o poeta, como sempre, atento aos fatos ocorridos em sua época teria já conhecimento da utilização do recurso da greve como forma de reivindicação, pois coincidentemente seu folheto foi publicado no ano em que no Brasil,

1906, foi também a data da fundação da Confederação Operária Brasileira (COB) por ação dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco o que representou a arrancada dos operários na luta por melhores condições de trabalho e salário. A Confederação Operária desde a sua fundação trazia em sua esteira de luta o recurso da greve.

É bem verdade que havia também histórias de heróis ordinários, vistos como anti-heróis que com sua sagacidade e esperteza conseguiam lograr êxito em suas peripécias mesmo vivendo em desvantagem em relação aos poderosos. A literatura de cordel foi influenciada pelo imaginário monárquico europeu, porém também criou e deu voz a personagens populares que mesmo em aparente desvantagem social se rebelaram contra o sistema e conseguiram “vencer” graças ao talento e genialidade destes heróis do povo a exemplo de João Grilo, Camões, Cancão de Fogo, Pedro Malasartes e Pedro Quengo que se insurgiam contra o sistema abusivo em benefício próprio e em algumas vezes das camadas populares da sociedade da época. A figura do anti-herói representa a resistência, artilosidade do homem ordinário em confronto com o sistema, sobressaindo-se e vencendo as circunstâncias adversas impostas por este mesmo sistema.

Leandro em seus folhetos mostra-se como um observador atento e vigilante aos acontecimentos do seu tempo, e como tal usa o seu talento poético, não somente para informar ao povo acerca dos acontecimentos políticos, como também para comentar e opinar acerca dos mesmos, usando-se da sátira e da ironia. A pesquisadora Ruth Lemos explica a forma de abordagem da temática por Leandro, observando que:

Na maioria dos poemas escritos por Leandro Gomes de Barros, os temas são tratados de forma satírica, o que em parte pode ser explicado pelo temor de repressão. Quando o poema nada tem de ironia e o poeta assume um tom violento e direto contra os poderosos, Tanto Leandro quanto Chagas Batista utilizam expressões tais como: Escrevi o que disseram-me/ E o que li nos jornais/Não sei se será exato/ Não disse coisa demais (TERRA, 1983. p. 76-77).

O poeta faz referência a acontecimentos políticos ocorridos desde o final do período monárquico no Brasil, até os anos iniciais da República. Muito embora Leandro haja nascido e vivido até os vinte e quatro de sua existência sobre a égide da monarquia, o mesmo só começa editar folhetos em 1893, quando tínhamos quatro anos de experiência republicana. Os registros históricos dão conta que Leandro de Barros em

seus folhetos não fez referência direta a pessoa do monarca brasileiro, D. Pedro II. Ainda que haja algumas comparações entre a Monarquia e a República em seus versos, o poeta se concentra mais firmemente a “analisar” e criticar as práticas republicanas de política vivenciadas ao seu tempo. Uma das raras referências que o poeta faz a membros da monarquia esta registrada no folheto de título: **Afonso Penna**, onde é feito o registro da visita do conde Conde D’Eu (marido da princesa Isabel), no ano de 1889 ao Recife – PE, exatamente no ano da proclamação da República:

Fazem dezesete annos
 Que o norte foi visitado
 O conde d’Eu veio aqui
 E foi muito festejado
 Veio agora Affonso Penna,
 Ninguém sabe o resultado
 (BARROS, 1906, p.1).

O poeta usa sua pena para queixar-se dos governos republicanos de Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca (presidentes do Brasil entre 1906 a 1914) época que Leandro começou a escrever folhetos, fazendo severas críticas a política econômica, o aumento da tributação e o endividamento do Brasil. Fica claro também em seus folhetos a exploração que a região hoje conhecida por Nordeste sofre em relação ao Sul, causando empobrecimento e agravando as desigualdades sociais. Ainda no folheto em destaque é perceptível o pensamento vigente da época onde se idealizava que os problemas do País seriam resolvidos por ação dos políticos (Afonso Pena) que iriam resolver os problemas do País e iam distribuir dinheiro para o povo, como podemos ver na estrofe dois:

O povo esperava
 Tudo por ali
 Que elle vindo aqui
 Tudo melhorava
 Julguei que ele dava
 Sacos de dinheiro
 Fiz um mealheiro
 Do tamanho de um jigo
 E disse comigo:
 Breve sou banqueiro
 (BARROS, 1906, p.1).

De forma geral, os cordelistas ao noticiarem os fatos políticos da época, evidenciam as queixas contra os governantes e os poderosos, a opressão dos coronéis, em nível local e dos oligarcas em nível estadual. Os poetas denunciam as violências

praticadas contra os eleitores e a oposição e condena a mercantilização do voto. As críticas se dividem e visam atingir o governo local e também o federal, com vemos no folheto **O imposto e a fome:**

Disse o imposto- isso é nada
 O Brasil está todo exposto,
 Enquanto existir governo
 Reina fome e o imposto,
 Os presidentes de Estados
 Dizem morram os desgraçados
 Ficando nós tudo é gosto
 (BARROS, 1909, p.2).

Os acontecimentos internacionais não ficaram de fora das críticas do poeta Leandro de Barros principalmente quando estes dizem respeito a fatos que influenciam ou trazem consequências à sociedade brasileira. Sendo assim podemos incluir seus versos ao tematizar os assuntos internacionais como parte da cultura política brasileira. Foi assim quando o poeta reportou-se a primeira guerra mundial e a chegada do trem no Brasil. Leandro viveu durante o período em que o trem e conseqüentemente as estações ferroviárias chegaram ao Brasil, como símbolo do progresso e desenvolvimento. A responsabilidade das construções ferroviárias ficou a cargo da empresa inglesa Great Western que em todo o Brasil explorou a mão-de-obra dos operários, com jornadas de trabalho desumanas, pagando baixos salários. Outros Países, a exemplo da Inglaterra, estavam de olho também no mercado consumidor brasileiro. Esta exploração não passou despercebida pelo poeta que dedicou vários folhetos para denunciar e criticar esses desmandos, como a exemplo do folheto **Os coletores da Great Western:**

Os condutores coitados
 Nada poderão fazer
 O ordenado que ganham
 Não dá nem para comer
 Se não for um econômico
 Está no caso de morrer.

E se alguém for reclamar
 Diz-lhe o inglês, o senhor
 Deve agradecer a mim
 Ter trem seja como for,
 Mim bota trem em Brasil
 Para fazer-lhe favor
 (BARROS, 1916, p.4).

O poeta viveu e escreveu seus versos durante o período histórico em que ocorreu a política salvacionista, onde o presidente Hermes da Fonseca julgou ser possível alterar

a correlação de forças políticas entre as oligarquias dominantes tradicionais, beneficiando aliados políticos que eram ligados às oligarquias menos influentes que apoiavam seu governo. Contando com o pleno apoio de parcelas da oficialidade, ou seja, militares importantes e políticos de sua família, Hermes da Fonseca idealizou a política salvacionista. Ela baseou-se em intervenções militares nos Estados, para destituir os governadores e substituí-los por outros que seriam nomeados pelo próprio Presidente da República. Em defesa da política salvacionista, Hermes da Fonseca valeu-se dos argumentos de que seu propósito era o de sanear as instituições republicanas e acabar de vez com a corrupção. Mas seus reais objetivos eram outros. Na prática, a política salvacionista refletia claramente o modo como se travava a luta pelo poder político na Primeira República, onde as oligarquias se revezavam no poder. Leandro de Barros publicou em 1912 o poema **O novo balão**, onde ele condena claramente a oligarquia. No folheto o personagem folclórico ligado as festividades juninas, São João pergunta ao tripulante Gino como vai o Brasil:

São João perguntou a Gino
O Brasil cá como ia,
Se já tinham levantado
A força da oligarquia
Disse Gino essa coitada
Só está esperando o dia.

Pernambuco e Maceió,
Esses já pegaram fogo,
Bahia venceu a tiro
Não precisou muito rogo,
Paraíba e Ceará,
Esses ainda estão no jogo
(BARROS, 1912, p.6).

A conturbada política salvacionista recebe destaque em muitos folhetos de Leandro de Barros e de seu genro Francisco Chagas Batista, onde a pesquisadora Ruth Lemos interpreta os versos poéticos e pondera que:

[...] na maioria dos folhetos sobre as “salvações do Norte, a conclamação a luta é feita citando os ideais de liberdade do povo “livre do Norte”. A revolta é caracterizada como justa, necessária e o momento é propício. Passeatas e combates travados entre o povo e a polícia dos oligarcas são mencionados. Contudo, não é o povo, cujas ações descreve-se com entusiasmo, e cuja bravura se exalta a todo momento, que liberta os Estados das oligarquias. As salvações não resultam da luta do povo, mas de “salvadores” nas pessoas dos candidatos militares ao governo (TERRA,1983, p. 120).

Os poetas populares de forma geral condenam explícita ou implicitamente as oligarquias dominantes, hostilizadas e reprovadas em seus versos. Após a vitória da oposição o tom dos poemas muda ou radicaliza-se e os poetas ousam falar contra os oligarcas e seus seguidores. Grande parte da produção poética de Leandro se deu no Estado de Pernambuco. Pernambuco como lugar de onde fala o poeta, diz muito e permite ao poeta deixar-se ser influenciado pelo espírito contestatório peculiar ao povo, que participara de movimentos nominados como: Revolução de 1817, Confederação do Equador, Revolução Praieira e Revolta de Quebra-quilos. Embora Leandro de Barros tenha se colocado inicialmente a favor da Monarquia, o mesmo foi influenciado pelo espírito republicano pernambucano posicionando-se sempre contra as oligarquias e denunciando as mazelas do sistema. Leandro de Barros em seus versos chega a evocar alguns chefes de revoltas como Frei Caneca e José de Barros Lima, que participaram da “Revolução” de 1817, enxergando-os como heróis libertários confirmando a vocação pernambucana de resistir às amarras do sistema.

Ao tempo que houve a “Revolução” Praieira em Pernambuco, no ano de 1848, Leandro de Barros ainda não era nascido, mas já vemos sementes poéticas brotando da terra denunciando a concentração das terras e poder político nas mãos de oligarquias como a da família Cavalcanti. Uma demonstração dessa vocação do povo está expressa nos versos, atribuídos a Jerônimo Vilela de Castro Tavares, que circulavam a época e que dizia:

Quem viver em Pernambuco
Há de estar desenganado,
Ou há de ser Cavalcanti
Ou há de ser cavalgado
(TAVARES, s.d.)

Um mergulho pela história do Brasil nos possibilita perceber através das insurreições e manifestações que a população brasileira em todos os recantos do País no espaço a ela permitido se moveu entre astúcias contra o sistema, oferecendo resistência as formas de exploração a que era submetida no campo e na cidade, mas contudo em determinados momentos deixando transparecer que se submetia e concordava com as condições impostas pelos seus algozes. Os fatos revelam que por trás da propalada ingenuidade e submissão popular se escondia uma sorrateira intromissão no campo do inimigo mesmo estando taticamente sob as suas vistas. Os poetas populares como filhos do seu tempo também foram artífices dessa resistência usando como instrumentos os

seus versos que polissemicamente deixam nas entrelinhas alguns “condimentos” para dar algum sabor popular na panela que está no fogo sob os cuidados da cozinheira conhecida como “Dona Política” conforme veremos em seguida.

1.4. Panelas que muito mexem: o guisado da política

Os poetas populares nordestinos utilizando-se da oralidade das cantorias ou da criatividade em compor versos para folhetos, tornaram-se conhecidos internacionalmente por cantar a sua terra (Nordeste), exaltando suas belezas e vicissitudes, mas também por expressar os sofrimentos e anseios do seu povo e representando suas práticas culturais construídas ao longo da história. Os poetas populares no passado e no presente em sua grande maioria são nordestinos. Uma das temáticas sempre presentes no universo da produção cultural do cordel foi destacadamente a dos acontecimentos políticos, ora enfatizando os feitos memoráveis ou reprováveis na conduta de determinados políticos, ora denunciando os desmandos (corrupção) da política bem como alertando, informando e conclamando os eleitoras a posicionarem-se diante de determinadas tendências políticas, numa tentativa de “conscientizar” os seus leitores. Também é perceptível que alguns poetas populares desde o início de sua saga artística apresentavam certas tendências a um engajamento social utilizando-se de seu talento e prestígio junto ao público para denunciar os desmandos da política, e alertar a população sobre as sutilezas das práticas políticas correntes no Brasil.

Embora muitos poetas populares em suas produções cordelistas expressassem certo conservadorismo, em defesa dos interesses das classes detentoras do poder, sendo assim reprodutores e vítimas deste poder. Não se pode rotulá-los pejorativamente de alienados e de não ter consciência política. Esse discurso foi engendrado ao longo da história responsabilizando o povo, sobretudo nordestino pobre e analfabeto pelos problemas do País. O poeta ao reproduzir a ideologia dominante não o faz simplesmente por ingenuidade, pela sua condição social ou pelo grau de instrução que o mesmo ostente. Condição social e grau de instrução educacional não são necessariamente indicadores de consciência política. Estes poetas são atores sociais que juntamente com os demais atores da sociedade (sem exceção), independente da condição social e do grau de escolaridade encenam dentro do espetáculo da política insuflados sutilmente por um “poder invisível” que estrategicamente se articula no canário de representação da

política, contando com a cumplicidade de “todos” que compõem a sociedade. Bourdieu defende em seus escritos que: [...] “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 2001, p.7). Consciente ou inconsciente esse poder conta com a conivência daqueles que se deixam dominar, “colocando-se” a serviço da propaganda, aliciamento e alienação em prol dos mandatários do poder.

Os poetas populares a exemplo de “todas” as outras produções culturais reproduzem assim os modelos hierarquizantes de desigualdades sociais, e dos instrumentos de dominação. No entanto a literatura de cordel está longe de ser uma produção cultural unilateral e homogênea que somente reproduziu os discursos e práticas das classes dominantes, na verdade outros tantos poetas populares se insurgiram, burlaram e produziram discursos polifônicos e polissêmicos deixando margens para interpretações diferentes das que foram veiculadas oficialmente, apontando assim indícios que demonstram que o povo nordestino tantas vezes acusado de não ter consciência política e de ser apenas massa de manobra indiferente aos acontecimentos políticos, resistiu, lutou e ocupou espaços que demonstram suas estratégias de atuação e participação efetiva no campo das práticas políticas. Na verdade como evidenciou Certeau, essa aparente indiferença e passividade do povo em relação à participação política engajada, também demonstrou uma estratégia usada para que, atuando taticamente nos espaços de aparente submissão “minassem” as estruturas políticas de dominação.

No universo temático da política representado pelos folhetos de cordel, registramos mais de oitocentos títulos de folhetos que tratavam desta temática, e que desde o seu início já demonstrava certo grau de envolvimento com as questões políticas e seus desdobramentos, como podemos evidenciar através dos folhetos escritos por Leandro Gomes de Barros, quando este começou a escrever e editar folhetos em 1893, fazendo registro dos primeiros anos da República no Brasil, seus governos em todas as suas esferas. Leandro denunciou os altos impostos cobrados pelo governo, o descaso dos governos com relação às necessidades do povo, os conchavos políticos das oligarquias, a opressão dos coronéis, as injustiças sociais decorrentes das tramas políticas.

Embora não se possa atribuir ao Leandro o que se convencionou chamar de consciência política, é significativo que este tenha denunciado os desmandos da política

em um tempo de opressão e de ausência de liberdade de expressão. Leandro Gomes de Barros, em alguns dos seus folhetos, como já evidenciamos, mostrou-se simpatizante da monarquia e vivenciou o período do fim da Monarquia e dos primeiros anos da República. Porém o fato do poeta defender em seus versos alguns aspectos da Monarquia, não se constitui em indicador de ingenuidade e imaturidade política, haja vista que a época a incipiente República era vista por “todos” com certa desconfiança. O poeta Leandro Gomes de Barros como mediador do povo e “originador” no Brasil da literatura de cordel foi uma voz que tematizou a política revelando várias facetas da cultura política nordestina e brasileira. Leandro, segundo consta era bem informado dos acontecimentos políticos e em geral, e como tal, soube utilizar-se do seu dom poético, da sátira e da ironia para interpretar e informar ao seu público acerca dos fatos da política local, regional e nacional de sua época de forma crítica.

Como já foi dito anteriormente Leandro, que vivera entre 1865 a 1918, retratou e opinou a respeito de quase todos os presidentes republicanos de sua época (Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Venceslau Brás) não perdendo a oportunidade de criticá-los e alertar o povo em geral. A cultura política brasileira começa a se delinear a partir das obras de Leandro e sua preocupação em descrever, interpretar os acontecimentos políticos de sua época. Um dos poemas de Leandro mais significativos sobre o tema tem como título: **Panelas que muito mexem os guizados da política**, que foi editado entre 1915 e 1916. O título do poema já traz em seu cunho a representação do que o poeta pensa da política imaginando um “guisado” indicando um cenário de representação de interesses que “muitos mexem”. O poema é uma alegoria comparativa, onde o poeta usa a linguagem simples da cozinha e da comida típica do Nordeste para ilustrar a forma como as práticas políticas são construídas e conduzidas. O Brasil é representado como sendo uma panela, a política é retratada como sendo a cozinheira “que bota fogo na panela”:

O Brasil hoje que está
Figurando uma panela
A política cozinheira
Está tocando fogo nela
Mas tem mil mortos a fome
Por ali ao redor dela.

Foi mesmo como a política
Desse governo atual,
O Brasil é a panela,
O Estado bota o sal,

O Município tempera
 Quem come é o Federal
 (BARROS, 1915, p.9).

O poeta faz uma análise da conjuntura política do Brasil englobando em seus versos os governos republicanos de Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914) que é o governo em curso que o poeta está a comentar e a comparar com os seus antecessores apontando que o equilíbrio para governar os problemas do Brasil ainda não fora encontrado:

E o Brasil e á panela
 Que ainda ninguém graduou-a
 Afonso Pena mexeu-a
 Nilo Peçanha salgou-a
 Hermes agora botou água
 Dessa vez sim desgraçou-a
 (BARROS, 1915, p.13).

Observamos que não é de hoje a tendência de se culpar os antecessores pelos problemas enfrentados pelos que governam na atualidade. Essa tendência é conhecida em nossos dias popularmente como a “política do retrovisor” onde estrategicamente ao assumir o governo em qualquer instância se costuma culpar os antecessores pelos entraves para se governar tal qual foi prometido durante a campanha política. As críticas aos governos antecessores só não ocorrem quando o governante sucessor pertence ao mesmo partido ou grupo político. Podemos por assim dizer que está prática de culpar governos antecessores faz parte da cultura política de parlamentares eleitos. Leandro relata em seu folheto as queixas dos governos e seus entraves para solucionar problemas com relação aos seus antecessores:

E ninguém pode entender
 O juízo que se faz
 Um diz: ela estava insossa
 Nilo botou sal demais
 Hermes botou água e diz
 O erro já vem de trás
 (BARROS, 1915, p.13).

O poeta ressalta ainda em seus versos a supremacia política dos “Estados do Sul” (referência aos Estados da atual região Sudeste) com destaque para Rio de Janeiro (capital do Brasil a época), São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul (atual região Sul) em relação aos “Estados do Norte” (referência aos Estados da atual região Nordeste) com destaque para Pernambuco, Alagoas e Ceará. Os versos deixam clara a

centralização do poder em torno das províncias (Estados), que são privilegiados pelo governo central em detrimento dos demais Estados do Brasil:

O Brasil um burro velho
Que já está de língua branca
Tanto peso em cima dele
Esse desgraçado estanca
O Rio montou-se no meio
São Paulo saltou na anca.

O Rio de Janeiro diz
Eu sou o dono do burro
O Rio Grande do Sul
Diz não o dou nem a murro
Embora que nossa terra
Fique fedendo a esturro
(BARROS, 1915, p.14).

A tradição começada por Leandro de tratar da temática política dentro de um prisma participativo e de perspectiva engajada foi seguida pelos seus sucessores nordestinos que usaram a habilidade da retórica para fazer a leitura de sua própria época de acordo com a visão popular. A propalada ingenuidade do nordestino e dos seus poetas populares não parece ter sido regra. A história registra a participação popular em muitos movimentos e manifestações, mostrando que a “cordialidade” do brasileiro tem limites. Podemos citar como exemplo a já mencionada participação popular na Revolta de Quebra-Quilos em 1874, onde o povo nordestino cansado dos altos impostos e do descaso do governo imperial com as necessidades do povo passou a quebrar os quilos que representavam o novo sistema de pesos e medidas que fora instituído pelo governo sem explicar ao povo da importância e benefícios que estes trariam para as suas vidas.

Michel de Certeau (2003) aponta que essa aparente conformação e submissão do homem ordinário queles que o oprimem e dominam sobre ele se constitui em uma estratégia para ganhar espaço na disputa, aonde sutilmente ele vai oferecendo resistência e auferindo vitórias sem que os oponentes tenham consciência disso. Talvez devamos interpretar que o poeta popular ao reproduzir e retratar em seus versos os acontecimentos políticos reproduzindo os discursos dominantes conduz em suas palavras a ironia e a sátira daqueles que se insurgem silenciosamente usando da polifonia. Outros tantos poetas populares escreveram folhetos sobre a temática política e seus desdobramentos mesmo sem ter necessariamente algum engajamento político. Refiro-me aos poetas que escreveram folhetos “encomendados” por políticos que viam na literatura de cordel um influente e eficaz meio de alcançar e atrair os seus eleitores,

de forma clara, direta e popular numa linguagem peculiar ao povo. O poeta ao escrever o folheto encomendado nem sempre tinha algum vínculo ou simpatia com a ideologia, partido ou candidato para quem produzia o folheto. O poeta apenas usava o seu dom poético na produção da obra para obter algum lucro. A obra era produzida a partir de quando o político lhe passava sua biografia, suas propostas e intenções com relação ao pleito. O poeta de posse destes dados produzia o folheto que ao final de seus versos apelava para que o eleitor sufragasse em favor do candidato. A prática de produzir folhetos de propaganda política visando pleitos eleitorais se tornou comum no cordel a partir do momento que no Brasil o voto se tornou secreto, obrigatório e passou a incluir as mulheres como votantes.

1.5. O Cordel e a propaganda de papel do político

Alguns poetas iam além de seu compromisso comercial com o político e endossavam suas propostas e assumiam publicamente a sua opção de voto pelo mesmo. A declaração do voto ao candidato que encomendara o folheto também pode indicar que o poeta apenas o fizesse para garantir outros trabalhos futuros ou tirar algum proveito da situação. Essa prática de escrever folhetos de “encomenda” entre os poetas pode ser evidenciada a partir de alguns exemplos como os folhetos **Candidatura Albano Franco o camisa 10** de Manoel de Almeida Filho, **O Cariri é comigo: Manoel Gaudêncio deputado estadual** de Arnor, **Carlos Candeia o médico e amigo do povo candidato a deputado estadual PMDB nº 15226** de Antônio Américo Medeiros, **Um moço chamado Juca** de Zé Laurentino, **Para vereador Bendito Nunes Pereira nº 1608 PDS** de Samuel Nunes e **MDB a bravura de uma mulher Cristina Tavares Correia deputado federal nº 299** de José Francisco Soares que a exemplo dos outros poetas apela abertamente aos eleitores que votem na sua candidata, assumindo o seu voto na mesma:

Dia quinze de novembro
 Não vai haver descalabro,
 Não vou atender ninguém
 Nem candidato nem cabo,
 Emburaco na cabine
 Voto em Cristina e não abro
 (SOARES, 1978,p.7).

Ao escrever sobre o candidato que encomendara o folheto o poeta se utiliza do

seu prestígio enquanto trovador reconhecido, descrevendo geralmente a biografia do candidato, suas ações de governo (caso ele já tenha sido eleito anteriormente) fazendo apologias a figura do candidato tentando assim induzir o eleitor a votar nele. Vejamos mais um exemplo de um folheto de “encomenda” onde o autor usa o pseudônimo de Arnor com o título **O cariri é comigo Manoel Gaudêncio deputado estadual**. O folheto seguindo as características que lhe são peculiares (encomenda) rende loas ao candidato e convida o eleitor a votar no mesmo:

Amigos paraibanos
 Pense bem no meu dizer
 Na hora que for votar
 Vote em que merecer
 Vote em Manoel Gaudêncio
 Para não se arrepender

É um deputado bom
 Para todos nós votar
 Que tem trabalhado muito
 Ainda vai trabalhar
 Não despreza a região
 Toda semana está lá
 (ARNOR, 1986, p.8)

Nem todos os poetas que faziam folhetos de temática política por encomenda, visando promover a imagem do político, assinavam as obras como sendo suas, na verdade em muitos folhetos a autoria é atribuída a um “autor desconhecido” ou anônimo e produzido em larga escala objetivando alcançar o eleitorado do postulante. Entre as possíveis razões pelas quais os poetas não assumiam a autoria destes folhetos se dava pelo fato do poeta não querer se comprometer com o político por este ter em sua trajetória política algo que desabone a sua conduta, vindo assim a perder espaço e credibilidade. Outra possível razão se dava pelo fato de que assumindo um determinado político, partido ou ideologia o poeta estaria restringindo o seu campo de atuação impedindo-o de utilizar seu talento poético a serviço da situação e da oposição para auferir alguma vantagem, e ainda outro motivo seria pelo fato de que o anonimato não traria implicações jurídicas ou processuais pelo que fora dito pelo poeta no folheto em relação ao candidato de oposição ou situação. É significativo o número de folhetos escritos sobre a temática política onde o poeta não assume a sua autoria. Podemos citar como exemplo os folhetos de títulos: **O menino Zé que ia ser Padre e se tornou advogado ou o nosso deputado Zé leite, João Agripino, Cordel de um poeta guarabirense: Robson Paulino deputado federal nº 1502, Vote deputado federal**

Edivaldo Motta o defensor dos pobres.

Na Paraíba no ano de 1990 na eleição para governador foi lançado um folheto anônimo de título **O Diabo do calibre 12 contra o Anjo da Poesia**. Este folheto é um exemplo do que mencionamos acima. O folheto versa sobre os dois principais candidatos ao governo. O cenário de representação é composto da seguinte forma: O primeiro candidato de nome Wilson Braga é representado em um desenho na capa do folheto como sendo o Diabo “vestido” de armas e “bombas” e um número doze (12) estampado no peito que é o número do seu partido, mas que é utilizado como sendo o calibre de uma arma de fogo, enquanto que o outro candidato de nome Ronaldo da Cunha Lima é representado por um anjo que traz em suas mãos uma viola. O Wilson Braga é apresentado na imagem como estando embaixo no plano inferior, enquanto que o Ronaldo é apresentado em figura celestial como estando acima no plano superior:



A referência feita ao candidato Ronaldo Cunha Lima como sendo o “anjo da poesia” diz respeito também, ao fato do mesmo ser um poeta que em sua trajetória política sempre fez uso do seu dom poético para matizar os seus

discursos e atrair para si a simpatia dos eleitores. O Ronaldo Cunha Lima se notabilizou e se tornou conhecido nacionalmente como poeta após participar em 1988, de um concurso em um programa na rede de televisão Manchete de nome **Sem Limite**, onde o poeta Ronaldo respondia perguntas feitas sobre o conhecido poeta paraibano Augusto dos Anjos. O que chamava a atenção era o fato do poeta e político responder as perguntas a ele feitas todas em versos. Outro episódio pitoresco ocorrido na vida do político poeta se deu quando o mesmo sensibilizado ao saber da prisão do violão de alguns boêmios que estavam fazendo uma serenata em junho de 1955, escreveu uma petição em forma de soneto pedindo ao juiz que liberasse o violão. Nos versos intitulado de *Habeas Pinho*, o poeta mostra toda a sua habilidade poética para convencer o juiz de liberar o violão, como podemos observar no exemplo de alguns versos citados abaixo:

O instrumento do “crime” que se arrola
Nesse processo de contravenção
Não é faca, revolver ou pistola,
Simplesmente, Doutor, é um violão

Um violão, doutor, que em verdade
Não feriu nem matou um cidadão
Feriu, sim, mas a sensibilidade
De quem o ouviu vibrar na solidão

Seu viver, como o nosso, é transitório.
Mas seu destino, não, se perpetua.
Ele nasceu para cantar na rua
E não para ser arquivo de Cartório.

Liberte o violão, Doutor Juiz,
Em nome da Justiça e do Direito.
É crime, porventura, o infeliz
Cantar as mágoas que lhe enchem o peito?

Após receber a petição em versos o juiz Arthur Moura, convencido da missiva resolve atender ao pleito libertando finalmente o violão. O juiz também responde e atende o pleito em versos:

Recebo a petição escrita em verso
E, despachando-a sem autuação,
Verbero o ato vil, rude e perverso,
Que prende, no Cartório, um violão.

Emudecer a prima e o bordão,

Nos confins de um arquivo, em sombra imerso,
É desumana e vil destruição
De tudo que há de belo no universo.

Se grato for, acaso ao que lhe fiz,
Noite de luz, plena madrugada,
Venha tocar à porta do Juiz.
(LIMA, 1959).

Os versos anônimos, inicialmente apelam para consciência do eleitor convidando-o a julgar entre as duas candidaturas num jogo maniqueísta de bem e mal, de anjo e demônio, deixando implícito os supostos crimes de assassinato que ao candidato Wilson são atribuídos quando ele era governador:

Pegue cada candidato
E observe com atenção,
Se é honesto ou ladrão,
Se mandou matar alguém
E se alguma mancha tem
Na justiça ou na polícia
- se houver uma notícia,
Esse homem não convém.

Foi o governo do crime,
Do assassino cruel,
Do bandido de aluguel,
Com direito a proteção
De quem lhe armava a mão
Pra novas vidas ceifar,
Foi o jornal publicar
E mataram Paulo Brandão
(1990, p.1 e 5).

Percebe-se ao longo do folheto e a partir da própria capa o uso de símbolos e discursos religiosos visando divinizar um candidato e demonizar o outro, nunca clara apelação ao sentimento religioso presente na cultura brasileira. A utilização do misticismo religioso se constitui também em uma característica presente nas práticas políticas do Brasil. Os versos seguintes comparam os dois políticos apontando os supostos defeitos do Wilson Braga (demônio) sendo apresentado como corrupto e as virtudes do Ronaldo Cunha Lima (anjo) apresentando-o como o candidato ideal para salvar e redimir o estado da Paraíba:

No dia 3 de outubro
Deste ano de noventa,
Toda Paraíba, atenta
Entrará numa eleição,

Pra votar de coração,
 No candidato da paz,
 Naquele que é capaz
 De trazer a redenção

Desta vez, vamos votar
 Com coragem e rebeldia,
 Escolhendo, com alegria,
 Aquele que está por cima
 E que é melhor na rima
 De trabalho e honradez:
 Em Ronaldo Cunha Lima!
 (1990, p. 2 e 4).

Ainda identificamos outra modalidade de anonimato dos poetas populares, que consiste na prática de alguns poetas, de colocarem um pseudônimo para assim ficarem isentos e não assumirem a responsabilidade pelas palavras ditas. Essa prática é comum principalmente quando o poeta escreve folhetos com um tema que no conceito popular fogem a regra da moral e dos “bons” costumes, como quando ele versa sobre sexo, aborto, homossexualismo, prostituição e política. Podemos citar como exemplo do uso de pseudônimo com relação à temática política o folheto intitulado **Um poeta no governo** editado em 1993 O folheto faz uma descrição apologética dos três primeiros anos de mandato do governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima, porém o autor não assume a autoria vindo a utilizar o pseudônimo de Zé da Viola. Ao que parece o folheto em questão deve ter sido encomendado pelo governador citado e os versos deixam claro o objetivo do folheto:

Com três anos de governo,
 Já se pode avaliar,
 Que o povo, para acertar,
 Deve escolher com firmeza.
 Foi Ronaldo Cunha Lima
 Que deu a volta por cima
 E acabou com a incerteza.

Agora, o que a gente vê,
 Nos quatro cantos do Estado,
 É obra pra todo lado
 Sem dever nada a ninguém.
 É a Paraíba sorrindo,
 Muito feliz aplaudindo,
 O governo que ela tem
 (1990, p. 6).

O uso do anonimato e de pseudônimos por parte dos poetas populares ao escrever alguns folhetos de temática política, principalmente quando se trata de fazer

propaganda de um candidato evidenciam uma forma de participação política indireta e descomprometida podendo ser interpretada com uma prática de mercantilização política por parte do poeta popular. O poeta popular ao versar a respeito da política usa toda a sua ironia e sátira para mergulhar no imaginário popular fazendo uma incursão pelos temas da política que povoaram a memória coletiva e formaram entre práticas e representações o universo da cultura política brasileira. O poeta discorre assim em seus versos os temas da política que foram “caros” a época em que foram produzidos atraindo grande interesse popular o que pode ser comprovado pelo significativo número de folhetos, escritos sobre temas que perpassam a política nacional, principalmente quando estes destacaram o imaginário político expresso no cordel a respeito da figura do candidato, dos partidos políticos, da relação paternalista do Estado brasileiro e das lutas e manifestações populares pelo retorno das eleições diretas. Veremos assim a seguir os principais temas da política que mereceram destaque à luz da literatura de cordel.

CAPÍTULO II – TEMAS RECORRENTES DO CENÁRIO POLÍTICO BRASILEIRO A LUZ DO CORDEL

Em nossa incursão pela literatura de cordel na seara da política percebemos que vários subtemas se entrecruzam pulverizados em questões intimamente entrelaçadas nos permitindo percorrer o imagético e representativo mundo da política perpassado através do imaginário político popular de diferentes ângulos e perspectivas retratados pelos cordéis. Dentro dos subtemas aqui elencados, e que são destacados nos folhetos que nos ofereceram esse mergulho pela cultura política do Brasil destacamos as reflexões acerca da representação dos agentes políticos, da visão que os folhetos apresentam acerca dos partidos políticos no Brasil, a representação do Estado, a representação da política no universo místico religioso e por fim a representação da corrupção política. Estes subtemas foram arrolados aqui para análise e identificação de traços característicos da cultura política brasileira pelo expressivo número de folhetos que tratavam acerca destes subtemas que servem assim de termômetro para mensurar o quanto a política é presente no cotidiano do povo brasileiro é o que veremos a seguir em nosso passeio pelos subtemas da política aqui arrolados.

2.1. A representação do político na Literatura de Cordel

Dentro da temática política explorada pela literatura de cordel, a imagem que foi construída ao longo da história acerca da figura do político seja ele ainda candidato ou já eleito para um cargo eletivo, é percebida como sendo ele o protagonista no cenário de representação política. Essa ênfase em torno da pessoa do ator político enquanto candidato (antes e depois das eleições) é ressaltada por Schwartzberg ao defender que: “A política, outrora, eram as ideias. Hoje, são as pessoas. Ou melhor, os personagens. Pois cada dirigente parece escolher um emprego e desempenhar um papel. Como num espetáculo” (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 9). O político é visto assim, como agente de transformação da realidade brasileira, para quem se canaliza a esperança e anseio popular. É para a figura do político que polifonicamente se canaliza toda a ojeriza e repúdio popular como sendo estes os reais responsáveis pela decadência econômica e social do País. E através deste misto de discursos entrecruzados e por vezes paradoxais que a literatura de cordel representa simbolicamente e interpreta o ser político e sua atuação dentro da perspectiva popular que se expressa através da cultura

política. Os acontecimentos e fatos políticos bem como a atuação do político (informados principalmente pelos meios de comunicação nos quais o cordel está incluso) são os elementos que possibilitaram a população brasileira construir e formar o seu “juízo de valor”, significando e ressignificando a imagem do político e da política.

A imagem do político que tem se construído ao longo da história do Brasil na perspectiva do cordel, oscila entre herói e bandido, salvador e “destruidor” que culmina com traduzir-se a sua imagem pelo maniqueísmo dialético interpretado pelo papel de “bom” ou “mau” político. A visão construída da imagem do político no Brasil e sua representação se constituem em uma das características da cultura política nacional. A literatura de cordel acompanha e participa da construção dessa imagem que de início era personalizada pela figura do político representado no papel de um herói, de um pai protetor e provedor, de um homem ordinário, de um líder charmoso, de um mafioso corrupto entre outros. No Brasil as imagens oscilam ao longo do tempo, porém nos últimos anos a figura do político em grande parte é associada a um ser inescrupuloso em decorrência das práticas corruptas de desvio de dinheiro, peculato, nepotismo entre outros predicados. A imagem do político no Brasil associada a atos de corrupção com mais veemência passou a ser explorada após a ditadura militar, mais precisamente a partir do governo Collor, que entra para história como o primeiro Presidente a ser cassado e impedido de governar no ano de 1992, por ter se envolvido em escândalos de corrupção. Desde então essa imagem é disseminada tal como observa Magalhães (1998, p. 47), “existe uma identidade comum – ser político – que extrapola qualquer outra: bastou ser político pra ser mentiroso, prometer e não cumprir, entrar *lá* e esquecer de tudo [...]”. Anteriormente a figura do político era associada a alguns presidentes no papel de pai protetor (Vargas), de homens considerados cultos e “capacitados” a governar (JK), e a um mártir que estaria disposto a sacrificar-se pelo país (Tancredo Neves). O poeta Varnecki Santos (2006) traça o que considera o perfil do político brasileiro oscilando entre a imagem real e a idealizada, associando o político na atualidade a figura de um malandro, mentiroso, desonesto em suma a alguém corrupto que pratica toda sorte de ilicitudes no exercício do poder. É nesta perspectiva destacada no folheto **Perfil do político brasileiro** que a imagem construída é delineada em seus versos, quando expõem as suas supostas características:

Ser enganador, mentir
Enrolar, ser trambiqueiro

Gostar de fazer promessa
 Não pagar, ser trapaceiro
 Eis os requisitos básicos
 Do político brasileiro.

Fazer tudo por dinheiro
 Detestar pessoa séria
 Não importar se o povo
 Tá morrendo na miséria
 Quando escutar falar dela
 Achar que isso é pilhéria
 (NASCIMENTO, 2006, p.1).

O poeta prossegue elencando satiricamente e ironicamente os pré-requisitos para ser político segundo o imaginário popular destacando de forma polifônica a “graduação e pós-graduação” necessária para atuar no cenário da política. A ironia está no fato de que na verdade no imaginário popular é muito importante que o político seja letrado, um “doutor”, ter “preparo” para exercer o cargo. O poeta ironiza esse paradigma popular em seus versos:

Senador ou deputado
 Quem quer ser, vai se tornar
 Graduado em trambicagem
 Pós-graduado em roubar
 Mestre em negociata
 E doutor em subornar
 (NASCIMENTO, 2006,p.1).

O poeta ao delinear mais algumas características pelas quais um político é identificado, acaba por explicitar comportamentos executados por políticos que são refletidas na prática usual do povo brasileiro corroborando com a ideia de que o comportamento transgressor não é exclusividade do político e sim um traço característico de parte considerável da sociedade brasileira independente de classe social e que é justificado como sendo um “jeitinho” de se resolver um problema. A esse respeito a antropóloga Livia Barbosa mostra como esse “jeitinho” é definido:

[...] é sempre uma forma “especial” de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida; ou uma solução criativa para alguma emergência, seja sob a forma de burla a alguma regra ou norma preestabelecida, seja sob a forma de conciliação esperteza ou habilidade (BARBOSA, 1992, p. 32).

Os versos denunciam assim a falta de espírito público por parte dos brasileiros que se queixam dos políticos por sua conduta corrupta e acabam por reproduzir em

termos práticos em outras instâncias os mesmos comportamentos que são por eles reputados como repugnáveis. Existe assim um discurso que verbaliza discordância porém uma prática contrária ao que diz acreditar e defender. Essa prática diferente que se entrecruza de forma paradoxal popularmente se traduz ironicamente pela máxima que diz “faça o que digo, mas não faça o que eu faço”. O político conforme é apresentado nos versos deveria representar o papel de homem público preocupado com as causas populares, que se indigna com a prática de atos de corrupção embora que a pratique, ou seja, ele deve aparentar:

Ficar muito indignado	Ser contra a corrupção
Com roubo e enrolação	Só que aparentemente
Se assaltarem o dinheiro	Criticar sempre os ladrões
Do erário da nação	E pousar de inocente
Denunciar a justiça	Mas, dentro dos gabinetes
Sendo você o ladrão	Ser Ser ladrão eficiente

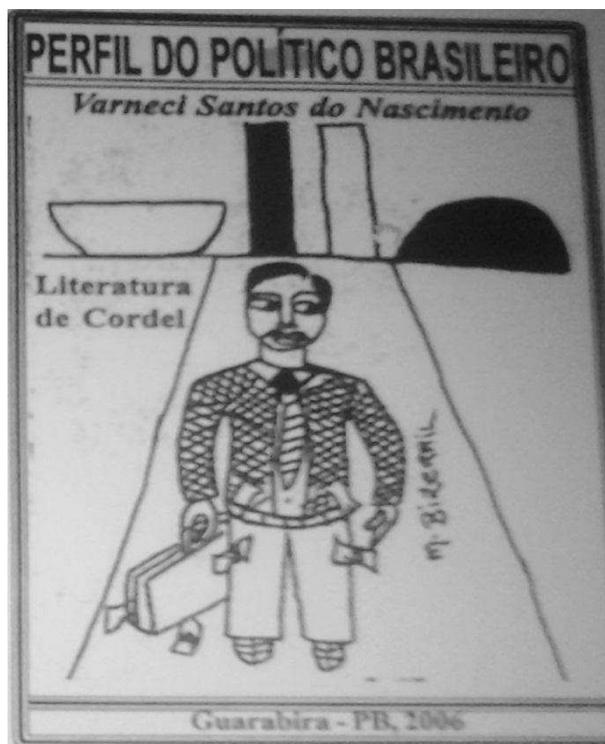
(NASCIMETO, 2006, p.3).

O poeta em seus versos detecta outro detalhe do comportamento do político no imaginário popular que expressa o seu *modus operandi* do político no cenário da política mostrando claramente que o político representa e aparenta o papel de homem público que não compactua com atos ilícitos e é até capaz de expressar indignação com a prática da corrupção e no entanto na hora de demonstrar o que aparenta o mesmo age de forma corporativa e paradoxal quando ele se prevalecendo do voto secreto, vota para que um companheiro parlamentar seja absolvido caso ocorresse a possibilidade de algum deles ser cassado por ilicitudes:

Pra imprensa e toda gente
 Claramente demonstrar
 Que não quer como colega
 Quem não seja exemplar
 Porém, no voto secreto
 Jamais o deixar cassar
 (NASCIMENTO, 2006, p.3).

Na capa do folheto acima destacado a imagem expressa nitidamente o arquétipo de político que se faz presente no imaginário popular o brasileiro. A imagem mostra um político na cidade de Brasília, onde se acredita ser a cidade onde se concentra o maior número de políticos corruptos do País. O político está descendo a rampa do Planalto vestido de terno e gravata portando em sua mão uma mala abarrotada de dinheiro. A mala que já protagonizou tantos escândalos de propina, desvio de dinheiro e subornos representa e simboliza a materialidade da prática da corrupção. A imagem reforça de

forma satírica o perfil do político brasileiro segundo é descrito pelo poeta no folheto analisado.



No cordel também é comum ao poeta popular associar a figura do político a um indivíduo que faz promessas e assume compromissos principalmente em “tempo de política” (durante a campanha), com fins eleitoreiros. O ato de fazer promessas por parte dos candidatos é parte da cultura política nacional e tida como natural e “necessária” em tempo de eleição, pois segundo afirma Chaves “Promessa é um ato de fala eficaz, pois cria fatos políticos ao estabelecer um elo ritualizado entre o político e o eleitor no tempo da política”. (CHAVES, 1996, p. 139). Porém na visão popular veiculada pelo cordel, o que ocorre em termos práticos é que as promessas feitas pelos políticos geralmente não são cumpridas, a exemplo do folheto **Vida de Nordeste** que registra:

Um dia vem um político,
 Faz um bonito sermão
 Promete mundos e fundos,
 Tem pra tudo solução,
 Ganha o voto e vai-se embora
 Só volta na outra eleição
 (PIRIPIRI, s.d. p.10).

A promessa atesta uma relação de reciprocidade entre candidato e eleitor. O

eleitor nem sempre acredita nas promessas, mas exige de certa forma que o político a faça. O político por sua vez usa desta estratégia para aliciar o eleitor que nem sempre cumpre a sua parte no trato, mas o voto é secreto e o ritual continua, tal como é referenciado no folheto **A discussão de um político da cidade com um velho agricultor** de José Saldanha Menezes Sobrinho, onde o eleitor “dá o troco” ao político que promete:

Meu amigo eu venho votando
Há muitos anos atrás
Já estou certificado
O que é que o político faz
Com promessa e propaganda
Ninguém não me engana mais.

Quem se engana é o político
Com leitor vagabundo,
Prometendo o voto agente
Com juramento profundo
Vende o voto a cinco ou dez
E engana todo mundo
(MENEZES SOBRINHO, s.d.p.2).

Na construção da imagem do político na concepção popular sobressai-se outra faceta que diz respeito a crença de que quase todos os políticos são pessoas “ricas” ou possuem uma condição econômica muito favorável e que os mesmos entram na política para ganhar mais dinheiro e ainda que estes sendo detentores de grande poder aquisitivo devem dividir um pouco do muito que tem com os seus eleitores que o “ajudam” com o voto. Vejamos entre os muitos folhetos que reproduzem esse pensamento a explicitação desta crença, onde os versos do folheto **CPI, mensalão e ratos brasileiros**, de José João dos Santos, declaram :

São assim os políticos brasileiros
Todos ricos e grandes empresários
Nos estados são latifundiários
Criadores e grandes fazendeiros
No Nordeste são fortes usineiros
Com fazendas e mil canaviais
Escravizam mulheres, filhos e pais
Que trabalham com fome nos seus eitos
Mas os ricos não ficam satisfeitos
Estão sempre roubando e querem mais
(SANTOS, 2005,p.5).

Na visão de alguns cordelistas o político também é alguém que só procura os eleitores em tempo de eleição, pois após o pleito, sendo ele eleito só voltará a aparecer junto aos seus eleitores na campanha da próxima eleição para novamente “conquistar-lhe” o voto. O poeta José Saldanha Menezes no folheto de sugestivo título **O Brasil prometido aos pobres na época de eleição ou os amigos do voto e inimigos dos eleitores** assim registrou:

Quando o tempo está ruim
De moleza e quebradeira
O rico passa pelo pobre
Cobre ele de poeira
Porém no tempo político
Rico de pobre é chaleira

Porém pobre é lembrado
Igual a quem já morreu
Mas o rico ouvindo falar
Que a política estremeceu
Busca o pobre com carinho
Abraça e diz você é meu
(MENEZES, 1981,p.3).

Fica evidente através dos folhetos analisados que na cultura política do Brasil o político de forma geral é representado de forma caricaturada a deixar a impressão que todos os políticos são corruptos e que o exercício da política de parlamentares em qualquer instância envolve a prática da corrupção. Essa visão negativa do político está carregada de preconceito e coloca todos os políticos na mesma “vala comum”, ignorando que existem muitos políticos que tem demonstrado ao longo de suas histórias de vida e de ação parlamentar, ou de gestor, uma conduta pautada pela seriedade, honestidade e espírito público. Outra assertiva encontrada na cultura política e reproduzida na literatura de cordel deixa transparecer que é quase impossível para o agente político exercer o seu mandato sem se corromper e praticar ilicitudes. É um fato que existem muitos políticos envolvidos em práticas de corrupção, mas se constitui em exagero generalizar todos políticos pela prática de alguns. O imaginário popular do Brasil através das várias camadas da sociedade tem negligenciado a observação de que a prática de atos de corrupção não é total nem exclusiva do agente político. Se focarmos em diferentes representações da sociedade brasileira que não seja a classe política poderemos perceber que a prática de atos de burla as leis, de atos de desonestidade, entre outros, não são exclusivas de agentes políticos e que desvia-se o foco das responsabilidades e compromissos individuais com a ética e os bons costumes que regem a sociedade e que é dever de todos os cidadãos para focar principalmente sobre a classe política. Essa visão reproduzida nos cordéis a respeito dos agentes políticos é extensiva também aos partidos políticos que são apresentados como meios de chegar ao poder, pois é pré-requisito legal para o político eleger-se, pertencer a um partido, mas este é visto apenas como uma formalidade legal e não uma entidade de cunho ideológico que visa promover a boa política em benefício da sociedade. No Brasil diferente das democracias ocidentais os partidos se multiplicam para atender as conveniências e coeficientes eleitorais. Vejamos a seguir quais os significados e representações que foram construídos acerca dos partidos políticos no Brasil ao longo de sua história.

2.2 Têm mais partidos políticos no Brasil do que chuchu na Parreira

A gênese dos partidos políticos no Brasil efetivamente ganha contornos institucionais a partir do surgimento dos partidos Liberal e Conservador, durante o período regencial (1831-1840), perpassando pelo Segundo Reinado(1840-1889), vindo depois a diluírem-se em outros partidos com o advento da República. Porém os dois partidos não possuíam significativa diferença ideológica, chegando a defender quase que os mesmos interesses, trazendo em seu bojo filosófico o Liberalismo Clássico que pregava a pouca intervenção do Estado na economia. A defesa de interesses comuns de uma elite oligárquica rural que se revezava no poder caracterizou a atuação dos partidos Conservador e Liberal. Oliveira Viana assim resumiu a atuação destes dois partidos ao dizer que não havia “nada mais conservador do que um Liberal no poder. Nada mais liberal do que um conservador na oposição”. Durante muito tempo os partidos políticos no Brasil foram em grande parte tidos como representantes dos setores dominantes da economia e da sociedade.

Os partidos políticos tiveram pouca expressão durante a Primeira República. Talvez a principal razão desse fato tenha sido o fortalecimento das oligarquias através da política dos governadores e do coronelismo. O Partido Republicano fundado em 1870 nunca chegou a ter uma expressão nacional. Criaram-se partidos republicanos estaduais, através da reaglutinação dos grupos políticos do Império: liberais conservadores e republicanos. Destacaram-se por sua atuação mais ampla, o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Republicano Mineiro (PRM). Tais partidos organizaram-se mais em torno de líderes, geralmente coronéis, do que a partir de ideias ou programas políticos. Representavam eficientes máquinas político-eleitorais, através das quais os coronéis e as oligarquias dominantes controlavam o poder. Na verdade os partidos políticos no Brasil foram, em sua maioria, representantes dos setores dominantes da economia na sociedade. Até 1930, os partidos eram apenas agregados de oligarquias locais e regionais que se organizavam para tirar vantagem do Estado. Somente em 1926 é que começou a ser posto em xeque o exclusivismo político dos partidos republicanos, através da fundação do Partido Democrático de São Paulo, formado por dissidentes do PRP.

Pode-se dizer que durante a República Velha somente os partidos republicanos

paulista e mineiro tinham força expressiva para alcançar o mais alto posto executivo do Brasil, a Presidência da República. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) fundado em março de 1922, que se propunha ser uma força nacional foi fechado pela polícia dois meses depois de sua fundação, vindo assim atuar na clandestinidade. Neste período o PRM e o PRP se desentenderam com relação à sucessão presidencial que era bipolarizada entre candidatos de Minas Gerais e São Paulo causando um “racha” na política do Café-com-leite. Aproveitando-se dessa “ruptura partidária” surge uma nova força capitaneada pelos dissidentes e encabeçada por Rio Grande do Sul na pessoa de Vargas, pela Paraíba com João Pessoa e o pelo governador de Minas Gerais Antônio Carlos. O resultado dessa aglutinação deu origem ao partido da Aliança Liberal (AL) que se lançaria na disputa presidencial de 1930 com Vargas e João Pessoa como candidatos em oposição ao PRP de Júlio Prestes. Os poetas da época utilizaram-se assim do veículo de expressão do pensamento político popular (Literatura de Cordel) para “participar”, informar e influenciar o seu público alvo com sua visão e perspectiva do momento. Em alguns folhetos consta a disputa bipartidária pelo poder no Brasil, demonstrando como a temática interessava a população em geral e deixando claro que a questão partidária não era tão predominantes, sendo as siglas partidárias utilizadas apenas como pano de fundo das questões políticas da época.

O folheto de José Camelo de Melo Resende (famoso por escrever o Romance do Pavão Misterioso), de **título A sucessão presidencial ou o grande combate do partido Conservador com o Liberal** que data de novembro de 1929, registra o momento que antecedeu as eleições. Muito embora o poeta faça menção no título aos dois partidos que estão em disputa, pouco ele fala sobre os mesmos. O poeta interpreta os fatos políticos da época de forma diferente do que de fato ocorrera. Segundo consta nos versos do folheto o poeta atribuí o rompimento político que culminaria com a “Revolução de 1930” a outra trama política e não a que de fato aconteceu. Nos versos é dito que o presidente Washington Luís indicara para assumir a cadeira presidencial o governador de Minas Gerais Antônio Carlos, mas este não quis abrindo mão da honra para que fosse escolhido um candidato de outro estado:

Em trinta em mês de novembro
 Doutor Washington Luís
 Findará seu quadriênio
 Porém logo antes quis
 Escolher Antônio Carlos
 Para chefe do País.

O doutor Antônio Carlos
 É o presidente de Minas
 - Homem consciencioso,
 De bondade peregrinas
 Já não quis essa cadeira
 Forradinha com cortinas

Pois ele viu com bons olhos
 Que Minas Gerais tem dado
 Já diversos presidentes
 Então muito razoado
 Ordenou que fosse eleito
 Um filho já de outro Estado
 (RESENDE, 1929, p.3).

Segundo o poeta, Antônio Carlos indicou Getúlio Vargas representando o Rio Grande do Sul, porém dezessete Estados do Brasil não aceitaram. O poeta em seus versos faz um trocadilho a respeito das forças políticas liberais e conservadoras que estavam em cena na disputa presidencial da época associando conservador a esmagador deixando explícita qual tendência o mesmo parece simpatizar:

Digo: dezessete Estados
 Com energia e rancor
 Não aceitaram Getúlio
 Por não ser conservador,
 E logo escolheram outro
 Do partido esmagador
 (RESENDE, 1929, p. 4).

O poeta introduz a Paraíba na disputa eleitoral destacando que em contra partida ao apoio do Governador João Pessoa, este é escolhido como vice na chapa do partido da Aliança Liberal ao lado do Vargas que representava o Rio Grande do Sul, que fora preterido pelo Presidente Washington Luís:

A Parahyba então vendo
 Esta falta de conceito
 Que se dava ao Rio Grande
 Do Sul, achou direito
 Aliar-se aos dois Estados
 Aceitando o mesmo pleito

Já observando a Parahyba
 Ter feito esta acção tão boa
 O partido Liberal
 Que não faz justiça a toa
 Nomeou vice-presidente
 Ao dr João Pessoa
 (RESENDE, 1929, p.6).

O poeta tenta convencer os seus leitores a votar no que ele chama de partido Liberal em favor de Vargas e João Pessoa, fazendo várias menções ao partido Liberal e ao partido Republicano (que ele chama de partido Conservador, numa clara alusão aos antigos partido Liberal e Conservador do tempo do Brasil Império). Percebe-se ao analisar os versos do poeta que os partidos se tornam apenas siglas vazias destituídas de ideias e propostas, se constituindo em apenas um meio para se alcançar um fim que é chegar ao poder:

Portanto, oh! Companheiros,
Devemos ir com coragem
Votar por Vargas-Pessoa
Um partido de vantagem
Para que ninguém não diga
Que usamos de vilanagem

O partido Liberal
É um partido que vem
Melhorar nosso Brasil
E já portanto ninguém
Não deixe de votar nele
Se quiser se sair bem
(RESENDE, 1929, p.11).

Outro folheto escrito por Tadeu Serpa Martins em 1929 de título **A sucessão presidencial**, que também trata da eleição de 1930, fala dos dois partidos em disputa mas, como já vimos que se constitui em uma característica da prática política, não se dá muita importância aos partidos que estão em disputa que o autor chama de governista (oficial) e Liberal:

De Norte a Sul do Brasil
O entusiasmo é geral
Em torno dos candidatos
Da Aliança Liberal
E do dr. Júlio Prestes
Candidato oficial
(MARTINS, 1929, p1).

O poeta ainda chama atenção para o fato de que a disputa entre dois candidatos para ele parece ser inédita (pois desde que se estabelecera a Política do Café-com-Leite, consensualmente se votava no candidato indicado por quem estava no poder, reservando-se entre São Paulo e Minas Gerais). Ele também observa que o que importa na verdade é que o eleito cumpra o que prometeu em campanha:

No Brasil é caso virgem
 Este que estamos a ver:
 Dois candidatos em lucta
 Da conquista do poder
 Cada um por sua vez
 Está pensando em vencer

O que mais nos interessa
 Não é lucta, nem questão
 É ver no fim da peleja
 E depois da eleição,
 Saber se o que foi eleito
 Cumpre o que disse a nação
 (MARTINS, 1929, p. 1).

O poeta pouco cita os partidos em disputa destacando apenas os candidatos, mostrando a força que cada um tem e as alianças estratégicas feitas com o fim de ganhar as eleições, demonstrando mais uma vez como culturalmente os eleitores e a população em geral dão mais importância a pessoa do candidato do que o partido em questão:

Eu que não sou liberal
 Nem tão pouco governista,
 Dou a minha opinião
 Digo meu ponto de vista
 Pra mim qualquer um dos dois
 Pode ganhar a conquista
 (MARTINS, 1929, p.14).

Dentro do prisma das características políticas engendradas no cenário de representação política brasileira, o advento da Primeira República não significou ruptura com relação ao império. Nela se manteve o domínio incontestado das oligarquias, compostas pelos grandes proprietários de terra e as transformações foram formais e superficiais, ligadas apenas a mudança de atividades (café, cacau, borracha em lugar do açúcar) e de lugares (Sul, Sudeste ao invés do Nordeste). Os recém-criados partidos políticos da época também seguem essa lógica sendo deficitários de ideologias e programas consistentes de governo, constituindo-se apenas em siglas partidárias que se adequavam aos interesses das oligarquias dominantes. A maioria dos partidos mantinham a formalidade e superficialidade sendo usados como “simples” meio de alcançar o poder.

Os partidos com significativa abrangência nacional no Brasil surgiram após a ditadura Vargas. Os principais partidos foram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a

União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD) e o PCB que por ter sido cassado em 1947 atuava na clandestinidade. No dia três de outubro do ano de 1950 foram realizadas eleições para os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente da República. Nas eleições de 1950 catorze partidos (PSP, PSD, PST, PDC, PRD, UDN, PL, PR, PTB, PTN, POT, PRP, PSB e PRT) se fizeram representar através de seus candidatos. O poeta Manuel D´Almeida Filho registrou a participação de vários destes partidos no folheto **A vitória getulista nas eleições de 50** em que narra a vitória de Vargas para a Presidência :

Todo povo do Brasil
Caiu dentro da política
Para erguer a nação
Que estava parálitica
Cada partido mostrou
A sua carta analítica.

PSD- UDN
PR e PSP
PTB e PTN
PL e PSB
PRP- PTS
A Lec e o PDC.

E assim cada partido
Preparou seus eleitores
Apresentou candidatos
A postos superiores,
E esperou a vitória
Entre os demais contendores
(ALMEIDA FILHO, 1950, p. 5).

O poeta no folheto acima demonstra quão pouco importante no processo eleitoral eram os partidos políticos a época, pois em todo o folheto são poucas as referências a partidos, o candidato é quem dá qualidade ao partido e não o contrário. No folheto em questão que tem oito páginas e trinta estrofes a figura de Vargas aparece diretamente em vinte estrofes, enquanto que as siglas partidárias aparecem em apenas seis estrofes , o que evidencia a tendência do candidato sobrepor-se ao partido, tendo este certa importância apenas quando é associado a uma personalidade política. Vargas foi o criador do partido que o elegeu em 1950, o PTB, que aparece no folheto como “pertencente” a Getúlio:

O Dr. Getúlio Vargas
Representa a maioria
Dos brasileiros honestos
Que naquele grande dia

Votaram no seu partido
 Para a nossa garantia
 (ALMEIDA FILHO, 1950, p.7).

Com o golpe militar de 1964 e os generais no poder todos os partidos foram cassados e , em seu lugar criaram apenas dois partidos ARENA, que defendia e apoiava a ditadura e o MDB, que era oposição ao regime, impondo assim o bipartidarismo. Com o fim da ditadura surgiram outros partidos PMDB, PT, PDT, PTB, PFL e PSDB.

O número de partidos no Brasil nos dias atuais é de trinta e dois, entre os quais estão o PT, PMDB, PSDB, PFL, PMN, PP, PDT, PL, PHS, PDC, PPS, PPS, PSOL, PCB, PV, PR, PRB, PTC, PSTU e o PCO : . No Brasil os partidos se transformaram em grandes empresas eleitorais que a cada dia usam de todos os artifícios para conseguirem chegar ao poder. Em meio a essa babilônia partidária brasileira, em sua maioria os eleitores não dão muita importância aos partidos políticos e geralmente eles votam nos candidatos e não nos partidos. Essa tendência cada vez mais crescente de se votar por causa do candidato e não necessariamente no partido que ele é filiado se constitui em uma das facetas da cultura política do Brasil.

Fazendo mais uma incursão pelo imaginário da Literatura de Cordel quando esta discorre sobre a temática política podemos ver refletida os comportamentos e pensamentos referentes aos partidos políticos e seu significado na visão da memória coletiva. Reproduzindo assim o sentimento popular com relação aos partidos políticos percebemos que foram produzidos pouquíssimos folhetos que discorressem especificamente sobre partidos políticos. É significativo também observar que os poucos folhetos escritos sobre partidos políticos foram criados durante o período da ditadura onde havia apenas dois partidos, a ARENA e o MDB. Podemos citar como exemplo o folheto **Debate da ARENA e MDB em praça pública antes de morrer** de autoria de Abraão Batista (1979), **A vitória da ARENA** de José Francisco Soares (1974) que tratam em seus enredos a respeito dos dois partidos e suas disputas.

Não obstante os poetas populares seguindo a tendência cultural brasileira de privilegiar políticos e não partidos na hora da votação, os mesmos registraram em seus versos o período em que havia o bipartidarismo criado por força do Ato Institucional nº 2 e o surgimento do pluripartidarismo brasileiro. No folheto **As eleições parlamentares de 1970** o poeta Orlando E. da Silva registra a polarização bipartidária chamando a ditadura de “revolução” (plenamente compreensível a época em que foi escrito):

Por que existe dois partidos
 Na atual legislação
 O primeiro é do governo
 E o outro da oposição
 Sem atender a hierarquia
 Um prega a democracia
 O outro renovação

O partido da ARENA
 É o da Revolução
 E o dito M.D.B.
 Redemocratização
 Sua cabeça não es quente
 Eleitor vote consciente
 E não faça confusão
 (SILVA, 1970, p.7).

O pluripartidarismo brasileiro advindo no governo militar de João Figueiredo em 1979, por força da campanha popular pela redemocratização do país também foi registrado pelo cordel através do folheto **De Cabral a Fernandinho via PC** de autoria de Jota Batista Feitosa:

PT...PTB...PDT
 PC do B...PCB
 Começaram a entrar em cena
 Outros partidos surgiam
 No lugar onde existiam
 MDB e ARENA
 (FEITOSA, 1994, p.32).

A criação de novos partidos é vista com certo receio pelo poeta popular que em seus versos deixa nas entrelinhas a sua desconfiança com relação ao surgimento dos mesmos. O folheto **A peleja do P.T. contra o bicho Ditadura e o monstro do Capitalismo** de autoria desconhecida registra essa insatisfação:

A reforma partidária
 Faz parte do mesmo enredo
 De “abertura democrática”
 Proposta por Figueiredo
 Que visa dar um anel
 Para não perder o dedo

Mas afinal nisso tudo
 O que há de diferente?
 O governo acaba a ARENA
 E o M.D.B. de repente
 Criando novos partidos
 Frutos da mesma semente?
 (s.d.,p. 11e 15)

Os partidos políticos parecem estar atrelados à figura de seus criadores que passam a ser figuras personalizadas, ou seja partidos personalizados cujas siglas estão intrinsecamente associadas aos “vultos” políticos que os criaram. Quando se menciona o PTB logo se associa a figura de Getúlio Vargas, o PDT a figura do Brizola e o PT a figura de Lula, sendo inclusive conhecido como “o Partido do Lula”. Sendo assim dificilmente o eleitor vota em partido, ele vota pelo candidato independente do partido , tal qual observa Magalhães:

O importante é a *pessoa*, não o partido; procuram um candidato que possam fazer algo *por eles*; o mundo dos políticos é *um outro mundo*, do qual eles não fazem parte; políticos prometem e não cumprem; enfim, os políticos aparecem em conjunto, muito identificados, independente do partido (MAGALHÃES, 1998, p. 120).

Essa personalização partidária apresenta-se como um possível indício de que o eleitor ao fazer sua escolha na hora de votar o faz pensando principalmente na personalidade que dá vida ao partido, como se este fosse um apêndice do candidato. O Cordel expressa em seus versos esse traço da prática política no cenário de representação brasileiro. No folheto **Lula X Brizola** o poeta Da Silva nomina o partido com o nome do candidato:

Que o Brizola é destemido
 Ele é de pagar pra ver
 Que o Brizola é um partido
 Que se chama PDT
 Logo o povo se aglomera
 No Brizolista que arde
 Desfiando mil quimeras
 É um montão de disparates.
 (SILVA, 1989, p. 3).

Os políticos em geral oriundos da mesma cultura dos outros segmentos sociais que compõem e formam a cultura em sua prática política, já há muito perceberam que o mais importante é evidenciar o candidato e não o partido. Pensando assim os candidatos, tais quais atores em cena, seguem todo um ritual no intuito de “aparecer” e marcar o território, atraindo para si toda atenção em detrimento da sua sigla partidária, pois “quem não é visto não é lembrado”. Barreira (2006) chama atenção para este fato ao formular que:

[...] enquanto atores em situação de competição, realizam a maratona de tarefas agendadas, que os expõem permanentemente. “Ser visto”, constitui o cotidiano de suas vidas nesse momento de construção de imagens e tentativas de pactos públicos de reconhecimento. Representar é também uma maneira de se apresentar, dotando a

presença de uma visibilidade sintomática: o candidato como personagem de um drama. (BARREIRA, 2006, p. 2).

Seguindo a tradição da personalização partidária se entrecruzando político e partido temos o folheto **A lamentável morte do deputado Alcides Texeira** de Francisco José Soares, onde o poeta ressalta:

O seu enterro, que tristeza
Fica no meu calendário
Contou com todas as massas
Do governo ao operário
Pois Alcides era um partido
E o povo seu partidário
(SOARES, s.d.,p. 5).

O poeta popular registra em seus versos o pensamento político construído pelos atores sociais que no cenário de representação político partidário faz sua opção de voto principalmente pelo candidato, não importando muitas vezes a sigla partidária a que o mesmo está ligada. Esta personalização do partido associada à figura mítica de um candidato aponta para a espetacularização da política, onde o candidato é o protagonista e o partido um coadjuvante no cenário de representação política. No folheto **Mensagem de um candidato: José Félix nº 2308 ARENA 1** o poeta apela para o eleitor votar sem “olhar o partido” do candidato:

Pra ser bem representado
Seja em que sentido for
Você tem que escolher bem
Sem olhar Partido ou cor,
Vote em quem por você fale
Até com o governador
(s.i., s.d.,p.5).

O povo em geral anseia que o político eleito trabalhe para o seu povo e não simplesmente para cumprir os objetivos formulados pelo seu partido. Esse apelo popular que está contido na prática política do brasileiro é reproduzido nos versos do poeta Rodolfo C. Cavalcante (1982) no folheto **PMDB Orestes Quércia: vamos ganhar pra mudar** onde o poeta ressalta qual a representação que o partido tem para o candidato :

Será ele independente
Como sempre já tem dito,
Vai trabalhar pelo Povo
Pois o Povo é seu Partido
Orestes Governador
Será um trabalhador

Em prol do povo oprimido
(CAVALCANTE, 1982, p.12).

Outro comportamento político verificado na prática cultural diz respeito ao fato do candidato mudar de partido de acordo com os seus interesses e conveniências. Uma máxima popular que evidencia o pensamento coletivo com relação a essa facilidade com que os candidatos trocam de partido é assim expressa: “fulano troca de partido como quem troca de camisa”. Deixando claro nas entrelinhas a reprovação do agente político que assim age em sua prática política O troca-troca de partido por parte dos políticos de plantão e as impressões a esse respeito aparecem no folheto **O cara-de-pau** de Cláudio Soares (março de 1980):

Só usa roupas da moda
Para dar boa impressão
Entra em qualquer partido
Depende da ocasião
O tipo é cara-de-pau
Cuidado, muita atenção
(SOARES, 1980, p.1).

Na Literatura de Cordel o partido não só personaliza determinados político e também nem sempre essa associação tem uma conotação positiva. A maioria dos folhetos que discorrem sobre o partido comunista o associam a figura do mal, do anticristo e principalmente do Diabo, como se o partido fosse a soma e sinônimo de todos os malefícios e horrores possíveis. No folheto **A menina de 12 anos que está falando com a santa no Ceará** de Rodolfo Cavalcante (1970) o verso registra essa personificação partidária do mal:

O ano setenta três
Haverá um cataclismo
Em toda América do Sul
Por causa do Comunismo
Esse partido horroroso
É o dragão criminoso
Que leva o povo ao abismo
(CALVACANTE, 1970, p. 2).

O excessivo número de partidos e suas siglas tem causado uma significativa confusão na mente dos eleitores tornando-se complexa a compreensão do bojo ideológico e programa de governo que estes defendem. Esta complexidade babilônica que se construiu no cenário de representação política também é captada pela veia poética da Literatura de Cordel evidenciando que os brasileiros veem com uma certa “estranheza” as movimentações que acompanham o surgimento de novas siglas

partidárias. No folheto **Tem mais partido político que xuxu na parreira** o poeta José Roque Gonçalves (1986) de forma satírica chama atenção para o fato mostrando como a liberdade de expressão política tem sido usada:

Quem nunca comeu melado
Quando come se lambuza
Quem nunca teve liberdade
Quando tem, de tudo abusa
Pode usar a carapuça
Teus atos é que te acusam

Por isso, existem partidos
Que só xuxu na parreira
Na verdade se apresentam
Sem uma base verdadeira
Consequência de muita carência
Em particular financeira
(GONÇALVES, 1986 p.1).

O poeta prossegue enunciando as motivações para o surgimento do número excessivo de partidos e conseqüentemente de candidatos que concorreram ao pleito de 1986 (o primeiro após a ditadura) que chegam a confundir os eleitores interferindo assim em uma escolha considerada sensata:

Em novembro tivemos eleições
Para prefeitos e governadores
Houve grandes mobilizações
E ouviu-se muitos oradores
Foram tantos os candidatos
Que até confundiam os eleitores

Criaram-se novos partidos
Cada qual com um objetivo
Eram partidos de classe
Alguns até sem motivo
O negócio era concorrer
Mesmo que fosse atrativo
(GONÇALVES, 1986, p.3).

O poeta popular como mediador simbólico e “porta-voz” do seu público alvo, demonstra que embora os eleitores brasileiros aparentem apatia e indiferença aos comportamentos e práticas políticas e que os mesmos também aparentem estar apenas “assistindo” a tudo que diz respeito aos governos, políticos e ao trato com a “coisa pública”, os mesmos enquanto homens ordinários “fingem-se” submeter-se e concordar com este estado de coisas, mas na verdade os eleitores(mesmo que ainda não sejam a

maioria) estão tomando consciência da realidade política que os cerca e oferecendo uma sutil e estratégica resistência:

Pelo que na verdade sentimos
 O negócio vai continuar
 A formação de novos partidos
 Não tem tendência para parar
 E para as próximas eleições
 A divisão vai se propalar

A luta política é necessária
 O povo precisa estar no poder
 O eleitorado é a grande arma
 Para seu representante escolher
 Mas que seja honesto e sincero
 Para só ao povo atender
 (GONÇALVES, 1986, p.6).

O poeta atenta mais uma vez para a questão já incorporada na cultura brasileira de votar no candidato “independente” do partido a que ele seja filiado mostrando essa crescente e histórica tendência dos eleitores brasileiros que enxergam o candidato para além da sigla partidária:

Na verdade o mais importante
 Não é o partido , mas sim o candidato
 Ele pode estar onde estiver
 Sendo corajoso e sensato
 Não importa sua origem
 Se é do campo ou do asfalto
 (GONÇALVES, 1986, p. 5).

O citado folheto traz em sua capa uma xilogravura de autoria do xilógrafo Eivaldo, que ilustra como é excessivo o número de partidos no cenário político brasileiro. A xilogravura apresenta uma parreira de chuchu, planta caracteristicamente conhecida por dar muitos frutos, sendo esta talvez a razão pela qual o xilógrafo a escolheu para ilustrar a capa do folheto numa clara alusão a estranheza com a qual popularmente se concebe o haver tantos partidos políticos no Brasil. Os chuchus todos indicam estarem brotando de uma única parreira possivelmente por inferir que todos os partidos tem mais interesses em comuns do que diferenças significativas, principalmente quando estão em jogo os interesses da população em geral e que todos sejam “farinha do mesmo saco”. O ano em que foi concebida a xilogravura (1986) o

Brasil já viva sob a égide do pluripartidarismo¹⁴, portanto já aparecem retratados como chuchus os “novos” partidos políticos representados pelo PDS, PTB, PT, MDB, PMDB, PC do B. Os partidos PFL e PMN aparecem indicados a parte não sendo na imagem inclusos na parreira como chuchus, por “falta” de espaço na parreira para caber tantos partidos, o que se infere ironicamente que no Brasil, existem muitos partidos políticos e que esse excessivo número de siglas causam grande confusão na mente dos eleitores sendo esta uma possível causa dos eleitores votarem em candidatos de suas preferências não importando a que partidos o mesmos pertencem .



Na conjuntura política brasileira os agentes políticos “respiram” e vivem a política com tanta intensidade, de tal forma que “um dia após” a realização das eleições, o candidato vencedor já planeja suas próximas candidaturas, contabiliza seus votos observando as áreas em que foi mais ou menos votado, que apoios poderá obter para alcançar postos maiores passando a “sonhar” em ser prefeito se venceu as eleições para Vereador e foi bem votado, se ganhou as eleições para Deputado Estadual já pensa em ser Deputado Federal, e assim sucessivamente. Os candidatos derrotados por sua vez

¹⁴ Durante grande parte do tempo em que a ditadura militar governou o Brasil tínhamos apenas dois partidos (bipartidarismo), a Arena (Aliança Renovadora Nacional) que abrigava todos os políticos simpáticos ao regime, e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) que por sua vez abrigava os políticos que se diziam oposição ao regime militar. Em 1979 com uma clara intenção de fragmentar a oposição foi instituído o pluripartidarismo, dando liberdade para a criação de novos partidos, surgindo assim a maioria dos partidos que até hoje tem representação no cenário político brasileiro.

também planejam seus próximos passos e dificilmente desistem da “luta das eleições”, objetivando ocupar um cargo eletivo. Os candidatos derrotados nas eleições procuram fiscalizar e torcer por deslizes dos seus adversários políticos, fazendo assim conjeturas de “quanto pior melhor” e sendo críticos mordazes da administração de seus adversários políticos. Estas práticas políticas após as eleições apontam para a falta de espírito público por grande parte da classe política que parecem visar não o bem público da sociedade, mais sim interesses pessoais. Uma máxima popular que resume essa constante movimentação política antes, durante e após as eleições no intuito de assumir o poder, é assim descrita “No Brasil os palanques nunca se desarmam” ou “os políticos nunca descem dos palanques”, numa clara alusão ao estado de coisas que se estabelece no seio do País em “todo tempo”, como se todo tempo, fosse “tempo de política”. A população já há muito percebeu essa constante movimentação e além de criticar esses comportamentos tenta tirar algum proveito da situação. O poeta popular em seus versos catalisa e reproduz esses comportamentos além de criticá-los. A literatura de Cordel chama atenção para o fato de que se os políticos respiram e suspiram diariamente a busca pelo poder, por que os eleitores não são lembrados e assistidos em todo o tempo e não apenas em períodos eleitorais?

Será que o amor pelo povo
Só surge em época de eleição
Se os problemas são permanentes
Todos necessitando de resolução
Porque esses candidatos amorosos
Não dão aos mesmos solução.

Quando se tem amor pelo povo
Por ele muito podemos fazer
Não é só época de eleição
Quando queremos nos eleger
Que nos juntamos ao povo
Apenas no intuito de aparecer
(GONÇALVES, 1986, p.7).

Um dos possíveis motivos da frágil crença popular nos partidos políticos no Brasil e a sua predileção de geralmente votar em um candidato independente do partido ou legenda a que o mesmo esteja atrelado, talvez seja explicado pelo fato de haver um esvaziamento ideológico por parte dos partidos que apresentam-se como sendo destituídos de um ideário sólido. Passando assim a imagem de superficialidade, como sendo algo que existe apenas para constar nas formalidades ritualísticas da democracia brasileira que tenta reproduzir no País a realidade vivida pelos tradicionais e

consolidados partidos do continente europeu e dos Estados Unidos que contém programas de governos bem delineados e definidos que tem vida própria e que não se limitam em sua atuação a apenas ao “tempo da política” com fins simplesmente eleitoreiro, como parece ocorrer no caso brasileiro, tal como afirma Adriano Codato (2007) ao referir-se a realidade partidária do Brasil afirmando: “Partidos políticos são máquinas eleitorais projetadas para ganhar eleições, exercer o poder, empregar filiados e implementar algo um tanto indefinível ‘como um projeto para o País’” (CODATO, 2007, p.8). Os partidos que em sua maioria no Brasil são destituídos de linhas mestras e definidas e claras fazem com que os políticos se sintam confortáveis e justificados por adotarem a prática de estar constantemente trocando de partido, “pulando de galho em galho”. A literatura de cordel através de seus poetas populares expressa o sentimento popular acerca desse “vazio partidário” e da troca-troca de partido principalmente com fins eleitoreiros, como podemos citar como exemplo o folheto **Brasil Terra do Nunca Pátria da Mentira** de Manoel Santa Maria onde o poeta está atento a essa artilosidade dos políticos:

Um País com rabo preso
 Nas garras de um mercenário,
 Em que políticos sujos
 Fazem o eleitor de otário
 E trocam mais de Partido
 Do que moça de vestido,
 Por cargo e numerário...
 (SANTA MARIA, 2005, página 8).

O poeta prossegue denunciando outra prática bastante comum no Brasil “em tempo de política”, que diz respeito aos dirigentes de partidos se considerarem “donos” do partido e negociarem seu apoio coligando-se a um determinado projeto , outro partido ou mesmo a um candidato em troca de cargos e benesses imediatas e futuras se caso a coligação venha a ser exitosa. Dentro desta prática encontra-se outra que consiste em um partido com pouca representatividade alugar sua sigla e legenda em troca de “apoio” nas eleições seguintes. Os versos abaixo deixam explícita essa prática eleitoreira na seara política brasileira:

Legendas oportunistas
 Mil partidos de aluguel,
 “Dis-puta” febril por cargos
 E favores a granel,
 Nem a Reforma Política,
 Que já vai nascer raquítica,

Vai pôr ordem no bonde
(SANTA MARIA, 2005, p. 5).

Está claramente delineado nos folhetos aqui representados que popularmente os partidos no Brasil são vistos com pouca credibilidade e que eles geralmente não se constituem em empecilho para os eleitores votarem em candidatos de suas preferências, quando muito os eleitores se “prendem” as propostas do candidato escolhido, ou o que ele possa “oferecer” não importando a que sigla partidária ele pertence. Parece ser outra tendência da cultura política brasileira a prática de, além de personalizar os políticos votando nos mesmos por diversas razões porém não importando o seu partido, personalizar-se o governo enquanto aparelho institucional, passando a nomear o aparelho estatal pelo nome do candidato eleito, como se o governo não fosse uma instituição que está para além daqueles que ocupam o cargo executivo das instâncias municipal, estadual e federal, sendo comum as pessoas nominarem o governo pelo nome do político que provisoriamente ocupa o cargo do executivo. Veremos no próximo item como se processa essa e outras representações do governo no imaginário político brasileiro.

2.3 A representação do Governo (Estado) na Literatura de Cordel

Ao observarmos a relação do brasileiro com a figura do governo percebemos outro possível aspecto característico da cultura política nacional, que diz respeito a representação do Estado, enquanto governo e seu aparato institucional na visão popular. O Estado no Brasil sempre se sobrepôs a sociedade, como se fosse algo fora dela. A representação do Estado está intrinsecamente associada à política e aos políticos, sendo praticamente impossível se pensar no Estado sem associá-lo a temática política. A sociedade brasileira em sua percepção do que vem a ser Estado, enxerga-o como sendo “todo poderoso” como uma instituição que tem em suas mãos o poder para solucionar todos os problemas e mazelas da sociedade. Além de onipotente o Estado é visto como responsável pelo bem estar dos cidadãos em todas as instâncias gerando sempre a expectativa a cada pleito eleitoral que os governantes farão tudo que prometeram, pois o Estado é rico e poderoso, “só não faz acontecer quando falta vontade política”. A relação do cidadão é de total dependência em relação ao Estado, como se toda a sociedade só pudesse funcionar com todas as suas engrenagens com a “intervenção estatal”. Em torno desta perspectiva surge uma máxima entre os cidadãos brasileiros

que assim se exprime “quando o Estado fizer a parte dele eu farei a minha”, ou seja, “não cumprirei com minhas obrigações e deveres enquanto que o governo não executar aquilo que é seu papel fazê-lo”. Ao estado é atribuído um papel de figura onipotente e onipresente quase um “Deus” na vida dos cidadãos que se sentem eternamente filiados a paternidade estatal. Grande parte da população brasileira acredita que só deve colaborar com o governo a medida que este cumpra com a sua parte e que é dever do Estado cuidar do que é público enquanto que os cidadãos cuidam dos seus interesse particulares. A pesquisa feita pelo sociólogo Alberto Carlos Almeida atesta essa tendência ao observar que: “[...] o brasileiro prefere agir apenas após o governo fazer a sua parte. De fato pouco mais que a maioria da população (56%) acha que só deve colaborar com o governo caso ele cuide do que é público” (ALMEIDA, 2004, p.116).

Outra nuance da cultura política brasileira com relação à figura do Estado diz respeito a personalização do mesmo e a associação aos políticos eleitos para geri-lo. Geralmente ao tratar de questões pertinentes ao Estado brasileiro faz-se referência ao governante eleito, como exemplo, O governo Sarney, o governo FHC. O Governo Collor, o governo Lula, sendo uma constante essa associação nas outras esferas do governo seja estadual ou municipal. O governo de A ou B parecem estar para além do Estado sendo comumente assim encarado. Essa marca da percepção do Estado é partilhada também pelos políticos que quando eleitos se apoderam do aparelho estatal personalizando-o e tentando apagar e tornar ineficaz a marca do governo que o antecedeu, principalmente se foi da oposição. Uma marca dessa prática é o não dar continuidade a obras do governo antecessor ou desprezar as obras anteriores não tendo o cuidado de fazer manutenção nas obras do governo que servem a população mesmo tendo sido criadas em governos anteriores.

Parece ser uma marca característica do político brasileiro não entender que o Estado deveria estar acima do governante que por hora está no poder, que o Estado continuará existindo e que este é apenas provisoriamente seu administrador. Essa visão torna passível de práticas corruptas de desvios de recursos públicos as administrações que usaram em seus discursos a política do “retrovisor” que consiste em culpar os antecessores pelos problemas da atualidade e utilizar-se desta premissa para justificar os problemas enfrentados na atual administração e os impedimentos a eles impostos que impedem de colocar em prática tudo que prometeram em campanha. Enquanto o discurso do “retrovisor” é normatizado, abre-se espaço para que alguns se utilizem da “justificativa” para dilapidar o patrimônio público, sem levantar suspeitas.

Culpar o governo pelas mazelas da sociedade e por “quase tudo” o que acontece e que desagrada à maioria da população se tornou um hábito cultural, onde se oscila na percepção popular em sua representação entre o onipotente governo que tudo pode fazer e o incompetente governo que pode fazer, mas não faz, vindo assim receber duras críticas e acusações. São inúmeros os versos dos Cordéis em que estão registrados as variadas interpretações populares que ora entronizam a figura do governo, ora o acusa pela existência de todos os males. O folheto **A história do bode Ioiô e o seu encontro com Orson Welles** de Abraão Batista, verbaliza no verso a indignação popular contra o governo:

O governo é sem vergonha
Sem moral e sem ação
É corrupto e mentiroso
Por cima, ainda é ladrão
Só Deus do céu nos acode
E o Padre Cícero Romão
(BATISTA, s.d. ,p.7).

Este componente cultural que foi socialmente construído e incorporado pelos atores sociais ao *modus vivendus* do cotidiano brasileiro, da tendência de atribuir culpa e responsabilidade ao governo pelas mazelas existentes na sociedade, é expresso através da crença de que por meio de decretos o governo, seja na esfera municipal, estadual ou federal, teria o poder de mudar a realidade e resolver todas as questões sociais. Esse pensamento dúbio está incrustado na cultura política brasileira desde há muito tempo como atesta Raimundo Faoro ao comentar sobre a representação acerca do Estado brasileiro: “Quando um brado de pessimismo aponta a miséria do dia seguinte, é ainda ao Estado que se pede o remédio, o Estado fonte de todos os milagres e pai de todas as desgraças” (FAORO, 2001,p.104). O cidadão na condição de eleitor se exime quase que totalmente da responsabilidade de mudanças projetando para o outro, na figura do governante ou do político que pelo seu voto foi eleito, a culpabilidade pelos problemas e as possibilidades de alteração da realidade social e política do Município, Estado e País. No folheto de título **Não jogue fora esta arma** Francisco Correia de Lima enquanto interlocutor do pensamento popular depois de expor algumas mazelas e problemas sociais conclui que:

E a culpa de tudo isto
São os donos do poder
Que não pensa em outra coisa
A não ser enriquecer

E pra aumentar seu cobre
Tira da boca do pobre
O que tinha pra comer
(LIMA, 1996, p. 4).

Os folhetos analisados acima reforçam a característica da cultura política brasileira de atribuir culpa e responsabilidade ao governo pelos problemas da sociedade e de esperar do mesmo a solução destes mesmos problemas. O Estado é assim personalizado e visto assim como sendo onipotente e onipresente, com características imaginariamente divinas para solucionar questões não fazendo apenas se não tiver vontade política, conforme o imaginário popular assim concebe. Esta característica de deificar o governo e os políticos atribuindo-lhes o “milagre divino” das resoluções dos problemas da sociedade será mais bem explicitado nas reflexões que vem em seguida.

2.4. “Deus e o Diabo na terra da política”: a representação da política no universo do misticismo religioso a luz do Cordel

Em um País como o Brasil de tradição religiosa onde 92% professa um credo religioso e que muito embora seja um Estado laico onde não há oficialmente uma direção religiosa, garantindo-se a liberdade religiosa pra crer ou até descreer, é plenamente perceptível que a religiosidade e o misticismo também estejam incorporados as práticas políticas do povo brasileiro expresso no dualismo maniqueísta da luta do bem contra o mal, de Deus e do Diabo. Culturalmente é comum atribuir-se virtudes aos candidatos chegando ao ponto de diviniza-los, apresentando-os como verdadeiros “salvadores da pátria”. É comum também, evocar-se para os candidatos a virtude de este ser religioso praticante e que conta com as bênçãos divinas em sua trajetória política. Por sua vez quando o candidato pertence à oposição percebe-se a tentativa de demonizá-lo, apresentando-o como a personificação do mal, do próprio diabo.

É comum invocar a benção de santos e beatos sob a candidatura de alguns políticos, bem como usar jargões religiosos na tentativa de “seduzir” e cooptar eleitores. O presidenciável Collor de Mello em campanha aparecia publicamente ao lado de Frei Damião que era a época o maior mito religioso do Nordeste brasileiro. Após a chegada ao poder Collor ao fazer seus pronunciamentos a nação, trazia em seu cenário de representação ao fundo um quadro com a figura do papa João Paulo II (Ele havia se encontrado com o papa em outubro de 1991 quando este esteve no Brasil) numa clara

associação de sua figura ao governo de Collor que se apresentava como um governante que “presidia com as bênçãos divinas”. Os folhetos de cordéis como caixas de ressonância do pensamento e cultura política fazem em seus versos, referências a figuras religiosas como Deus, Jesus, Maria e os santos do panteão católico numa clara associação, identificação e apelação ao sentimento religioso projetando-o sobre as escolhas políticas do público que consumia os folhetos e seguiam suas orientações.

Os poetas populares com toda a sua artilosidade, registraram as nuances e meandros que permearam as tentativas de associação do imaginário da religiosidade e do misticismo as questões políticas, sejam elas para promover a figura de um candidato, para dar sustentação a uma política de governo ou mesmo endossar práticas de políticos eleitos. Os poetas trazem em seus registros rimados episódios reais e fictícios de acontecimentos e personagens políticas, que descrevem a associação do sentimento religioso as questões políticas em geral e o seu uso para promover figuras e fatos políticos. O poeta Paulo de Tarso Bezerra Gomes fala do uso político que Collor fez da figura de Frei Damiano na eleição para Presidente em 1989, através dos versos do folheto **Governado por doutores o Brasil ficou assim**, onde ele versa:

Usando o velho frade
O pastor frei Damiano
Eles tentam lhe mostrar
Que estão com o povão
Mas isto é só pretexto
Pra ganhar a eleição
(GOMES, s.d.,p.6).

No universo cultural de fortes tendências religiosas e místicas é comum se atribuir aos atores sociais como características para ser um bom candidato ou eleitor, o fato de professar um credo religioso e experienciá-lo em sua prática diária. Sendo o Brasil um país onde a maioria da população professa o catolicismo, encontramos vários exemplos de cordéis que apelam para o sentimento religioso na hora da escolha dos candidatos. O poeta Elino Laurentino no folheto **O comunismo ao conhecimento do povo o sétimo anticristo vem perto** exemplifica essa prática assim dizendo:

Alerta povo católico
Verificai o arcano
Escolhe o candidato
Livre católico romano
Implicai contra rubro
No dia sete de outubro
O voto resolve o plano

(LAURENTINO, 1962, p. 24).

Uma das figuras mais emblemáticas no campo religioso político do cenário brasileiro foi o Padre Cícero, que recebeu a alcunha de coronel de batina pelo profundo envolvimento político que teve em sua trajetória mesclando como ninguém o sentimento religioso com as questões políticas locais e nacionais. Os espólios políticos da projeção de “Padim Ciço” ainda hoje são disputados por candidatos a cargos eletivos, colocando-se como devotos que a sombra das bênçãos de “Ciço” são por isso dignos do voto popular. O poeta Bernadino de Treipú no folheto **A salvação do Brasil: profecia do Padre Ciço Romão do Juazeiro** escrito em 1949 narra uma suposta aparição sobrenatural de Padre Cícero onde o mesmo aconselha e orienta o povo dos caminhos políticos a serem percorridos e que políticos estes devem votar. O folheto trata da eleição presidencial a ser realizada em 1950 e o poeta advoga a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Nos versos do poeta vemos claramente a presença da religiosidade e misticismo na cultura política brasileira, invocando assim a figura mitológica do padre Cícero do Juazeiro mesmo depois de morto já há quinze (15) anos, com a promessa da indulgência plena para os eleitores que votassem no candidato Eduardo Gomes:

Me disse um santo romeiro
Chegado do Ceará
Que o nosso santo Padrinho
Que no céu há muito está
Foi visto no Juazeiro
Mandando o povo votar

E disse pra todo mundo
Que estava na ocasião
Quem votar no brigadeiro
Terá certa a salvação
Pois foi Deus que o mandou
Pra governar a nação
(TREIPU, 1949, p. 4).

O poeta prossegue sua narração chamando atenção para o sentimento místico da fé e alertando seu público alvo sobre o perigo do “satânico” e maléfico comunismo que a época era considerada uma ameaça que rondava o país. Na visão reproduzida no folheto Eduardo Gomes combateria o comunismo em seu governo:

Ele acaba o comunismo,
Que é obra de Satanáz,

Ele acaba o quererismo,
 Que é obra de um Ferrabraz,
 Meu Padrinho sabe o que diz,
 Nosso Senhor sabe o que faz
 (TREIPU, 1949, p.4).

Os versos do poeta apelam para a consciência dos “fiéis” para obedecerem as palavras do “Padim Ciço”, não incorrendo assim em “pecado”, sob pena de serem excomungados e amaldiçoados em suas vidas, devendo, portanto comparecer para votar no candidato indicado:

Disse mais que todo povo,
 Deste nosso grande Estado
 Votasse no brigadeiro,
 Seja paisano ou soldado,
 E quem isso não fizesse,
 Ficaria excomungado

De nosso Padrinho Ciço,
 Não queremos a maldição
 Nós queremos que ele bote
 Sobre nós sua benção
 Por isso não faltaremos
 Na hora da eleição
 (TREIPU, 1949, p 5).

Os poetas populares a exemplo do seu público alvo professam, em grande parte, o credo religioso católico com características messiânicas e fatalistas de cunho tradicional e conservador, tendo suas vidas marcadas de alguma forma pelo misticismo e fanatismo religioso que tendem a influenciar o pensamento e as práticas culturais do povo brasileiro. Esse componente de religiosidade por sua vez influencia o comportamento e as práticas políticas do povo brasileiro.

Os folhetos além de conter símbolos e forte apelo religioso com o fim de promover políticos no intuito de influenciar à decisão do voto do eleitor, também exploram o misticismo tão presente na cultura brasileira. Os poetas ao versar sobre a política costumam se utilizar do mundo sobrenatural, místico, como podemos perceber no uso da perspectiva do além-túmulo onde alguns políticos parecem se eternizar na memória coletiva, continuando a “falar mesmo depois de mortos”. É significativo o número de folhetos que trazem em seus enredos políticos (considerados grandes vultos) falecidos que “aparecem” trazendo uma mensagem ou recado para os viventes ou tratando da chegada destes no céu sendo recebidos com todas as honras e tendo a oportunidade de transmitir mensagem para os seus eleitores. Na perspectiva da religiosidade e misticismo do povo brasileiro acredita-se que as pessoas boas ao falecer

vão para o paraíso (céu) estando “purificadas” e aptas a servir aos seus, mesmo depois de falecidas, trazendo avisos, conselhos e advertências. Podemos citar como exemplo os folhetos: **Tancredo Neves envia do céu mensagem a constituinte, A chegada de João Pessoa no céu, O encontro de Tancredo com São Pedro no céu, O grande encontro de Tancredo com Tiradentes no céu, Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu, A carta de Jesus Cristo para Sarney, A misteriosa carta de Tancredo para o povo brasileiro e A chegada de Marcos Freire no céu com o encontro de Tancredo Neves.** Todos estes folhetos tematizam a política onde mensagens sobrenaturais são transmitidas aos “mortais” brasileiros.

Nos folhetos geralmente os adversários políticos do personagem central aparecem como estando no inferno sob o governo daquele que personifica toda a maldade: o Diabo, enquanto que os protagonistas dos folhetos são apresentados como ladeados de anjos, com entrada garantida no paraíso e intimidade e grande influência com Deus e os santos, prosseguindo estes com a missão iniciada na terra de “interceder” e “ajudar” o povo. O folheto **A Chegada de João Pessoa no céu** o poeta Antônio de Souza Coelho vai até o céu imaginariamente e se encontra com o ex- governador da Paraíba, João Pessoa que foi assassinado e recebido no céu como mártir, vivendo no paraíso cheio de honrarias. João Pessoa informa ao poeta que o inferno aguarda os seus adversários políticos e principalmente o coronel José Pereira conhecido por ser um dos seus maiores adversários:

Tinha ali um grande pátio
De fogo todo cercado,
Me disse o diabinho: aqui
Está sendo muito esperado
Um rei truão e maluco
Que armado de trabuco
Fez de Princesa um Estado
(COELHO, 1931,p 13).

Nos versos do cordel são inúmeras as mensagens enviadas pelos políticos mostrando através de seus supostos recados do além que seus espólios políticos ainda são utilizados para influenciar o agora e o futuro dos eleitores que a eles devotaram em vida sua confiança e “veneração”. Uma das figuras políticas que mais foi utilizada para trazer mensagem ao povo brasileiro do além, foi Tancredo Neves que tornou-se símbolo da transição da ditadura para a redemocratização. Como vimos acima vários folhetos tratam da figura de Tancredo póstuma que no entendimento de muitos

precisava “estar vivo” na memória coletiva para assim ajudar na consolidação dos ideais democráticos. Os folhetos a respeito das mensagens e visões de Tancredo estão presentes durante os anos seguintes a sua morte englobando o governo Sarney e principalmente a Constituinte que tinha como objetivo colocar o País de volta aos trilhos da democracia.

No folheto **Tancredo envia do céu mensagem a Constituinte**, de Apolônio Alves dos Santos escrito em 1987, o enredo trata de uma carta enviada por Tancredo aos integrantes da Assembleia Constituinte. Tancredo havia falecido em 1985 e ainda havia grande euforia acerca do que viria a ser o novo Brasil pós-ditadura. A figura de Tancredo era visto a época como símbolo de transição e esperança de dias melhores para o Brasil, e talvez por esse fato o seu falecimento ainda hoje cause tanta comoção nacional. Havia um clima instalado no Brasil de que se deveria dar continuidade ao que Tancredo “começou” e os poetas populares deram a sua contribuição não permitindo que Tancredo morresse na lembrança do povo e uma das formas encontradas pela engenhosidade do cordel foram às publicações sucessivas e numerosas de folhetos que tematizam a política póstuma de Tancredo onde este aparecia transmitindo recados e mensagens no sentido de orientar os políticos nos passos que estes deveriam dar para conduzir o País rumo à redemocratização de fato. A constituinte era a esperança que novas leis concedessem ao povo mais liberdade, mais direitos e mais justiça. O ano de 1987 foi marcado pelas discussões em torno da nova Constituição e o poeta popular sintonizado com os acontecimentos destaca a mensagem tornando Tancredo “onipresente” para a nação brasileira:

Amabilíssimos leitores
Deste nosso século vinte
Vamos ler uma mensagem
Com a notícia seguinte
Que para honrar seu troféu
“Tancredo enviou do céu
Para a Constituinte”.

- Tancredo Neves queria
Nos dar toda proteção
Mas como Deus o chamou
Para a celeste mansão
Lá do céu ele está vendo
Tudo o que está ocorrendo
Aqui em nossa nação
(SANTOS, 1987, p.1 e 2).

O poeta dá ao político Tancredo o dom sobrenatural da clarividência ao afirmar que este já antevia que o plano Cruzado e o congelamento de preços, do seu sucessor Sarney, não daria certo:

Quando Sarney decretou
O tal Plano cruzado
E deu ordem para que
Fosse tudo congelado
Sem nenhuma hipocrisia
Tancredo de lá dizia
Isso não dá resultado
(SANTOS, 1987, p. 1).

O poeta centraliza a mensagem pós-vida de Tancredo para aqueles que estão elaborando a nova Constituição advertindo-os através dos seus versos para as implicações que a mesma trará para o futuro do povo brasileiro:

Agora Tancredo vendo
As irregularidades
De alguns constituintes
Suas incapacidades
- Com a seguinte abordagem
Enviou uma mensagem
Com todas legalidades.

Dizia assim a mensagem
Meus ilustres diretores
Da grande constituinte
Eu peço a todos senhores
Olhar a população
E toda situação
Dos pobres trabalhadores
(SANTOS, 1987, p.2).

O folheto acima destacado é mais um exemplo entre tantos escritos, que mostram a incidência do aspecto sobrenatural no mundo da política, dando a temática uma representação simbólica holística que apontam para o fato da influência marcante que a política imprime culturalmente sobre o povo brasileiro que é “obrigado” a respirar política em quase todos os aspectos de suas vidas, se tornando uma temática onipresente onde até o mundo sobrenatural do além tematiza política e transmite com toda a sua carga simbólica mensagem para os vivos. Os eleitores embora estejam imbricados nestas teias de significados políticos que permeiam as suas vidas, não conseguem assim se perceber tão facilmente, vindo a atribuir a faceta de viver para a política e da política somente aos políticos no sentido weberiano destas duas classificações. Culturalmente o povo brasileiro no seu imaginário popular “convive” com a perspectiva do sobrenatural

no seu cotidiano, sendo comum as histórias de pessoas que dizem terem sido visitadas pelos mortos para lhes trazer alguma mensagem de alento ou de advertência. O poeta popular dentro desta perspectiva utiliza deste artifício para ser “interlocutor” dos políticos mortos que “visitam” o mundo secular para aferventar e promover a temática política.

Ainda no universo do misticismo religioso e seu uso político, observa-se que nem todos os poetas populares se deixam iludir com esse uso do sobrenatural para fins políticos eleitorais. Alguns poetas ainda que professos religiosos rejeitam esse uso do simbolismo religioso para fins políticos, por acharem que “religião e política não se misturam” e que políticos que aos olhos do poeta não são considerados “bons políticos” não deveriam fazer uso deste artifício, como pode ser exemplificado no folheto **A desconversação na pretensiosa mudança do nome Juazeiro do Norte para Juazeiro do Pe. Cícero** do poeta Abraão Batista que em seus versos protesta contra a prática:

Agora o que se vê:
 Todo político idiota
 Grita por Pe. Cícero
 Pra arranjar a patota
 E o romeiro que é tolo
 Entrega a ele a maleta
 (BATISTA, 1984,p.7).

O uso do discurso religioso para fins eleitorais se normatizou na seara da política e se constituiu em outra faceta ou representação que o agente político é convidado a encenar no espetáculo da política para conseguir o apoio da maioria da população brasileira que professa algum credo religioso, tornando-se assim comum o uso de discursos políticos se apropriam dos discursos religiosos com características tipológicas de sermões, com fortes tons messiânicos. Não é por acaso que o mote da religião esteja presente em quase todas as classificações temáticas propostas para estudos da literatura de cordel. O grande número de folhetos escritos evocando o tema demonstra como é presente no cotidiano do povo brasileiro o forte sentimento religioso e o quanto ele transpassa as práticas culturais do imaginário popular inclusive das práticas políticas. Os fins eleitorais dos discursos político transpassado pelo discurso religioso, tem como fim precípua a conquista do voto do eleitor. Veremos no próximo capítulo como se construiu toda carga de representações significados e símbolos que se processaram em torno do voto ao longo da história do Brasil a luz do imaginário popular explicitado na literatura de cordel.

2.5. A representação da cultura política do Brasil durante as “Diretas já” a luz do cordel

A literatura de cordel como testemunha ocular da história retratou em seus versos um dos momentos de maior efervescência e esperança popular da história política do Brasil, que ficou conhecido como “Diretas” Já ou período de redemocratização. O País viveu vinte e um anos de ditadura militar (a contar inicialmente do golpe de 1964 até a eleição indireta de Tancredo de Neves em 1985) caracterizados pela falta de liberdade de expressão e crises econômicas. A cultura política brasileira em seus incipientes e curtos passos vivenciados nos poucos anos em que não vivera sob os auspícios de governos autoritários mais uma vez foi sufocada durante a ditadura militar instalada em 1964 que reprimiu, censurou e abortou a participação política dos cidadãos. Mas o silêncio imposto pela ditadura não impediu que vozes discordantes mesmo aparentemente caladas discordassem do sistema e percebessem que algo estava errado ainda que não tivessem a dimensão e a clareza do que seria viver sob a égide de uma verdadeira democracia.

O espetáculo da política ganhou contornos de “festa popular” onde a população sufocada pelos anos cinzentos da ditadura saiu às ruas numa verdadeira carnavalização da política. O elenco dos atores que lutaram pela volta da democracia era formado por políticos, artistas, estudantes, trabalhadores e pessoas em geral. As manifestações públicas ganharam as ruas e tomaram uma proporção e visibilidade inesperada principalmente nos últimos dois anos do regime militar (1983-1985), que se caracterizam pelo momento de transição entre a ditadura e o retorno da democracia. A convalescente ditadura militar perdia gradativamente suas forças diante das multidões que “pediam” a volta das eleições diretas para todos os cargos eletivos e principalmente para Presidente da República. Esse movimento de luta pela democracia ficou conhecido por “Diretas Já”.

Os militares deram um golpe em 1964, sob a alegação que estariam assumindo o poder para afastar e combater a ameaça do Comunismo, que segundo eles rondava o Brasil, e acabaram passando 21 anos no poder reversando-se entre cinco generais. Após muitos anos de opressão, censura e perseguições, o regime começou a dar sinais de desgaste e desestabilização, o que levou os militares a prometerem que iriam promover o retorno da abertura política, através do general presidente Ernesto Geisel em 1974 com o projeto de “distensão segura lenta, gradual, ampla e irrestrita”. Em termos

práticos, a abertura política foi lenta e gradual, porém não foi nem ampla, nem irrestrita. A pressão popular contra as torturas e exílios promovidos pela ditadura levando a alguns políticos que tiveram seus mandatos cassados, ativistas e artistas a deixar o País sob pena de serem presos e acusados de subversão, levou o governo militar a decretar em 1979 a Anistia, que consistia no perdão pelos seus atos considerados pela ditadura como crimes, permitindo que gradativamente os exilados retornassem ao País e engrossassem as fileiras daqueles que lutavam pela abertura política. A oposição partidária ao regime militar era feita principalmente pelo partido do MDB, que se aproveitando da “concessão” dos militares para realização de eleições para governador em 1982, conseguiu eleger 10 governadores entre os 22 eleitos em 1982. Os governadores de oposição eleitos encabeçaram o movimento resistência ao regime militar. O povo brasileiro contrariando a história oficial que o define como apático e indiferente aos acontecimentos políticos, começou a expressar-se e a manifestar toda a sua insatisfação com a ditadura militar participando de pequenas movimentações que foram crescendo e tomando proporções imponentes, onde dezenas de pessoas se transformaram em centenas, milhares até chegar aos milhões a exemplo da manifestação ocorrida na Praça da Sé, em São Paulo no dia 27 de abril de 1984. Inicialmente as manifestações ocorreram de forma desorganizada, com lideranças dispersas e de forma tímida, porém com a participação de artistas de renome nacional as manifestações ganharam um tom de festa, regadas com muita música que de certo modo junto com lideranças políticas de renome nacional unificou e fortaleceu o movimento pela redemocratização do País. A efervescência do movimento das “Diretas Já” sofreu um duro golpe quando em 1984 a emenda Dante Oliveira que defendia a volta das eleições diretas para Presidente já em 1985 foi rejeitada. O primeiro Presidente civil após a ditadura militar seria então eleito indiretamente pelo Congresso Nacional.

Os poetas populares mais uma vez fizeram ecoar as vozes polifônicas e polissêmicas da literatura de cordel registrando os acontecimentos da época deixando nas entrelinhas a impressão e participação popular. A Literatura de Cordel durante a ditadura militar tal qual os outros meios de comunicação sofreu com a censura, havendo restrições por parte dos poetas que inicialmente evitavam falar de questões políticas explorando assim outras temáticas. Se levarmos em consideração o período que antecede a ditadura militar de 1964, onde os acontecimentos políticos motivados pelos governos populistas a partir de Vargas tornaram-se o principal tema desenvolvido pela maioria dos poetas, podemos dizer que as produções de cordéis principalmente nos

primeiros anos da ditadura foram ínfimas. Porém esse aparente silêncio não foi exclusivo dos poetas, pois a censura atingiu e intimidou todos os meios de comunicação da época. A produção cordeliana do início da ditadura foi representada por alguns poetas que evitavam falar sobre a ditadura, bem como outros que “segundo o curso natural” da mídia controlada pelos censores militares escreviam folhetos elogiando as medidas de governo dos generais, conforme atestou Mark Curran ao afirmar que eles:

[...] faziam o que lhes era permitido ou esperado usando como fonte os jornais e a tevê, isto é, restringindo-se ao que aparecia na mídia nacional. Desde a posse do presidente Médici no fim de 1969, houve poucos folhetos críticos, mas não faltaram histórias louvando os projetos do regime, talvez como resultado de sua tremenda campanha de propaganda (CURRAN, 2003, p.195).

O período de transição democrática correspondeu a um período de efervescência da Literatura de Cordel, um verdadeiro “ressurgimento” da produção cordeliana que registrou os lentos passos do fim do regime, a anistia e volta dos exilados, a criação de novos partidos, a campanha pelas eleições diretas, a frustração das eleições indiretas, a eleição de Tancredo Neves e a sua morte e o governo acidental de Sarney. É perceptível nos folhetos que foram escritos durante o processo de transição democrática na década de 1980 a tendência de personalizar e centralizar o movimento pelas “diretas já” e seus desdobramentos, na pessoa de Tancredo Neves. Das centenas de folhetos escritos e que cobrem os eventos referente a transição democrática entre 1979 a 1985, pode-se afirmar que 80% dos títulos e suas temáticas trazem Tancredo Neves como protagonista e mentor. Os poetas a época em que escreveram não conseguiram dissociar a pessoa de Tancredo do movimento sinalizando assim para uma das características da cultura política brasileira de acreditar que são os “salvadores” e “heróis” que agem pelo povo e para o povo trazendo benefícios e redenção. Os poetas juntamente com a maioria dos brasileiros não percebiam com nitidez a conjuntura política da época que unida a outros fatores culminou com o movimento das “diretas já”. Conjuntura essa marcada pela “distensão” da ditadura, pela crise do petróleo, pelo crescimento da oposição no País através da criação de partidos como o PT e também por eleger deputados e governadores contrários ao regime, entre outros fatores. No entanto dentro do próprio cordel haviam vozes discordantes que conseguiram enxergar para além e perceber o que a maioria da população não conseguia enxergar da conjuntura. Fato é que a produção cordeliana da época viveu um verdadeiro “renascimento” e a temática política que tanto interessava a população se fez presente informando e atualizando a população dos

últimos acontecimentos. O período de “abertura política” entre 1979 e 1985 “coincidiu” e correspondeu com o que Curran chamou de “a abertura nos textos cordelianos”:

[...] houve uma verdadeira inundação de folhetos, que se iniciou timidamente para culminar no que talvez se possa classificar como o segundo maior momento de sua trajetória- e isso quando se supunha-se, quase desaparecera. A campanha por eleições diretas e a vitória de Tancredo, o “Mártir da Nova República, sem dúvidas constituíram eventos dos mais vibrantes de todo o século da história brasileira registrado pelo cordel (CURRAN, 2003, p. 203).

A partir dos governos dos presidentes Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985) foram dados alguns passos rumo a “abertura política”, mas isso não ocorreu pela simples vontade dos militares e sim pela pressão popular através de greves de trabalhadores, denúncias de torturas, perseguições e mortes de pessoas consideradas opositoras do regime. Entre as medidas tomadas estavam a extinção do AI-5, que era a lei imposta pelos militares que cassava direitos políticos e tinha poder de fechar o congresso e suspender eleições. Em 1979 foi promulgada a lei da anistia, que “perdoava” todos os suspeitos de se opor ao regime, muitos dos quais foram exilados para outros Países para não morrerem nas mãos da ditadura. Com a lei da anistia centenas de exilados voltaram para o Brasil. À lei da anistia era polêmica e tinha um caráter dúbio, pois ela não só beneficiava os presos políticos, mas também os seus algozes de terem praticado toda sorte de atrocidades contra os cidadãos, conforme atesta Carvalho:

A lei era polêmica na medida em que estendia a anistia aos dois lados, isto é, aos acusados de crimes contra a segurança nacional e aos agentes de segurança que tinham prendido, torturado e matado muitos dos acusados. Além disso, não previa a volta aos quartéis dos militares cassados e reformados compulsoriamente (CARVALHO, 2002, p. 176).

A anistia, proposta pelo Presidente Figueiredo em 1979, cedendo a pressão popular que agonizava nas mãos opressoras da ditadura, não contemplava os anseios do povo. Essa anistia restrita e limitada foi percebida também, pelo poeta popular que usou sua pena para denunciar através de seus versos as “meias verdades” da ditadura. O folheto **Povo, governo e anistia** de Enoque Araújo, além de descrever os anos opressores da ditadura denuncia a parcialidade da anistia proposta pelos militares:

Agora o mesmo governo
Com Anistia restrita
Protege os do seu lado
Já botou nomes em listas
Outros ficaram de fora
Tachados de terroristas

Desconhece torturados
Sofrendo numa prisão
Apenas por ideal
Ao lado de irmãos
Agora querem negar
O direito a Nação
(ARAÚJO, 1979, p.7).

É nesse período de “relaxamento” (a partir do ano de 1979), que a ditadura começa “perder a sua força” e os movimentos que lutavam contra a ditadura começam a se locomover no campo tático, mais rapidamente e eficazmente, no espaço de resistência ao sistema. É nesse momento que os poetas populares rompem o silêncio imposto pela ditadura (ainda que de forma tímida) e começam a produzir folhetos em defesa da anistia e da redemocratização, expressando assim alguns elementos presentes na cultura política da época. O poeta Rodolfo Coelho Cavalcante no folheto **Senhor Deus dos exilados** apela para que a anistia se torne uma realidade no Brasil através dos seus versos:

Senhor Deus dos Exilados
Tenhais dele compaixão,
Que voltem ao seu País,
Como melhor solução,
Para que a Anistia
Complete a Democracia
Em nossa grande nação

A família brasileira
Não pode mais suportar
Ausência dos seus queridos,
É hora de regressar
Que se decrete a Anistia
Porque a Democracia
Deve de novo raiar

(CAVALCANTE, 1979, p.1).

Os poetas populares seguindo a tendência dos meios de comunicação em geral, que sufocados pela censura e repressão abstinham-se de divulgar, comentar e criticar os feitos da ditadura endossaram os clamores populares pela anistia e começaram a denunciar, a partir do ano de 1979, as torturas e prisões promovidas pela ditadura militar. Não se pode imputar aos poetas populares e ao povo em geral a peja da alienação, indiferença e não participação política, pois no período do regime militar antes de 1979, o País vivia sob a égide da repressão e dos AIS (Atos Institucionais) que cerceavam a liberdade de expressão, não permitindo nenhuma manifestação sob pena de ser preso, torturado e ter seus direitos cassados. Quando o cerco da ditadura começa a ser rompido, vozes de protesto começam ecoar e manifestar o que estava latente e incontido mas que sempre existiu porém não se manifestava por medo da repressão. O poeta Enoque Araújo nos versos do folheto **Povo, governo e anistia** denuncia e apresenta a sua versão dos fatos ocorridos durante a ditadura e o clamor popular pela

anistia:

Muitas prisões foram feitas
Espancamento e tortura
Outros desaparecidos
As famílias em amargura
Sem contar os exilados
Fugindo da ditadura

Milhares de brasileiros
Estão fora do Brasil
Por defender o seu povo
De um regime hostil
Exigindo um Governo
Pelo voto varonil
(ARAÚJO, 1979, p.1-2).

Respirando o fétido ar da ditadura e acostumados a ter que ovacionar os atos dos militares, quer concordassem com estes ou não, alguns poetas inebriados e temerosos ainda, enxergavam na lei da Anistia, não um fruto da luta sutil contra um sistema opressor, mas sim como uma benesse ou concessão feita pelo ditador João Figueiredo ao povo brasileiro, como podemos exemplificar através dos versos do folheto **Anistia ampla e a volta de Arraes**, de autoria de José Francisco Soares, onde o poeta descreve o clima que antecede a chegada do ex-governador pernambucano Miguel Arraes a sua terra natal por ter recebido do Presidente o indulto de liberdade para poder voltar ao Brasil. Muito embora o poeta explicita em seus versos que a anistia “concedida” pelo representante da ditadura seja irrestrita, o mesmo rasga elogios ao Presidente dizendo:

O Presidente Figueiredo
Teve um só objetivo;
Deu anistia aos políticos
Em nada foi vingativo
Pois filhos da liberdade
Não poderão ser cativo

Sabemos que Figueiredo,
Alma, santa, pura e boa,
Que quando levanta a voz
No monte o eco ressoa,
E pega até no fuzil
Se ver o Brasil atôa

(SOARES, 1979, p.8).

Em outro folheto de autoria anônima que foi escrito durante a ditadura, de título **A peleja do P.T. contra o bicho da ditadura e o capitalismo**, o poeta (de autoria desconhecida) interpreta a criação da lei de anistia não como uma dádiva do general Figueiredo e sim como fruto da luta e engajamento popular contra a ditadura:

Essa lei da Anistia
que o Figueiredo assinou,
não foi dada de presente
pelo Regime opressor

ela só foi conseguida
 porque o povo lutou
 (1980,p.10).

O período de transição democrática também foi marcado pela estratégia dos ditadores militares, que para desarticularem a oposição, criaram através de João Figueiredo, em 1979, a lei Falcão que acabava com o bipartidarismo e restabelecia o pluripartidarismo. Essa medida levou a oposição a fragmentar-se e enfraquecer-se através da criação de vários partidos com interesses diversos e desarticulados. O congresso que antes estava delineado entre o partido do governo que era ARENA e o forte MDB que era a oposição e que vinha crescendo sorrateiramente, teve o seu intercurso impedido pela fragmentação partidária. Os poetas populares percebem também a manobra dos militares no restabelecimento do pluripartidarismo e “denunciam” em seus versos essa sutileza da ditadura, como podemos ver através do folheto **A peleja do PT contra o bicho da ditadura e o monstro do capitalismo**, onde o poeta anônimo, ao falar da luta do recém formado partido dos Trabalhadores (PT) denuncia o que estava por trás do pluripartidarismo:

A Reforma Partidária
 Faz parte do mesmo enredo
 Da “abertura democrática”
 Proposta por Figueiredo
 Que visa dar um anel
 Para não perder o dedo

Dessa forma ele pretende
 Dividir o M.D.B.
 Criando novos partidos
 Pra melhor poder vencer
 É assim que a burguesia
 Permanece no poder

(1980, p. 11).

A última eleição direta para Presidente da República no Brasil ocorrera em 1960, onde através do voto popular Jânio Quadros foi eleito. Passados vinte quatro anos do último pleito e de uma sufocante ditadura, havia uma extrema ansiedade pelo retorno das eleições, principalmente para Presidente, pois com a “abertura política” e o movimento pelas eleições diretas, reacendeu novamente a esperança messiânica de que um Presidente eleito pelo voto popular traria redenção ao País. Havia também a época na cultura política brasileira o pensamento corrente que o simples retorno das eleições diretas traria automaticamente as mudanças que o Brasil precisava. O poeta Apolônio Alves dos Santos deixa transparecer em seus versos, esse pensamento latente na cultura política brasileira, no folheto **Eleições diretas já para um novo presidente**, onde ele comenta da decepção popular por ocasião da derrota da emenda Dante de Oliveira:

Esta foi uma derrota
 Que jamais se esquecerá
 Nosso País tá quebrado
 E jamais se emendará
 Está sofrendo a nação
 E a nossa solução
 Seria as diretas já
 (SANTOS, 1984, p.1).

A campanha pelas eleições diretas contou com a cobertura e mobilização da mídia nacional, corroborando assim com a divulgação, crescimento e fortalecimento do movimento “pró-diretas-já” por todos os recantos do País. Os poetas populares como mediadores simbólicos e como cronistas do seu tempo não ficaram fora deste momento da história política brasileira, pelo contrário, houve engajamento de vários poetas que apresentavam suas versões e impressões acerca dos acontecimentos, segundo nos informa Veríssimo de Melo ao afirmar que: “A versão crítica dos fatos, segundo a ótica dos poetas populares, corre paralelamente ao que está registrado pela imprensa escrita” (MELO 1986, p.13). Muitos folhetos foram escritos em 1984 expressando o desejo e a esperança popular pelo retorno das eleições diretas. Não somente os poetas de bancada com a produção de folhetos sobre o tema, mas também, os imigrantes nordestinos repentistas (violeiros) *in loco* na cidade de São Paulo, em clima de festa cívica ecoavam através de suas violas, cantando e decantando em versos a impressão popular acerca do movimento pelo retorno da democracia, conforme registra Marlise Meyer:

Nesta cidade em que os repentistas recriam o Nordeste a cada feira, em cada boteco do Brás, inventavam-se refrãos, improvisam-se cantorias, desafios, adaptam-se cantigas para reclamar diretas-já. Como no jongo, ou qualquer samba-de-lenço, de umbigada, graças a música, o verso que alguém inventa é imediatamente aprendido por todos e, no coro que o repete, a criação individual, apropriada pela multidão, se transforma em patrimônio comum (MEYER, 1985, p.8).

No folheto **Queremos Diretas Já! Para todos brasileiros** o poeta registra a união dos partidos políticos na luta pela redemocratização, bem como, a ansiedade e a angústia popular em que vivem os brasileiros, há vinte e quatro anos sem fazer uso do direito de voto direto, que fora usurpado pelos militares instalados no poder. Entre as estrofes do folheto partes da frase “quero votar pra Presidente diretas já” estão intercaladas, com o objetivo de enfatizar e demonstrar a movimentação ocorrida em 1984 e o desejo popular de votar livremente:

Todos partidos unidos
 PMDB primeiro
 O PDT e o PT
 PTB é um guerreiro
 Queremos diretas Já
 Para todos Brasileiros

E assim meus companheiros
 Como o Brasil vai a frente
 Não tem eleição direta
 Todo mundo descontente
 Nossos títulos estão mofando
 Pra votar num Presidente

(1984,p.1).

A campanha pelas eleições diretas através do voto popular ganhou dimensões gigantescas espalhando-se por todo o Brasil, contando com a participação de diferentes classes sociais que gradativamente passou das centenas, das milhares atingindo a casa dos milhões, chamando assim a atenção dos meios de comunicação que com a cobertura dos eventos atingia todos os recantos do País, mobilizando e ampliando a participação popular nas manifestações que pediam o fim da ditadura e o retorno da normalidade democrática peculiar dos sistemas republicanos. Segundo registra Carvalho:

A campanha das diretas foi, sem dúvida, a maior mobilização popular da história do País, se medida pelo número de pessoas que nas capitais e nas maiores cidades saíram as ruas. Ela começou com um pequeno comício de 5 mil pessoas em Goiânia, atingiu depois as principais cidades e terminou com um comício de 500 mil pessoas no Rio de Janeiro e outro de mais de 1 milhão em São Paulo (CARVALHO, 2002, p.188).

Os poetas populares registraram os comícios e as manifestações que mobilizaram milhares de pessoas no Brasil, unidas em prol da redemocratização, onde o tema das eleições diretas para presidente tornou-se a pauta principal das rodas de conversas por todo o País, fortalecendo a ideia latente na cultura política brasileira que o retorno das eleições diretas traria a normalidade democrática e a solução para os problemas do país. A crescente união popular e sua convergência pelos ideais do voto livre e direto expresso através de passeatas e comícios foi registrada pelo poeta Flávio Moreira em **O clamor do povo e a eleição direta já**, onde este testemunhou em seus versos:

Nunca vi tanta união
 Neste povo brasileiro
 Começou haver comício
 Por este Brasil inteiro
 O assunto Diretas Já
 Era falado o dia inteiro

Na passeata de São Paulo
 Teve mais de um milhão
 Só ouvia o povo gritar
 E falando com emoção
 Há vinte anos não votamos
 Pra governo da nação
 (MOREIRA, 1984, p.5).

A musicalidade que inspirava os participantes nas mobilizações da década de 1980, trazia como carro chefe o hino nacional brasileiro, que até então era imposto a população como prova de civismo contrário aos opositores do regime que queriam segundo os militares transformar o Brasil em uma pátria comunista. Agora o hino nacional era cantado em uma nova conjuntura que se voltava contra o próprio regime sendo ressignificado pelo povo e transformado em símbolo revolucionário contra a ditadura dos milicos. No cordel **Vida e morte de Tancredo Neves o pai da Nova República** o poeta Geraldo Amâncio relembra a utilização do hino nacional embalando o coro da luta pela redemocratização da nação brasileira, onde o poeta faz referência ao “voltar cantar de novo o hino” que antes era cantado para exaltar os feitos da ditadura, agora seria cantado de forma polifônica deixando no ar diferentes significados e interpretações, sendo inclusive comparado a marselhesa¹⁵:

Da memorável campanha
Em recordar me comovo
Que o hino nacional
A “marselhesa” do povo
Passou em todas as praças
A ser cantado de novo
(AMÂNCIO, 1985, p.5).

O pacifismo demonstrado pelas multidões que participaram das mobilizações pelas “diretas já”, em passeatas, comícios e concentrações, foi característica marcante da participação popular, que se comportou de maneira ordeira e pacífica, quando muito fazendo uso de palavras de ordem que de forma incisiva pediam o fim da ditadura e o retorno da democracia ao País. É bem verdade que o País estava ainda sob a égide da ditadura, que não tolerava “badernagem” e “desrespeito” as instituições. Porém é digno de nota a ausência da desordem nas manifestações pois as mesmas chegaram a envolver a participação de milhares e até milhões de pessoas (Na Ceilândia no Rio de Janeiro e na Praça da Sé em São Paulo), havendo a possibilidade de que a multidão sentindo-se fortalecida pela força numérica dos milhares de participantes, ousasse exigir mudanças de forma mais incisiva e até agressiva. O fato é que não houve registros significativos de uso de violência ou agressividade por parte dos manifestantes. Os poetas populares atento aos detalhes dos fatos registraram a participação pacífica do povo que foi as ruas exigir o direito de eleger diretamente através do voto os seus representantes, como

¹⁵ A Marselhesa foi o hino que embalou os participantes da Revolução Francesa de 1789, onde os revolucionários se inspiraram para derrubar o antigo regime da monarquia absolutista para implantar um regime republicano democrata.

podemos perceber através dos versos do folheto **O clamor do povo e a eleição direta já**, onde o poeta registra a participação popular no comício da Cinelândia:

No comício na Cinelândia
compareceu um milhão
e todo povo concentrado
exigindo eleição
e graças a nosso bom Deus
não houve uma confusão
(MOREIRA, 1984, p. 3).

O poeta popular paraibano Apolônio Alves dos Santos, que na época havia migrado para o Rio de Janeiro foi testemunha ocular dos acontecimentos que se transformaram em festa cívica, registrando *in loco*, em vários folhetos a impressão popular acerca dos fatos. No folheto **Eleições diretas já para um novo presidente** editado no dia 03 de maio, o poeta registra a frustração da população por ocasião da derrota em 1984, promovida no Congresso da medida Dante Oliveira, que previa eleições diretas para presidente em 1985:

Conto a meus caros leitores
Desta pátria brasileira
Uma tragédia que fez
Desvirtuando a legenda
E derrotando a emenda
Do DANTE DE OLIVEIRA

Da quarta pra quinta-feira
Em 25 de abril
Se reuniu o congresso
Para a votação hostil
Com grande perseverança
Visando nova esperança
Para o nosso Brasil
(SANTOS, 1984, p.1).

Mesmo com a frustração pela derrota da emenda Dante Oliveira, o poeta que também enxerga as mobilizações populares em prol de eleições diretas, como sendo uma festa cívica de cunho carnavalesco, mostra em seus versos que a luta continuou:

[...]
A classe dos estudantes
E outros manifestantes
Estão de bloco na rua
(SANTOS, 1984, p.7).

O sentimento de decepção pela derrota da lei que previa o retorno das eleições diretas para Presidente e as reações, foi captado de diferentes formas pelos poetas. Enquanto alguns poetas viam com otimismo o retorno da redemocratização a través do voto direto ainda que a emenda Dante Oliveira houvesse sido derrotada, outros poetas manifestavam ceticismo com relação ao momento demonstrando assim as interpretações

e sentimentos diversos arrolados na época. No folheto escrito por Raimundo Santa Helena (paraibano que também migrara para o Rio de Janeiro) vemos uma impressão um tanto descrente na possibilidade do retorno das eleições diretas para Presidente. O título do folheto **Diretas jaz na cova do Satanás** seria uma forma irônica do poeta referir-se ao desapontamento causado pelos deputados responsáveis pela derrota da emenda Dante Oliveira arrefecendo temporariamente o sonho de votar para presidente. A palavra “jaz” é uma referência ao estado mórbido da morte, a condição de repouso ou estagnação em que algo ou alguém se encontra. No caso do título do folheto está explícita que a possibilidade do voto direto estava agora inerte em uma sepultura sob as garras do ser mitológico conhecido por Satanás que no imaginário do poeta representa a ditadura, indicando assim relativa descrença com relação ao retorno das eleições diretas para Presidente. Na visão do autor a satânica derrota imposta pelo congresso que votara contrariamente ao projeto “Diretas Já” sepultara provisoriamente o sonho das eleições diretas. Em seus versos o poeta declara:

Direta pra Presidente	Na cova do Satanás,
Todo mundo foi loquaz;	Que pretende governar,
Direta pra Prefeitura	a Não ser que o povão
Concentração não se faz	Possa se mobilizar
Vamos pensar nos Prefeitos,	Com união e sucesso,
Fazer contratos estreitos	Para socorrer o congresso,
A outra Direta jaz...	Quando ele acordar...

SANTA HELENA, 1984,p.1).

No cenário de representação do espetáculo da política, na luta pela redemocratização do Brasil a população participou ativamente não sendo apenas figurante, mais ator coadjuvante contracenando com alguns personagens que se tornaram símbolos da luta, tais como Tancredo Neves e Ulisses Guimarães. Estes dois personagens protagonizaram e encabeçaram o movimento pelas “diretas já”, tornando-se ícones da cultura política brasileira. O deputado Ulisses Guimarães do partido do M.D.B. que era oposição a ditadura militar articulou essa mesma oposição, viajando por todas as regiões do Brasil, no sentido de aprovar a medida do deputado Dante Oliveira, que estabelecia eleição diretas para Presidente já em 1985. A articulação e liderança da oposição lhe rendeu o título de “Senhor Diretas”. No folheto **Tópicos alusivos a vida ou trajetória política do senhor doutor Ulisses Guimarães em poesia sextilhada**, o poeta ressalta o título recebido por Ulisses na sua participação pelas diretas já:

Fez tudo para a política
Ter perfeitíssimo sentido,
Peregrinou pela pátria
Para ver seu plano erguido
E como Senhor diretas
Ficou sendo conhecido
(EVANGELISTA, 1993, p.1).

No momento de transição política vivenciada pelos brasileiros na década de 80, sufocados por uma ditadura militar e a ansiedade por mudanças, fizeram com que os acontecimentos políticos partidários se tornassem a ordem do dia em todo o País. Essa crescente insatisfação e expectativa popular acabou por se transformar em um movimento de grande proporções, contando com a adesão de quase todos os segmentos da sociedade. As manifestações por mudanças que inicialmente eram localizadas ganharam grandes proporções e acabou por carnavalizar e transformar reivindicações pontuais em uma festa cívica, que pelo ritmo espetacular conseguiu atrair a atenção e participação de pessoas que antes pareciam indiferentes a política. Os acontecimentos que envolveram os comícios, passeatas e manifestações pelas “diretas já”, ganharam contornos de festa tornando apetecível a “insípida frieza” da temática política. Os comícios pelas “diretas já” começaram em Pernambuco e depois espalharam-se pelo Brasil. Ao todo foram 31 comícios e manifestações pró “diretas já”. Atraídos pela “festa”, muitas pessoas aderiram ao movimento pela “folia” e musicalidade dos eventos, vindo posteriormente a tomar consciência e engajar-se ao movimento por razões que iam além do clima festivo. A festa cívica do retorno pela democracia no Brasil foi marcada pelo tom musical do hino nacional, bem como outras músicas populares que evocavam o patriotismo e outros valores cívicos. O “desfile” cívico é marcado por roupas e acessórios coloridos que lembram as cores da bandeira nacional. O espetáculo é conduzido por “animadores” que proferem a todo tempo palavras de ordem que incitam os participantes a um compromisso com o momento pelo qual passava a nação em 1984. Essa carnavalização da política nacional alternou e migrou para momentos de intensa efusão popular por ocasião das expectativas das “diretas já”, mesclados pela melancólica derrota da emenda Dante de Oliveira, perpassando pela expectativa e euforia da eleição indireta do Tancredo Neves, e como “último” ato a “festa” do funeral do Presidente Tancredo. A participação popular em toda essa movimentação era uma “explosão” de uma resistência cívica que, com poucos ou com muitos integrantes, continuamente se fez presente na História do Brasil.

Diferentes e variadas motivações levaram a população brasileira a participar dos

eventos que culminaram com o fim do ciclo de governos militares, muitos aderiram a causa por estarem insatisfeitos com a desgastada ditadura, outros pela crise econômica que afetava a vida das pessoas, ainda outros atraídos simplesmente pela “folia”. Inegável, porém é o fato que durante a repressora ditadura militar as manifestações populares foram as maiores registradas na história do País, pondo em cheque a tese de que o povo brasileiro é indiferente e apático diante dos acontecimentos políticos e que os assiste “bestializados”. O povo foi alijado do processo que culminou com a Proclamação da República em 1889, sendo promulgada por uma elite excludente. Por esta e outras razões não houve a efetiva participação popular em um processo que aconteceu de cima para baixo, e que a população tomou conhecimento muito tempo depois. A participação popular na década de 80, por ocasião das manifestações pelas eleições diretas e seus desdobramentos foi um marco na história política nacional. O historiador Laurentino Gomes por sua vez defende a tese que a participação popular nas mobilizações de 1983 e 1984 seriam o marco fundador da República. Para Laurentino Gomes a participação popular nas mobilizações de 1983 e 1984 foi imprescindível para o surgimento de uma “outra” República:

[...] outra República, inteiramente nova, começasse a nascer-proclamada não por generais ou fazendeiros, mas pelo temido componente “sedicioso e anárquico”. Em 1984, nove anos antes da realização do plebiscito anunciado por Benjamin Constant na noite de 15 de novembro de 1889, ruas e praças de todo o Brasil foram palco de coloridas, emocionadas e pacíficas manifestações políticas, nas quais milhões de pessoas exigiam o direito de eleger seus representantes (GOMES, 2013, p.256).

Quando da votação em 26 de abril de 1984, no congresso para decidir se as eleições para Presidente seriam diretas ou indiretas, a emenda Dante Oliveira foi derrotada, pois para que a mesma fosse aprovada era necessário o voto a favor de dois terços dos deputados que numericamente equivalia ao voto de 320 deputados, de um total de 479 congressistas. Ao final da votação “as diretas” ganharam, mas “não levaram”, pois não obstante a emenda Dante Oliveira ter tido 298 votos a favor e 65 contrários, a emenda foi rejeitada, pois para se obtiver os dois terços necessários para a aprovação eram necessários mais 22 votos. A derrota foi motivada principalmente pelo fato de 113 deputados não compareceram no dia da votação contribuindo assim para derrota da emenda Dante Oliveira. O povo brasileiro amargou assim mais uma derrota, sabendo que haveria assim eleição indireta para Presidente, porém: “apesar da

frustração, a campanha das ruas não foi inútil. A oposição lançou o experiente Tancredo Neves, governador de Minas Gerais, como candidato para enfrentar o candidato oficial” (CARVALHO, 2002, p.189). Logo a campanha de Tancredo, mesmo sendo uma eleição indireta, ganhou as ruas e o apoio popular. O poeta Azulão tal como muitos cordelistas expressavam esse apoio popular a Tancredo Neves (MDB) e o repúdio a candidatura de Paulo Maluf que era o candidato do Partido Democrata Social (PDS) que representava os interesses da ditadura. Os versos do folheto **Tancredo é a Solução** deixam clara a visão do poeta em relação ao candidato da ditadura e a sua preferência por Tancredo Neves:

E esse tal de Maluf	O PDS, não quer
Quer a força ser eleito	Largar o peito que mama
Os políticos não estão doidos	Empurrou Paulo Maluf
Pra votar nesse sujeito	Pra prosseguir seu programa
Que o Brasil se desmantela	Quem se trepa um dia cai
Quem é da mesma panela	Porque Tancredo é quem vai
Vai mexer do mesmo jeito	mudar todo panorama

(SANTOS, 1985, p.4 e 5).

Os cordelistas através de seus folhetos manifestavam o apoio popular pelas eleições diretas para Presidente e já mobilizavam o povo através de seus versos para que se caso as eleições diretas não fossem aprovadas, houvesse o engajamento para apoiar um candidato que se destacara na luta e tornara-se um dos símbolos do movimento pelas “diretas já”. O candidato em questão seria o Tancredo Neves. O poeta popular Manoel de Farias, no folheto **Muda Brasil Tancredo já**, antevendo o que iria acontecer no colégio eleitoral por ocasião da derrota das eleições diretas conclamou em seus versos a união e a mobilização popular caso o desejado não ocorresse:

No caso de não haver
As desejadas diretas
A gente deve se unir
Entrando nas indiretas
Apoiando um candidato
Que cumpra o seu mandato
Trabalhando em linha certa
(FARIAS 1984, p.1).

A participação e engajamento popular após a derrota da emenda Dante Oliveira, a eleição indireta de Tancredo para Presidente da República e a sua faraônica morte, mantiveram os brasileiros mobilizados fazendo manter viva no imaginário político brasileiro a esperança de redenção para o País. A professora Marlyse Meyer que

acompanhou de perto o drama da doença e morte de Tancredo em São Paulo e o espetáculo festivo e cívico do funeral defendeu por sua vez a tese que esses acontecimentos inauguravam uma nova página na História do Brasil e uma “Nova República”, conforme atesta:

[...] para além da emoção do momento vivido, é preciso de algum modo dar conta, “cientificamente”, “racionalmente”, desta brutal, indevida e inesperada irrupção do real mais absoluto, mas escandaloso- da vida/morte, em suma,- no preciso grande momento social em que simbolicamente se inaugurava, através do rito de passagem da posse do Presidente, uma nova era da história política brasileira e uma Nova República (MEYER, 1985, p. 53).

A literatura de cordel com seus poetas populares se fizeram representar como testemunhas da festa cívica fazendo cobertura dos fatos relativos à eleição indireta de Tancredo e sua trágica morte, acompanhando de perto seja *in loco* ou através do rádio, jornal ou televisão, informando, mobilizando e expressando a impressão popular dos idos do ano de 1985, através da poética e genialidade dos folhetos, conforme atesta Veríssimo:

O poeta popular também acompanhou de perto a campanha das diretas, a vitória de Tancredo, sua doença, martírio e morte. Sentiu na pele a empolgação do povo e, logo a seguir, a sua frustração. E à medida que os fatos se sucediam, ele ia registrando e nos transmitindo seu depoimento, entre estarrecido e emocionado (MELO 1986, p.13).

Os poetas endossaram o coro das vozes populares que foram as ruas agora, para manifestar apoio à candidatura de Tancredo Neves a Presidência da República, que disputava pelo partido de oposição a ditadura que na época era o MDB, em oposição a Paulo Maluf que era o candidato apoiado pela ditadura militar. O poeta Vescêncio Fernandes no folheto **Mudanças Já** na esteira de seus versos diz:

Defendo Tancredo aqui
Sem nenhuma procuração
O povo é quem quer mudar
A triste situação
Já pensou Maluf e Delfim
No Brasil dariam o fim
Não sobraria um tostão
(FERNANDES, 1985, p.1).

Nas manifestações que se espalharam pelo Brasil em apoio a candidatura de

Tancredo Neves a presidência, havia um misto de euforia e medo por parte dos participantes, pois embora a ditadura estivesse pressionada pela força dos últimos acontecimentos, ainda detinha os aparelhos repressores de poder em suas mãos. Contudo havendo ainda o sentimento de medo por parte de alguns, os sentimentos não impediram que a população saísse as ruas mesmo com medo. O poeta Bule-Bule no folheto **A agonia de Maluf com a vitória de dr. Tancredo** registrou o misto de sentimentos que visitou o povo brasileiro durante as manifestações:

O processo de mudança
A meu ver começou cedo
Com passeata e protesto
Uns com garra, outros com medo
Mas tudo contribuiu
Para a vitória de Tancredo
(BULE, 1985, p.1).

O povo novamente voltou às ruas para manifestar seu apoio a Tancredo Neves, que na visão popular representava “o novo” em oposição Paulo Maluf que por sua vez representava o “velho” sistema da ditadura militar. O povo nas ruas apoiando Tancredo Neves potencializou por sua participação manifesta, pressão sobre os Deputados Federais que deveriam votar e escolher entre os dois candidatos. O resultado foi à vitória consagrada de Tancredo para a Presidência da República, ainda que de forma indireta. Carvalho registra em sua esteira esse momento de retorno de um civil a Presidência da República e as circunstâncias que envolveram a sua eleição, com significativa participação e pressão popular:

Pesquisas de opinião pública davam a preferência de 69% da população. A pressão popular sobre os deputados governistas desta vez foi irresistível. Tancredo neves ganhou 480 votos do colégio eleitoral, contra 180 dados ao candidato do governo. Terminava o ciclo dos governos militares (CARVALHO, 2002, p, 190).

Quando Tancredo venceu as eleições indiretas para Presidente em 1985, o povo brasileiro passou a potencializar e projetar nele a esperança e solução para os problemas nacionais. Seguindo um traço característico da cultura política do Brasil a população passa novamente a acreditar que solução para crise vivida pelos sufocantes anos de ditadura militar estaria assim personalizada na figura do político, que no momento era o Tancredo Neves. Na transição para a redemocratização do país, Tancredo seria aos olhos

do povo, aquele que tal como Moisés que libertara o povo hebreu da escravidão do Egito e o conduziu às portas da terra prometida, de semelhante forma Tancredo seria o mediador que transacionaria a passagem da ditadura para a tão sonhada democracia e com o seu governo levaria o povo brasileiro a “terra prometida” que seria um País mais justo, solidário e com menos desigualdades sociais. O poeta conhecido como Azulão no folheto **Tancredo é a Solução** expressa em seus versos à expectativa popular em volta da figura política de Tancredo dizendo:

Para o Brasil libertar-se
Da fome e da inflação
Das multinacionais
Que sugam a nossa nação
É ficar tudo certinho
Existe só um caminho
Tancredo é a solução
(SANTOS, 1985, p.1).

Consolidada a vitória de Tancredo em janeiro de 1985, a população passa a sonhar e fazer planos para o seu governo redentor da “Nova República”, interpretando a vitória de Tancredo como sendo uma vitória pessoal de cada brasileiro. O poeta Homero de Barros captou essa expectativa e identificação popular canalizada em Tancredo, através dos versos do folheto **A vitória de Tancredo e a vibração nacional**:

Com a vitória de Tancredo	Agora a Nova República
O Brasil também ganhou;	Em março irá tomar pé,
Com a derrota malufista	Com a posse no dia 15
O Maluf malufou;	Dobrará Tancredo a fé
Comprou votos, mas não deu...	De salvar nosso Nordeste
Quem a ele se vendeu	De tanto cabra da peste
Gastou a grana e arribou	E tanta braba maré
	(BARROS, 1985, p1).

Tancredo Neves eleito no imaginário popular como “salvador da pátria”, não chegaria a assumir o cargo de Presidente eleito indiretamente pelo congresso nacional. As vésperas de assumir o cargo, Tancredo é acometido de uma enfermidade que faria com que o mesmo vivesse 39 dias de agonia, passando por sete cirurgias, até a sua morte vicária em 21 de abril de 1985. Os 130 milhões de brasileiros acompanharam toda a *via crucis* de Tancredo, exaustivamente noticiado pelos meios de comunicação fazendo surgir uma onda de identificação e envolvimento com o sofrimento do Presidente. O drama de

Tancredo tornou-se o drama de todo o Brasil interpretado polissemicamente como sendo uma “floresta de símbolos” segundo defende Merlyse Meyer ao ponderar que:

[...] a começar pela identificação da doença do Presidente com a doença do próprio país em crise, da sua vida posta em perigo ao perigo do retrocesso político no período da transição da Nova República, do sofrimento transformado em martírio a redenção do sofrimento do povo, passando pela saga da paixão, morte e ressurreição na Semana Santa, a prefigurar o renascimento da esperança na festa do povo, até finalmente a coincidência de que o desenlace fatal ocorresse precisamente a 21 de abril, evocando no “herói da democracia” o “herói da independência” (MEYER, 1985, pp 52-53).

Os poetas populares acompanhando o ritmo da expectativa popular em torno de Tancredo o “salvador” do Brasil, “bombardearam” as praças e feiras com seus folhetos que cobriam e registravam com riqueza de detalhes, *pari passu* o sofrimento vicário do Presidente. O poeta José Neves da Silva relembra no folheto **O adeus de Tancredo Neves** a fatídica internação do Presidente no dia de sua posse:

Em vez de subir a rampa
Ele seguiu outra trilha
Deixando em pranto o Brasil
E toda sua família
E foi então internado
Num hospital de Brasília
(SILVA, 1985, p.2).

O povo brasileiro estava identificado com o seu “salvador” em seus 39 dias de sofrimento e agonia, tal qual registrou o poeta Manoel Basílio no folheto **O Brasil chora por Tancredo**:

Quando os doutores cortavam
O corpo do Presidente
Parece que a dor dele
Doía dentro da gente
Nessas horas de angústia
Quem é cristão chora e sente
(LIMA, 1985, p. 2).

A morte de Tancredo foi um duro golpe para o povo brasileiro que esperava que fosse ele que redimisse a nação, mas Tancredo aos olhos do poeta era uma espécie de Moisés que libertara o povo hebreu do cativeiro egípcio, conduzindo-o até os limiares

da terra prometida, morrendo “as portas”. Tancredo a semelhança de Moisés no imaginário político fora o homem que conduziu o povo da ditadura a redemocratização, sendo um mártir que deu sua vida para que os brasileiros desfrutassem das benesses da democracia e de dias melhores. Sua morte foi noticiada e reproduzida em muitos folhetos, tal qual o folheto **Tancredo mensageiro da esperança** do poeta Elias de Carvalho que destacou em seus versos dia e hora da morte do “Moisés” Presidente:

Dia vinte e um de abril	Tal como nos textos bíblicos
Vinte e duas e vinte e três,	Não governou a nação
Faleceu em consequência	Adoeceu e morreu
Das operações que fez	Sem concluir a missão
E a gravidade do mal	Moisés também não pisou
Que sofria há mais de um mês	A terra da promessa
	(CARVALHO, 1985, p.4).

Tancredo Neves no imaginário popular também será comparado a outro herói mineiro que era considerado o mártir da independência, Tiradentes. Tancredo será também lembrado e instituído como herói e mártir da democracia e que “coincidentemente” morreria no mesmo dia: 21 de abril. Quatro folhetos foram escritos onde Tancredo e Tiradentes são protagonistas e tem suas vidas comparadas entre si, **O grande encontro de Tancredo com Tiradentes no céu** de Luís Gonzaga de Lima, **Tancredo e Tiradentes** de Adalto Alcântara Monteiro, **O encontro de Tancredo com Tiradentes no céu** de Expedito Sebastião da Silva e **Tancredo o segundo Tiradentes** de Azulão. Nos folhetos citados os mitos de Tiradentes e Tancredo se entrelaçam e se eternizam no imaginário popular. Em **Tancredo o segundo Tiradentes** o poeta une os mitos projetando-os como salvadores do Brasil:

Tancredo tornou-se um ídolo	Será para os brasileiros
Dentre todos os presidentes	A bandeira da vitória
Um mineiro patriota	O Brasil perdeu um vulto
E dos mais inteligentes	Mas ficou com sua glória
Morreu ao bem do Brasil	Como grande presidente
Em vinte e um de abril	Ficará eternamente
Um segundo Tiradentes	Os anais de nossa história
	(SANTOS, 1985, p.3)

Como epílogo da novela da redemocratização no Brasil, houve um imprevisto, por cruel ironia do destino, Tancredo morreu antes de assumir e José Sarney seu vice, antigo servidor dos militares (tinha sido por duas vezes eleito senador pela ARENA,

vindo a ser seu Presidente em 1979 e posteriormente Presidente do PDS) assume como Presidente da República. A Presidência do Brasil na expressão popular “caiu no colo” de Sarney, pois este pertencendo ao PDS (partido de sustentação do governo militar) não era visto “com bons olhos” pela oposição. Boris Fausto ao comentar sobre a composição de Sarney (PDS) na chapa de Tancredo (PMDB) observa que: “Seu nome pouco ou nada tinha a ver com a bandeira da democratização levantada pelo PMDB. Mas a Frente Liberal fechou questão em torno de Sarney e o PMDB cedeu. Ninguém poderia imaginar, em 1984, o alcance dessa decisão (FAUSTO, 1995,p. 511). Para cumprir os trâmites legais Sarney assumiu a Presidência numa situação que se acreditava fosse transitória, Tancredo fora internado as pressas no hospital e submetido a uma cirurgia as vésperas da posse. Com a morte de Tancredo Sarney sobe a rampa do Planalto para cumprir o mandato de Presidente da República. Mais uma vez a literatura de cordel registrou esse momento político brasileiro. O poeta Gonçalo Gonçalves registra em seus versos no folheto **Campanha, vitória e morte do Presidente Tancredo: Sarney com seu ministério conduzem a Nova República**, o “surpreso” momento da posse de Sarney:

Foi uma grande surpresa
 Para o Vice Presidente
 Se preparar e assumir
 A Presidência urgente
 Da República Brasileira
 Sem ter nada disso em mente
 (BEZERRA, 1985, p.3).

Passados 39 dias de agonia que culminaram com a morte de Tancredo, o Presidente Sarney assumiu definitivamente a Presidência do Brasil conforme registrou o poeta:

O Presidente Sarney
 Fez um pronunciamento
 Assumiu definitivo
 A partir daquele momento
 A Presidência da República
 Com grande constrangimento
 (BEZERRA, 1985, p. 17).

No imaginário popular acreditava-se que José Sarney colocaria em prática todas as promessas de Tancredo reconduzindo o País a democracia de fato e de direito , bem como fazendo um governo que priorizasse as necessidades do povo pobre da nação

brasileira. Os folhetos escritos a época deixam transparecer certa desconfiança com relação a Sarney, aparecendo nos versos advertência dirigida a Sarney para que este desse continuidade ao que a população sonhou saindo as ruas na década de 1980. O poeta Franklin Maxado a exemplo de tantos outros, exorta Sarney a seguir as instruções de Tancredo no folheto **O Brasil de luto com a morte de Dr. Tancredo A. Neves**:

Queremos que o doutor
Sarney faça o prometido,
Concedendo as Diretas
Pra não ficar sem sentido,
Frustrando todo um povo
Que viu um futuro novo,
Raiando amanhecido
(NORDESTINO, 1985, p.7).

O Brasil só conseguiria eleger diretamente um Presidente através do voto somente em 1989, ou seja, 29 anos depois da eleição de Jânio Quadros pelo voto popular, porém o retorno da democracia e das eleições só foi possível, entre outros motivos, por causa da luta empreendida pelos brasileiros que saíram as ruas para reivindicar e protestar contra o regime militar. Ainda que os desdobramentos do movimento pelas “diretas já” não tenha atendido a todas as expectativas, a “luta” e participação popular não foram em vão, pois se tornou um marco referencial na história e cultura política brasileira. Carvalho contabiliza os dividendos da participação popular nas lutas pela redemocratização do Brasil defendendo que:

Apesar do desapontamento com o fracasso da luta pelas diretas e da frustração causada pela morte de Tancredo Neves, os brasileiros iniciaram o que se chamou de “Nova República” com o sentimento de terem participado de uma grande transformação nacional, de terem colaborado na criação de um País novo (CARVALHO, 2002, p.193).

Notadamente é perceptível que durante o processo de redemocratização no Brasil houve um ressurgimento efetivo da participação popular no que diz respeito a temática política, onde manifestações, passeatas e comícios mobilizaram milhares de brasileiros para reivindicar mudanças. As manifestações pelas “diretas já” foi o maior movimento popular da história do Brasil, onde o povo convertido em público ator do prodigioso espetáculo se tornava sujeito da história e não apenas mero espectador. O espetáculo da política em que o público ator foi convidado a participar dava significado, não a nação como um todo, mas a maioria do povo, a sua experiência de vida bem como a sua experiência de participação política e de descoberta da cidadania. É digno de

registro que as passeatas que chegaram a contar com a presença de milhares de pessoas, foram marcadas por serem pacíficas, sem registros de violência ou atos de vandalismo. A literatura de cordel foi testemunha ocular dos acontecimentos que envolveram o período de transição para redemocratização do Brasil, com mais de cem títulos de folhetos sobre o tema onde os *aedos* do povo, como seus cronistas e mediadores transmitiram a impressão popular dos acontecimentos vivenciados na década de 1980, bem como influenciou e evidenciou a participação popular nos eventos da política nacional. A luta pelo direito de votar foi uma constante na História do Brasil, o movimento pelas “diretas-já” foi mais um capítulo dessa história que é acompanhada pelos vários significados e representações que foram construídas a respeito do voto. O voto se constituiu assim na representação do imaginário político como o principal componente da democracia, pois todos os demais componentes giram em torno dele, tornando-se condição *sine qua non* para a prática da democracia. A discussão acerca do voto e suas potencialidades dentro da temática política se tornou o principal mote da literatura de cordel o que é atestado pelo fato de que o voto e suas representações aparecem em quase todos os folhetos que versam sobre a política no Brasil. Outra discussão que se processa e se faz presente no cordel e que também está aliada e transpassada pelo ato de votar e suas implicações diz respeito a prática da corrupção política que é apontado nos folhetos como um dos principais problemas do País. A disputa pelo voto dos eleitores no “tempo da política” e a sua mercantilização bem como seu uso como moeda de troca “permite” que políticos e eleitores se envolvam através de práticas ilícitas maculando assim o processo eleitoral e pondo em risco o processo de representação democrático terminando por eleger políticos que pautaram sua atuação parlamentar através de práticas de corrupção. A corrupção política tem sido responsável por uma larga produção de folhetos de cordéis, sendo assim juntamente com o voto o principal mote que alimenta a produção de cordéis nos dias atuais. Veremos no próximo capítulo como se processam as representações sobre o voto na cultura política brasileira e como o fenômeno da corrupção política tem perpassado as práticas políticas na sociedade brasileira na percepção dos poetas cordelistas.

CAPÍTULO III – AS REPRESENTAÇÕES DO VOTO E DA CORRUPÇÃO POLÍTICA NA LITERATURA DE CORDEL

O direito de votar e ser votado no Brasil não ocorreu de forma de espontânea e automática, e historicamente falando, em nenhum lugar do mundo o direito de votar e ser votado veio sem que fosse preciso reivindicações, protestos e lutas por parte da população. A prática do voto “tão comum” no Brasil de hoje, na verdade só se tornou um direito efetivo depois de muita luta e para se ter uma ideia da restrição desse direito ao longo da história temos o registro cronológico de que em 125 anos de República dos 36 Presidentes que governaram o Brasil até 2014, apenas 17 foram eleitos pelo voto direto. O voto em sua potencialidade para eleger representantes e provocar mudanças no cenário de representação política do País é fruto de uma construção social simbólica, que aponta avanços e retrocessos que permeiam a sua prática e seus desdobramentos.

Dentro da perspectiva cultural o significado do voto e sua idealização constroem-se a partir do imaginário social, inserido em sistemas simbólicos de ideias e imagens de representações coletivas. As interações dos atores sociais construídas a partir de suas experiências e vivências com relação ao universo do voto e do ato de votar possibilitam uma gama de variadas interpretações que estão para além de explicações simplistas que rotulam e classificam os eleitores como uma “massa de manobra” que não sabe votar. A inserção da literatura de cordel no mundo da política se apresenta como uma voz “discordante” desse “paradigma” apresentando outra versão para a tão propalada indiferença e apatia dos eleitores com relação aos comportamentos e práticas dos eleitores. Este “outro discurso” engendrado pela literatura de cordel tem o seu nascedouro nas práticas políticas que, por sua vez, são refletidas no folhetos consolidando-se como uma referência interpretativa da realidade. Essa força do popular que vai à contramão dos esquemas explicativos excludentes desconstruindo essa visão negativa do eleitor na prática e significado do voto é referenciada por Pesavento quando esta afirma que:

[...] através de matizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio de representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2005,p.39).

A noção de representação, que adotaremos em relação ao ato de votar e seus significados, referem-se à atividade humana de classificar, dividir e delimitar a

apreensão do mundo social, passando a organizá-lo em categorias fundamentais de percepção do mundo real. Ao analisarmos o voto percorreremos o caminho que Chartier chama de “luta de representações”, onde diferentes concepções e interpretações medem forças. Para Chartier, as lutas de representação ocorrem no lugar em que as estratégias são esboçadas. É justamente durante a luta de representações que surgem práticas políticas, empreendidas pelo homem ordinário, diversas com diferentes significados. Estas lutas pelo espaço do poder não podem se desprezadas ou minimizadas:

As lutas de representação tem tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo se impõe, ou tenta impor sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17).

As representações acerca do voto e do ato de votar estão imbricadas na prática da cultura política brasileira e construídas através da literatura de cordel enquanto representação simbólica da expressão da memória coletiva do povo. O pensamento acerca do voto seu significado e importância para a sociedade é perceptível através de vários discursos que demonstram a pluralidade e multiplicidade de opiniões formadas, ao longo do processo de construção, dos elementos que compõem o universo da política. Notadamente a questão do voto está intrinsecamente ligada à multiplicidade de percepções e valores associados à prática política construída ao longo da história do Brasil. Obviamente que não se deve absolutizar o pensamento ou a interpretação de uma determinada classe, segmento social ou grupo tentando generalizá-la fazendo parecer haver a existência de homogeneidade cultural, a respeito das questões que dizem respeito ao voto e seus significados atribuindo racionalidade, traduzida por atribuir “consciência” ou “inconsciência” política aos atores sociais, pelo fato de se pensar a favor ou contra ou rechaçar as opiniões construídas acerca de questões que envolvem a política.

A escolha em quem votar e as motivações para fazê-lo fazem parte de um processo que envolve aspectos históricos e culturais do Brasil. Portanto, ao refletir sobre o voto e seus significados [...] “cumpre em certo sentido, ‘politizar’ a política, reconhecendo a existência de processos moleculares subjacentes a cada ação ou escolha individual e coletiva”. (GOLDMAN & SANT’ANNA, 1996, p. 30). A postura dos eleitores frente ao ato de votar e seus significados apontam para a possibilidade de compreendermos as nuances que permeiam a cultura política brasileira, portanto, nesse sentido, “o voto configura-se, pois, como um mecanismo de compreensão do que está

em jogo nas estruturas políticas que articulam uma sociedade como a nossa”. (GOLDMAN & SANT’ANNA, 1996, p.36).

As expressões e significados do voto e do ato de votar estão explicitados na cultura política do Brasil e espalhadas no cotidiano dos atores sociais. O ato de votar não se restringe a um exercício, apenas racional, que segue uma lógica ritualística determinista. São muitas as variáveis e implicações que permeiam a prática do voto, que estão para além de um ato mecânico, envolvendo subjetividade e simbolismos, conforme atesta Elisabeth Lima ao ponderar que:

[...] o voto enquanto exercício democrático é envolvido por crenças definidas na dimensão da subjetividade, no qual a adesão do eleitor a um candidato pode estar em conexão com processos políticos, sociais, econômicos e midiáticos que participam e constituem a sua decisão final através do desempenho de novos significados e novas práticas (LIMA, 2011, p. 82).

A prática do voto sobrevive dentro de uma teia de significados integrados na cultura política brasileira, apresentando-se como passível de constantes ressignificações e reelaborações simbólicas. Em nossa cultura percebe-se uma “permanente” construção discursiva que exprime e enfatiza uma visão negativa acerca da política, do político e do valor do voto, que disseminou no senso comum a ideia de que “o povo não sabe votar”, que “o povo é alheio as questões políticas” e que “todos os políticos calçam quarenta”, entre outras premissas, cristalizando-se assim :

[...] a ideia de que os políticos são todos iguais, corruptos e corruptores e de que o povo seria, inevitavelmente, uma massa amorfa de alienados, desinteressados e desligados da política; ao mesmo tempo em que se imputa ao povo a responsabilidade em não saber votar, a ele também é dirigida a responsabilidade pelas mazelas, doenças sociais e tormentas do País porque, a cada eleição, legitimária, com seu desconhecimento e descompromisso, através da prática do voto, a continuidade do poder das forças sociais contrárias aos reais interesses da sociedade brasileira (LIMA, 2011, p.83).

Uma considerável gama de frases e sentenças discursivas estão entranhadas na cultura brasileira, calcadas nas práticas políticas correntes, fortalecendo o paradigma da inoperância da população no que diz respeito as questões políticas tais como: “voto em quem me der algo em troca”, “só temos valor até o momento de votarmos”, “ não voto em fulano porque eu sei que ele não ganha e assim vou perder o meu voto”, “vou votar em fulano porque ele falou comigo pessoalmente e me pediu o voto”, “voto em fulano

porque ele conseguiu ou vai conseguir um emprego ou benefício para mim ou minha família”. A interpretação e significados geralmente elaborados através dessas frases é a de que a política é vista como sendo um meio para alcançar alguns fins que não seriam possíveis sem a intermediação do agente político que se coloca como intermediário entre a população e os diversos níveis de poder. Essa prática comumente é interpretada como sendo clientelista, porém Karina Kuschnir relativiza essa visão e observa que:

Do ponto de vista “nativo”, os políticos não estão “privatizando bens públicos” (para usar uma definição clássica de clientelismo); ao contrário, os políticos estão *dando acesso* a bens e serviços públicos a pessoas que não teriam de outra forma (KRUSCHNIR, 2007, p.2).

Na história política do Brasil comumente se costuma utilizar categorias que parecem estigmatizar e deixar claro quem domina e quem é dominado no cenário da política, refiro-me a categorias tais como: clientelismo, mandonismo e coronelismo, que logo nos remetem a imagem tantas vezes declamada de uma suposta sujeição passiva e consensual de um grupo social aos que ocupam e detém alguma forma de poder seja ele político, econômico ou social, convém , porém relativizar tais categorias também, pois elas:

[...] trazem embutidas a ideia de que as nossas práticas políticas são imperfeitas, atrasadas ou inferiores. Trata-se de classificações que tomam por base o princípio de que as sociedades modernas devem estar comprometidas com os princípios democráticos universais inspirados nas experiências europeia e norte-americana. Desse ponto de vista o clientelismo será sempre visto como sintoma de nosso estágio de “subdesenvolvimento” e, portanto, um problema para a “modernização” da política (KUSCHNIR, 2007 p.3).

Convém salientar que a Antropologia no âmbito da política não visa absolutamente, justificar, defender, fazer apologia ou críticas as práticas políticas consideradas escusas ou desonestas, mas busca compreendê-las, e entender como essas relações de poder originam-se em determinadas circunstâncias trazendo a luz representações e significados das mesmas principalmente, para os atores sociais envolvidos no processo.

A literatura de cordel, enquanto produção cultural, apresenta-se como uma das matizes de expressão da cultura brasileira que, traz após si entre as diversas e variadas temáticas das quais propala, o tema da política com todos os seus componentes estando inclusos em seu rol, a questão das eleições, da redemocratização, dos partidos, do voto e seus significados, do candidato, do eleitor, da corrupção, da atuação dos parlamentares

eleitos entre outros subtemas. Vejamos inicialmente como os poetas populares, enquanto mediadores simbólicos do imaginário popular (começando com o poeta Leandro Gomes de Barros) interpretaram e deram significado a representação do voto e seus desdobramentos trazendo a cena aspectos conjunturais da cultura política brasileira, percebidos e destacados pela pena dos poetas populares.

Ao tempo em que viveu o poeta Leandro Gomes de Barros (1865-1918), o voto era uma realidade para poucos no Brasil, onde grande parte da população estava excluída do processo eleitoral. Na primeira Constituição republicana de 1891 ficou estabelecido a garantia do voto aos brasileiros maiores de 21 anos, excetuando-se analfabetos, mendigos, soldados e religiosos sujeitos a obediência eclesiástica e menores de idade. As mulheres não tinham direito ao voto. O voto não era obrigatório, mas era aberto, isto é, o eleitor era obrigado a revelar publicamente o candidato em que votava o que possibilitava a interferência por vezes violenta, dos chefes políticos para pressionar os eleitores na hora da votação. Na República Velha o número de eleitores cresceu, mas com estas restrições não chegou a 3% da população do País. O poeta Francisco Chagas Batista contemporâneo de Leandro e cronista de sua época, registrou em 1912, no folheto **Resultado da revolução do Recife** a restrição ao direito de voto durante a República Velha e a possibilidade de um dia ele participar de uma eleição através do voto:

Se algum dia em meu País
O voto livre existir,
Talvez que eu ainda vote
Naquele que me convir,
Boa noite, nesse assunto
Não desejo me expandir
(BATISTA, 1912, p. 12).

Leandro em seus folhetos registra as representações e implicações que existiam em relação às práticas consideradas clientelistas e fraudulentas que envolviam o exercício do voto, bem como as promessas enganosas que os políticos usavam para aliciar os eleitores, a partir de um jogo de interesses e permutas, que tornam o eleitor um alvo localizado e momentâneo para aquele que lhe “caça” o voto. Leandro percebe as nuances que envolvem esse momento da política, onde podemos citar como exemplo, o folheto editado no início do século XX, intitulado **As promessas do Governo**, onde ele narra a sutileza do candidato para “conquistar” o voto do eleitor:

Estes homens da política,
Eu sei bem quem eles são,

Só conhecem o eleitor,
 Na véspera da eleição,
 Depois disso o eleitor
 Não tem valor de um tostão.
 [...]
 Vote comigo, diz ele,
 Que lhe darei minha usina,
 Ganhar isso numa hora,
 É melhor que tirar mina,
 Dar tanto assim a um amigo,
 O senhor não imagina
 (BARROS, s.d.,p.1).

O poeta descreve ainda, em seus versos no citado folheto, a estratégia utilizada pelo agente político no intuito de aliciar o eleitor e cooptar seu voto, fazendo uso de mirabolantes promessas que, rapidamente após o sufrágio do eleitor, já se esvanecem e são esquecidas. A venda e troca do voto por alguma “vantagem” estão entranhadas no seio da sociedade brasileira, sendo esta também uma característica corrente da cultura brasileira, com relação ao ato de votar em troca de alguma vantagem, transformando o voto em moeda de troca no intuito de, enquanto eleitor, o votante extrair alguma vantagem do político que lhe “pede” o voto. Embora seja cultural essa mercantilização do voto, nem sempre as partes cumprem com o prometido conforme observa o poeta:

A esperança do pobre,
 Toda quase é vice-versa,
 O peixe cai pela isca
 O velho pela conversa,
 A galinha pelo milho,
 O pobre pela promessa.

Se aproxima a eleição
 Naquele dia marcado,
 Depois que ele bota a chapa,
 Fica tudo transformado
 Ele vota e o doutor,
 Nem lhe diz muito obrigado
 (BARROS, s.d., p.4).

Quando Leandro ressalta em seus versos que “o pobre cai pela promessa” evidencia duas práticas culturais presentes na sociedade brasileira, a primeira que está implícita é a questão da honra em manter a palavra dada, ou seja, a promessa feita. A palavra empenhada adquire o valor de uma assinatura dentro do código de valores da sociedade, sendo reprovável o ato de não cumprir a promessa feita. A outra prática relacionada a promessa é consequência da primeira pois a supervalorização de um

código ético que prima por fazer que a promessa feita seja cumprida, estimula a utilização do artifício da promessa pra se conseguir alcançar e lograr êxito em algum empreendimento. Ou seja, a valorização da promessa feita e promessa cumprida fazem com que facilmente se aceite o fato de o político fazer várias promessas durante o tempo da política. O uso estratégico da promessa e a sua aceitação perante o público alvo evidencia que esta prática já está incorporada a cultura brasileira. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais as pessoas mesmo observando com desconfiança as promessas feitas pelos políticos, tolerarem o fato de que a cada novo pleito surjam novas promessas. A promessa faz parte assim da cultura política brasileira e ela só existe até hoje, entre outros fatores, pelo crédito que as pessoas geralmente dão aqueles que lhe fazem promessas. O eleitor estando arraigado nos valores culturais da fidelidade e familiarização da palavra precisa sentir que o político merece confiança para assim entrever um relacionamento com ele, mesmo que seja para a simples mercantilização do voto. Observa-se que a “confiança do eleitor num político passa pela capacidade de prestar favores, de beneficiar a comunidade, de cumprir as promessas feitas ou o que é entendido como promessa.” (PALMEIRA, 2006, p. 144).

A valorização e utilização da promessa como recurso para angariar votos está ancorada na perspectiva cultural da honra e lealdade para cumprimento da palavra empenhada, sendo assim para o eleitor a promessa feita pelo político se constitui em um atrativo até mais sedutor do que a ideologia e o partido do candidato. Há uma importância vital na noção de honra, assim como grande consideração às relações de caráter pessoal, na hora de escolher o voto, mais do que opções ideológicas abstratas ou cálculos racionais individuais (KUSCHNIR, 2007).

A promessa de realizar ou trazer algum benefício para o eleitor e/ou sua comunidade, geralmente ocorre no período conhecido como “tempo da política”, que corresponde ao espaço temporário onde os rituais de promessas e convencimento se estabelecem no intuito de conquistar o voto do eleitor, muito embora entendamos que a política transpassa as práticas sociais em todo tempo e não somente no período eleitoral. “O tempo da política” é sinônimo de campanha eleitoral, que corresponde ao período em que o candidato ou partido trabalham para cooptar votos para si. O “tempo da política” não se restringe a um período, mas sim um processo contínuo tal como afirma Kuschnir quando diz que: “embora exista a percepção de um tempo marcado pelo evento eleitoral, a política é experimentada segundo um contínuo que passa despercebido pela população” (KUSCHNIR, 2000, p. 59). A “promessa” é uma

característica marcante do tempo da política, onde ela “precisa” existir para que haja desdobramentos considerados positivos ou negativos para as partes que interagem na busca de seus interesses. Nesse sentido a promessa em tempo de política se constitui em: “um ato de fala eficaz, pois cria fatos políticos ao estabelecer um elo ritualizado entre o político e o eleitor no tempo da política”. (CHAVES, 1996, p. 139). O “tempo da política” e a promessa estão incorporados nas práticas políticas culturais do Brasil. Os poetas populares deixam escapar em seus versos essa percepção a respeito do “tempo da política” e suas indissociáveis promessas. O poeta João Peron de Lima em seu folheto de título **Em tempo de política** exemplifica o período em seus versos:

Em tempo de política
Vem o senhor candidato
Muito do bem arrumado
No terno e no sapato
Fica a nos prometendo
Finda nada fazendo
Nós e quem paga o pato
(LIMA, 2005, p.1).

O período da “caça” ao voto é marcado pela introdução de vários rituais usados estrategicamente com o fim de aproximar candidato e eleitor visando a conquista do voto. Esses rituais se traduzem em passeatas (com o corpo a corpo com os eleitores), carreatas, comícios, *showmícios*, reuniões domiciliares, festas de formandos (onde geralmente o político é convidado a ser o paraninfo da turma e custeador da placa ou de outros custos), almoços e festas dançantes onde o candidato tem oportunidade de estar *in loco* com o povo. Alguns destes rituais nos dias atuais estão restritos em razão de serem considerados crimes eleitorais na tentativa de induzir e pressionar os eleitores a sufragar em favor de determinado candidato. No entanto, tais encontros continuam e existem de forma camuflada, mas mascarada com outros sentidos tais como os “rituais de comensalidade” promovidos nos bastidores por candidatos, mas apresentados como atividades comemorativas e/ou desportivos. Sobre essa prática dos candidatos Kuschnir observa que: “É praticamente impossível pensar em campanha sem levar em conta seu aspecto festivo, de evento social, reunindo pessoas pra conversar, comer e beber” (KUSCHNIR, s. d. p.244).

Os cordelistas como filhos do seu tempo e reprodutores da cultura política registraram em seus versos alguns destes rituais, como podemos usar como exemplo, o folheto do poeta Luiz Avelino, de título **A vitória da U.D.N. na Paraíba do Norte** escrito em 1946, onde vemos um destes rituais de festas e danças registrado no “tempo

da política” na disputa pelo voto:

Montada é aonde mora
Um Pessedista animado
Porém o voto é secreto
É um mistério encantado
Gozaram a festa dele
E votaram no outro lado

Lá antes da eleição
Era festa a semana inteira
A concertina zuava
Mais gente do que na feira
As moças dançavam tanto
Que levantava a poeira
(AVELINO, 1946, p.3).

O ritual da política é marcado também pela repentina e “desinteressada” visita do candidato a casa do eleitor, pela memorização do nome dos eleitores, chamando-o nominalmente, e por aceitar “todos” os convites de festas e comensais que o mesmo receber indo assim na “casa do povo”. Os candidatos alimentam assim essa estratégia no “tempo da política” para fisgar o eleitor e dar a ele a impressão da proximidade, intimidade e identificação com a realidade que o cerca, para que quando eleito trabalhar em prol do eleitor cativado. O poeta Varnecki Santos Nascimento também registrou esses rituais característicos do “tempo de política” nos versos do folheto **Perfil do candidato brasileiro**:

Beber cachaça, e, além disso,
Aprender a decorar
O nome do eleitor
E bem atento o chamar,
Por causa dessa lembrança
Voto até pode ganhar

Todo convite aceitar
Para festa e para comer
Trair a Bíblia e a fé
Que sempre afirmou ter
Discursando na tribuna
Iludir e convencer
(NASCIMENTO, 2006, p.8).

Em nossa viagem pelo universo da política retratado pelos poetas populares percebemos que nos dias atuais é bastante expressivo o número de folhetos escritos que tratam sobre o voto em suas variadas formas e potencialidades. Essa expressividade

numérica nos permite inferir que dentro da temática da política as questões pertinentes a representação do voto é disparado o subtema de maior relevância dentro da literatura de cordel, onde podemos dizer também que além de termos um grande número de folhetos que trazem como enredo principal a questão do voto, temos outro expressivo número de folhetos que falando de outros subtemas da política acabam por conter em seus versos a questão do voto, o que nos permite afirmar que o voto aparece em quase todos os folhetos que exploram a temática política. Vejamos, porém um exemplo dessa “onipresença” ao analisarmos a figura do cabo eleitoral no processo eleitoral já deixando claro que é praticamente impossível discorrer sobre cabo eleitoral sem falar do voto é o que veremos a seguir.

3.1 A representação da figura do cabo eleitoral no cordel: a manifestação do Xelexéu

Um dos principais atores do cenário de representação política no chamado “tempo de política” é a figura do “cabo eleitoral¹⁶” que é considerado o elo de ligação, um intermediário, entre o candidato e os eleitores no processo de cooptação do voto e da mercantilização do mesmo. A figura do cabo eleitoral pode ser visto também como um eleitor que é engajado na luta por mudanças e que acredita se possível alcançar melhoras coletivas através de determinado partido ou candidato. O cabo eleitoral “desinteressado” geralmente são pessoas afiliadas ou simpatizantes de partidos considerados de “esquerda”. O cabo eleitoral, no aspecto negativo é visto na verdade, como alguém que já “se vendeu” (por dinheiro, por promessa de conseguir algum cargo, favor, entre outros) a um determinado partido ou candidato e tem como missão principal atrair os eleitores para votarem em seus candidatos. O cabo eleitoral atua sutilmente, penetrando em lugares e tendo contato com pessoas que o candidato a princípio não poderia ter, agenciando e facilitando o contato entre o eleitor e o candidato. O cabo eleitoral também atua nos momentos finais que antecedem as eleições no que comumente é conhecido como “boca de urna” no intuito de aliciar o eleitor geralmente através da compra do voto, com o dinheiro que lhe foi repassado pelo candidato para quem ele trabalha.

A figura do cabo eleitoral nos remete ao Coronelismo e suas práticas objetivando eleger-se ou eleger seus candidatos. O seu título “cabo” sugere uma patente militar bem abaixo da hierarquia do poder comparando-o a figura do coronel. Na hierarquia militar o cabo é a patente mais próxima dos soldados, estando acima destes hierarquicamente, mas abaixo de todas as outras patentes (sargento, tenente, capitão, major e coronel). O “cabo” é, portanto o elo entre os que mandam e os que obedecem, portanto no tempo dos coronéis da política é plenamente compreensível a designação de cabo para aqueles que trabalham para o coronel com o fim de captar adesões e votos utilizando-se na maioria das vezes de práticas ilícitas. O historiador José Murilo de

¹⁶ Segundo o glossário eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral, seu conceito abrange o “indivíduo encarregado de obter votos para certo partido ou candidato.” (CABO eleitoral. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Thesaurus. 6. ed. rev. e ampl. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 2006. p. 39).

Carvalho descreve como atuavam estrategicamente os cabos eleitorais a mando dos coronéis para conseguir o voto dos eleitores no dia da eleição, segundo ele observa que:

A seu mando, cabos eleitorais ainda levavam os eleitores em bandos para a sede do município e os mantinham em “currais”, sob vigilância constante, até o momento do voto. Os cabo eleitorais entregavam aos eleitores envelopes fechados com as cédulas de seus candidatos, para evitar trocas. O pagamento podia ser em dinheiro, bens ou favores. Por via das dúvidas, o pagamento em dinheiro era muitas vezes feito da seguinte maneira: metade da cédula era entregue antes da votação e a outra metade depois. O mesmo se fazia com sapatos: um pé antes, outro depois (CARVALHO, 2002, p. 147).

É interessante observar que a representação do cabo eleitoral perdurou mesmo tendo passado o fenômeno do coronelismo, ele permanece tanto no meio rural e muito mais agora no meio urbano. O cabo eleitoral em sua prática política recebe uma série de apelidos pejorativos, tais como: puxa-saco, xeleléu, babão, bajulador etc. Na literatura de cordel a representação da figura do cabo eleitoral segue o pensamento popular apresentando-o de forma satírica, irônica e crítica. No folheto **O cara de pau** (1980) o poeta Cláudio Soares deixa claro como é concebida popularmente a imagem do cabo eleitoral:

Aplica cada chantagem
Na época da eleição
É cabo eleitoral
Para qualquer cidadão
Seja qual for o partido
Faz parte da profissão
(SOARES, 1980, p.3).

Em outro folheto de título **Cabo eleitoral: o eleitor puxa-saco** o poeta desqualifica o cabo eleitoral apresentando-o como sendo alguém “interesseiro” e manipulador que está a serviço do mau político, destacando também como acontece o *modus operandi* do cabo eleitoral, ou o ritual que se segue na divulgação de seu candidato, na boca de urna e a conseqüente compra do voto:

Peço desculpas a você
“Eleitor amigo e leal”
Que agora vou escrever
Sobre um cara ilegal
Tem em todo buraco
“O eleitor puxa-saco
O cabo eleitoral

O eleitor puxa-saco

Ainda prega cartaz
 Nas praças e avenidas
 Ônibus e terminais
 Picha muro e o asfalto
 Com o nome do candidato
 Que ele gosta mais

O eleitor puxa-saco
 Tem a marca da maldade
 Ele ri nos enganando
 Com a sua falsidade
 Do político balança o ovo
 Enganando a humanidade

Cabra besta e vagabundo
 Arrisca a reputação
 Fazendo “boca de urna”
 No dia da eleição
 Preso e desmoralizado
 Tudo pelo candidato
 Que ele gosta demais.
 (s.i.)

É significativo o fato de que o poeta Leandro Gomes de Barros dedique vários de seus folhetos a falar de eleições e principalmente do ato de votar e as nuances que envolvem esse processo. Podemos citar ainda como exemplo de folhetos de Leandro Gomes de Barros que tratam de eleições e voto, os seguintes títulos: **A Ave Maria da eleição** (1907), **Os dez réis do governo**(1907), **As promessas do Governo**(s/d), **A voz do povo Pernambucano** (1911), **A ira e a vida de Antônio Silvino**(entre 1910 e 1912)e **Um pau com formigas**(1912). O fato de que em sua época o voto não ser um direito de todos, mas sim de apenas 3% da população brasileira, demonstra que o poeta de alguma forma entendia a importância desse direito, clamando e idealizando, através de seus folhetos pela consciência e ampliação desse direito democrático para todos.

No folheto Ave Maria da eleição o poeta trata de forma irônica das eleições e do voto parafraseando e satirizando a oração católica da Ave Maria, onde ele intercala entre as considerações sobre o processo eleitoral e o voto uma das mais conhecidas “rezas” e expressão da fé católica do povo brasileiro. O espírito crítico do poeta com relação às eleições e voto é evidenciado por Átila e José Alves Sobrinho ao ressaltarem uma das características do poeta ao desenvolver o tema: “Espírito crítico, não deixava escapar uma oportunidade. Viu e retratou numa “Ave Maria”, com deliciosa mordacidade o processo eleitoral de seu tempo” (ALMEIDA & SOBRINHO, 1990, p.78). O poeta usando da sua sagacidade “mistura” uma prática política corrente a uma oração litúrgica, unindo assim o “santo e o profano” num claro exemplo de carnavalização,

onde se constroem uma temática ou versão interpretativa diversa e matizada da mesma, aproveitando elementos considerados “oficiais”, como destaca em seu pensamento Mikail Bakhtin. Tomando o pensamento de Bakhtin como base, pode-se dizer nas palavras de Norma Discini (2006) que a carnavalização se constitui como sendo um:

[...] movimento de desestabilização e ruptura em relação ao “mundo oficial”, seja este pensado como antagônico ao grotesco criado pela cultura popular da Idade Média e Renascimento, seja este pensado como modo de presença que aspira á transparência e a representação da realidade como sentido acabado, uno e estável, o que é incompatível com a polifonia (DISCINI, 2006, p.84).

Leandro Gomes de Barros como “filho do seu tempo” fala do cenário de representação política de sua época, expressando de forma carnavalizada em seus versos o pensamento vigente desde 1907, que caracterizava o comportamento político dos eleitores frente ao ato de votar atrelada a ideia que o voto era uma mercadoria a ser comercializada entre político e eleitor:

No dia da eleição
O povo todo corria
Gritava a oposição
Ave Maria.

Via-se grupos de gente
Vendendo votos nas praças
E a urna do governo
Cheia de graça.
(BARROS, 1907, p. 15).

Os versos de Leandro Gomes de Barros tornam perceptíveis marcas indeléveis das práticas políticas inseridas na cultura do povo brasileiro, com relação ao voto e seus significados. Os discursos presentes nos versos do cordel reproduzem o pensamento vigente com relação ao voto, no que se refere às práticas clientelistas e a mercantilização do voto. O político em busca do voto do eleitor usa de estratégias e astúcias na conquista do seu intento, enquanto que o eleitor também se utiliza de estratégias e astúcias para tirar proveito do processo eleitoral onde ele é elevado a categoria de sujeito que se empodera momentaneamente e passa a ser alvo dos postulantes a algum cargo político.

Leandro, no poema citado, também registra o momento tenso que envolvia as eleições e o clima de medo que assolava os eleitores diante das ameaças daqueles que

pleiteavam seus votos e que usavam de várias artimanhas para cooptar os eleitores inclusive de violência e coerção:

Os eleitores com medo
Das espadas dos alferes
Chegavam a se esconderem
Entre as mulheres.

Os candidatos chegavam
Com uma ameaça bruta
Pois um voto para eles
E bendito fruto
(BARROS, 1907, p. 16).

No folheto **A ira e a Vida de Antônio Silvino** Leandro fala das eleições para governador da Paraíba em 1912, onde descreve a suspeita de fraude nas eleições. Antônio Silvino (1877-1944) famoso cangaceiro aparece nos versos como “cabo eleitoral” do candidato Rego Barros que era considerado candidato da oposição tendo como rival o candidato João Pereira Castro Pinto. Os versos demonstram a prática da coerção para captação de votos, bem como a tensão e luta pelo poder por parte de oligarquias locais:

Antônio Silvino disse
Eu não aliso ninguém
Se Barros Rego perder
A coisa aqui não vai bem
Em pilão que eu pisar milho
Pinto não come xerém.

De Pombal até campina
Não houve um só eleitor
Que eu não fosse a casa dele
Pedir-lhe com muito amor
Que votasse em Rego Barros
Para ser governador
(BARROS, 1912, p. 2).

Transcorridas as eleições de 1912 o eleito foi Castro Pinto, mesmo com toda a articulação e pressão do cangaceiro Antônio Silvino como expresso nos versos citados: “Em pilão que eu pisar milho\Pinto não come xerém”. O “Pinto” é uma clara referencia ao candidato Castro Pinto. Ao tempo em que Leandro reporta-se a eleição para governador da Paraíba (1912), o Brasil vivia sobre a égide da República Velha (1889-1930) que mesmo com a Constituição republicana de 1889 impunha ainda uma série de restrições em relação ao voto e trazia em seu bojo a não obrigatoriedade do voto

conforme atesta Jairo Nicolau: “A primeira Constituição da República confirmou o direito de voto para os homens maiores de 21 anos e a exclusão dos analfabetos. Mas o alistamento e o voto não eram obrigatórios” (NICOLAU, 2002, p.27). O voto no Brasil só tornou-se obrigatório quando foi transformado em norma constitucional em 1932. Leandro em seus versos registra o uso do título eleitoral (que era uma realidade desde 1875) e a não obrigatoriedade do voto, conforme diz em seus versos:

Porque a nossa lei diz:
Vote quem quiser votar
Tendo título legalmente
Ninguém o pode empatar,
Vota-se até num ladrão
Se caso se apresentar
(BARROS, 1912, p. 3).

Os poetas populares cumprindo um dos papéis a eles atribuído, de serem cronistas dos acontecimentos do seu tempo historicizam a evolução do voto ao longo processo eleitoral brasileiro, opinam, criticam e reproduzem a história de uma época mantendo-a viva na memória coletiva do imaginário popular. O poeta no palco do cenário de representação política de sua época se “transforma” em ator político e mediador que se apropria, interpreta e ressignifica o mundo da política, traduzindo-o para o seu público alvo. Na esteira desta perspectiva Maya observa:

Acredito que esse seria o fundamento da obra do poeta de cordel, pois transformado em *ator político*, parece não querer esquecer e nem deixar que outros esqueçam os acontecimentos por ele presenciados e perpetuados em seus poemas no período em que viveu, e que revelariam a voz até então “inaudível” do popular (MAYA, 2012,p.28).

A exemplo de Leandro Gomes de Barros outros poetas populares exploraram em seus versos as eleições e o voto, como pode ser visto através da pena poética do conterrâneo e contemporâneo de Leandro, José Camelo de Melo Resende que ao tratar das eleições para Presidente da República, em 1929, se coloca a favor do partido da Aliança Liberal, defendendo a candidatura de Vargas e João Pessoa. Depois de tecer elogios e fazer apologia aos candidatos ele adverte as pessoas a que não vendam seu voto, demonstrando assim que a prática da utilização do voto como “moeda de troca” há muito está encrustado na cultura política brasileira:

O homem que vende o voto
Já não sabe por quem votar

Pra ele tudo está bom
 Porque não é patriota
 O homem que faz assim
 Vive sempre na derrota

Portanto é uma miséria
 Um homem sem competência
 Se alistar para vender
 Seu voto, sem consciência
 Daquilo que vai fazer
 Por não ter inteligência
 (RESENDE, 1929,p 16).

Se traçarmos um perfil cronológico dos folhetos escritos pelos cordelistas do século XIX até o século XXI perceberemos que em sua maioria os poetas posicionam-se contrariamente a prática da mercantilização do voto. Os poetas alertam os seus leitores das consequências advindas pela prática da mercantilização do voto implicando em descompromisso do candidato eleito para como o eleitor que vendeu seu voto e assim não pode cobrar ou reclamar da conduta descomprometida do político com relação às causas do interesse e benefício da coletividade. O poeta Livino Farias Brazão no folheto **Versos sobre a eleição de 1960** ao tratar em seus versos dos três candidatos a presidência da Republica Marechal Lott, Adhemar Campos e Jânio Quadros evidencia essa prática advertindo os eleitores:

Aviso publicamente
 Que leiam esta parcela
 Não queiram vender seu voto
 Trocando por bacatela
 Isto não deixa regalo
 O que se vende é cavalo
 E quem compra bota a sela

Recebe pouco dinheiro
 Fica muito satisfeito
 Começa a eleição
 Já praticando o mal feito
 Vai votar inconsciente
 Deixando o país doente
 Ainda diz fiz bem feito
 (BRAZÃO, 1960, p. 8).

Os discursos que constroem as práticas políticas culturais encenadas pelos atores sociais no Brasil estão permeados de sentenças polifônicas marcadas por palavras que indicam muitas vezes contradições entre o discurso e a práxis dos eleitores quando o assunto diz respeito a mercantilização do voto. Está implícito no pensamento político

popular a ideia de que o político precisa comprar os votos dos eleitores para que este possa se eleger. A vitória em uma eleição está permeada de significados simbólicos que apontam sutilmente para a utilização do poder econômico para se conseguir este fim. A possibilidade de um político vir a se eleger apenas por ter uma história de engajamento com as causas sociais, ser honesto e ter idoneidade de caráter, se constitui em um pensamento visto com certa desconfiança por parte dos que habitam o cenário de representação da política. É comum constatarmos que políticos de grande poder aquisitivo conseguem mais “facilmente” lograr êxito em seus pleitos eleitorais. Essa crença “subliminar” do uso do dinheiro como meio para ganhar uma eleição está também espalhada na literatura de cordel, onde se registra o dinheiro como poder de barganha para se eleger. A mercantilização do voto dentro deste prisma constitui-se em um caminho de duas vias que se dá entre o político (ou seu agenciador) que compra os votos e os eleitores que vendem o voto. Vejamos como essa prática da cultura política está presente no cordel, através do que é dito no folheto **O cariri é comigo Manoel Gaudêncio deputado estadual:**

Para não se eleger
 Não se deve nem entrar
 Numa campanha política
 Sem dinheiro pra gastar
 Melhor votar em Gaudêncio
 Porque é quem vai ganhar

Ele ganha a eleição
 Com muita tranquilidade
 Fazendo uma campanha séria
 Sem ter nenhuma maldade
 Tem dinheiro pra gastar
 Esta que é uma verdade

Dinheiro não compra voto
 Mas é preciso provar
 Pra fazer uma campanha
 Sem dinheiro pra gastar
 Não tem como arranjar voto
 Também não pode ganhar
 (ARNOR, 1986, p.9).

O poeta enquanto mediador simbólico traz em seus versos um discurso contrário a mercantilização do voto. O discurso e pensamento do poeta popular esta em consonância com a visão que é partilhada e defendida por grande parte dos cidadãos. Através da pena dos poetas percebemos que a população de forma geral repudia a

mercantilização do voto, porém, os versos evidenciam que embora combatida e repudiada de forma discursiva, essa mercantilização se constitui em prática corrente na cultura política do Brasil, pois do contrário não haveria razão da defesa e recomendação do voto “consciente” se em termos práticos a venda do voto não ocorresse em época de eleição. Os versos do folheto **Garotos de rua** que contém um poema de título **Política e político** do poeta João Daniel da Silva descrevem com detalhes uma das formas de comercialização do voto, que se convencionou chamar de “boca de urna”, que consiste em comprar o voto do eleitor quando este está a caminho das urnas. Esta prática de “boca de urna” também está atrelada a parte da cultura política do brasileiro:

Finalmente chega o dia
 O povo está agitado
 Todo mundo vai as urnas
 Cumprir o dever sagrado
 Na fila alguém comenta
 O meu voto foi comprado
 Por cento e vinte reais
 O cheque foi descontado

Aí foi aquela zoeira
 Todo mundo quer saber
 Quem está comprando voto
 Muita gente quer vender
 Até por vinte reais
 Pra comprar o que comer
 Pois está desempregado
 E tá ruim pra viver
 (SILVA, s.d., p.29).

Essa “aparente” contradição que é explicitada pela prática constante e comum da venda e compra de votos, enquanto que quase que de forma unânime se rechaça a venda do voto, pode ser explicada a partir da cultura política espalhada nas relações sociais cotidianas, possibilitando apenas ampliar um *modus vivendi* (do eleitor) e de um *modus operandi* (do político) que transpassa as micro atitudes e comportamentos corriqueiras pessoais e familiares que são pulverizadas e ampliadas para situações macro no que se refere ao ato institucional do sufrágio em época de eleição. A dubiedade do eleitor face ao seu código pessoal de conduta eleitoral que rechaça a mercantilização do voto em termos de discurso e que ao mesmo tempo negocia o seu voto pode ser explicado pela percepção que estes têm do que vem a ser a prática política no Brasil, enxergando-a em termos práticos como uma “simples” troca de favores. Essa “incoerência” de valores versus prática é observada por Moacir Palmeira no artigo “Eleição Municipal, Política e

Cidadania” (2006) quando discorre sobre o que as pessoas pensam a respeito da política:

[...] elas pensam a *política*, de modo aparentemente, mas só aparentemente, incoerente, como algo externo e temporário mas feita da mesma matéria de que é feito o seu cotidiano, isto é, de trocas pessoais, em especial da troca de favores. (PALMEIRA, 2006, p. 139).

A utilização do voto como uma arma ou trunfo na qual o eleitor se apodera e se empodera durante a prática das relações políticas estabelecidas, principalmente durante as eleições, passam a ser interpretadas e reelaboradas pelo pensamento e memória coletiva (ainda que não seja de forma unânime), como sendo, não uma prática totalmente fraudulenta de venda vulgarizada do voto, mas sim como sendo uma troca de favores entre as partes interessadas visando interesses mútuos, ainda que não se possa mensurar a prática como sendo proporcional em suas consequências e resultados para ambas as partes envolvidas no processo, apelando a consciência do eleitor para que este vote no candidato. Embora a mercantilização do voto seja juridicamente um ato ilícito e ilegal muitos eleitores em seus entendimentos interpretam a legalidade ou ilegalidade de outra maneira em relação ao voto enquanto moeda de troca, onde muitas o que é prático e aceitável não corresponde ao que o dispositivo da lei prega, tal como observa Barreira ao defender que: [...] a ação legal não necessariamente é considerada correta por parte da população, sendo a ação ilegal muitas vezes legitimada (BARREIRA, 2001, p.5)

Outro comportamento social verificado na cultura brasileira em relação às práticas eleitorais contidas no processo ritualístico do voto refere-se ao fato de um grande número de eleitores recusarem-se a votar em um candidato, por entenderem que segundo eles, o mesmo irá perder a eleição sendo derrotado nas urnas. Essa percepção de perda de voto ocorre quando os eleitores chegam à conclusão de que determinado candidato perderá as eleições, atribuindo-se entre outros pré-requisitos para derrota, o fato do candidato não ser muito conhecido ou não ter notabilidade na sociedade por algum feito realizado, que não pertença a uma família de renome tradicional, que não ocupe uma posição de destaque na sociedade, que não possua muitos recursos financeiros, que não tenha um grau de instrução considerável e que nas pesquisas eleitorais o mesmo esteja em baixa ou distante dos principais concorrentes nas pesquisas eleitorais.

Diante do quadro de argumentos tecidos no seio popular, em relação à motivação

ou desmotivação do voto, nas situações elencadas para se votar em um candidato, surge uma expressão que cataliza em torno de si todas as implicações culturais dessa prática. A expressão popular a que nos referimos é: “vou perder meu voto pois ele não ganha”, que na verdade traduz-se pelo fato do eleitor ter resistência a votar em determinados candidatos que segundo ele, a partir das situações nomeadas não teria condições de ganhar a eleição em pauta, e com isso se o eleitor votar nele com essa convicção que o mesmo perderá as eleições estaria assim “perdendo o seu voto”. Outro pensamento semelhante a este e que apela para os valores pessoais do eleitor enquanto gerenciador de sua estima é expresso na seguinte frase: “Eu só voto em candidato que ganha”. Tal comportamento eleitoral manifesto pela vitória do candidato que o eleitor votou parece transmitir-lhe a convicção que votou certo, que ele faz parte da maioria vitoriosa, sentindo-se aceito e incluso no universo da sociedade que ele faz parte, dando-lhe a sensação de pertencimento e identificação com a vitória do seu candidato, tal qual um torcedor “apaixonado” pela vitória do seu time.

A literatura de cordel através de seus poetas populares captou mais esse comportamento eleitoral que pode ser manifesto através dos versos que mostram que esse pensamento está presente na memória coletiva do povo brasileiro. O poeta José Bezerra Neto no folheto **Collor presidente vice Itamar** coloca em versos e rima o pensamento popular em relação a “perder o voto”:

O seu plano de governo
É abrangente e sincero,
E quem dá nota dez,
Votar contra é nota zero,
Com certeza meu amigo
Perder o meu voto não quero
(BEZERRA NETO, 1989, p.1).

Um outro exemplo do pensamento que aponta para a possibilidade de “perder o voto” pelo fato do candidato não apresentar “potencial” para ganhar e já ser previamente declarado derrotado pelo eleitor, pode ser visto nos versos do folheto **O Cariri é comigo Manoel Gaudêncio deputado estadual:**

Vamos todos pensar junto
Para não se arrepender
Votar em Manoel Gaudêncio
Que sabe o que vai fazer
É melhor do que votar
Em quem não vai se eleger

(ARNOR, 1986, p.9)

Quando o poeta no verso acima citado chama atenção para pensar coletivamente para não “perder o voto”, somos levados a outro aspecto que parece influenciar o eleitor na perspectiva dele “não perder o voto” se escolher determinado candidato, porque segundo ele, presume que determinado candidato vai ganhar e o outro não, diz respeito à pressão que o seu meio exerce sobre o indivíduo no sentido de que este opte pelo candidato que conta com as intenções de voto da maioria das pessoas com as quais ele se relaciona, ou seja, de sua família, de seus amigos, de seu bairro etc. O *oikos*¹⁷ onde o eleitor está inserido acabam por interferir em sua escolha levando-o a votar naquele candidato que todos dizem que vai ganhar. A decisão do eleitor frente as eleições tende a ir além de sua individualidade envolvendo assim a coletividade, onde não só sua decisão mas a representação da política passam pelo pensamento coletivo, como sendo “fruto da ação coletiva, isto é, de uma rede de pessoas que interagem e se influenciam reciprocamente por meio de relações complexas e dinâmicas”. (KUSCHNIR, 2007, p. 9).

Convém observar que os ciclos de relacionamentos não são um grupo fechado, mas acabam interferindo na decisão de voto do eleitor. Vemos assim que ao eleitor ceder à pressão do grupo em sua escolha de voto, evidencia-se que o voto não é pensado individualmente e sim coletivamente, tal qual observa Magalhães: “não são indivíduos isolados nem tampouco um grupo fechado em si a decidir seu voto. Existe uma referência ao coletivo que ajuda e respalda o ato de conhecer os candidatos”. (MAGALHÃES, 1998, p. 84).

A perspectiva do “voto perdido” na sociedade brasileira sinaliza para uma outra percepção e significado que traduz-se em termos populares através do pensamento expresso que diz que: “político não faz nada mesmo, serão quatro anos perdidos, e já que eu vou perder meu voto, é melhor vender, pelo menos vou lucrar alguma coisa”. Nesta sentença está presente outra faceta do pensamento popular acerca do “voto perdido”, que sinaliza para a utilização da estratégia de tirar algum proveito do voto através da mercantilização do mesmo através da venda ou troca de favores. Dentro deste prisma o eleitor justifica vender ou trocar o seu voto em troca de alguma compensação por desacreditar na conduta e na prática de políticos da atualidade que estão permeadas

¹⁷ A palavra vem do léxico grega *oikos* tem como significado casa, vivenda, aposento ambiente de vivência, lugar onde são desenvolvidas as relações sociais na família, na comunidade ou no grupo em que os indivíduos fazem parte e interagem entre si.

de fraudes e corrupção. Esse comportamento social de significativa parte do eleitorado aponta para uma faceta identitária do brasileiro que foi construída ao longo de sua história e que socialmente é conhecida como “jeitinho” ou “dar um jeitinho” com a conotação de tirar alguma vantagem da situação (DAMATTA, 2004).

Outro aspecto que é recente com relação a “perder o voto” é a indignação por parte do eleitor em votar em um candidato e o mesmo depois de eleito ser afastado por suspeita de praticar corrupção. Ou seja, alguns eleitores interpretaram que a despeito da comprovada prática de corrupção o candidato deve se manter no cargo porque ele teve maior número de votos do que o outro candidato que possivelmente assumirá sua vaga mesmo tendo ficado em segundo lugar no computo de votos. Essa estranha lógica popular que não admite perder mesmo que o candidato seja cassado por fraude demonstra que o eleitor identificado como o político que ajudou a eleger não admitir que foi um erro votar naquele candidato preferindo assim acreditar que tudo é uma “armação” contra o candidato, uma injustiça.

Podemos citar como exemplo as movimentações ocorridas pelo fato da cassação do governador da Paraíba no ano de 2008, Cássio Cunha Lima. Ele ganhara a eleições em 2006 e foi cassado em 2008 pelo fato de ter cometido crimes eleitorais sendo julgado e condenado pela prática dos crimes. Era comum encontrar pelas ruas da cidade de Campina Grande (principal reduto eleitoral do candidato) adesivos em carros, que exigiam que a justiça respeitasse os mais de um milhão de votos que o candidato havia tido. Nesse caso o eleitor sentia que ele perdera o voto porque a justiça havia cassado seu voto. Da mesma forma quando o mesmo candidato se elegeu como senador em 2010 foi impedido de assumir o mandato por estar enquadrado na lei da Ficha Limpa, a população novamente protestou pela situação do seu candidato. É significativo que mesmo Cassio Cunha Lima sendo enquadrado na lei e portanto ser considerado um “ficha suja”, os meios de comunicação a época não o chamavam de candidato ficha suja nem tampouco dizia que havia sido feita justiça em relação aos crimes eleitorais que o mesmo cometeu. O poeta José Pedro de Lima registrou em um folheto o clamor público em relação ao fato do candidato não ter assumido a vaga no Senado, através do folheto **Peleja no Senado de Cássio e Wilson** que reproduz o pensamento popular em relação ao candidato Cássio e seu direito de ter reconhecido os votos que a população da Paraíba lhe sufragou, mas que no entanto quem assumiu foi o outro candidato Wilson Santiago:

Mas não pode acontecer
 Isso ai está errado
 O cara não foi eleito
 E quer ficar empregado
 E o outro que ganhou
 Esse ai não tem valor
 Deixaram o homem de lado
 (LIMA, 2010, p.1).

O poeta continua desenvolvendo a peleja entre os dois candidatos que trocam argumentos e acusações entre si para justificarem suas posições. O poeta ressalta os votos que se “perderam” pelo fato do candidato que obteve mais votos não assumir o cargo eletivo:

Por favor, saiam pra lá
 Aqui quem manda sou eu
 Ou seu fulano dos Lima
 Cassaram o mandato seu
 E se você quer saber
 Tu acabaste de perder
 Os votos que o povo deu
 (LIMA, 2010, p.2).

Na percepção popular está explícita a ideia de que logo após o eleitor colocar o seu voto na urna, ele torna-se menos valorizado e desprestigiado aos olhos dos candidatos, deixando agora de ser procurado e disputado pelos políticos de plantão que são candidatos a cargos eletivos, pois segundo a visão popular o eleitor não teria mais nada a oferecer ao candidato que não mais precisaria do eleitor. A sensação de perda de valor é testemunhada pelos eleitores quase que instantaneamente após o ato de votar, ficando a sensação de “vazio”, de ausência de empoderamento. Não obstante os eleitores “pagarem sua dívida” votando no candidato que os aliciou, estando assim “quites”, percebe-se a ocorrência de um sentimento de perda por parte do eleitor que ele traduz como desvalorização do mesmo diante do candidato que eleito não mais precisará procurar o eleitor pois deste não depende mais. Esse sentimento de subtração e alienação experienciada pelo eleitor frente a sua valoração enquanto eleitor é assim expressa pelo poeta popular nos versos do folheto **a fatídica herança para o futuro presidente** quando diz:

E quando o voto do eleitor
 Ao fundo da urna desceu
 A sua cidadania
 Ali já desapareceu
 E daí por diante o coitado
 Será mais um acharcado

Por quem seu voto elegeu
(RODRIGUES, 2001, p.6).

Esse pensamento presente na cultura política brasileira diz respeito ao sentimento partilhado pelos eleitores frente aos políticos após as eleições. Uma das frases comuns que expressam essa insatisfação é assim traduzida: “Já votei, agora perdi todo meu prestígio e valor”. Dentro do prisma do eleitor a sua valoração é percebida somente até o momento que ele vota, vindo a perder seu “valor” e prestígio junto aos políticos que lhe pedem o voto, fazem promessas e depois o esquecem só voltando a procurá-lo novamente quando estiver próxima outra eleição. O poeta popular novamente capta em seus versos o sentimento popular frente a sua desvalorização após o exercício do voto, como podemos exemplificar no folheto de autoria de José Saldanha Menezes de título **O Brasil prometido aos pobres na época de eleição ou os amigos do voto e inimigos dos eleitores:**

Eu como poeta pobre
Vivo no mundo esquecido
Só em época de eleição
Dos tubarões sou querido
Embora depois do voto
Por nenhum sou conhecido.

Dias depois das eleições
Que seu fulano é eleito
O pobre perde o valor
A verdade e o conceito
São cortados até os míseros
Que se arricurção do eito
(MENEZES, 1981, p.2 e 10).

Existe também insatisfação da parte do candidato que não conseguiu eleger-se, e este atribuí muitas vezes o seu insucesso a “traição” dos eleitores que mesmo “comprometendo-se” e negociando o seu voto não votaram no candidato que realizou a transação com eles. O candidato chega à conclusão da infidelidade por parte dos seus eleitores quando este faz o compute do número de pessoas que se “comprometeram”, e a proporcionalidade dos votos que este recebeu nas áreas de sua atuação. O eleitor usando de sutileza e da burla nega peremptoriamente que não haja votado no candidato, ficando assim o candidato de “mãos atadas” pois utilizou de meios considerados ilícitos para induzir o eleitor a votar nele. Só resta ao candidato lamentar a sua “má sorte” de ser “ludibriado” por parte dos eleitores que ele não consegue identificar. Dentro da

temática política versada nos folhetos encontramos uma das “qualidades” dos eleitores que não são totalmente confiáveis. Citamos aqui como exemplo o folheto **O cariri é comigo: Manoel Gaudêncio deputado estadual** que discorre sobre a candidatura de um deputado tentando rastrear onde o mesmo seria “bem votado”, em meio a essa contabilização de votos o poeta destaca:

João Pessoa tem mil votos
Que o eleitor é enrolão
 Seis mil em Campina Grande
 Mil e quinhentos em Gurjão
 Itatuba tem mil votos
 Dois mil lá em São João
 (ARNOR, 1986, p. 10).

O eleitor é chamado de “enrolão” que popularmente é definido como um indivíduo que embroma que ludibria os outros. O candidato nesta condição se torna refém do eleitor numa clara inversão de papéis, sendo assim enganado pelo eleitor. No folheto **A discussão de um político com um velho agricultor** o poeta traz em seus versos o desabafo do candidato “enganado”:

Você é um enrolão
 Em lugar de eleitor;
 Vem acompanhando agente
 Vibrando e dando valor
 No dia da eleição
 Dá um voto traidor
 (MENEZES, 1981, p. 1).

No “jogo da política” eleitor e candidato usam de suas astúcias e estratégias movendo-se no espaço da política para tirar vantagens um do outro seguindo a lógica de interesses de cada um. Como vimos nos versos acima o eleitor aparece não como vítima e sim como um vilão que tem sobre o seu comando o político que se torna assim refém do eleitor e dependente do mesmo para alcançar o seu intento de eleger-se.

3.2. O voto secreto e suas nuances a luz do Cordel

Durante a República Velha (1894- 1930) foi criada a “Política dos Governadores” instaurada pelo Presidente Campos Sales (1898-1902) para tentar equacionar os impasses conflituosos entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. Da política dos governadores resultou o predomínio do poder executivo nas esferas Municipal, Estadual e Federal e a consolidação do poder das oligarquias que mantiveram o controle político dos estados e do governo federal até o fim da República Velha. Em termos práticos havia o recebimento de benesses, troca de favores e interesses que se materializavam da seguinte forma: os governos estaduais se comprometiam de eleger deputados federais que fortalecessem a base de sustentação do Presidente da República e em troca o Presidente por sua vez liberava “generosamente” verbas para os governos estaduais e comprometia-se a endossar todas as decisões dos governos estaduais.

A política dos governadores foi efetivada através do processo eleitoral, pois as eleições eram organizadas de tal modo que tornava possível o seu controle pelo poder executivo, ressaltando-se que não havia uma justiça eleitoral independente, que o voto não era obrigatório e o alistamento eleitoral era feito pelos membros do governo, o voto não era secreto as pessoas votavam sob o olhar e o controle de autoridades e fiscais do governo no que se convencionou chamar de eleições do *clavinote*, nas quais os eleitores votavam muitas vezes, sob a pressão das armas dos jagunços dos coronéis. O poeta Severino da Silva no folheto **A cisma do matuto com o voto secreto e a urna de botão** nos remete ao tempo em que as eleições estavam sobre o controle dos chefes locais:

Eu lembrei que no passado
O coroné meu patrão
Com envelope lacrado
Mandava nóis pra seção
Dizendo sigam direto
Pois o voto é secreto
Ninguém pode saber não

A urna era amarela
Com um rasgo muito fino
Nóis butava o voto nela
Tá lembrado Severino?
Que no bucho do baú
Os votos virava angu

Pro coroné saturnino
(SILVA, s.d.,p 3-4).

Outra prática cerceadora que limitava processo eleitoral da época era efetivada quando se davam as apurações das eleições, pois os resultados eram proclamados em atas que podiam ser rasuradas, adulteradas e conseqüentemente falsificadas. Essas adulterações nos resultados das eleições tornaram as mesmas conhecidas como eleições *bico de pena*. Nesse período havia no Congresso Nacional a conhecida comissão verificadora das eleições que tinha como objetivo averiguar, julgar e proclamar os resultados das eleições. Essa comissão estava a serviço da Presidência da República. Durante a tramitação desse processo era comum haver fraudes e adulterações nos resultados por parte desta comissão que aprovava os nomes dos deputados e senadores da situação e não reconhecia a vitória dos candidatos de oposição. Essa prática de eliminação dos candidatos adversários eleitos ficou conhecida como *degola*.

A política dos governadores em suas práticas de troca de interesses e favores se reproduzia em várias instâncias da sociedade brasileira, em menor e maior grau guardando as devidas proporções num contínuo jogo de interesses onde os atores sociais do cenário de representação política eram “coagidos” uns pelos outros. Os movimentos estratégicos e desdobramentos que se davam nas relações e jogos de interesses, demonstram que nem sempre o poder dos coronéis era sustentado à base dos *clavinotes* e conseqüentemente com uso da força e da violência. Havia outras nuances da influência dos coronéis sobre a população local, a citar como exemplo no âmbito municipal, que a coerção por si só não oferece explicação convincente. Victor Nunes Leal chama atenção para esse fato ao formular que: “Não se compreenderia, contudo, a liderança municipal só com os fatores apontados. Há ainda os favores pessoais de toda ordem, desde arranjar um emprego público até os mínimos obséquios” (LEAL, 2012, p.32). A concessão de benefícios por parte dos chefes locais a população em geral evidencia que o poder e a influência exercida por eles não se dava apenas pelo uso da força e da violência.

A influência e o poder exercido pelos chefes locais estavam inseridos num contexto de troca de favores e benesses pessoais, onde este tinha que assistir as pessoas em suas necessidades para que as mesmas pudessem retribuir os favores votando nos candidatos indicados pelos coronéis. Os coronéis e chefes locais disputavam assim o campo de luta para atrair e aliciar simpatizantes aos seus interesses. A população que

ficava entre a luta dos chefes locais para “dominarem” as áreas de influência, tiravam vantagens das circunstâncias para também obterem favores, demonstrando assim que as pessoas se utilizavam também entre táticas e astúcias de sutilezas que estavam para além de serem considerados como sendo, simples “massa de manobra” nas mãos dos chefes locais. Convencionou-se dizer que a época os coronéis “casavam e batizavam”, pois os mesmos literalmente apadrinhavam as pessoas envolvendo-se em teias de sociabilidade em troca de prestígio e poder local. Havia toda uma rede de interesses que obrigavam os chefes locais a se tornarem também reféns de seus eleitores, obrigando-os a prestarem uma série de favores, tais quais Victor Nunes enumerou:

Eis aqui uma lista incompleta: arranjar emprego; emprestar dinheiro; avalizar títulos; obter crédito em casas comerciais; contratar advogado; influenciar jurados; estimular e “preparar” testemunhas; providenciar médico ou hospitalização nas situações mais urgentes; ceder animais para viagens; conseguir passes na estrada de ferro; dar pousada e refeição; impedir que a polícia tome as armas de seus protegidos, ou lograr que as restitua; batizar filho ou apadrinhar casamento; redigir cartas, recibos e contratos, ou mandar que o filho, o caixeiro, o guarda-livros, o administrador ou o advogado o façam; receber correspondência; colaborar na legalização de terras; compor desavenças; forçar casamento em casos de descaminho de menores; enfim uma infinidade préstimos de ordem pessoal, que dependem dele ou de seus serviçais, agregados, amigos ou chefes (LEAL, 2012, p.131).

Era necessária toda uma engenharia para consolidar e legalizar o poder conquistado. Aproveitando-se do fato do voto ser “descoberto” os eleitores eram escoltados muitas vezes pelos jagunços do coronel para garantir o pleito e o resultado favorável ao mesmo. Visando entre outros motivos em pôr fim a essa interferência eleitoral e tornar o processo mais seguro foi criado e aprovado em 24 de fevereiro de 1932, o Código Eleitoral e a Justiça Eleitoral, como um órgão independente (sem interferência do poder executivo como ocorria durante a República Velha através da comissão de verificação) para que pudesse zelar pelas eleições com total isenção e imparcialidade. Finalmente, em 16 de julho 1934, com a promulgação de uma nova Constituinte finalmente foi permitido o voto feminino e posto em prática o voto secreto no Brasil. O Presidente Getúlio Vargas, que governava o Brasil na época, por força da “Revolução de 1930”, fez parecer que a conquista do voto feminino, o direito das mulheres se candidatarem bem como o voto secreto tivessem sido iniciativa sua, como um “presente” que estava contido na nova Constituição (1934) que ele acabara de

entregar ao País. Na verdade essas conquistas foram fruto de lutas e reivindicações de diversos setores da sociedade que clamavam por ampliação de direitos políticos e maior lisura e transparência nas eleições. Esses direitos políticos e os demais direitos conquistados a partir da década de 1930 não vieram de “mãos beijadas” como benesse do governo Vargas, mas sim como fruto da luta e reivindicações.

Não obstante os direitos ao voto feminino e voto secreto terem sido fruto da luta, o governo Vargas, utilizando-se do culto a personalidade do Presidente, tratou de apresentar as conquistas dos direitos civis, sociais e políticos como sendo uma ação de sua “genialidade” e “sensibilidade”. A campanha massiva feita em torno da figura de Vargas promovendo-o como grande benfeitor do povo brasileiro fez com que a população atribuísse a Vargas a obtenção destes direitos e influenciou a cultura política do Brasil em sua visão do que viria a ser o voto feminino e o voto secreto, bem como a perceber a figura do Presidente como sendo um herói, um “salvador da pátria”. Os poetas populares perceberam e captaram a visão da memória coletiva com relação ao voto secreto e sua percepção de que o voto secreto teria sido criação de Vargas. Podemos citar como exemplo os versos do folheto de João José dos Santos (Azulão) **Vida obra e morte de Getúlio Vargas** que ao referir-se ao voto secreto destaca:

Depois Getúlio criou
O voto secretamente
Pois outrora se votava
Obrigado inconsciente
Ameaçado das armas
Do usineiro valente

Getúlio disse em discurso
Queremos civilidade
O voto será secreto
Pra que a humanidade
Vote em seu candidato
Por sua livre vontade
(SANTOS, s.d., p.9).

A instituição do voto secreto objetivava coibir de alguma forma a interferência que as oligarquias locais tinham sobre os eleitores, pois como já vimos, estes tinham que votar nas vistas dos jagunços dos coronéis, “cochichando” o voto, e levando o voto em um envelope já fechado com o voto já consignado, sendo uma prática comum declinar o candidato em que haviam votado. Mesmo com os avanços da Justiça Eleitoral e de todos os meios utilizados para proteger os eleitores da pressão e assédio dos

políticos, é notório ainda na contemporaneidade o medo que os eleitores têm de que de alguma forma se descubra em que eles votaram, e se votaram ou não em determinado candidato.

Os eleitores, principalmente aqueles que comercializam o seu voto geralmente votam de fato no político em que negociaram seu voto, pois temem que o político cause algum malefício a eles caso não cumpram com a parte do trato. Alguns políticos ordenam que seus cabos eleitorais anotem o nome do eleitor, número de seu título, seção onde votam e ameaçam conferir após as eleições se de fato o voto foi efetivado. Outra prática consiste em dar a metade do valor prometido pelo voto antes da eleição e a outra parte após a confirmação do voto e se o candidato ganhar. É parte da cultura política ainda hoje no Brasil a ideia de que o voto secreto não é tão seguro e que os políticos possuem meios de verificação dos mínimos detalhes dos votos que eles receberam no pleito eleitoral. Essa insegurança de alguns eleitores com relação a segurança de seu voto com relação ao seu voto também foi captada pelos poetas populares que tentam persuadir os seus leitores e público ouvinte da segurança do voto secreto. No folheto **Zeca tá certo o voto é secreto PMDB 82**, de autoria anônima, o mote de quase todos os versos é: o voto é secreto. O poeta ao escrever o folheto em todas as situações narradas enfatiza que o voto é secreto, reforçando para o eleitor que ele não precisa temer pela sua opção de voto:

O povo sabe que Zeca
 Não promete o que não tem
 Por que o voto é secreto
 Não é posse de ninguém
 Vamos todos para a urna
 Votar em quem nos quer bem
 (S.I., s.d. p.3).

O eleitor brasileiro mesmo com a garantia e a segurança do sigilo do seu voto sente no dever moral de votar no candidato que prometeu votar, seja pelo fato do mesmo entender que é uma questão de honra “pagar” a dívida contraída junto ao candidato pelo valor ou favor recebido, ou simplesmente para manter a palavra empenhada. O eleitor através desta prática expõe um comportamento dúbio, onde arditosamente se beneficia de algum valor, bem ou favor junto ao candidato, o que se constitui diante da justiça eleitoral em uma prática ilícita, mas ao mesmo tempo diz manter a honra e honestidade cumprindo com sua parte no trato, que é votar no candidato com quem efetuou a transação do seu voto. Esse misto de uma prática cultural

de parte dos eleitores mesclada pela ilicitude e ilegalidade e ao mesmo tempo de fidelidade, lealdade em cumprir sua parte no trato, está inserida dentro de um traço da personalidade e cultura do brasileiro que é o cumprimento da palavra empenhada. O eleitor sente que caso não cumprisse a sua parte no trato estaria ferindo o código de moralidade vigente, tornando-o indigno de confiança, conforme observa Barreira ao afirmar que: “uma *dádiva* recebida por um eleitor e não retribuída no voto o inferioriza perante os outros e fere o código de moralidade vigente nas circunstâncias analisadas” (BARREIRA, 2006, p.161).

A prática da mercantilização do voto se constitui no Brasil em um crime eleitoral passível de punição perante o descumprimento da lei, porém em termos práticos essa prática política se tornou tolerável aos olhos daqueles que dela se utilizam englobando tanto candidatos quanto eleitores visando obter vantagens pessoais para ambos. Dentro do código de justiça paralelo engendrado culturalmente por essas práticas, a desonestidade consistiria em uma das partes interessadas não cumprir com a sua parte no trato. Sendo assim novamente observa Barreira:

[...] o crime eleitoral, classificado pela Justiça, não representa o delito social mais grave para a população, o delito estará no não-cumprimento da palavra dada, na falta de ajuda a um amigo ou aos mais necessitados economicamente”. (BARREIRA, 2006, p. 163).

Na contramão do medo de ser descoberto se o eleitor votou em determinado candidato, também é comum a prática de vender o voto a um candidato e votar em outro, embora isso pareça acontecer em menor proporção. O eleitor usa da burla com sua astúcia de extrair vantagens através da prática do seu voto. Para isso o poeta corrobora dizendo em seus versos:

O povo vota secreto
E recebe o que lhe dão
Come do boi do engenho
Anda em carro de patrão
Mas na hora de votar
Vota é na oposição.
(S.I.,s.d.,p 4).

Os laços de honra e lealdade tão propalados na sociedade brasileira acabam por “determinar” que os eleitores acabem votando no candidato com o qual se comprometeu em votar, mesmo que este candidato haja usado da ilicitude da compra do voto, pois no entendimento do eleitor o mesmo se tornou comprometido e por isso deve “honrar a sua

palavra” mesmo que paradoxalmente haja a ocorrência de um crime. No tempo das eleições é comum alguns candidatos, principalmente da “esquerda” e que geralmente não se utilizam da mercantilização, exortarem os eleitores a receberem o valor ou benefício pela troca do voto e efetivamente votar nos candidatos que segundo eles estão de fato comprometidos com os interesses da coletividade, porém os resultados das eleições parecem apontar que essa lógica acaba por não se materializar, tal qual atesta Moacir Palmeira ao observar que:

[...] a melhor prova da eficácia desse compromisso são os resultados desastrosos para partidos ou candidatos de esquerda da orientação que dão no sentido de “pegar o dinheiro ou o que for oferecido e votar no candidato identificado com sua classe ou no candidato de sua consciência”. A menos que o autor da consigna tenha um carisma verdadeiramente extraordinário- que faça com que sua recomendação seja percebida como uma ordem tão legítima que se possa sobrepor aos critérios correntes de legitimidade e honra pessoal embutidos na palavra empenhada-, o recebimento de um bem leva o eleitor a votar “naturalmente” no seu doador (PALMEIRA, 1992, p.26-30).

A contradição instaurada pela prática entrecruzada da mercantilização do voto que de forma discursiva é reprovada é apontada como crime, parece permanecer no seio da sociedade brasileira, como indício de que as práticas políticas darão margem por algum tempo a multiplicidade de significados e interpretações a respeito do ato de votar e as suas motivações, sendo temerário concluir que o eleitor por estar envolvido nesse cenário político não teria consciência política e seria apenas “massa de manobra” no universo da pluralidade política. A literatura de cordel como um dos veículos do pensamento político brasileiro testemunha em seus versos o amplo campo onde os eleitores e políticos tomam espaços e posicionam-se como atores sociais produzindo práticas políticas que delineiam a cultura brasileira em suas teias e redes de significados construindo pelo mundo da política, que surpreende a todos quantos se enveredaram pela busca de respostas prontas, acabadas e conclusivas.

3.3. A representação do voto feminino e obrigatório na Literatura de Cordel

A permissão do voto feminino também foi atribuído a Vargas, contribuindo assim para construção de sua imagem populista no seio da sociedade brasileira. Mesmo que nos versos dos poetas populares que retratam os acontecimentos políticos da época, se reconheça a luta das mulheres na conquista do direito a votar e ser votada, Getúlio

aparece como o grande governante que foi sensível as reivindicações das mulheres e tornou possível um antigo sonho. No folheto **Os feitos de Getúlio que engrandeceram o Brasil**, publicado em 1955, de autoria de Jota Rodrigues, o poeta destaca:

Outro feito que merece
 Nossa fiel atenção
 E pra luta das mulheres
 Que exigia da nação
 Os direitos de votar
 E os governos vinham a negar
 Só por discriminação

E Getúlio sem preconceitos
 Cria o voto feminino
 E os políticos contrários
 Entravam em desatino
 Porém não tinha mais jeito
 E na gangue dos imperfeitos
 Crescia um ódio ferino
 (RODRIGUES, 1955, p.5).

Na cultura política brasileira observa-se que, não obstante a luta das mulheres e dos movimentos sociais pela emancipação feminina, igualdade de direitos e direito a votar e ser votada, as mulheres ainda são discriminadas e vistas com desconfiança por parte da sociedade brasileira que, embora reconheça a legitimidade do direito de votar e ser votada ainda resistem e restringem a participação das mesmas. O voto feminino surgiu no Brasil a partir de 1932 com a criação do Código Eleitoral provisório que estabelecia que as mulheres passariam a ter direito a votar, mas somente as casadas com a autorização do marido, e se fosse solteira ou viúva só podia votar e ser votada se tivesse independência financeira. Em 1933 foi eleita a primeira deputada federal no Brasil, pelo Estado de São Paulo, que era médica e chamava-se Carlota Pereira de Queiroz. Em 1934 o Código Eleitoral ampliou o direito das mulheres e retirou estas restrições, porém o voto feminino era facultativo. Somente a partir de 1946 o voto feminino passou a ser obrigatório. O poeta Jota Rodrigues em seu folheto **o voto aos 16 anos e voto do analfabeto** registra o início do voto feminino em seus versos:

Em mil novecentos e trinta
 Foi a eleição primeira
 Que a mulher teve acesso
 Na política brasileira
 Lutando as unhas e dentes
 Mostrando ser competente
 Na missão de eleitoreira.

Naquela época a mulher
 Teve muito que lutar
 Pra conquistar seus direitos
 De nas eleições votar
 Que os políticos sisudos
 Vinham a isto lhe negar
 (RODRIGUES, s.d., p.2 e 3).

A literatura de cordel embora seja uma expressão da cultura do povo brasileiro tem sua produção cultural marcada pela presença e pelos valores notadamente masculinos. Aqueles que produzem a literatura de cordel são em sua grande maioria homens, que pela condição de gênero defendem valores conservadores, patriarcalistas e machistas que de certa forma excluem a participação e importância das mulheres do seu universo. Porque as mulheres “propositalmente” são pouco vistas e notadas, pouco se fala delas. A literatura de cordel que é parte da expressão histórica cultural da sociedade não é exceção a essa regra. São poucos ou raros os folhetos em que se registra a importância e a participação da mulher na seara da política. Em nossa pesquisa encontramos o folheto **A mulher triunfará José Américo de Almeida o candidato dos paraibanos para governador da Paraíba** escrito em 1950 por Álvaro Leão, quando o voto feminino a época já era obrigatório (desde 1946). O folheto trata sobre as eleições para governador da Paraíba em 1950 defendendo a candidatura de José Américo. Talvez este seja o primeiro folheto que convida as mulheres a participarem do processo eleitoral, apelando para que elas também convençam os seus parentes a votar no candidato. As mulheres que até então no cordel eram esquecidas passam a ser incluídas lentamente no cenário político como eleitoras, porém esse incipiente registro da mulher não significou uma mudança com relação a sua posição na sociedade dominada pelo gênero masculino. A pena masculina do cordel assim registrou quando o homem (político) precisou do apoio da mulher, a ele se dirigindo com todos os “galanteios”:

Nobre leitora, atenção
 A Paraíba vos chama
 As urnas a 3 de outubro
 Porque vos quer e vos ama
 Pequeninina, heroica e forte
 Vosso voto reclama

Olhai os tempos passados
 A História universal
 Encontrareis a mulher
 -Este anjo celestial-
 Nos dando felicidade

Livrando-nos de todo mal

Mulheres da Paraíba
 Dizei a vossos maridos
 Vossos irmãos, vossos noivos
 Aos vossos entes queridos
 Que os da coligação
 Sejam por nós preferidos

Quando o homem escutar
 Os conselhos da mulher
 Terá então este mundo
 A aurora de Rocicler
 Jorra a paz por toda a parte
 Seguindo como ela quer

Paraibana sois vós
 Nosso esteio idolatrado
 Triunfaremos na certa
 Vós estando ao nosso lado
 Armada com vosso título
 Para salvar nosso Estado
 (LEÃO, 1950, p 3-4 e 7).

Nos versos acima citados fica claro que a referência às mulheres é feita com um fim nitidamente eleitoral. Em todo o folheto não se encontra nenhuma linha apresentando propostas que beneficiariam as mulheres alçando-as a uma condição de conquista de direitos e posição nesta sociedade que era vítima da dominação masculina. As mulheres no folheto em questão são usadas apenas como um meio estratégico para se alcançar o fim desejado que era ganhar as eleições para o governo do Estado da Paraíba em 1950. As mulheres no folheto apenas teriam uma “importância” momentânea para votar e servir de “cabo eleitoral” para o candidato. Excetuando-se esse uso da figura feminina no cordel, a mesma permaneceria ainda por um bom tempo na “invisibilidade”.

O gênero feminino tem sua história marcada pela “invisibilidade” e silêncio em relação a sua prática política e social. Percebe-se uma verdadeira omissão por parte daqueles que detêm o poder da escrita, no intuito de silenciar a participação feminina. Muito embora admitamos a possibilidade de que a participação feminina não tenha sido tão expressiva quanto à masculina ao longo da história, não é possível negá-la. As mulheres foram restringidas e impedidas de ocupar espaços e marcar territórios, sendo assim vítimas da discriminação, preconceito e exclusão de um universo dominado pelos homens. Essa invisibilidade feminina é analisada historicamente por Michelle Perrot,

quando observa que:

Em primeiro lugar, porque as mulheres são menos vistas no espaço público, o único que, por muito tempo, merecia interesse e relato. Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila. Sua aparição em grupo causa medo (PERROT, 2007, p. 16).

O poeta popular como filho de seu tempo parece reproduzir em seus versos a representação da mulher quase sempre dentro da perspectiva e de uma torrente de discursos masculinos. Dessa forma, é por meio de discursos masculinos que o feminino é procurado: nos mitos, na poesia, na história, nos romances, nos tratados médicos e filosóficos, na legislação, na iconografia, etc. Nessa imensidão documental, destacam-se imagens, contudo elas não apresentam as mulheres e sim a imagem que os homens fazem delas (DUBY, PERROT, 1990, p.8). Quando o poeta popular, que é fruto de uma sociedade conservadora e patriarcal na qual ele está inserido, é convidado a representar a mulher em seus versos, ele o faz reproduzindo os discursos correntes em seu tempo. Os folhetos de cordel estão “carregados” de preconceito e discriminação contra as mulheres. Vejamos um exemplo disso através do folheto **A mulher no lugar do homem** onde José Pacheco reproduz o discurso excludente e preconceituosos a respeito da mulher e se faz interlocutor da mesma quando fala de sua participação política:

Porém a mulher despreza
Trabalhos domésticos
Para negociar na feira
Com fazenda e cereais
Outra vai pagodear
Sorrir beber e dançar
Isto não é Satanás?

Quando a mulher foi votante
No tempo da eleição
Quase endoideciam todas
De tanta satisfação
Tinha mulher nesse meio
Que dizia agora eu creio
De crescer da posição.

A minha parte ganhando
Eu estou ao lado dela
Vou trabalhar na política
Sempre lutando por ela
Conforme a felicidade
Eu até posso mais tarde
Ser tenenta ou coronela
(PACHECO, s.d., p.3).

Entre as centenas de folhetos que foram objetos de pesquisa encontramos pouquíssimos que faziam referência às mulheres e a sua participação política, porém registramos aqui o folheto que foi escrito em plena ditadura militar (1978) e que possivelmente foi escrito por encomenda. Trata-se do folheto de autoria de José Soares de título **MDB a bravura de uma mulher Cristina Tavares Correia dep. Federal nº 299 Torquato Ferreira Lima deputado Estadual nº 1373**. A capa do folheto contém uma xilogravura de uma mulher sentada em seu escritório. O folheto defende a candidatura da Cristina, Torquato e de Jarbas Vasconcelos pelo estado de Pernambuco, porém percebe-se claramente a ênfase dada a candidatura de Cristina:

Já que faltam poucos meses
Pro dia da eleição,
Eu peço ao eleitorado
Da capital ao sertão,
Votar numa candidata
De muita abnegação.

Cristina Tavares Correia
Jornalista oficial,
Conhecida além das fronteiras
Do nosso Brasil Central,
Postulando uma cadeira
Na Câmara Federal
(SOARES, s.d., p.5- 6).

De todos os campos de atuação em que a mulher percorreu até o presente momento, nos parece que a seara da política tem sido um dos mais resistentes a sua incursão. Essa restrição a sua participação na política explica em parte a sua invisibilidade e o silêncio por parte de fontes e registros históricos e literários com relação a sua atuação, tal qual atesta Perrot ao afirmar que: “De todas as fronteiras, a da política foi, em todos os Países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro da decisão e do poder, era considerado o apanágio e o negócio dos homens” (PERROT, 2007, p. 151). A ascensão na política brasileira de Dilma Roussef e sua candidatura à Presidência da República em 2010 e sua reeleição em 2014 em duas acirradas disputas, promoveram, de certa forma um rompimento a este silêncio das fontes com relação à participação feminina no processo eleitoral e nas práticas políticas em geral. Vale salientar que além de Dilma tivemos ainda outra mulher candidata, Marina Silva. No entanto, mesmo concorrendo ao mais alto posto executivo do Brasil e vindo posteriormente a ganhar as eleições, foram poucos os folhetos escritos a respeito da

representação feminina na política. Enquanto os anais do cordel registram que centenas de folhetos foram escritos acerca de Lula, a sua sucessora sendo uma mulher possui apenas alguns títulos dos quais ela é a protagonista, a citar como exemplo os folhetos **Um ABC de presente para a presidente Dilma** de Antônio Carlos Barreto, **A mulher que conquistou o coração do Brasil** de José Costa Leite e **Dilma Rousseff já é presidenta da nação** de Antônio Ribeiro da Conceição que ressalta em seus versos:

O Brasil já decidiu
Saiu de cima do muro
Deu passos em busca de luz
Desviou-se do escuro
E já botou Dilma Rousseff
Pra reger nosso futuro
(CONCEIÇÃO, 2010, p. 2).

Outra agravante na descrição da participação da mulher no mais alto cargo do executivo é o fato dos poetas olharem a Presidente Dilma com certas restrições e tecer mais críticas do que elogios a sua atuação política. Aqui caberia a pergunta: Por que se escreveu até o presente momento tão pouco acerca de uma pessoa que ocupa o mais expressivo cargo da política brasileira? Seria o fato de a mesma ser mulher? Vejamos alguns exemplos do que foi escrito pelos poetas populares acerca da Presidente Dilma. O poeta Isael de Carvalho em tom irônico e sarcástico enxerga com desconfiança a eleição de Dilma, quando escreveu o folheto de título **Dando esmola para o povo Lula elegeu a Dilma**. A trama do folheto é tecida com o objetivo de apresentar a mulher como uma marionete nas mãos do homem (Lula), sendo ele a figura principal no cenário de representação e a Dilma (mulher) apenas figura de fundo, mesmo sendo eleita. Dilma nos versos do poeta é tratada com desdém e desconfiança, sendo sempre chamada de “desconhecida”:

A desconhecida Dilma
Pelo Lula apadrinhada,
Jogou sujo, fez chantagem,
Muito bem assessorada,
Amedrontando aos mais pobres
De forma mais descarada

Lula promoveu a Dilma
Com esse golpe rasteiro,
Prometendo que essa esmola
Para o povo brasileiro
Somente com sua Dilma
Se manteria certo.

Do aborto tão falado
Dilma era a favor,
Mas para não perder votos
Sem vergonha, nem pudor
“Mudou” sua opinião
Como camaleão de cor
(CARVALHO, 2010; p. 5- 6).

A capa do folheto acima citado nos oferece indícios de preconceito e discriminação a respeito da figura feminina em sua incursão pelo mundo da política. Vemos que o preconceito em relação ao gênero feminino já é notório no próprio título que é estampado na capa que diz: **Dando esmola para o povo foi que Lula elegeu a Dilma: a desconhecida Dilma.** A eleição da Dilma é atribuída não a ela, como se ela fosse apenas uma candidata qualquer que independente de quem fosse se homem ou mulher seria eleita, pois os méritos da vitória nas eleições são creditados a política assistencialista do governo Lula que é qualificado pelo poeta como sendo “esmola”, e ao próprio Lula que “emprestou” seu apoio a candidata Dilma. A capa apresenta um desenho caricaturado de dois personagens representados por Dilma e Lula, travando uma dialogo onde ela aparece na imagem vestida caracteristicamente de forma feminina com cabelo arrumado de terninho e com “tamancos” delicados, falando aparentemente de forma discreta levando a mão a boca quase que cochichando aos ouvidos do presidente dizendo que o povo vai elegê-la e Lula responde e deixa claro que o povo na verdade vai eleger a ele e não ela, demonstrando claramente que Dilma seria apenas uma marionete nas mãos de Lula, reforçando assim o estigma de subserviência do gênero feminino sob a chancela do gênero masculino, que reforçando o papel excludente da mulher na sociedade machista, colocaria a mulher apenas no papel de personagem secundária. O Lula na imagem aparenta na pose de “Lulinha paz e amor” já bastante desgastado com cabelos brancos e olhar sisudo aparentando certa irritação e impaciência para com a candidata. É perceptível também na imagem que Dilma aparece ligeiramente atrás do Lula, como se ele fosse o “testa-de-ferro” e ela um mero espectro ou apenas uma sombra do homem Lula. A capa representa assim de forma “subliminar” o arquétipo da mulher dependente do homem inferiorizada pela sua condição “subalterna”, sendo ela assim vítima do preconceito e discriminação.



O Brasil no ano de 2010 possuía cento e trinta e cinco milhões e oitocentos mil (135.800.000) eleitores aptos a votar, sendo que cinquenta e dois por cento (52%) era formada pelo gênero feminino e quarenta e oito por cento (48%) pelo gênero masculino, ou seja, as mulheres (eleitoras) são a maioria, porém a possibilidade das mulheres se candidatarem e serem votadas pelo gênero feminino, não parece acontecer apenas pelo fato de pertencer ao mesmo sexo, havendo, portanto uma série de fatores que influenciam as eleitoras na hora de votar. É possível que os séculos de opressão e discriminação sofrida pelas mulheres por parte de uma conservadora, misógina, androcêntrica e patriarcal de cultura de forte dominação masculina, seja ainda um impedimento para o gênero feminino perceber o seu potencial para transformação da realidade social. No Brasil mesmo com a maioria dos eleitores pertencentes ao gênero feminino, a eleição de uma mulher (Dilma Rousseff) ao cargo de Presidente da República, pela primeira vez na história do Brasil, precisou ser cancelada pela figura masculina, principalmente do ex-presidente Lula. O poeta Antônio Ribeiro no folheto **Dilma Rousseff já é presidenta do Brasil**, depois de descrever a história de vida de Dilma destacando os seus méritos para chegar a ser candidata a Presidente, evidencia em seus versos a chancela do Lula a candidata Dilma:

Hoje o poder é de Lula
 O prestígio é dele e dela
 O Brasil confia nele
 E ele confia nela
 E o povo a pedido dele
 Resolveu votar pra ela

Lula está com o maior,
 Índice de aprovação
 O mundo inteiro respeita
 Os líderes lhe estendem a mão
 E Dilma desfrutará
 De toda esta atenção

Lula transferiu pra Dilma
 Voto prestígio e poder
 Experiência e noção
 Agora Dilma vai ter
 Quatro anos de mandato
 Para cumprir o seu dever
 (RIBEIRO, 2010, p. 3,5 e 8).

O poeta também aponta em seus versos para um “novo tempo” idealizado para a sociedade brasileira, porém ainda não real, onde as diferenças de gênero sejam deixadas de lado e imputada o voto de confiança na figura feminina representada pela Presidente Dilma, deixando assim o recado:

Encerrem as provocações
 Deixe a mulher trabalhar
 O machismo brasileiro
 Vai ter que se adaptar
 Ao comando feminino
 Pois Dilma sabe mandar
 (RIBEIRO, 2010,p. 8).

É emblemático quando o poeta afirma que “Dilma sabe mandar”, pois ele tenta persuadir as pessoas a aceita-la enquanto Presidenta pelo fato dela adequar-se ao modelo masculino de “mandar” que é um estereótipo masculino carregado de preconceito e discriminação. O poeta assim tenta aproximá-la do universo masculino, gerando assim uma imagem ambígua, como se fosse impossível uma mulher assumir o papel de figura política e de “mandar”, pois esta seria uma prerrogativa restrita ao universo masculino. O pouco número de folhetos escritos a respeito da Presidenta Dilma pode ser considerado uma evidência da resistência, discriminação e desconfiança com a qual a Literatura de Cordel, seguindo a cultura da sociedade brasileira, enxerga a participação política do gênero feminino, principalmente quando diz respeito a cargos

eletivos majoritários. Constituiu-se uma prática no Brasil denegrir a figura dos adversários políticos desqualificando-os e atribuindo-lhes os piores defeitos possíveis, porém observa-se que, a julgar pelo que foi dito durante a campanha presidencial de Dilma e ao longo do seu mandato pondo em dúvidas sua capacidade administrativa, opção sexual e posição frente ao aborto, não se trata apenas de um enfrentamento dualista de poder, mas sim um preconceito de gênero. Pôr em suspeição as peculiaridades e a feminilidade da mulher quanto esta transita pelo universo da política é prática do conservadorismo e machismo no campo da dominação masculina, como Perrot (2007) a este respeito observa: “Ser uma mulher na política, ou ainda, ser uma ‘mulher política’, parece à antítese da feminilidade, a negação da sedução [...]” (PERROT, 2007, p. 155).

Murilo Carvalho (1990) por sua vez chamando atenção para essa discriminação da qual a figura feminina é vítima no meio político brasileiro desde os primórdios do sistema republicano, observa o contraste da participação política do homem em detrimento da mulher ao defender que:

Entre nós, se o povo masculino esteve ausente da proclamação, que dizer do povo feminino? Se não havia povo político masculino, como pensar em povo político feminino? Havia uma elite política de homens, que eram chamados públicos. A mulher se pública era prostituta. Mesmo na fase jacobina da República, durante o governo de Floriano, a participação era exclusivamente masculina. Não só as mulheres não participavam, como não era considerado próprio que elas participassem. Política era coisa de homem (CARVALHO, 1990, p. 92)

Esse rechaçamento a figura feminina não é exclusivo da Literatura de Cordel, mas apenas mais uma expressão cultural que resiste a participação da mulher no espaço público relegando a mesma a incumbência do espaço privado do lar, que de forma grosseira pode ser traduzido como: “lugar de mulher é na cozinha, cuidando da casa e dos filhos”. A incursão da figura feminina na política foi por muito tempo um campo proibido e especificamente másculo, tal como registra Perrot ao defender que:

Tudo se complica quando ousam agir como homens. A fronteira do político se revela particularmente resistente. Na Atenas de Péricles como na Londres de Cromwell ou na Paris da Revolução Francesa. A política foi por muito tempo, uma fortaleza proibida (PERROT, 2007, p.146).

A construção das práticas culturais relacionadas às questões políticas na sociedade brasileira do Brasil são registradas e retratadas pela Literatura de Cordel, onde os poetas populares como mediadores simbólicos captam e expõem a impressão da memória popular coletiva. Essas práticas culturais políticas são percebidas no cotidiano da população brasileira através de frases e máximas que externam paradigmas incorporados à memória coletiva no que concerne ao pensamento e prática política. Através dos folhetos podemos perceber como é representado o entendimento dos eleitores com respeito à obrigatoriedade do voto. No Brasil atual o voto é obrigatório, porém, é fato que os eleitores não têm cumprido essa norma eleitoral, e temos visto crescer o número de pessoas que se abstém de votar, ou vota nulo ou em branco, mesmo sabendo que pagarão multas e sofrerão sanções penais. O fato de o voto ser obrigatório no Brasil não implica que todos exerceram o seu “dever” de votar. Quando ocorreram as eleições presidenciais de 1998, constatou-se que não obstante a obrigatoriedade do voto, as abstenções somadas aos votos em brancos e nulos superaram a votação de Fernando Henrique Cardoso que se elegeu no primeiro turno das eleições.

O voto tornou-se compulsório no Brasil com a implantação do Código Eleitoral de 1932 e foi transformado em uma norma constitucional em 1934, sendo que ainda era exclusividade dos homens. Em 1934 Getúlio “criou” o voto feminino, porém somente em 1946 é que o voto obrigatório se tornou norma para ambos os sexos. Os eleitores de maneira geral defendem o exercício do voto como uma prática cidadã que contribui de alguma forma com mudanças e melhorias para a população em geral, porém quando se fala na compulsoriedade do voto as opiniões se dividem. São inúmeros os folhetos que defendem a participação popular através do voto, interpretando-o como sendo um dever e uma “obrigação” por parte do eleitor, no entanto quando se refere a obrigatoriedade do voto os poetas passam a defender a não obrigatoriedade do voto, ou seja, a defesa da liberdade para votar ou não nos pleitos eleitorais. Os cordéis registram a dubiedade do pensamento popular acerca do voto obrigatório. O folheto **A fatídica herança pra o futuro presidente**, que trata sobre as eleições do ano de 2002, trás em seus versos uma das percepções acerca do voto obrigatório enxergando a sua compulsoriedade como uma “herança maldita”:

Outra herança que entristece
 Os nossos eleitorados
 É o voto obrigatório
 Que os faz obrigados
 Por ser dever do cidadão
 A votar pela lei do Cão

Nesses laláus refinados
(RODRIGUES, 2002, p.6).

O poeta popular defende que a possibilidade do voto facultativo traria maior liberdade e consciência para o eleitor. Vejamos o exemplo do poeta Jota Rodrigues ao fazer uma análise que segundo ele tiraria o País da “falência” no folheto de título: **Os quatro aspectos em um governo que tira o País da falência**, onde em seus versos ele destaca:

Troque o voto obrigatório
Por voto facultativo
Dar liberdade ao eleitor
Que é fator decisivo
Corte também a malícia
Da tal pensão vitalícia
Que é um sagrado abusivo
(RODRIGUES, s.d., p.6).

Na evolução da forma de votar no Brasil passamos pelo voto “cochichado”, voto de “cabresto”, voto “marmita” até o voto secreto e obrigatório, bem como o voto facultativo para jovens de 16 anos e pessoas com mais de 70 anos. Vivenciamos também o tempo em que não tínhamos um título de eleitor até a confecção e legalização do mesmo. As urnas que recebiam os votos também evoluíram passando de receptáculos de tecido, lona até chegarmos às urnas eletrônicas com a promessa de operacionalizar o processo eleitoral e extinguir as fraudes eleitorais a partir da segurança do voto eletrônico. Para organizar e fiscalizar todo o processo eleitoral foi criado a Justiça Eleitoral. Porém convém observar que não obstante toda a tecnologia e eficiência das urnas eletrônicas, as mesmas foram vistas com certa desconfiança por parte dos eleitores que enxergam ainda a possibilidade de manipulação e alteração dos resultados.

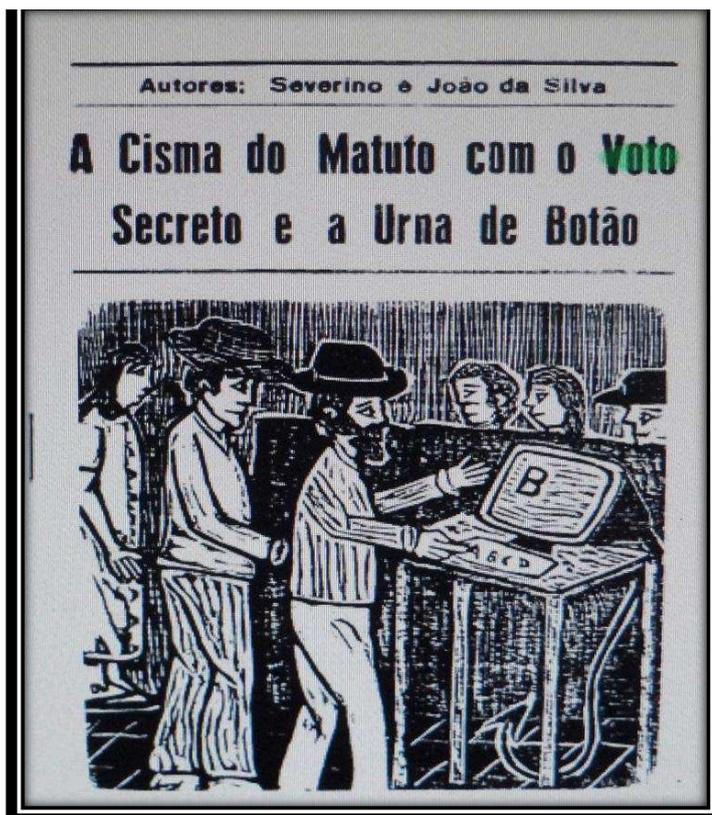
Os versos do cordel captaram também esse dissabor popular com relação às urnas eletrônicas que também eram vistas como um obstáculo e um fator de complicação que dificultava a votação por parte daqueles que desconheciam ou resistiam à tecnologia a serviço das eleições. O folheto **A cisma do matuto com o voto secreto e a urna de botão** narra a conversa de dois amigos eleitores sobre os possíveis problemas causados pela votação com urna eletrônica. Os versos do cordel registram a insegurança dos eleitores com relação à urna eletrônica comparando-a com urna anterior:

Sei que essa é mais bonita
Tem até televisão

Mostrando a foto e a escrita
 Quando aperta no botão
 Mas na urna programada
 Quando eu der minha dedada
 Pode ser meu voto ou não
 (SILVA, s.d.p.3).

A discussão em torno da urna eletrônica prossegue com um de seus interlocutores citando exemplos de possíveis problemas na prática eleitoral a partir do voto eletrônico aumentando assim a desconfiança em relação as urnas eletrônicas:

Essa tal urna eletrônica
 Num merece nossa fé
 Vai fazer das eleições
 Uma história de má fé
 Jogo de carta marcada
 É mais uma presepada
 Só dá o que os “homens” quer
 (SILVA, s.d. p. 7).



Não obstante a propalada segurança contra fraude eleitoral protagonizada pelo advento da urna eletrônica o folheto acima destacado mostra o “cisma” do eleitor em relação a ter que votar em uma urna eletrônica. O folheto além de seu enredo que mostra a resistência da população ao uso da tecnologia no processo eleitoral apresenta

em sua capa uma xilogravura onde aparecem várias pessoas na fila para votarem, o quadro mostra seis pessoas em uma fila para votar diante da urna de “botão”, referência às teclas da urna. A xilogravura mostra ainda que da urna está saindo um grande rabo que no imaginário popular é uma referência ao Diabo, deixando assim transparecer que a urna é um instrumento maligno que não merece confiança dos eleitores. Estes eleitores “cismados” demonstram toda a sua desconfiança com relação a urna e a alguns políticos utilizando-se muitas vezes do ato de votar para protestar. Veremos assim a seguir como é representado no cordel o voto de protesto por parte dos eleitores brasileiros.

3.4. A representação do voto de protesto na Literatura de Cordel

Um dos possíveis elementos presentes nas práticas da cultura política do Brasil, evidencia-se na relação que o eleitor estabelece como o ato de votar, dando a ele muitos significados, representando entre outros, um ato de cidadania, um ato de participação, um ato de transformação e mudança da conjuntura política, ou até mesmo um ato de protesto no intuito de enviar um signo ou sinal aos políticos de plantão. Na prática do voto no Brasil já está incorporado a sua cultura o chamado voto de protesto. O voto de protesto materializa-se quando o eleitor vota nulo ou em branco, por acreditar que nenhum dos candidatos tem qualificações para o cargo. Esse voto de protesto também é evidenciado quando o eleitor vota em um candidato não porque o mesmo tenha virtudes, ideias e intenções que agradem ao eleitorado, na verdade a escolha é feita levando em consideração a espetacularização que determinado candidato representa no cenário da política por ser atípico, não convencional, fugindo as regras estabelecidas, sendo satírico, irônico e até “ridículo” aos olhos dos eleitores. O intuito de votar nestes candidatos aponta para o descrédito dos eleitores nos agentes e nas práticas políticas vigentes.

Um exemplo a ser citado foi à votação do ano de 2010, com percentuais altíssimos recebidos por um candidato a Deputado Federal pelo Estado de São Paulo. O candidato campeão de votos foi o conhecido palhaço e humorista Tiririca. Os eleitores declaradamente votaram em um palhaço com o intuito de protestar, entre outros motivos, contra a corrupção e o descaso dos governos diante dos grandes problemas sociais. A eleição do Tiririca não passou despercebida pelos poetas populares que externaram o pensamento popular a respeito da eleição de um palhaço. O poeta Antônio Carlos Oliveira Barreto escreveu o folheto **Tiririca entrevistado no balanço do cordel**,

(25\10\2010) o enredo do folheto trata de uma “entrevista” feita pelo poeta ao deputado eleito, onde as respostas tem tom irônico e humorístico sem nenhum nexos com o que foi perguntado, deixando claro nas entrelinhas que existe uma desaprovação pela eleição do palhaço que na visão popular aparenta não estar qualificado para o cargo:

Meu querido Tiririca
 O seu humor me fascina
Porém seja objetivo
Não entendo Patavina!
 Que acha da parceria
 Do Brasil com a Argentina?
 (BARRETO, 2010, p.2).

No folheto o entrevistador chega a perder a paciência com o deputado palhaço chamando a atenção para a seriedade do poder de representação que este está investido. O poeta aponta para o fato de que embora os eleitores elejam candidatos como forma de protesto, os mesmos não acreditam que estes tenham os pré-requisitos para exercerem o ofício:

Querido parlamentar
 Não estou de brincadeira
 Falo com seriedade
 Dessa nação brasileira
 Mas você não leva a sério,
 Parece até Zé Limeira.

Meu caríssimo deputado
 Respeite seu eleitor
 Pois São Paulo quase inteiro
 Fez de ti um imperador
 Um grande Macunaíma
 Desse Brasil sofredor
 (BARRETO, 2010, p. 4 e 5).

Os versos acima deixam transparecer a forma estereotipada, preconceituosa, excludente, classista e racista que a sociedade brasileira tem no que se refere ao agente político, estabelecendo como paradigma ou padrão que o político deve ser alguém de “boa aparência” vestindo-se de terno e gravata, deve falar fluentemente a língua portuguesa de preferência de forma rebuscada, ser letrado (ser um “doutor”) demonstrando conhecimento profundo dos problemas que afligem a população, ser sério e compenetrado, ser rico ou “bem de vida”, pois o pensamento popular reza que o político sendo rico, “não tem necessidade de roubar”, já o candidato pobre corre o risco de ceder à tentação de roubar (obter vantagens financeiras de forma ilícita). Neste

aspecto observa-se que está mitificada no imaginário político da sociedade brasileira essa relação do político com a corrupção mensurando a situação e possibilidade de praticá-la. No caso do candidato Tiririca o mesmo foi estigmatizado por ser nordestino (cearense), ser um palhaço profissional, não ter diplomas, ser “feio”, se “vestir mal” e falar de forma “errada”, com cacoetes e palhaçadas, ele também foi alvo de toda sorte de preconceito por não se encaixar no arquétipo estabelecido. Muito embora essa imagem pareça estar cristalizada na cultura política brasileira nenhum desses atributos garante que o político pelo fato de ser “letrado”, “rico”, de “boa aparência”, político profissional seja a certeza de uma correta atuação parlamentar. Com relação ao candidato Tiririca se verificou que na sua primeira legislatura como parlamentar, o mesmo se pautou em termos práticos por uma conduta considerada “exemplar”, não faltando a nenhuma das sessões, participando de comissões importantes no Congresso Nacional contrariando o padrão estereotipado do imaginário político

Tem sido uma constante na prática da cultura política brasileira, os eleitores manifestarem sua insatisfação com as práticas políticas vigentes, votando em candidatos “exóticos” e sem um aparente compromisso com as atribuições, responsabilidades e possibilidades de representação popular. Porém esses candidatos quando eleitos são alvos de críticas e desconfiança por grande parte do eleitorado. Essa desconfiança dos eleitores é expressa nos cordéis, a citar como exemplo o folheto **Nossa mobilização** do poeta João Batista de Melo que em seu enredo denuncia a tentativa de privatização de empresas públicas como a Petrobrás. O poeta cita com preocupação e receio o descompromisso dos parlamentares com o que é público e do interesse da nação, destacando candidatos que possivelmente foram eleitos apenas como forma de protesto:

Espero que este congresso
De Romário e Tiririca
Se revele coisa séria
E não angu de canjica
Encabeçando uma lista
De tom nacionalista
Se não tudo se trumbica
(BARRETO, 2010, p.6).

A prática do voto de protesto não é de hoje, e acompanha “toda” construção da história da cultura política brasileira desde os seus “primórdios”. Porém ressaltamos que o voto de protesto se tornou uma prática efetiva a partir da década de 1950, no entanto antes dessa data havia protestos, mas não efetivamente através do voto, pois o voto anteriormente não era nem secreto e nem obrigatório.

Arelada à prática de protestar contra a política vigente através de candidatos que “fogem ao padrão”, está também à tentativa de zoomorfizar a política apresentando animais como possíveis candidatos para os pleitos eleitorais. Essa prática de protesto pode ser vista como o que Michel de Certeau (2009) chamou de burla¹⁸, onde vê-se que a população indignada com as práticas dos políticos oferece sua resistência através de suas táticas e manifesta a sua desaprovação. Estão registrados nos anais da história política do Brasil casos inusitados de animais que “concorreram” a pleitos eleitorais. O emprego de animais como interlocutores dos anseios humanos é uma prática antiga na literatura e nos remete aos bestiários medievais. A utilização do bestiário no cordel é uma prática corrente desde os seus primórdios. A referência ao bestiário diz respeito a livros em que na Idade Média se reuniam descrições e histórias de animais reais ou imaginários geralmente sendo utilizados como ilustrações para que de forma metafórica trouxesse alguma comparação, lição ou ensinamento. Podemos citar como exemplo os folhetos: **História do Boi Leitão**, de Francisco Firmino de Paula, **A Intriga do cachorro com o Gato**, de José Pacheco da Rocha, **O Macaco Misterioso** de José João da Silva, entre tantos outros. A Literatura de Cordel faz uso do bestiário como tema de motivação e outras possibilidades:

Mesmo sendo os bestiários pouco conhecidos atualmente, eles exerceram profunda influência na história da cultura ocidental: na iconografia religiosa e profana, no imaginário popular, na heráldica, na arte moderna, na literatura; até em várias expressões e locuções da linguagem atual encontramos alusões e referências aos bestiários (HOENSEL, 2001, p. 26).

No ano de 1959 quando as pessoas votavam em cédulas que precisavam escrever o nome dos candidatos houve o lançamento da candidatura na cidade de São Paulo, por “parte do povo”, de um rinoceronte fêmea (animal do zoológico de São Paulo) conhecido como Cacareco para o cargo de Vereador. O povo paulista insatisfeito com as práticas políticas e os postulantes aos cargos políticos em 1959 resolveu fazer um protesto nas urnas elegendo a rinoceronte Cacareco para o cargo de Vereador. Cacareco tinha até *jingle* que dizia: “cansados de teleco-teco vamos votar em Cacareco”. Na

¹⁸ Os eleitores notadamente movem-se entre táticas burlando através de práticas de resistência usando o voto para protestar. Essa ação tática do eleitor está calcada no que nos ensina Certeau [...] a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter a si mesma [...] a tática é o movimento dentro “dentro do campo de visão do inimigo” (CERTEAU, 2009, p. 94)

época houveram 540 candidatos disputando uma das 45 cadeiras do legislativo municipal da cidade de São Paulo. A candidatura do rinoceronte se alastrou pela cidade e como resultado a população sufragou no rinoceronte que obteve o maior número de votos para Vereador com aproximadamente cem (100) mil votos, enquanto que a maior votação de legenda alcançou a marca de noventa e cinco (95) mil votos. A eleição de Cacareco e o voto de protesto não passaram despercebidos pelo olhar atento do poeta L. P. Mendes, que destacou o episódio no folheto **A eleição e posse de Cacareco**:

Na cidade de São Paulo
Estado que não é mixo
O seu povo revoltado
Protestou por um capricho
Invés de votar nos homens
Deu seu voto para um bicho.

Nunca pensei em minha vida
Que ganhasse esse treco
Derrotei o seu Joaquim
Seu Raimundo e seu Maneco
Hoje só vejo respeito
Sou o doutor Cacareco
(MENDES, s.d., p.1).

O poeta chama atenção para a veracidade do fato e do grande número de votos que o Cacareco recebeu o que se constituiu a época um recorde nas eleições municipais de São Paulo, contabilizando mais votos do que qualquer legenda que disputasse o pleito eleitoral de 1959, chegando a ter uma média de 20 a 30 votos por urna em todos os bairros da cidade. Na época em que ocorreu a eleição os eleitores no ato da votação recebiam um envelope do mesário da sessão em que votavam e colocavam a cédula de seu candidato. Várias gráficas da cidade de São Paulo confeccionaram cédulas com o nome de Cacareco e distribuíram com a população, que como vimos aderiu à campanha de Cacareco consagrando-a como campeã de votos, como podemos observar nos versos do poeta:

A minha história é verdade
Não é conto nem é lenda
Tive mais de cem mil votos
Uma soma estupenda
Eu sozinho derrotei
A mais votada legenda
(MENDES, s.d., p.6).

O poeta prossegue em seus versos mostrando as propostas de Cacareco

apresentando-a como um político humano com seus supostos vícios culturais de preocupar-se em utilizar-se do cargo para auferir vantagens financeiras e pessoais. Os versos também explicitam o preconceito e pré-noção do poeta enquanto mediador simbólico, no que se refere ao analfabetismo, onde ele apresenta a possibilidade da alfabetização como sendo uma condição *sine qua nom* para se exercer um cargo político ou de ser alguém considerado potencialmente inteligente enquanto eleitor. A época em que o fato ocorreu (1959) os analfabetos não podiam votar nem serem votados, pois o analfabetismo era um pré-requisito para elegibilidade.

O poeta usa a expressão otário significando e “qualificando” o analfabeto como sendo tolo e simplório e inapto para exercer suas funções enquanto cidadão sem prejuízo para si próprio e para a sociedade. Porém mesmo qualificando-o de otário, polissemicamente atenta para a sua “esperteza” e atenua essa condição pelo fato do analfabeto em questão auferir vantagens principalmente financeiras:

Não sei ler e escrever
Sou um verdadeiro otário
Isso não tem importância
Também não é necessário
Eu quero é no fim do mês
Receber o meu salário
(MENDES, s.d. p.8).

Na história eleitoral do Brasil durante o período colonial e grande parte do período imperial, entre os poucos brasileiros que tinham direito a votar, estava incluso o analfabeto. A maioria absoluta dos brasileiros era analfabeta a época. Em termos práticos eleitor analfabeto “cochichava” o nome do seu candidato e outra pessoa escrevia o seu voto. O voto onde o eleitor sussurrava seu voto ficou conhecido como “voto cochichado”. Vemos assim, que o voto do analfabeto no Brasil, com algumas restrições foi uma prática do século XVI até nove de janeiro de 1881 quando a lei Saraiva proibiu o voto dos analfabetos. Os eleitores analfabetos no Brasil só passaram a votar efetivamente, no período republicano, a partir da emenda constitucional (nº25) sancionada em quinze de maio de 1985 e regulamentada pela lei 7.332 em primeiro de junho de 1985, (pós-ditadura) pelo presidente José Sarney:

Tal medida acabou com uma restrição que começou em fins do Império (1882) e resistiu por mais de 100 anos. Apesar de passarem a poder votar, os analfabetos continuaram inelegíveis. Para eles também, o alistamento e o voto não eram obrigatórios. As eleições de 1985 foram as primeiras da história republicana nas quais os

analfabetos puderam votar. Mas apenas 65 mil (0,3% do eleitorado total) se cadastraram (NICOLAU, 2002, p.61).

Na história eleitoral das democracias em geral, percebemos, que principalmente na América se passou a exigir a alfabetização para se exercer o direito de voto. Na Europa só Portugal exigia a alfabetização para os eleitores. Nicolau (2002) nos informa porém, que pouco a pouco essa exigência foi sendo abolida começando com o Uruguai (1918), Colômbia (1936), Venezuela (1946), Bolívia (1952), Chile (1970), Peru (1970) sendo o Brasil o último País da América a abolir essa exigência. Culturalmente percebe-se que no cotidiano dos brasileiros há uma repulsa, discriminação e preconceito com relação àqueles que são analfabetos, como se estes estivessem em um patamar de inferioridade em relação aos demais cidadãos. Culturalmente se espalhou no universo da memória popular a percepção que o analfabeto é inapto para exercer os seus direitos e deveres enquanto cidadão, estando sempre à margem do processo e que suas perspectivas de mudanças e melhoras estão intrinsecamente ligadas ao domínio do código de leitura e escrita.

O analfabetismo foi concebido como um fenômeno da realidade social demarcada pela presença do atraso, revelando uma concepção de modernidade que impunha a racionalidade da cultura ocidental a todo e qualquer sistema de ideias e valores diferenciados. Estando o analfabeto alijado desse processo constrói-se uma rede de ideias preconceituosas em torno do mesmo desprezando-se assim todos os saberes e conhecimentos que este adquiriu a parte do conhecimento escolar formal. O preconceito com relação ao analfabetismo também é partilhado pelos poetas populares que reproduzem a visão popular estereotipada em seus versos como pode ser visto no folheto **O casamento do Calangro com a Lagartixa** de Leandro Gomes de Barros, onde no enredo é evidenciado que o pai da Lagartixa se deixa enganar pela aparência de bom partido para a sua filha, pelo fato de ser ele (o pai) “pobre e analfabeto:

Ora, o pai da Lagartixa
 Era um pobre analfabeto
 Entendia que o Calangro
 Fosse um rapaz correto
 Quando veio abrir os olhos
 Foi tarde, já tinha netos
 (BARROS, 1951,p. 4).

Ao rastreamos o pensamento popular que está entranhado na memória coletiva percebemos que um expressivo número de poetas populares reproduziu em seus versos

uma visão estereotipada do analfabeto como sendo este inferior e subalterno daqueles que dominam o mundo da leitura e da escrita. Em quase todas as instâncias da vida em que o analfabeto está inserido ele é representado como alijado, inapto, limitado e a margem do processo. Nos versos do folheto **Pistoleiros do Nordeste** o poeta Valeriano Felix dos Santos reforça essa visão estereotipada do analfabeto:

A patente ele comprou
 Por metade d'um cruzado
 Pois que sendo analfabeto
 Era um jumento quadrado
 Nunca serviu a Nação
 Nem como simples soldado
 (SANTOS, s.d. p.4).

Porém essa visão estereotipada do analfabeto nem sempre foi compartilhada e aceita entre os poetas populares, ou seja, na Literatura de Cordel nem sempre os poetas reproduziram o pensamento de que os analfabetos eram “ignorantes”, pelo contrário diversos poetas em seus versos contam histórias de pessoas que mesmo sem ter o saber escolar e livresco venciam as circunstâncias e logravam grande êxito.

O fato da Literatura de Cordel ter sua origem na Literatura Oral, onde pessoas analfabetas decantavam, memorizavam e partilhavam entre todos as histórias rimadas dos poetas repentistas fez com que essa vertente artística cultural, que depois se tornaria escrita se tornasse símbolo de cultura e saber entre a população que consumia essa produção cultural. Era necessário uso de grande habilidade mnemônica para “decorar” dezenas e até centenas de versos com extrema precisão. O cordelista Jota Rodrigues destaca essa habilidade de poetas e pessoas do povo em geral, analfabeto, nos versos intitutados **Cordel vivo e puro sem enganar** onde ele destaca:

Era noventa por cento
 Do povo analfabeto
 Versejavam de cabeça
 E já corriam direto
 Pras feiras falar seus versos
 Tudo aquilo era sucesso
 Para os poetas libertos

Todo mundo era poeta
 Sem saber ler e escrever
 Depois de criar os versos
 Procurava conhecer
 Quem soubesse soletrar
 Para os poemas escrevinhar
 E a criação não esquece

(RODRIGUES, p.2-3).

A figura do analfabeto aparece em muitos folhetos como sendo um anti-herói que mesmo com aparentes limitações consegue com sua ardileza vencer e superar todas as adversidades, inclusive sobressaindo-se diante dos cultos e letrados a exemplo do folheto **O sabido sem estudo** de autoria de Manoel Camilo dos Santos publicado em 1958 e que conta a saga de homem analfabeto que com sua sabedoria consegue decifrar enigmas, responder perguntas de alto grau de dificuldade e vencer debates mesmo sem ter domínio do código da escrita. Vemos assim que literatura de cordel reproduziu em seus versos o pensamento que está entranhado na cultura política brasileira no que se refere à figura do analfabeto que o enxerga como sendo uma pessoa “atrasada” e “ignorante”, como podemos perceber através dos versos de autoria de João do Brejo de título **ABC do Eleitor** onde além de estereotipar o analfabeto apresenta como sendo um “matuto”, talvez porque a época em que o folheto foi escrito 1950 a maior parte da população brasileira morava na zona rural e era analfabeta:

O matuto ignorante
 Vive quase escravizado
 Pensando que a política
 É só pra rico e abastado
 Por isso sofremos fome
 Quem não vota não tem nome
 É um algarismo riscado
 (BREJO, página 1)

O estereótipo da figura do analfabeto é extensivo a todas multifacetadas representações construídas pela sociedade, no que se refere a perceber o analfabeto como alguém deficitário, mutilado e inapto para exercer suas funções plenas enquanto cidadão. Como já vimos no folheto que trata da eleição do hipopótamo fêmea Cacareco o autor do folheto desqualifica o candidato (rinoceronte) por ser analfabeto chamando-o inclusive de “otário”. Na Literatura de Cordel este estereótipo é reproduzido por parte de muitos poetas populares que ao tematizar o voto do analfabeto reproduzem a visão entranhada na cultura brasileira de que o analfabeto não sabe votar, sendo presa fácil de pessoas corruptas que os manipulam. O poeta J. Rodrigues no folheto de título **O voto aos 16 anos e o eleitor analfabeto** (1989), expressa em seus versos essa visão estigmatizada:

Foi manobra do governo

O voto para os analfabetos
 Vendo que eles desconhecem
 Políticos ruins ou certos
 E com esta desinformação
 E a despolitização
 Elegem os incorretos
 (RODRIGUES,1989,p. 4)

O poeta popular ao reproduzir o preconceito com relação ao voto do analfabeto, responsabiliza o mesmo pela eleição de candidatos que depois das eleições foram identificados por cometer práticas corruptas. Esse pensamento é corrente na cultura brasileira que imputa e projeta no outro a responsabilidade das mazelas coletivas. A eleição do Collor que marcou a história política brasileira pelos escândalos e corrupção é atribuída entre outros ao voto do analfabeto. No folheto **O segundo plano de Collor** o poeta Jota Rodrigues, identificou e destacou, o analfabeto como também responsável pela eleição do Collor :

E com promessas fajutas
 E com fraudes por todo lado
 O voto aos 16 anos
 E o analfabeto enganado
 A elite dos colarinhos
 E com seu Roberto Marinho
 O Collor foi o mais votado
 (RODRIGUES, 1992,p.3)

Persiste ainda introjetada na cultura política brasileira o pensamento preconceituoso que responsabiliza determinados grupos sociais pelo atraso e mazelas sociais presentes na sociedade brasileira como o fato de pertencer a uma determinada região (geralmente associada ao Norte e Nordeste), o nível social (pobre), raça (negra) bem como o nível de escolaridade onde recai toda a responsabilidade sobre o eleitor que é analfabeto. Culturalmente no Brasil o analfabeto é marginalizado e ignorado por ser considerado “ignorante”, bobo, manipulável, um verdadeiro “joguete” nas mãos de políticos inescrupulosos. Este estigma repercute através de muitos poetas populares que reproduzem o pensamento que enxerga dois principais aspectos do que se considera o eleitor não ter consciência política, o fato de ser pobre (miserável vivendo de migalhas que os políticos lhes dão) e ser analfabeto, como se fossem estes os únicos pré-requisitos para alguém ter consciência política.

Convencionou-se pensar que o analfabeto não pode com o seu voto eleger o político honesto e compromissado com as causas populares e que o mesmo é

responsável por eleger o político corrupto. Essa é uma das razões pelas quais os poetas populares reproduzem esse pensamento em seus versos, como podemos citar através de mais este exemplo no folheto **A entrevista de Ulisses Guimarães no céu** onde o poeta destaca:

-Pois um povo analfabeto
E escravo da novela
Sem consciência política,
Vai viver sempre naquela
De eleger um canastrão
Que o IBOPE e a televisão
Nos empurram pela goela! (p.5)

O poeta mesmo fazendo críticas ao voto do analfabeto defende o direito do voto para este, desde que ele seja ensinado a votar conscientemente. O poeta sugere que os partidos criem cursos para politizar os eleitores analfabetos para que estes exerçam o seu papel de cidadão votando conscientemente:

É um direito sagrado
O analfabeto votar
Mas o voto é precioso
E não se deve desperdiçar
E pra isso em todos os partidos
Devem ter cursos mantidos
Para os politizar (p.5)

A elevação do nível de escolaridade do eleitorado brasileiro é percebida como um pré-requisito para o amadurecimento e lucidez do eleitor vislumbrando a construção de participação e práticas políticas em consonância com o espírito republicano. O aumento da escolaridade do brasileiro implicará em modernização da sociedade e mudança de mentalidade, porém não implica em dizer que as pessoas que detêm um alto nível de escolaridade sejam mais conscientes politicamente, como observa Alberto Carlos Almeida ao discorrer sobre o comportamento do brasileiro em utilizar-se do “jeitinho” para resolver seus problemas: [...] “as pessoas que mais deram um jeitinho são justamente as que têm escolaridade mais elevada (70% para superior completo e 71% para o ensino médio completo). São elas que mais sabem o que significa “dar um jeitinho” (ALMEIDA, 2007, p.49).

No Rio de Janeiro, no ano de 1998 um macaco (também de um zoológico) foi lançado candidato, nesta feita, a Prefeito da cidade carioca. O macaco era conhecido por Tião. Ao final da eleição o macaco Tião obteve 9,5% dos votos, num total de

quatrocentos (400) mil votos, que se somados aos votos em branco que foram em torno de 14,5%, o macaco ficaria assim apenas abaixo do prefeito eleito em 1998, no Rio de Janeiro, Marcelo de Alencar.

Na cidade de Fortaleza-CE tivemos em 1922 a eleição de um bode chamado de Ioiô, no final do pleito o bode “foi” eleito com a maior votação. Na cidade de Pilar, no interior de Alagoas, a população lançou como candidato a Prefeito um bode, conhecido popularmente como Frederico. A candidatura e popularidade do bode Frederico começou a crescer a ponto de incomodar os outros candidatos. Dos candidatos animais o bode Frederico é o único que está atrelado a um partido, sendo ele candidato a prefeito tendo vice um homossexual de nome Juliete, registados como sendo do PBB (partido dos bodes e das bichas) com o número 24 como sendo o número da legenda. Próximo às eleições o bode Frederico foi morto envenenado por um raticida no ano de 1996, a um mês das eleições. Ainda tivemos em Alagoas na cidade Maceió um cachorro de nome Fiel, que foi lançado a candidato a Deputado Estadual em 1998.

Nos exemplos citados acima onde animais são usados como representantes políticos do povo e lançados como candidatos, se reforçam a tradição de se utilizar os animais como figuras para dar evasão de forma metafórica às insatisfações e dissabores causados pelas atitudes danosas praticadas a um indivíduo ou a sociedade como um todo. Na literatura de cordel é muito comum à utilização de figuras de animais para trazer algum ensinamento, externar alguma insatisfação ou mesmo para depreciar alguma pessoa ou alguma prática desabonadora. Nos folhetos animais são comparados a pessoas ou pessoas tornam-se animais como castigo por haverem transgredido alguma norma ou princípio moral. Ao tematizar a política em seus versos os poetas também utilizam-se da figura de animais para expressarem a “vontade” do povo em relação a maus políticos, a corrupção etc.

No estado de Pernambuco no início da década de 1960, na atual cidade de Jaboatão dos Guararapes, tivemos a candidatura para Vereador do bode conhecido como Cheiroso. A cidade de Jaboatão dos Guararapes era chamada anteriormente de Moscosinho, pelo fato de ter sido a primeira cidade brasileira a eleger um Prefeito comunista em 1940. O Prefeito eleito foi Manuel Calheiros e sua vitória foi resultado da aliança entre os partidos PSD e PCB. O bode foi eleito com 400 votos, sendo o mais votado dos Vereadores. Esses votos de protesto em animais foram registrados pelos poetas populares e foi alvo de vários folhetos. Destacaremos aqui o folheto do poeta de

Recife-PE, Delarme Monteiro da Silva que escreveu o folheto de título: **A vitória de Cheiroso o bode vereador** onde o poeta registra a tendência do povo nordestino de protestar contra as práticas políticas vigentes a época, sufragando em candidatos inusitados, como é o caso do bode Vereador. O fato real foi descrito pelo poeta de forma satírica:

Não é coisa de poeta
nem é boato inventado
o caso foi verdadeiro
o rádio tem divulgado
se há gente que não crê
no jornal tem o clichê
do bode fotografado
(SILVA, s.d., p.1)

O fato é que o bode conhecido por Cheiroso “se candidatou” e ganhou as eleições para Vereador e o poeta atento aos “reclames do povo” e ao imaginário coletivo registrou em seus versos no intuito não só de tornar conhecido o fato inusitado, mas também externar a insatisfação dos eleitores com os políticos de sua realidade local. O poeta apresenta o “candidato” reiterando algumas qualidades do bode enquanto registra também o seu odor nada agradável:

Ele se chama Cheiroso
é um bicho respeitável
apenas tem um cheirinho
que não é muito agradável
apesar de seu mau cheiro
tem ares de cavalheiro
distinto e muito tratável
(SILVA,s.d., p.2).

Geralmente a associação de seres humanos a animais são feitos com o intuito de desqualificar o outro ou alguém por quem se nutre algum sentimento de animosidade ou inimizade, rebaixando-o a uma condição humilhante. Embora que nem sempre o animal usado como interlocutor ou representação expresse um sentido negativo, é comum e é antiga a utilização de animais como o bode Cheiroso para expressar e ressignificar a visão da realidade e seus anseios e dissabores:

É tão antiga como a própria humanidade a tendência do homem para emprestar aos animais a alma humana, com suas paixões, sofrimentos, virtudes e vícios. Ninguém ignora que escritores como Esopo, Fedro e La Fontaine immortalizaram-se escrevendo sobre animais e transferindo para eles a alma humana (CAMPOS, 1959, p. 31).

O bode Vereador foi eleito com quatrocentos e sessenta e oito votos, contando com o apoio do povo que se fez representar em seu protesto votando no bode em detrimento de votar nos candidatos que postulavam uma vaga na Câmara dos Vereadores. O poeta ressalta em seus versos que o povo votou no bode “de coração”, sendo uma clara declaração do espírito da cordialidade do brasileiro, que parece deixar que as relações do “coração” se sobreponham a legalidade e o sentimento privado prevaleça sobre o público:

Por quase 500 votos
 Ele saiu vencedor
 Seus correligionários
 Para provarem seu valor
 Votaram de coração
 Para Câmara de Jaboatão
 No bode Vereador.(SILVA, s.d., p.2).

O poeta em seus versos simula uma entrevista com o bode Vereador onde este explica porque ele obteve essa expressiva votação sendo literalmente o mais votado no pleito e o objeto da canalização de toda insatisfação popular que em protesto a politicagem fraudulenta e fisiológica votou no bode Cheiroso:

– Poeta, a minha vitória
 Agora nesta eleição
 Prova que o eleitor
 Perdeu toda animação
 Nas promessas mentirosas
 Feitas por sujeitos prosas
 Pra ganharem posição.(SILVA, s.d., p.4).

Os versos deixam transparecer uma suposta consciência coletiva dos eleitores, cansados de tanta corrupção, de tantas promessas não cumpridas, de discursos permeados de hipocrisia e dissimulação, de práticas escusas de desvio do dinheiro público, de nepotismo e de descompromisso com os interesses populares. Por desacreditar nesse perfil de político o eleitor se utiliza de sua obrigação de votar para protestar e demonstrar toda a sua insatisfação votando em forma de protesto em um bode. A eleição do bode Vereador não só sinaliza para a carnavalização, satirização e ironização das práticas eleitorais, como também demonstra uma tendência crescente expresso em uma forma de votar que se externa em sufrágio de protesto constituindo-se assim em uma prática usual na cultura política brasileira. Eis os versos que exprimem a

incredulidade dos eleitores que de forma estratégica se movem no campo de ação oferecendo resistência a esse “estado de coisas”:

O povo já não tem fé
Em alguns politiqueiros
Que vivem de cambalachos
São simples e interesseiros
Ou santinhos de paus ocos
Que vivem chupando aos poucos
O sangue dos brasileiros.(SILVA, s.d., p.5).

No cenário de representação política brasileira é comum encontrarmos uma expressão que caracteriza o entendimento dos eleitores quanto ao ato de votarem em candidatos que não são da sua região, é o chamado voto em candidato “paraquedista” ou “forasteiro”. O candidato “paraquedista” pode ser identificado como um postulante a cargo eletivo que não tem base eleitoral no município e aparecem somente em tempo de eleições para angariar votos. Ou seja, existe uma tendência a ser seguida pelos eleitores de votar em candidatos de sua cidade em detrimento de votar em candidatos que sejam de outras cidades, que venham “cair despretensiosamente de paraquedas” em sua cidade. Essa prática ocorre principalmente quando a eleição em questão é majoritária e envolve o Estado, para os cargos eletivos para Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores e Governadores. Existe uma tendência de priorizar através do voto os candidatos de sua cidade, havendo assim o que poderíamos chamar de “bairrismo eleitoral”.

Um dos motivos elencados pelos eleitores para não votarem em candidatos “paraquedistas” é o fato dos mesmos “desaparecerem” após se elegerem e esquecerem-se dos seus eleitores. Como os candidatos paraquedistas não são da cidade dos eleitores torna-se impraticável os mesmos terem contato com os eleitos e conquistarem algum benefício para a coletividade ou mesmo para si. O candidato paraquedista geralmente é visto como alguém que age de forma desleal e utiliza-se de meios escusos como a compra de votos para conseguir eleger-se. Os poetas populares novamente reproduzem em seus versos essa prática política inserida na cultura brasileira e expressa na literatura de cordel quando esta tematiza a política. O folheto **Não jogue fora essa arma alerta** com relação aos candidatos paraquedistas:

Um grande mal que eu acho
E isto é coisa ilegal
“Paraquedista” ter voto
Em colégio eleitoral

Porque toda região
Ainda tem cidadão
Que não lhe bota em curral

Se algum “paraquedista”
Voto de um povo comprar
Depois de eleito jamais
Neste povo pensará
A não ser noutra campanha
Pois acha que o povo apanha
E sempre se esquecerá (LIMA, 1996, p.6).

Dentro da perspectiva do voto de protesto incluímos os eleitores que decidem votar nulo ou em branco, se constituindo assim uma forma dos eleitores “mandarem o seu recado” aos políticos de plantão, sinalizando a sua negação ao sistema político estabelecido. Esse comportamento tem crescido a cada eleição, se tornando também uma marca na cultura política brasileira. Os eleitores ao tomar a decisão de abster-se de votar, anular ou votar em branco evidenciam o que Luís Felipe Miguel chama de “crise do sentimento de estar representado” (MIGUEL, 2003, p.123). Essa forma de protestar nos remete ao conceito de alheamento decisório eleitoral “que engloba todas as formas pelas quais os cidadãos e cidadãs se recusam a optar por um partido ou candidato por meio da abstenção, do não-alistamento eleitoral, do voto nulo ou do voto em branco” (MIGUEL, 2003, p.124).

Embora o voto nulo ou em branco também seja considerado um voto de protesto por parte dos eleitores, verifica-se que no imaginário popular representado pela literatura de cordel, a defesa constante é pelo direito e obrigação de votar. O voto e o direito de votar são considerados “armas” que o cidadão tem em suas mãos para tentativas de mudanças e consolidação do que entendem ser democracia. São poucos e raros os folhetos que apregoam e defendem o voto nulo e branco.

Na verdade os poetas populares sempre defenderam em seus versos que o povo deveria fazer valer o seu direito de votar, que fora conquistado a custa de muita luta. Para o poeta popular o eleitor que vota nulo ou em branco deixa de exercer um direito seu e mostra-se omissos diante das possibilidades de mudança pela via política. A abstenção ou nulidade do voto é vista como um retrocesso político é o que fica evidenciado nos versos decassilábicos, do poeta paraibano Raimundo de Santa Helena, nos idos de 1988 quando o País saíra da ditadura militar e voltara a ter eleições livres e diretas, onde o poeta defende abertamente em seus versos intitulados de **Voto nulo**,

para galope é um pulo:

Voto nulo pra golpe é um pulo
 Povo sábio só anda pra frente
 Caranguejo caminha pra trás
 Quem não vota elege burrobrás
 Quem se cala então tudo consente
 Sempre tem por ai um competente
 Votar bem é um dom eu estímulo
 A escolha secreta é casulo
 Liberdade nós temos pra mudar
 Só Deus sabe em que vamos votar
 (SANTA HELENA, 1988, p.1).

A investigação e análise dos folhetos de cordéis elencados, no que se refere à prática da abstenção ou da nulidade do voto e que estatisticamente tem um índice muito pequeno em sua defesa, nos permitem ainda que provisoriamente concluir que o que permeia no imaginário popular no que diz respeito a esta prática é de quase total desaprovação, ou seja, na cultura política há uma tendência constante da defesa do voto e a conclamação do eleitor para que este exerça o seu direito (ainda que obrigatório) fortalecendo a democracia e precavendo-se contra possíveis “golpes” contra essa democracia e conseqüentemente contra o povo. O poeta novamente corrobora com essa ideia defendendo que:

Voto nulo pra golpe é um pulo...
 Quem votar no macaco é ladrão
 Do remate civil da abertura
 É soldado civil da ditadura
 Vira bucha nas balas do canhão
 Sempre fui porta-voz do meu povão
 Seus protestos sem medo ejaculo
 Mas quem quer que não vote não bajulo
 E quem vota em branco dá espaços
 Para fraudes em prol desses palhaços
 (SANTA HELENA, 1988, p. 1).

Em nossa incursão pela Literatura de Cordel, catalogamos mais de 800 folhetos que tratam acerca da temática política, porém, encontramos apenas um folheto que advogava o voto nulo ou voto em branco. A exceção trata-se do já citado folheto de autoria de Zé Matuto (possível pseudônimo do poeta) que tem como título **Cabo eleitoral o eleitor puxa-saco**, onde o poeta coloca todos os políticos na vala comum da corrupção e intima de forma satírica e irônica os eleitores a votarem nulo ou em branco:

Se você quer votar direito
 Não é um eleitor vagabundo

Então faça como fez
 O nosso amigo Sigismundo
 Ele chegou no computador
 Corrigiu e confirmou
 E votou em todo mundo

Eu conheço uns candidato
 Pra vereador e prefeito
 Eu não sou puxa-saco
 Mas eles são bons sujeitos
 Branco e Nulo, meu senhor
 E se não tiver preconceito de cor
 Também pode votar no Preto
 (S. I., p.1).

A comprovação através dos folhetos pesquisados nos leva a reiterar que no imaginário popular do povo brasileiro retratado na literatura de cordel está expresso que a cultura política do Brasil em sua maioria é contrária à nulidade do voto e que a mesma enxerga o voto como sendo uma arma para os cidadãos dela se utilizarem para promover mudanças e benefícios para a coletividade. Observemos mais um exemplo da defesa do voto nos versos do folheto **Não jogue fora essa arma** de autoria de Francisco Correia Lima:

Não votando o cidadão
 Representante não tem
 E o político de fora
 Não pode lhe querer bem
 A este esquecido louco
 Nós vamos lhe dar o troco
 Vamos lhe esquecer também.

Nunca deixe de votar
 Mas aprenda a escolher
 Evite que o desonesto
 Vá assumir o poder
 Defenda seu ideal
 Evitando que o mal
 Tome conta de você
 (LIMA. 1996, p.6 -7).

Os cordelistas geralmente exortam o seu público para que os mesmos não votem em branco ou nulo e para convencê-los eles usam de uma linguagem que desqualifica o candidato eleito, enfatizando que mesmo que o eleitor não vote alguém irá se eleger e geralmente quando o eleitor se omite de votar, maus políticos se elegem trazendo grandes malefícios para a sociedade em geral. No folheto acima destacado o poeta adverte aos eleitores quanto a nulidade do voto e as consequências advindas pela “abstenção”. Ao referir-se ao candidato eleito pela omissão do eleitor que não votou no

candidato honesto e bem intencionado e que abriu espaço para o corrupto atuar, o poeta chega a qualificar o candidato eleito de forma negativa:

Lembre-se que não votando
 Você deixa de escolher
 O candidato melhor
 Pra sua terra crescer
 Se elegendo um imbecil
 Que não gosta do Brasil
 Muito menos de você
 (LIMA, 1996, p. 7).

Os poetas populares na contemporaneidade tem se utilizado da sua verve poética e de sua influência para advertir, exortar e “conscientizar” o seu público alvo, da importância não só de votar, mas votar de forma consciente, em candidatos que pautem sua vida dentro dos princípios éticos e que esteja de fato comprometido com os interesses da coletividade. São inúmeros os folhetos que trazem em seus versos a temática da política, apresentado o voto como sendo uma arma que o cidadão deve usar, para promover mudanças que beneficiem a sociedade como um todo. Podemos citar como exemplo da exortação a participação política através da arma do voto nos versos de autoria do poeta Izaías Gomes de Assis no folheto de título **O valor do seu voto**:

O leitor nem imagina
 Como o voto tem poder,
 Ele está nas suas mãos,
 Esperando acontecer
 Te alerta nesse meu verso
 Seu voto faça valer

Em nosso imenso país,
 Onde tem democracia
 O que vale é nosso voto,
 Ele tem supremacia,
 E se for bem aplicado,
 Terá grande serventia
 (ASSIS, 2008, p.2).

A exortação aos eleitores para que estes votem de forma compromissada e consciente se tornaram uma constante na literatura de cordel na contemporaneidade. Os poetas cordelistas têm produzido inúmeros folhetos nos últimos anos a respeito da temática política, sobretudo alertando para a responsabilidade do voto como forma de transformar a realidade na qual estão inseridos. No folheto **Na política eu quero ver** de autoria do poeta Vaneci Santos, vemos mais um exemplo do alerta aos eleitores:

Quem nunca valorizou
 O voto pra valer
 Tá na hora de mudar
 Pra dessa forma poder
 Exigir ética e decência
 Daquele que se eleger
 (MENEZES, s.d.,p. 8).

Nos folhetos que tratam especificamente sobre o ato de votar percebe-se a tendência por parte dos poetas de apresentarem os eleitores que não vendem seu voto como sendo pessoas conscientes e inteligentes. Embora haja muitos registros da mercantilização do voto em termos práticos é notória a presença de discursos que se colocam contra a prática. Essa possível incoerência da práxis versus discurso talvez possa ser explicado de forma polifônica, onde no discurso esteja explícita o que não corresponde ao que ocorre de forma implícita, onde o discurso é traído pela força do hábito cultural:

Eleitor inteligente
 No voto tem compostura
 Buscando fazer mudança
 Desbancou a ditadura
 Hoje é homem de ação
 Mantém sua opinião
 Não tem mais cabeça dura
 (MENEZES, s.d. p.6).

O discurso construído pelo poeta popular na literatura de cordel, que predominantemente é contrário a mercantilização do voto traz em si uma evidência polissêmica de vários discursos que se entrecruzam em um mesmo texto produzindo variadas interpretações, ou seja, percebe-se nos vários significados que estão “escondidos” nos versos dos folhetos que deixam vestígios e margem para várias interpretações. Na interação dos enunciados (versos) os discursos e valores são assimilados, reestruturados e modificados pelo poeta, que se expressa não somente no que pensa e acredita, mas também no pensamento e desejo antagônico que promove inconscientemente e deixa transparecer, no que se tenta negar e ocultar, deixando escapar nas entrelinhas outro discurso, tal como atesta Bernadi:

Assim todas as vozes que se fazem ouvir no discurso são (ou devem ser) respeitadas enquanto vozes sociais e históricas portadoras de postura sócio-ideológicas que não coincidem com as do autor, mas são orquestradas por ele. [...] o autor apropria-se das palavras de outro com todas as intenções sócio- ideológicas que estas palavras contêm e

as utiliza para alcançar seus objetivos sem manifestar-se neles, mas servindo-se delas para retratar suas intenções (BERNADI, 2001, p.44-45).

Na construção dos enunciados veiculados pelos folhetos percebe-se que, embora haja a intenção de combater a prática da mercantilização, os versos explicitam que existe uma prática corrente de mercantilização do voto, pois do contrário não haveria sentido e razão em combater a prática com tanta veemência se esta não fizesse parte do cotidiano político brasileiro. Portanto a mercantilização do voto se constitui em uma prática cultural construída socialmente ao longo da história política nacional. Como já evidenciamos são inúmeros os folhetos de cordel em que os poetas advertem e chamam atenção do seu público alvo, a respeito dos malefícios que essa prática pode trazer para retardar e impedir as mudanças e benefícios sociais tão almejados pelos cidadãos.

Os versos do cordel evidenciam um discurso moralizante que se unindo a outros discursos semelhantes, que são veiculados através de outros meios e tendem a ser contrários a prática da mercantilização, no entanto os discursos não se compatibilizam com as práticas de compra, venda e troca de votos. O poeta Crispiniano Neto em seu folheto **O voto nem se vende nem se troca**, advoga em seus versos que os eleitores devem se utilizar da “arma do voto” de forma ética, não se deixando corromper por práticas ilícitas. Embora defenda o voto “consciente” e lembrar que “hoje não se pode mais vender o voto” o poeta deixa escapar nas entrelinhas o que não se deve fazer em relação ao voto, mas que ainda pode-se fazer em termos de mercantilização:

Nós estamos numa época
Em que não se pode mais
Vender ou trocar o voto
Como em tempos atrás
Pois quem troca o voto, é fraco
E quem vende, é sujo demais
(NETO, 1976, p.5).

O poeta em seu folheto já citado e que foi escrito em 1976, em plena ditadura militar adverte com relação a mercantilização do voto na perspectiva do eleitor e sua participação e cumplicidade nesta prática política. No folheto em questão o autor não isenta o corruptor, que no caso é o político que compra o voto, de sua prática ilícita, mas converge para o eleitor a responsabilidade de “resistir a tentação” de ser protagonista deste cenário de representação política cuja trama alimenta e constrói uma cultura política pautada na mercantilização do voto:

Ele quer que você faça
 Do voto mercadoria
 Lhe roubando a consciência
 E fugindo a Democracia
 Comprando um direito seu
 Por uma suja quantia

Mas, as vezes acontece
 Que é o próprio eleitor
 Que vai vender o seu voto
 Anulando seu valor
 Pois quem vende o voto, vende
 Sua honra e seu poder
 (NETO, 1976, p. 7).

Os poetas cordelistas ao propalarem a temática do voto igualam o eleitor ao político corrupto quando este vende o seu voto, colocando-os no mesmo patamar. O código da moral e dos valores que estão inseridos no cordel apresenta-se em termos discursivos como contrários a prática da venda do voto. Os poetas como propagadores e mediadores do simbolismo cultural no universo da política expressam em seus versos a ideia da idoneidade, da lisura, da honra, do cumprimento dos deveres e de uma postura ética por parte de eleitores e políticos.

Outro aspecto a ser observado na análise da cultura política a luz do Cordel diz respeito a pulverização de comportamentos que, segundo o código moral presente na sociedade brasileira, podem ser caracterizados como práticas que são chamadas por Foucault de micropoderes onde os eleitores reproduzem em sua prática política o que rechaçam na classe política. Esse empoderamento do eleitor não ocorre apenas quando este vende ou troca por favores o seu voto, o que já se constitui na reprodução de uma prática exercida por político em outras esferas de maior proporcionalidade. A exemplo do político que negocia o seu apoio a projetos governamentais e do seu voto em troca de favorecimento pessoal, o eleitor em sua pequena esfera reproduz este comportamento ao negociar o seu voto. O empoderamento do eleitor se dá com a sofisticação da valorização do seu voto no “mercado” diante daqueles que “precisam” do seu voto para eleger-se, vindo assim a ser objeto de disputa, tal como registra César Barreira ao defender que:

O cidadão-eleitor, com o seu voto cada vez mais elaborado como um bem de troca, ocupa um lugar central nas disputas pela representação política. O voto passa a ser cada vez mais metamorfoseado em poder para o eleitor, em moeda de troca entre desiguais (BARREIRA, 2001,p.4)

O eleitor brasileiro, em todas as camadas sociais e em sua maioria, reproduz em sua prática social comportamentos que contém em si o “germe da ilicitude”, tais como “dar um jeitinho”, “levar vantagem em tudo”, que amiúde é perceptível na burla as leis de forma geral, constituindo-se assim o eleitor e político em “farinha do mesmo saco” onde um empoderado de micropoderes reproduz em certos aspectos o que o outro pratica quando de posse de macropoderes. Essa dualidade e dubiedade do eleitor reproduzindo o comportamento político que ele reprova é captado pela pena dos cordelistas que em seus versos registram essa “contradição”. No folheto *Farinha do mesmo saco* vemos o registro poético desta prática que está imbricada no cotidiano social:

Você eleitor que repete,
Que todo político é ladrão.
Mas vende e troca o voto,
A cada nova eleição.
Você é igualzinho a eles,
Não vale nenhum tostão
(ARAGÃO, 2008,p.1).

O poeta prossegue registrando o que de fato acontece na prática política, através do comportamento dos eleitores e dos políticos, muito embora ele seja contrário a esses comportamentos e deixe isso claro através de seus versos:

Não é besteira é um fato,
Mas preste bem atenção
Tanto o eleitor safado,
Como o político ladrão
Mesmo sabendo que é feio
Quer pôr a mão no alheio
Ser gigolô da nação.

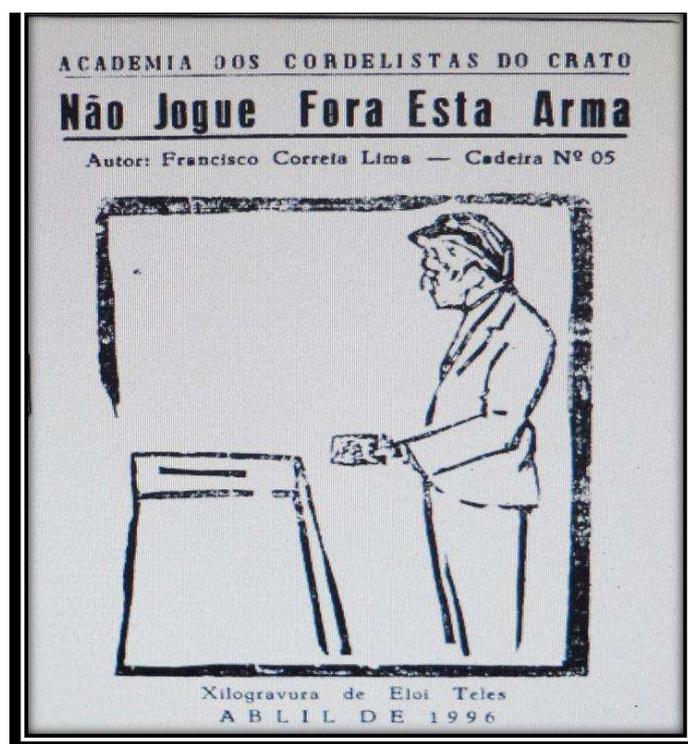
Não sei quem é mais safado
Nessa tal corrupção,
Se o eleitor iludido
Ou o político ladrão,
Que vende e compra voto
Nos tempos de eleição
(ARAGÃO, 2008, p.2).

Os poetas em sua grande maioria, como já foram exemplificados, posicionam-se contrariamente a mercantilização do voto, tentando alertar os eleitores a respeito da sutileza desta prática. Porém o cordel também registra o pensamento vigente que na verdade em muitos casos não se trata da venda de voto, mas de uma negociação burlesca feita pelos eleitores no intuito de tirar vantagens do momento eleitoral. Esse

misto de discursos que se entrecruzam nos versos dos folhetos com relação a esta prática, ora reforçam a prática, ora a combatem expondo assim as possibilidades polissêmicas de multiplicidades de percepções e valores associados a prática política . Percebe-se que muito embora a prática da mercantilização do voto seja combatida e desestimulada, ela continuará a existir nos rincões brasileiros, como vaticinam assim alguns poetas, a citar como exemplo João Gomes Pinto no folheto **política e religião se discute, sim senhor**, que em seus versos imputa ao eleitor a responsabilidade deste “estado de coisas”, não deixando de reforçar o preconceito social em relação aos menos favorecidos:

Mas o eleitor brasileiro
De tudo isto é culpado
Pois votar em ficha suja
Deixa o país relegado
A um incerto futuro
Pelo que veio do passado

São uma mina de votos
As pessoas necessitadas
Que vão continuar assim
Como boiadas tratadas
Para em outras eleições
Permanecerem domadas
(PINTO, s.d.,p. 9 e 5).



Os folhetos em geral que trazem em seu enredo a questão do voto tentam de alguma forma conscientizar os eleitores exortando-os a tratar as eleições com seriedade e utilizar o voto como arma de mudança. Na capa do folheto, acima demonstrada, vemos mais uma xilogravura que apresenta um cidadão diante de uma urna como que apontando o seu voto para a urna como se fosse uma arma, deixando explícita a ideia que o eleitor deve usar o seu voto de forma consciente, como sendo uma “arma” de mudança. Na imagem a urna que aparece ainda tem seu formato antigo onde o voto era executado através de uma cédula de papel e colocado na urna. A urna é representada em 1996 (como consta a data na própria capa) no formato antigo por duas possíveis razões, pelo fato de resistir a votação com uso de tecnologia eletrônica ou pelo fato de ainda não ser utilizada em todo o Brasil pois em 1996 apenas um terço da população brasileira votou em urnas eletrônicas.

O voto é tratado exhaustivamente nos folhetos mostrando o grau de importância que o mesmo adquiriu ao longo dos anos nos poucos anos que tivemos de direito ao voto direto. Em sua maioria os poetas aconselham seus leitores a exercerem o seu dever cívico de voto de forma honesta não vendendo sua consciência e contribuindo para o exercício da democracia votando cada vez mais de forma coerente visando o bem estar público e não os interesses pessoais de cada eleitor.

3.5. “Ladrão que rouba ladrão tem cem anos de perdão”: a representação da corrupção política no Cordel

Muito embora o tema da corrupção seja tão comum no Brasil, e que esta seja quase que diariamente o tópico principal da mídia em geral, não temos ainda no País uma teoria específica sobre o fenômeno da corrupção, conforme verificamos ao procurarmos por uma bibliografia brasileira que nos ajudasse a compreender como a mesma se processa no cenário da política Brasil bem como o seu conceito. Essa lacuna é evidenciada por Fernando Filgueiras (2009):

Não há, no âmbito do pensamento social e político brasileiro, uma teoria de corrupção no Brasil. Pode-se dizer, grosso modo, que esse tema foi deixado de lado nas reflexões acadêmicas e teóricas sobre o Brasil, não havendo, nesse sentido, uma abordagem que dê conta do problema da corrupção no âmbito da política, da economia, da sociedade e da cultura de forma abrangente. Os estudos sobre corrupção no Brasil são recentes, realizados a partir de abordagens comparativas e institucionalistas, sem a pretensão de uma teoria geral, de cunho interpretativo (FILGUEIRAS, 2009, p. 387).

O fenômeno da **corrupção**¹⁹ parece ter se tornado “febre” no Brasil nos últimos anos obrigando a sociedade a conviver diariamente com denúncias e investigações que dão conta de envolvimento de pessoas (principalmente políticos) em práticas ilícitas que tem lesado e lapidado o Patrimônio Público. Etimologicamente a palavra corrupção deriva do latim *rumpere* que significa romper, dividir vindo a formar o vocábulo *corrumpere* que significa deterioração depravação entre outros. A corrupção está presente em todos os Países do mundo, tanto nas esferas estatais como nas privadas, não sendo assim exclusividade do Brasil. Trataremos aqui do subtema da corrupção associando-a as práticas políticas, reconhecendo ser este apenas um aspecto da corrupção, e que a prática da mesma abrange quase que todos os aspectos da vida social do povo brasileiro. Convém observar que embora seja constatada a prática de atos de corrupção por parte do povo brasileiro e incorporada aos seus procedimentos e comportamentos, não se pode generalizar e atribuir a todos os brasileiros essa prática, pois muitos brasileiros têm pautado suas vidas dentro de princípios éticos e morais que lhes tem permitido não se “contaminar” com práticas ilícitas. No que se refere à

¹⁹ Segundo Samuel Huntington: a corrupção é o comportamento de autoridades públicas que se desviam das normas aceitas a fim de servir a interesses particulares (HUNTINGTON, 1975, p. 72).

corrupção enxergada pelo prisma da política podemos dizer que a corrupção se faz presente através de, entre outros aspectos, da malversação dos recursos públicos, improbidade administrativa, compra de votos, rede de clientelas, desvio de verbas, tráfico de influências etc. Embora seja prática comum por grande parte dos brasileiros, a corrupção em termos discursivos é repudiada e veemente reprovada, inclusive pelos que costumemente fazem uso de práticas que se caracterizam como atos de corrupção.

Entendemos que a corrupção é uma prática social construída ao longo da história do Brasil e a mesma parece estar incorporada a cultura política do seu povo e que a mesma não ocorre apenas em nível institucional, pelo aparato burocrático do governo. Ou seja, a prática da corrupção parece estar para além da explicação que a mesma seja apenas reflexo do caráter brasileiro, havendo portanto outros fatores que explicariam a sua presença e a tolerância da mesma por parte de grande parte da população brasileira. Sobre este prisma Filgueiras oferece outra explicação, ao afirmar:

[...] defendo uma hipótese de que a prática de corrupção não está relacionada a aspectos do caráter do brasileiro, mas a constituição de normas informais que institucionalizam certas práticas tidas como moralmente degradantes, mas cotidianamente toleradas. A antinomia entre normas morais e prática social da corrupção no Brasil revela uma outra antinomia: a corrupção brasileira é explicada pelo fosso que separa os aspectos morais e valorativos da vida e da cultura política. Isso acarreta uma tolerância a corrupção que está na base da vida democrática pós-1985 (FILGUEIRAS, 2009, p, 387).

Se rastrearmos a história da corrupção política no Brasil veremos que desde a colonização até os dias atuais ela se faz presente através de atos e práticas, porém o sentido da palavra corrupção mudou ao longo do tempo, tal como José Murilo Carvalho observa ao nos lembrar que:

[...] o sentido do termo mudou ao longo do tempo. Ao falar de corrupção no final do Império, nenhum republicano queria dizer que D. Pedro II era corrupto. Pelo contrário, se reconhecia uma virtude, era a da correção pessoal. Do mesmo modo, em 1930, quando os revoltosos qualificavam de carcomidos os políticos da “Velha” República, não queriam dizer que eram ladrões. Nos dois casos, a acusação era dirigida ao sistema, não as pessoas (FIGUEIREDO, 2013, p.235 apud,CARVALHO).

Como vimos na citação acima se dizia que os sistemas, seja monárquico ou republicano é que eram corruptos e acusados pelos seus adversários políticos de não

promoverem o bem público e de serem oligárquicos e despóticos, porém o fato de não se atribuir a um indivíduo a prática de atos de corrupção não implica dizer que não houvesse o exercício da corrupção por parte de indivíduos. Durante os primeiros anos da República o escritor Lima Barreto (1881-1922) escreveu uma obra fictícia de título **Bruzundangas**, onde ele trata das relações sociais em um País (que bem pode ser o Brasil) dando destaque de forma satírica a práticas corruptas por parte de indivíduos. Em **Bruzundangas** encontramos práticas políticas consideradas corruptas tais como o pagamento de propinas, nepotismo e tráfico de influências. A obra fictícia de Lima Barreto e seus relatos sobre atos de corrupção parecem mostrar que a incipiente República Brasileira já “nascia” carcomida pelo fantasma da corrupção. Lima Barreto além de deixar vestígios em sua obra de práticas políticas correntes na República, nos remete ao universo da cultura política brasileira nos anos iniciais da República. Não obstante haver corrupção política, foi somente a partir de 1945, que o sentido da palavra corrupção mudou passando a ser aplicada agora a indivíduos como agentes da corrupção. Historicamente a mudança se dá quando os adversários políticos de Getúlio Vargas que formavam a União Democrática Nacional (UDN) começaram a direcionar seus ataques à corrupção individual e contra a falta de moralidade das pessoas. Carvalho novamente observa que:

Corruptos passam a ser os indivíduos- os políticos getulistas, o próprio Vargas. Foram também indivíduos que serviram de justificativa para o golpe de 1964 e mais tarde inspiraram o grito de guerra de Collor, personificados na figura dos marajás, a serem caçados (CARVALHO, 2012, p.236)

Arelada à prática da corrupção está o fato de associar e atribuir o exercício da corrupção a classe política, onde culturalmente se convencionou pensar que falar de corrupção é falar de política e de atos e práticas dos políticos. O político que comete ilicitudes não é um “extraterrestre” ou alguém que “caiu de paraquedas” em nossa sociedade, na verdade ele é fruto dessa sociedade, pois a sua formação ocorre quase que no mesmo meio onde foram formados todos os demais habitantes do País. A corrupção é engendrada entre práticas, valores e representações no seio da sociedade brasileira tendo como atores os seus habitantes, independente de classe social e grau de instrução, sendo um fenômeno nacional e não restrito somente ao grupo de políticos que pleiteiam um cargo ou já são mandatários destes, tal qual observa Almeida ao afirmar que:

[...] corrupção não é um fenômeno circunscrito a uma elite política perversa e sem ética, mas revela valores fortemente arraigados na

população brasileira. A elite política todos sabemos, emerge da população, pelo voto, mas também tem de prestar contas a ela (ALMEIDA, 2007,p.109).

A corrupção se constitui em uma prática cultural que recebe outros epítetos tais como: jeitinho, esperteza, malandragem que por sua vez se traduz em máximas como: “o jeitinho brasileiro”, “tirar vantagem em tudo ” e “você sabe com quem está falando”. Essas práticas foram construídas pelos atores sociais ao longo do tempo, estando presente em todas as classes sociais e historicamente remonta o seu possível início aos primórdios da colonização do Brasil que por sua vez, “herdou” traços da cultura ibérica com sua “flexibilidade” patrimonialista. A respeito do “jeitinho brasileiro” podemos dizer que ele não é um traço característico de apenas um segmento social, na verdade está espraiada em todas as classes e em todos os níveis da sociedade apenas oscilando em sua proporcionalidade. Mas o que seria esse “jeitinho brasileiro” que também está associado em suas práticas aos atores sociais que retroalimentam a cultura política brasileira? Roberto DaMatta também o identifica como sendo:

[...] um modo simpático, muitas vezes desesperado e quase sempre humano, de relacionar o impessoal com o pessoal, propondo juntar um objetivo pessoal (atraso, falta de dinheiro, ignorância das leis, má vontade do agente da norma ou do usuário, injustiça da própria lei, rigidez das normas etc.) com um obstáculo impessoal. O “jeito” é um modo pacífico e socialmente legítimo de resolver tais problemas, provocando uma junção casuística da lei com a pessoa (DAMATTA, 2004, p.48).

O “você sabe com quem está falando” é outra faceta ou subterfúgio usado pelo brasileiro para superar obstáculos que porventura causem impedimentos em seus caminhos. Essa máxima está associada aos fortes valores hierárquicos presentes em nossa sociedade. Nas entrelinhas da expressão está contida uma forma de burlar a lei ou tirar algum proveito próprio da situação em questão. Em ambas as situações se percebe a tentativa do uso de práticas corruptas socialmente “aceitas” em nossa sociedade. Na visão de Roberto DaMatta :

[...]“ Jeitinho” e “você sabe com quem está falando?” são, pois dois modos de enfrentar uma mesma situação. O primeiro vai pelo caminho da harmonia, da paciência e da conciliação; já o segundo apela para o conflito, fazendo com que a relação englobe a lei (DAMATTA, 2004, p.50).

A hierarquização da sociedade tem contribuído para a proliferação de práticas

corruptas no mundo da política, pois no âmbito da hierarquização os políticos são colocados no “topo” da pirâmide deixando assim a conotação que estes “estão acima” que tem poder para demandar e ordenar que situações problemas sejam solucionadas, por isso devem ser obedecidos e reverenciados por aqueles que estão na base da pirâmide e portanto devem se submeter pois “manda quem pode e obedece quem tem juízo” tal como observa Alberto Carlos Almeida: “os que compartilham de uma visão hierárquica de mundo consideram que há posições predefinidas e, portanto, deve-se esperar que cada um desempenhe o papel determinado por sua condição social” (ALMEIDA, 2007,p.75).

O primeiro mito a ser analisado é a premissa que atribui corrupção somente ao político tenha este mandato eletivo ou esteja postulando uma cadeira nos espaços do poder político. O sociólogo Alberto Carlos Almeida examinando os dados coletados pela Pesquisa Social Brasileira defende que a “cultura da corrupção” está enraizada entre nós e observa que: “[...] a corrupção não é simplesmente a obra perversa de nossos políticos e governantes. Sob a simpática expressão “jeitinho brasileiro”, ela é socialmente aceita, conta com o apoio da população que a encara como tolerável” (ALMEIDA,2007, p. 45).

Ao estudarmos a sociedade brasileira tentando rastrear as práticas de corrupção política somos transportados a alguns modelos interpretativos que nos oferecem pistas, que por sua vez nos possibilitam elencar algumas características tais como ser a sociedade brasileira marcada por ser patrimonialista, familista, fatalista e sem espírito público.

Na literatura de Cordel a palavra corrupção teve sua construção associada a vários significados. Inicialmente verifica-se que o poeta popular usa a palavra corrupção para referir-se ao que o mesmo interpreta como sendo a subversão dos “bons costumes” e da moral os novos valores da sociedade tais como a emancipação da mulher, a diversidade e liberdade sexual, a moda entre outros costumes tradicionalmente defendidos pela sociedade brasileira. Mark Curran nos informa que: “é ideia geralmente aceita pelos estudiosos de cordel que os poetas são conservadores” (CURRAN, 2014 p. 134). Os poetas populares de forma geral são “tradicionalmente religiosos e defensores da moral e dos bons costumes”, sendo por isso críticos contumazes dos novos costumes e dos paradigmas da modernidade. São inúmeros os folhetos onde a percepção da palavra corrupção tem o significado de perversão e adulteração dos “bons costumes” tais como os folhetos: *A corrupção é assim* de José Camilo da Silva, **A corrupção de**

hoje em dia de José Soares, **O Satanás reclamando a corrupção de hoje em dia** de José Costa Leite. Podemos usar como exemplo do uso da palavra corrupção dentro desta perspectiva, os versos do folheto **A história da minissaia** do poeta Azulão onde este protesta:

Vemos nossa mocidade
 Transviada e corrompida
 A corrupção é moda
 A moral vive esquecida
 Por motivo desse abuso
 Breve se acaba o uso
 De mulher andar vestida

Tem muita gente que diz
 Isso é civilização
 Eu vejo imoralidade
 Caminho de perdição
 Na mocidade que sonha
 Com vício e pouca vergonha
 Escândalo e corrupção
 (SANTOS s. d. p. 5-6).

Procuraremos rastrear os versos do cordel sobre a corrupção, desde quando os poetas passaram a abordar o tema associando-o a prática de corrupção política. Porém devemos observar que a corrupção política, na perspectiva popular, vem a ser nos dias atuais um dos maiores males que atingem a nação brasileira sobrepondo-se a grandes catástrofes e fenômenos naturais tais como a seca e as enchentes (muito embora que a seca e as enchentes talvez não tivessem o poder devastador que tem até o presente momento se medidas políticas fossem tomadas para solucionar em grande parte estes problemas) e outros males como o envolvimento em guerras. O poeta popular ao graduar os males do Brasil dentro do universo popular compara e qualifica a corrupção como sendo o mais deletério problema nacional, a exemplo dos versos do folheto de Manoel Santamaria (1991) no folheto **O projetão, a reconstrução nacional e o trambique da previdência**, onde ele protesta (no tempo em que a cólera ainda não havia chegado ao Brasil):

O Brasil não tem a cólera,
 Vulcão, guerra ou furacão;
 Terremoto é coisa rara,
 Porém, em compensação,
 Tem o maior dos flagelos
 Chamado corrupção!
 (SANTAMARIA, 1991,p. 1).

Muito embora a Literatura de Cordel registre em seus versos e noticie os acontecimentos da política e suas nuances, tais como voto, eleições, candidatos, governos, fraudes eleitorais, escândalos e corrupção entre outros aspectos relacionados a temática, desde o seu surgimento no final do século XIX, a mesma segue naturalmente a tendência histórica destacada acima por José Murilo de Carvalho(2012) de interpretar e atribuir a corrupção política ao sistema(monárquico e republicano) e não á indivíduos, ou seja “não há” referências no cordel até 1945 de registros de corrupção política atribuída a indivíduos e sim ao sistema. O poeta Leandro Gomes de Barros que foi, como já foi informado, o pioneiro no Cordel e também o primeiro a versar sobre a temática política denuncia as mazelas da sociedade e a corrupção política de sua época sem, contudo especificar e personalizar os feitos da corrupção. Leandro em sua produção cultural versando sobre a política não utilizou a palavra corrupção, pois a época em que viveu (1865-1918) não era corrente o uso da palavra associado a questões políticas. Leandro Gomes de Barros de forma satírica e irônica tratou em seus versos e denunciou a falta de justiça, o descaso com as necessidades da população, a abusividade dos impostos, a compra de votos nos períodos eleitorais de sua época, usando palavras homônimas que tinham o mesmo sentido. A pena do poeta denunciou em sua época a existência de práticas corruptas como atesta Maya ao formular que:

Leandro denuncia o *modus operandi* da política e suas consequências(e desdobramentos) do mau uso da coisa pública pela ação dos inúmeros atores que estavam em cena: representantes dos diversos partidos, coronéis, chefes do cangaço e membros das oligarquias locais e seus prepostos (MAYA, 2012, p.29).

Leandro também faz referências em seus versos a Presidentes da recém formada República e seus governos tais como: Deodoro, Floriano, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca e Venceslau Brás, muitas vezes criticando-os pela exagerada tributação e as injustiças sociais, criticando o sistema sem, contudo atribuir a “culpa” pelos desmandos a indivíduos, mas sim ao sistema de governo da época. Porém é fato que Leandro fez referência a atos de corrupção tais como malversação do dinheiro público e desvio de verbas. No folheto **A seca do Ceará**, o poeta descreve os efeitos da seca de 1915, fazendo críticas ao governo e tentando explicar por que as ajudas prometidas não chegam ao seu destino:

Alguém no Rio de Janeiro
Deu dinheiro e remeteu

Porém não sei o que houve
 Que cá não apareceu
 O dinheiro é tão sabido
 Que quis ficar escondido
 Nos cofres dos potentados
 Ignora-se esse meio
 Eu penso que ele achou feio
 Os bolsos dos flagelados
 (BARROS, 1915,p. 43).

Os poetas populares sucessores do Leandro prosseguem usando os seus versos para fazer denúncias contra práticas corruptas, porém o uso da palavra corrupção com o sentido associado a ilicitudes, fraudes e desvios de recursos públicos políticas somente se tornaria usual a partir de 1945. A ditadura Vargas (1930-1945) criou em 1939, um órgão para censurar e vetar toda e qualquer forma de propaganda anti-governo. O DIP passou a regulamentar o material publicado nos rádios, jornais, cinemas e revistas e até folhetos de cordéis desta época entraram no rol da censura. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado para promover o culto a personalidade do presidente e combater através da censura toda crítica ao governo no intuito de “blindar” o presidente Vargas e promover a sua imagem. O historiador Mark Curran destacou o DIP como sendo: [...] “a primeira máquina sofisticada de propaganda na história do Brasil”(CURRAN, 2003, p.119). Durante o governo da ditadura Vargas não encontramos referências diretas a prática de corrupção em folhetos, porém é preciso lembrar que havia censura também aos folhetos tal qual é observado Orígenes Lessa referindo-se a ao poeta João Martins de Athayde:

[...] sabendo-se que os trovadores eram muito particularmente visados pela censura. Basta dizer que em entrevista concedida a Joel Silveira (“Música do Sertão na Rua dos Pescadores” em “O Jornal” do Rio de Janeiro), o poeta se queixa de ter cinco manuscritos retidos na mesa do censor policial. Isso, em oito (8) de outubro de 1944 (LESSA, 1973, p. 64).

A censura e a intensa propaganda institucional posta em execução pelo DIP impediram assim que possíveis atos de corrupção do governo Vargas fossem percebidos e divulgadas pelos meios de comunicação nos quais está incluso a literatura de cordel. Em nossa incursão pelos folhetos da época não encontramos por parte dos poetas populares referências diretas a atos de corrupção durante a ditadura Vargas (1930-1945). O “mascaramento” do autoritarismo foi matizado pelas “concessões” trabalhistas que

contribuíram na promoção do governo Vargas.

Praticamente todas as ações políticas de Vargas são retratadas nos folhetos que nos anos de seus mandatos tiveram tiragens nunca vistas. Os poetas populares relembavam as "concessões" que Vargas havia feito aos trabalhadores e sua imagem se construía como aquele que sentiu e respondeu aos apelos da população brasileira. Em seus versos, Manoel D'Almeida Filho cria um diálogo entre Tancredo Neves e Getúlio Vargas, no qual Vargas apresenta suas realizações:

Você sabe que deixei
O país passando bem
Criei as leis trabalhistas
E os institutos também
Para que o povo não fosse
Mais escravo de ninguém
(ALMEIDA FILHO, 1987, p.5).

O folheto registrou toda a trajetória de Vargas, permitindo ao povo conhecer a sua biografia e acompanhar todos os seus atos de governo até a sua fatídica morte. É possível elencar folhetos que falem acerca da “revolução de 1930”, da revolta Constitucionalista de 1932, da Intentona Comunista de 1935”, do Plano Cohen, do Estado Novo, das leis trabalhistas, sua saída do poder em 1945, a campanha “queremista”, sua volta ao poder “nos braços do povo” em 1951, suas últimas medidas populistas e seu suicídio em 1954. O fenômeno editorial de Cordel acerca de Vargas, além da propaganda oficial do DIP, talvez se explique pelo fato de que: “ Na crônica cordeliana, ele simbolizou pela primeira vez a vitória dos pobres, historicamente dominados pela classe alta, que continuará a submeter a classe pobre rural” (CURRAN, 2003,p. 112). O povo acostumado a sofrer na mão das classes oligárquicas dominante, não conseguia perceber a ditadura e o autoritarismo nos atos de Vargas, relevando o fato do golpe de 1937, que é explicado pelo poeta José Bernardo da Silva, em **A Entrada Triunfal de Getúlio Vargas em Recife** que diz:

Getúlio não é fascista
Nem também usurpador
E se deu aquele golpe
Que lhe fez um ditador
Foi para salvar a Pátria
Da miséria do terror
(SILVA, 1950, p.4).

No período em que Vargas esteve no poder, e principalmente com a criação do

DIP e da censura, não encontramos folhetos que apresentem atos de corrupção atribuídos a Vargas. No universo do cordel o tema da corrupção política se tornará usual a partir da eleição de Jânio Quadros para a Presidência da República em 1961, porém a corrupção que seria destacada em seu governo seria o combate ao nepotismo e práticas clientelistas. Na história da República Jânio foi o primeiro candidato de oposição a se eleger para Presidente. Jânio costumava falar ao público durante as eleições comendo pão com mortadela ao lado de uma vassoura na qual dizia que iria varrer a sujeira política (corrupção) e administrativa do Brasil. Os poetas como cronistas de seu tempo registraram a percepção dos brasileiros com relação a política e a corrupção embalados pelo discurso de Jânio Quadros e sua vassoura. Os poetas estavam antenados nos acontecimentos políticos e a sua repercussão no meio popular informando e ressignificando o que a população comentava. Mark Curran registra a percepção dos acontecimentos do governo de Jânio e seu suposto combate a corrupção na perspectiva do povo brasileiro ao afirmar que:

Foi o estilo de Jânio com as “vassouradas”, a campanha para limpar a corrupção do país, a parte de seu plano político mais comentada pelo povo. Os bilhetes exigindo mudanças morais (no jogo, na roupa de praia) eram desnecessários; o pior para o futuro do Presidente foram as investigações sobre corrupção de políticos no Congresso, alarme que despertou mau humor em Brasília (CURRAN, 2003, p 156).

Na percepção dos poetas populares a luta contra a corrupção de Jânio começaria a partir de sua campanha eleitoral rumo a Presidência, demonstrando o que fizera quando governador de São Paulo moralizando o serviço público “varrendo” aqueles que não justificavam o salário que ganhavam. O poeta Carolino Leobas no folheto **Atenção Brasil Jânio Quadros vem ai** destaca em seus versos a atuação de Jânio com relação à moralização do serviço público:

O grande governador
 Passou administrar
 De maneira diferente
 Que fazia admirar
 Quem era honesto ficou
 Vagabundo ele enxotou
 Para que fosse trabalhar
 11 mil funcionários
 Para rua ele jogou
 Foi varrendo os parasitas
 Os bons ele conservou
 Quem não sabia porque
 Logo vieram saber
 Porque ele assim praticou

Ele ai meteu a lenha
 Grande fiscalização
 Foi um aperto danado
 Pra vagabundo e ladrão
 Eles andavam assombrados
 Quando viram Jânio Quadros
 Com a vassoura na mão
 (LEOBAS,196-,p. 12 e 13).

A esperança do povo brasileiro na perspectiva da literatura de cordel era que Jânio moralizasse a política trazendo de volta os áureos tempos do populismo getulista. O poeta Rodolfo Coelho Cavalcante registra em seus versos o anseio popular em relação ao presidente no folheto **O que Jânio Quadros está fazendo no Brasil:**

Em 31 de outubro
 Tornou-se o Brasil em Glória
 Com a posse de Jânio Quadros
 Por sua grande vitória
 Pois nunca o nosso País
 Vivia tão infeliz
 Nas páginas de sua história

Até hoje só um homem
 Nesse país governou
 Que gozasse simpatia
 Como Presidente honrou
 O povo em horas amargas
 Esse foi Getúlio Vargas
 Que horrivelmente tombou
 (CAVALCANTE, 1961,p.1).

A vassoura para varrer a corrupção se tornou símbolo do governo de Jânio e todos os poetas que tematizaram seu governo enfatizaram a sua vassoura e o combate a corrupção que a época era representado por funcionários públicos (nos quais o político estava incluso como funcionário público, porém só após a ditadura militar é que a corrupção seria personalizada pela figura do político no imaginário popular) que não cumpriam com as suas obrigações e praticavam ilicitudes em seus cargos. Curran novamente ressalta a atuação destes poetas populares em descrever o tema da corrupção durante o governo de Jânio, observando que: “os poetas detalham a campanha de limpeza e nomeiam os corruptos: congressistas estaduais e federais, membros do gabinete do Presidente e até Governadores de Estado” (CURRAN, 2004, p.160). Rodolfo continua registrando em seus versos a vassoura de Jânio na tentativa de varrer a corrupção:

Jânio não ficou ai
 Com a vassoura na mão
 Mandou fazer um inquérito
 Em toda repartição
 Os ladrões se estremeceram
 E muitos deles correram
 Sem acharem proteção

Governador Lupion
 Que o Paraná governou
 Quando a vassoura bateu
 Para o estrangeiro “arribou”
 Pelos roubos praticados
 Nem os seus advogados
 De seus processos livrou
 (CAVALCANTE, 1961, p. 3)

O governo de Jânio Quadros prometia moralizar a sociedade brasileira combatendo alguns costumes que ele considerava perniciosos, a corrupção administrativa e política, chegando a proibir as mulheres de usar biquínis nas praias e maiôs em concursos de beleza, uso de lança-perfumes, as rinhas de briga de galos, os jogos de azar. A pena dos poetas registrou a tentativa de Jânio de combater o contrabando no Brasil. O folheto **Jânio e Lacerda contra o contrabando** de autoria de Sebastião Nunes Batista registra em seus versos:

Mas o povo quer que varra
 É o grande explorador,
 Não quer que varra o pequeno
 O que dá o seu labor,
 O pobre funcionário
 Hoje sujeito a um horário
 Que lhe tem causado horror.

Varre, varre, vassourinha
 Varra os “punhas” Presidente,
 Vamos limpar o Brasil
 Dessa canalha indecente,
 -Acabe mesmo a “mamata”
 Desses “ratos de gravata”
 Que suga o sangue da gente.

(BATISTA, s.d., p.13).

A vassoura de Jânio para varrer a corrupção o seguiria até mesmo depois de deixar a presidência de forma “misteriosa” e repentina renunciando ao cargo em 25 de agosto de 1961. Na tentativa de explicar o ocorrido os poetas populares interpretariam a sua renúncia entre outros motivos como sendo a resistência que sofrera em função de sua vassoura moralista na luta contra a corrupção. O poeta Rodolfo Cavalcante em seu folheto **A renúncia do ex-presidente Jânio Quadros** assim registrou o fato:

E o motivo principal
 Da sua renúncia certa,
 Foi a luta gigantesca
 Com a sua mente alerta
 Contra o roubo e o contrabando
 E finalmente o desmando
 Que estava de porta aberta!...

Jânio Quadros não podia
 Governar nossa nação
 Com aquela sua atitude
 Tendo a vassoura na mão
 Quem no Brasil não sabia
 Que Jânio teria
 De ferir seu coração?...
 (CAVALCANTE, 1961, p. 1e3).

Após o governo de Jânio Quadros e sua misteriosa renúncia o tema da corrupção política foi temporariamente “esquecido” dando lugar a preocupação com o “perigo” do comunismo que rondava o mundo e o Brasil. O comunismo passou a ser pauta também no cordel havendo poetas que defendiam a ideologia comunista, no entanto o maior registro é o de poetas que eram avessos ao temível comunismo. O poeta Rodolfo Cavalcante foi um dos mais ferrenhos combatentes ao comunismo tendo escrito vários folhetos sobre o tema. No folheto **O dragão do fim da era** o poeta conclama o povo a luta:

Não cruzaremos os braços
 Contra este Monstro vil
 Que oprime a liberdade
 Com suas mentiras mil,
 Lutaremos com civismo
 Combatendo o comunismo
 Em defesa do Brasil
 (CAVALCANTE, 1975,p.4).

Com o golpe militar de 1964 e conseqüentemente com a censura as vozes discordantes do sistema aparentemente foram “silenciadas”. Grande parte da produção cordeliana da época tematizavam a política trazendo apoio a ditadura enxergando os militares como homens incorruptíveis acostumados a ordem, disciplina e decência, logo estando os generais no poder era de se esperar que não houvesse espaço para práticas de corrupção política. Os vários atos institucionais que culminaram com a cassação dos mandatos de vários políticos , extinção de partidos e prisão dos que descumpriam as leis davam a “ligeira impressão” que não havia espaço para a prática de corrupção no regime de exceção protagonizados pelos lacônicos e tácitos militares. O poeta Abraão Batista (1975) ao relatar sobre atos de corrupção política durante a ditadura militar (que ele chama de revolução) demonstra espanto e estranheza que um político conseguisse a época cometer “tamanho disparate”. O folheto do citado cordelista de título **O industrial fracassado ou o senador caloteiro de Pernambuco** assim se reporta ao caso do senador pernambucano Wilson Campos da Arena que foi acusado de receber propina para facilitar um empréstimo bancário para um industrial:

Eu peço ao bom Jesus
 A força de sua mão
 Para escrever este fato
 Com luz clara e razão

Porque caso igual a esse
Debocha da Revolução

Eu não sei como existe
Em plena Revolução
Como disse o industrial:
“Suborno e corrupção”
Isso é um desrespeito
Aos “dez anos de ação”
(BATISTA, 1975, p.1 e 14).

Em tempo de ditadura o poeta volta a baila no mesmo ano, com a continuação do episódio de corrupção em um segundo folheto de título **O industrial fracassado ou o senador caloteiro de Pernambuco 2º volume a cassação** onde demonstra a celeridade dos militares em apurar e punir casos de transgressão (corrupção) que culminou com a cassação do mandato do Senador. O episódio de corrupção política em plena ditadura militar parece não ter sido uma exceção ao que ocorria no Brasil, muito embora a censura muitas vezes impedisse que os acontecimentos chegassem ao conhecimento da população e também porque os militares aparentemente eram intolerantes para com quem praticasse tais atos. A cassação do Senador que foi assinada pelo presidente Geisel seria na interpretação do poeta um aviso aos possíveis “corruptos de plantão” do Brasil, que o poder instalado através dos militares não admitia casos de corrupção em seu governo:

No dia 1º de julho
No palácio do Planalto
O presidente Ernesto Geisel
Falou forte e muito alto
Cassando o senador
Que ficou de sobressalto

Mas o que aconteceu
Deve servir de lição
Para a corja de corruptos
Que povoa esta nação
E botem as barbas de molho
Que inda tem Revolução...

(BATISTA, 1975,p.14 e 15).

Os poetas populares deram ampla cobertura aos fatos políticos que se seguiram após o fim da ditadura no Brasil, causando um verdadeiro ressurgimento da Literatura de Cordel, principalmente retratando os episódios das diretas-já e as expectativas surgidas em torno de Tancredo Neves, porém a representação da corrupção administrativa e política teria destaque em outro tempo e cenário (fim da década de 1980). É bem verdade que houvera corrupção política no período pós-ditadura, mas o “despertar” e a intolerância do povo brasileiro com relação à corrupção começa a ganhar corpo no fim do governo Sarney e na campanha presidencial de 1989. Mark

Curran observa que os acontecimentos da década de 1980, principalmente a partir do fracasso do plano econômico de Sarney: [...] “foram registrados pelos poetas de cordel num discurso revelador de uma visão menos paciente, mais raivosa e politizada, como a de seu público” (CURRAN, 2003, p.223).

Havia uma expectativa muito grande por parte da população com o governo do Presidente José Sarney (1985-1990) que colocaria em prática tudo que Tancredo “o grande mártir da democracia” havia idealizado. Nos primeiros meses que se seguiram com o plano econômico do Cruzado e a instalação da Assembleia Constituinte cresceu a da esperança popular numa mudança profunda do Brasil. Acreditava-se a época que o simples fato de acabar com a ditadura militar no Brasil e o retorno da democracia com eleições diretas para Presidente resolver-se-ia os crônicos problemas do País. Logo vieram os problemas e fracassos dos planos econômicos pondo fim a estabilidade do governo e levando a população a ficar apreensiva e insegura quanto ao seu futuro. Nesse clima de tensão os fantasmas do passado passaram a assombrar de novo o cenário do Brasil onde a frustração e a corrupção voltou a incomodar a partir do terceiro ano do governo do Presidente José Sarney, tal qual atestou Murilo Carvalho ao acrescentar que:

[...] o desencanto começou a crescer, pois ficara claro que a democratização não resolveria automaticamente os problemas do dia-a-dia que mais afligiam o grosso da população. As velhas práticas políticas, incluindo a corrupção, estavam todos de volta. Os políticos, os partidos, o Legislativo voltaram transmitir a imagem de incapazes, quando não de corruptos e voltados unicamente para seus próprios interesses (CARVALHO, 2002, p. 203).

A Literatura de Cordel na pessoa de seus poetas populares parece ter seguido a trajetória e “evolução” da representação da corrupção política no Brasil de acordo com a significação que foi sendo engendrada ao longo do tempo pelo meios de comunicação e pelos estudiosos no assunto. A corrupção em seus múltiplos significados passou da representação da corrupção como sendo sistêmica para ser enxergada como sendo prática individual e onde se percebia corrupção como sendo prática de funcionários públicos que viviam de “mordomias” e que não exerciam a sua profissão de forma compromissada para ser depois incorporada, personalizada e encarnada na representação do político, que também era um funcionário público, mas que fora ao cúmulo de além de não cumprir fielmente a função para qual fora designado, vivia a locupletar-se de dinheiro e outras vantagens fruto de malversação do dinheiro público,

propinas, desvio de verbas públicas favorecer-se da função para extrair vantagens pessoais, prática de nepotismo entre outras ilicitudes. É sobretudo a partir da campanha presidencial das eleições de 1989 (primeira após a ditadura) que a prática da corrupção por parte de funcionários públicos (nas quais o político está incluso), passa a fazer parte da pauta de debates dos candidatos a Presidência de forma mais contundente e efetiva.

A “vassoura” de Jânio Quadros estava simbolicamente de volta aos rituais políticos, principalmente na figura de um candidato que parecia em certos aspectos incorporar a sua imagem e ao cenário de representação política, o populismo de Vargas e a “determinação” de Jânio em “varrer a corrupção”. O candidato em pauta era o Fernando Collor de Mello. Aqui destacaremos algumas de suas semelhanças com o Jânio Quadros haja vista que o foco em discussão é o combate a corrupção. No jogo político do final da década de 1980 a semelhança entre Collor e Jânio Quadros não parece ter sido mera coincidência, tal como observa Kátia Mendonça ao defender que:

Collor, de Jânio Quadros adotará o discurso de justiceiro, o gestual vingativo: braço erguido, punho cerrado, olhos esgazeados, cabelos revoltos. O profetismo populista em busca de vingança irá retomar principalmente a imagem janista da “revolução do tostão contra o milhão”, e será travestido na luta dos “descamisados” e “pés descalços” contra a “elite corrupta” e os “marajás” em um primeiro instante e, nos momentos finais, no embate entre o personagem que ele designa, a maneira de Jânio, como “forças terríveis” (MEDONÇA, 2002, p.98).

Collor em pouco tempo de campanha torna-se um fenômeno explorando o *marketing* político de governar para os “descamisados” e “pés descalços” e principalmente perseguir e exterminar os “marajás” que viviam a “mamar nas tetas do governo”. Os poetas populares embalados pelo crescente *marketing* político de Collor iriam refletir em seus versos o crescimento de Collor diante dos eleitores brasileiros que enxergavam o novo, o herói, o salvador da pátria que iria reconduzir o País aos trilhos do desenvolvimento e da justiça social. O combate a corrupção na figura dos marajás será assim objeto enfático em muitos folhetos reproduzindo a generalizada crença da salvação pela política encarnada na figura do “caçador de marajás”. Vários folhetos foram publicados durante a campanha eleitoral onde o combate à corrupção (principalmente sobre Collor) era destacado. Collor com suas estratégias, apoio de grupos econômicos e um forte *marketing*, foi aos poucos ganhando a simpatia dos eleitores brasileiros que passaram a acreditar em suas promessas de fazer um “Brasil Novo”, porém havia muitos eleitores que cansados de verem suas esperanças frustradas

(com Tancredo que morreu e Sarney com o fracasso do seu plano de governo) viam com certa desconfiança a imagem populista e moralista de Collor. O poeta Manoel Basílio (1989) retratou nos versos do folheto **O Novo Presidente** a expectativa e “receio” que havia por parte dos eleitores com relação ao Collor, quase que vaticinando o que ocorreria depois:

O senhor Fernando Collor	Collor disse em seus discursos
Ganhou fazendo promessa	Que não abre nem pra o trem
Se ele não pôr em prática	Vai prender todos corruptos
Aquilo que interessa	Que em nosso Brasil tem
É meio caminho andado	Garante que seu governo
Para cair mais depressa	Será de homens de bem

(BASÍLIO, 1989, p. 1 e 2).

Nem todos os poetas eram favoráveis a eleição de Collor, tendo, portanto o registro de vários folhetos que advertiam a população da possibilidade da eleição de Collor, tais como: **A farra dos marajás** de Manoel Santa Maria (1989) e **O Colorido do Collor que a Globo nunca mostrou** de Ismael Gaião da Costa (1989). No entanto a visão de grande parte povo brasileiro o País precisava de um Presidente que tivesse coragem de combater os “marajás” e a roubalheira. O poeta Gonçalo Ferreira observa em seus versos o discurso contra a corrupção no folheto **Discussão de Collor de Mello com Brizola** mostrando como ele ganhou a “simpatia” dos eleitores:

Embora Collor de Mello	No Estado de Alagoas
Ame a verdade e a paz	Mostrou talento incontestado
Ficou conhecido como	Ali foi o seu primeiro
Um perseguidor voraz,	E mais decisivo teste
Um caçador implacável	Governando com energia
Do mais que indesejável	Despertou a simpatia
Elenco de marajás (p.1)	Do pessoal do Nordeste

(SILVA, 1989, p.1).

O debate ficcional de Collor com Brizola se deu de forma ocasional onde os dois se encontraram e debateram os seus pontos fortes de suas cartas de programas para governar o Brasil. Novamente o poeta enfatiza em seus versos, o discurso contra a corrupção defendida por Collor:

Fobar, não, digo a verdade
Disse Collor triunfante
Todo cidadão honrado
É igualmente importante
Porém a corrupção

Que envergonha a nação
 Não será mais dominante
 (SILVA, 1989, p. 5).

O folheto **O grande debate de Lula e Collor de Mello no improviso ao som da viola** de autoria de Gonçalves Gonçalo Bezerra (1989), já em clima de segundo turno destaca o discurso de combate a corrupção de Collor, em seus versos quando este hipoteticamente se defende das acusações de Lula:

Seu Lula não é verdade	Vou punir severamente
Essa sua acusação	Grupos especuladores
Eu não dou colher de chá	Comigo vai se dar mal
Marajá ou Tubarão	Todos atravessadores
Para me comprometer	E tem mais, eu vou agir
Eu não aceito um trilhão	Contra os sonegadores

(SILVA, 1989, p.3).

A esperança do povo brasileiro agora se voltava para o Collor que se apresentava como o “novo” o “salvador da pátria”. O povo brasileiro historicamente quase sempre se mostrou esperançoso no surgimento de um governante que resolvesse os problemas e mazelas sociais, mesmo tendo sofrido sucessivas decepções e frustrações com os governos anteriores. O discurso de Collor coadunava com o que o povo “gostaria de ouvir” e a sua imagem meticulosamente trabalhada novamente “encheu os olhos” da população brasileira. O historiador Murilo Carvalho observou o que ocorria no cenário da primeira eleição presidencial pós-ditadura, as expectativas e as estratégias usadas pelo candidato Collor:

Seguindo velha tradição nacional de esperar que a solução dos problemas venha de figuras messiânicas, as expectativas populares se dirigiam para um dos candidatos a eleição presidencial de 1989 que exibia essa característica. Collor, embora vinculado as elites políticas mais tradicionais do país, apresentou-se como um messias salvador desvinculado dos vícios dos velhos políticos. Baseou sua campanha no combate aos políticos tradicionais e a corrupção do governo. Representou o papel de um campeão da moralidade e da renovação da política nacional (CARVALHO, 2002, p.203).

Mas já nos primeiros meses do governo Collor a insatisfação popular começou se fazer notória, com a constatação do “confisco” da poupança. Collor que proclamara em Juazeiro do Norte ter “aquilo roxo” e que iria combater a corrupção aos poucos deixaria cair a sua máscara. O poeta cearense Abraão Batista no folheto **Olha aí aquilo**

roxo, pegando a deixa do “aquilo roxo” fez um apelo satírico em seus versos ao Presidente Collor para que este retomasse o que prometera em campanha ao povo que estava “roxo de sofrer” resolvendo os problemas sociais e combatendo “individualmente” a corrupção.

O erro não é do regime
- É no político ladrão
No corrupto e marajás
Que em Brasília estão
Agora cabe ao senhor
Resolver esta questão

Cadê todo aquele arroz
Que em Goiás nos mostrou?
- Nós queremos ver nas grades
Quem aquilo nos aprontou;
Ande depressa presidente
O povo já o avisou
(BATISTA, 1991, p.2).

Os folhetos produzidos acerca do Collor e sua trajetória “meteórica” a Presidência da República refletiam o retrato do momento no País que depois do fracasso do governo Sarney e de vinte e nove anos voltava as urnas para escolher através do voto, o seu Presidente. Collor que foi estrategicamente trabalhado pela mídia e a elite econômica como o “salvador da pátria” logo mostrou ao que viria, transformando a esperança popular em desespero:

Collor, o candidato da mídia, o “caçador de marajás”, produto da direita travestido em força nova e independente de partidos, trouxe ao país o maior escândalo político de século, enterrando-o em profunda desolação. As massas aceitaram a imagem propagandeada nos meios de comunicação: a de “vingador nacional” da recém divulgada corrupção do governo Sarney; Collor mostrou-se, porém, muito pior do que os corruptos que criticara (CURRAN, 2003, p.236).

Em 1992, Pedro Collor, irmão do Presidente fez sérias denúncias acusando o mesmo de ser cúmplice, de negócios escusos, do ex-tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César farias. As denúncias de corrupção na cúpula governamental levou a Câmara dos Deputados a instituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar os fatos, que comprovados acabaram por desbaratar toda uma rede de corrupção traduzida por desvio de dinheiro, sonegação fiscal e “contas-fantasma” do que ficou conhecido como “esquema PC”. Os congressistas inicialmente não demonstraram muito interesse em apurar as denúncias numa atitude corporativista, porém com a pressão da população e da mídia, instauram a CPI e iniciou-se o processo de *Impeachment*. Ao tomar conhecimento dos acontecimentos a população brasileira ficou indignada e Collor finalmente deixou “cair a sua máscara”. Ao final a CPI incriminou Collor abrindo caminho para o processo de *impeachment*, onde o mesmo foi julgado, condenado e

impedido de governar. O povo brasileiro em sua maioria sentiu-se desamparado e desiludido diante dos escândalos de Corrupção que Collor estava envolvido, de tal forma que muitos eleitores chegaram a conclusão de que não se deve confiar em políticos e propagou-se na cultura política brasileira o pensamento de que “todo político é ladrão e corrupto”. A ampla e “permanente” divulgação dos acontecimentos relacionados a atos de corrupção política, por parte dos meios de comunicação, agora sem censura e com liberdade de expressão garantida pela nova Constituição (1988), contribuiu para a construção do pensamento em parte conformista, de que “todo político é corrupto” e que “não tem jeito” a corrupção é crônica e que pouco pode ser feito para uma eventual mudança desse “estado de coisas”, perdendo assim a confiança na classe política e nas instituições, deixando nas mãos do Estado o controle desta mazela nacional, mesmo que os cidadãos brasileiros venham a se indignar pela prática corrupção, principalmente política, tal como observa Alessandra Aldé ao defender que:

A eventual indignação com os escândalos e as críticas genéricas ou específicas ao governo esbarram na generalização de que “o mundo é assim mesmo”, ou na certeza da ineficácia dos resultados de sua participação numa esfera pública que, embora longe da perfeição, é da alçada de seu verdadeiro titular, o Estado, do qual o cidadão não se sente parte integrante. A eventual crença de que algo pode mudar para melhor não inclui um chamamento para participar dessa mudança (ALDÉ, 2004, p. 171).

Vários poetas populares propagaram em seus versos esse sentimento que também se tornou característica da cultura política no País que se traduz pela desconfiança na classe política e que o real interesse deles é o poder e o dinheiro a qualquer preço, onde grosseiramente parafraseando Maquiavel, não importaria os meios para se chegar ao poder e enriquecer, esse fim justificaria toda prática de corrupção e ilicitudes. Esse descrédito na classe política tem sido um mote constante na literatura de cordel, como podemos exemplificar através do folheto **Brasil Novo na poesia de cordel** que ao analisar as medidas de governo de Collor e seu envolvimento em corrupção chega à conclusão:

Não creio mais em político
Nem que seja meu parente
Prefeito, governador
Senador ou presidente
Deputado nunca mais
E vereador jamais

Merece o voto da gente
(RUELA, 1990,p. 5).

Depois destes episódios e principalmente o fato de que pela primeira vez na história do Brasil um Presidente fosse condenado por prática de corrupção contribuiu para que a temática da corrupção política estivesse em pauta e desde então a população começou a repudiar com mais veemência os políticos envolvidos em escândalos de corrupção. A ampla divulgação dos fatos concernentes a corrupção do governo Collor trouxe grande movimentação popular, onde as pessoas foram as ruas exigir a moralização da política e o *impeachment* do Presidente. Um movimento que a época ganhou destaque foi o das “caras-pintadas” formados principalmente por estudantes que pediam transparência e ética na política e que se tornaram símbolo do repúdio do povo brasileiro a prática da corrupção. O folheto **A renúncia de Collor e a posse de Itamar** de Apolônio Alves dos Santos (1992), registra a atuação dos “caras-pintadas”:

Toda nação percebendo
Seu governo desonesto
Os estudantes na rua
Promoviam manifesto
De preto e caras pintadas
Gritavam como protesto
(SANTOS, 1992, p. 4).

Os poetas populares reproduziram em seus versos as angústias e anseios da população brasileira da época, que vira o seu herói e “salvador da pátria” se transformar em vilão, em símbolo de corrupção. A imagem de vilão é muito comum na tradição cordeliana onde este trás em sua característica a falsidade e dubiedade. Curran comenta a respeito dessa associação (agora) de Collor aos vilões das histórias tradicionais do cordel formulando que:

[...] Collor era um hipócrita cujo o comportamento denunciava indiscutível falsidade. Por coincidência, essa característica sempre foi a mais importante dos vilões do cordel de todas as épocas, inclusive na tradição do romance ficcional (CURRAN, 2003, p 236).

Collor de Mello depois do seu conturbado, ineficiente e corrupto governo recebeu dos poetas populares a sentença fatal e final comum para todos os vilões e *personas non gratas* na memória coletiva: o inferno. Além das ligações malignas de Collor com o Diabo em vida, os poetas populares acabaram por manda-lo para o inferno como é o caso do folheto **Eu vi Collor no inferno** do poeta Jotamaro. Além do humor

político a ideia da chegada de Collor ao inferno denota um imenso grau de rejeição e repúdio pelo seu governo. O que chama a atenção é o fato de que geralmente se faz referência no Cordel a chegada de pessoas ao inferno após as suas mortes, não ainda em vida como ocorre no caso do Presidente Collor. Vários folhetos foram escritos enquanto este governava (**Queixa de Satanaz ao presidente Collor de Mello e Eis a resposta da carta de Fernando Collor ao Diabo**), numa clara alusão ao desastroso governo que na percepção popular estava “com o cão no couro”, conforme os versos da **Queixa de Satanaz ao presidente Collor de Mello**:

A carta dizia assim:
 Aqui fala Satanaz
 Meu amigo presidente
 O senhor veja o que faz
 O Brasil tá piorando
 Cada dia mais e mais

Pois nem aqui no inferno
 Eu não sei mais o que faço
 Este seu governo novo
 Tem sido o maior fracasso
 Até o Cão tem levado
 Chicote no espinhaço

Pois você não tem cumprido
 Com sua palavra franca
 Nem acabou mordomia
 Nem nos gastos deu o tranca
 Pra onde foi o dinheiro
 Dos carros de chapa branca?

O dinheiro da poupança
 Você passou na goela
 Quem tinha uma mixaria
 Não tem mais uma roela
 Só recebeu quem ficou
 Dentro da sua panela

Por que uma autoridade
 Que tem o poder na mão
 E maltrata a humanidade
 Lá no céu não tem perdão
 Vai direto pro inferno
 Prestar conta com o Cão

A parada no inferno
 Comigo aqui é sarau
 Todo ministro corrupto
 Todo presidente mau
 Caindo na minha porta
 Com certeza entra no pau

(EVANGELISTA, 1990, p. 2, 6,8 e 9).

A renúncia de Collor e depois o seu afastamento definitivo, com a sua cassação, desencadeou uma série de escândalos de corrupção e investigações que pareciam não ter fim. O elo de ligação entre Collor e o esquema de corrupção era Paulo César Farias, o PC, que foi tema de vários folhetos que falavam desde o seu envolvimento com a corrupção até sua morte misteriosa. Os poetas populares registraram o envolvimento do PC Farias com atos de corrupção demonstrando assim que a percepção e “tolerância” com relação as práticas de corrupção política era pauta garantida nas discussões do povo brasileiro promovendo assim um grande estímulo aos poetas para escreverem sobre o que no momento era significativo e agradava a população saber. O folheto **Brasil de ontem e de hoje** do poeta Jose João dos Santos registrou a atuação de PC farias no esquema de corrupção a partir das denúncias do irmão do presidente:

O Pedro continuou
Denunciando o irmão
Por grande desvio de verbas
Falcatrua e armação
Desde lá do seu estado
Que ele era assessorado
Por pistoleiro e ladrão

O Paulo César Farias
Era o coordenador
De tudo lá, desde o tempo
Do Collor governador
E toda aquela aventura
O Collor deu cobertura
Como chefe e protetor

(SANTOS, 1993, p.6)

A sociedade brasileira acompanhou o depoimento de PC Farias , a decretação de sua prisão e de sua fuga através da mídia, porém os poetas também registraram os fatos e a interpretação popular dos mesmos. As notícias do esquema de corrupção causaram um grande impacto em todo o País e o governo Collor tentou negar e desmentir as acusações, mas já era tarde demais, os indícios apontavam o envolvimento de PC com o Presidente Collor. O poeta Apolônio dos Santos no folheto **A prisão decretada e a fuga de PC Farias** registrou os acontecimentos do escândalo em seus versos:

PC indo a julgamento
No seu interrogatório
Confessou a sua culpa
Dando todo relatório
Porém temendo a prisão
Fugiu do mesmo auditório

PC Faria levou
Muitos políticos no rolo
E depois das trambicagens

A promessa de consolo
 Era depois convidá-los
 Pra repartir o bolo
 (SANTOS, 1993, p.1).

No julgamento popular PC Farias é execrado e condenado pelo seus crimes de corrupção. Depois de fugir ele foi finalmente preso na Tailândia e condenado a sete anos de prisão, porém ganhou liberdade provisória, e finalmente em 1996, PC Farias foi assassinado em circunstâncias misteriosas. A polícia concluiu a época que o crime teria sido passional, mas para os céticos foi queima de arquivo. O poeta Apolônio Santos no folheto **As mortes misteriosas de PC farias e Suzana Marcolina** registrou em seus versos o desfecho sinistro do caminho tortuoso da corrupção trilhado por PC Farias:

Mas o juiz concedeu-lhe
 Prisão domiciliar
 Pra incondicionalmente
 Poder ir para seu lar
 Assim o PC vivia
 Desfrutando a regalia
 Mas sem poder viajar

Em torno do crime existe
 Muitas versões diferentes
 Dificultando a polícia
 Chegar ao ponto evidente
 Há muitas dificuldades
 Para as autoridades
 Chegar conclusivamente
 (SANTOS, 1994, p.1 e 3).

Morto PC Farias teve na visão popular o destino que está reservado àqueles que trilham pelo caminho do crime , uma morte terrível e por fim a condenação ao inferno católico. Como já vimos é prática comum entre os cordelistas descrever a chegada ao inferno de pessoas que são maléficas aos olhos populares e enviar para o céu aqueles que são eleitos como pessoas boas. É digno de nota que após o fim da ditadura militar e conseqüentemente da censura os poetas passam a mandar políticos, e não apenas cangaceiros para o inferno. No caso em questão, PC farias deixou esta vida para entrar no inferno e até lá praticou atos de corrupção demonstrando assim que na visão popular “ nem a morte deu jeito” ao corrupto PC. O poeta Vicente campos no folheto **O dia em que P. C. Farias infernizou o inferno** descreve de forma satírica a chegada de PC ao inferno, as confusões e falcatruas que ele por lá aprontou a ponto de nem o Diabo aguentar sua corrupção e fazer uma CPI no inferno e como resultado ele foi torturado

pelos “homens do AI5” (militares da ditadura que também por lá estavam) condenado e mandado de volta para Brasília (considerada como sede da corrupção) para ajudar o ministro Zé Dirceu a operar o escândalo do Mensalão. PC Farias é enviado para Brasília com a missão de reencarnar na pessoa de Marcos Valério, que posteriormente seria considerado o operador financeiro do Mensalão, numa clara referência a continuidade da prática da corrupção política no Brasil:

E o Cão disse: “Tá certo!
Levem embora esse sujeito
Mas mandem de volta a terra
Ele aqui, eu não aceito
Só vindo lá de Brasília
Pra ser ladrão desse jeito”

Foi aí que o PC
Com os pés no chão bateu
Disse: “Eu só volto lá
Pra ajudar Zé Dirceu
E eu quero encarnar
Num careca feito eu”

E Paulo César Farias
Depois de falar tão sério
Voltou direito a Brasília
Sem passar num cemitério
E voltou foi encarnado
Num tal de Marcos Valério

(CAMPOS FILHO, s,d, p.8).

Os poetas populares, novamente como cronistas do seu tempo reproduziram em seus versos a representação do pensamento popular com relação a corrupção política. Desde os escândalos protagonizados pelo governo Collor a palavra corrupção esteve quase que exclusivamente associada a figura do político e conseqüentemente a intolerância aos casos de corrupção estão cada vez maior. É nesse cenário de representação política que se tornarão comum, a partir de então, o uso de palavras que passarão a compor o cotidiano da cultura política brasileira no que se refere à representação da corrupção. Essas palavras, frases siglas e expressões são traduzidas por: CPI, “lavagem de dinheiro”, desvios de verbas públicas, nepotismo, peculato, improbidade, propina, *jetons*, *lobby*, “no Brasil tudo acaba em *pizza*”, sanguessugas, ficha limpa e suja, cassação, caixa dois, mensalão, mensalinho, “ladrões de colarinho branco”, entre outras que estão direta ou indiretamente ligadas a prática de corrupção. A

palavra escândalo, por sua vez, que antes era usada quase que exclusivamente com conotação referente a alguma prática que afetava a moral e os “bons costumes” passou a ser utilizada e tornou-se sinônimo de prática de corrupção política a citar como exemplo as notícias veiculadas pela mídia que se referem a escândalos associando a palavra quase que como um prefixo a atos de corrupção política como: escândalos dos anões do orçamento, da máfia dos fiscais, dos sanguessugas, da privataria Tucana, da Petrobrás, da SUDAM, do Mensalão, etc.

Após os escândalos envolvendo Collor, a corrupção novamente se tornaria pública e presente no imaginário popular (1993 e 1994), no governo do sucessor Itamar Franco, através do episódio conhecido como “os anões do orçamento”, onde Deputados se envolveram com a corrupção na Comissão do Orçamento da União. Os Deputados foram indiciados pelo fato de favorecerem empresas e políticos em troca de vantagem financeira, desviando assim dinheiro público que deveria ser utilizado em obras públicas para beneficiar os cidadãos. Esse amplo esquema de corrupção envolveu mais de vinte Deputados, seis Ministros e três Governadores. A CPI “do Orçamento” foi a primeira na história do Brasil onde parlamentares julgaram seus próprios colegas. A maioria dos indiciados renunciou ou foram absolvidos e apenas seis foram condenados e tiveram seus mandatos cassados. Os cassados foram os deputados: João Alves, José Carlos Alves dos Santos, Ricardo Fiúza, José Geraldo Ribeiro, Genebaldo Correia e Manoel Moreira.

Os poetas populares atentos a mais este escândalo de corrupção registraram os fatos concernente ao episódio com o fim de informar e alertar a população acerca dos “larápios” que estavam a assaltar os cofres públicos do País. O poeta Apolônio Alves dos Santos no folheto **O ABC da URV ou o Real, a nova moeda brasileira** comenta em seus versos, sobre o governo Itamar Franco, a nova moeda e chama a atenção para o descaso do governo com as reais necessidades da população e sobre o escândalo dos “anões do orçamento”, o desdobramento da CPI, as desculpas apresentadas pelos parlamentares envolvidos, mostrando a indignação do poeta pelos fatos ocorridos, bem como alertando o seu público para as próximas eleições:

Faliram o nosso país
 Com tanta comilança
 Falta quórum no Congresso
 Acabou-se a liderança
 O Brasil está num fio
 Com o seu cofre vazio

E muitos enchendo a pança

Gerou-se grande conflito
Devido a corrupção
Da CPI no congresso
Foi tremenda a confusão
Dezenas de deputados
Todos estavam implicados
Naquela devassidão

Homem de sorte é João Alves
Com sua iniciativa
Ouviu-se dentro da câmara
Aquela voz expansiva
De João Alves que falou
Que muitas vezes ganhou
Na loteria esportiva
(SANTOS, s.d., página 2).

Os envolvidos no escândalo do “Orçamento da União” são considerados pela população como traidores da nação, como verdadeiros “Judas” recebendo a desaprovação popular pelos seus atos corruptos e sentenciados a participarem do lugar comum para aqueles que praticam o mal (corrupção) que é o inferno. A figura do Judas associado aos políticos tem se tornado comum no Brasil a ponto de anualmente durante as festividades da semana santa se ter a tradição de “malhar” o Judas fazendo este pagar pelo crime de traição. As pessoas que participam desse ritual geralmente colocam um nome de um político no Judas simulando assim estar fazendo este também “pagar” pela sua maldade e traição aos eleitores que lhe devotaram a confiança através do voto. Esse ritual simbólico do Judas associado a políticos que cometem atos de corrupção são retomados e reinterpretados pelo poeta. O poeta popular César Teixeira (1994) ressignifica os fatos no folheto de título **Testamento de Judas** destacando em seus versos o cinismo dos corruptos envolvidos no caso a quem ele compara a Judas que é considerado símbolo de falsidade e traição:

A lama dos três poderes,
Cuja lei é o assalto,
Não posso jogar no povo
Que vive de mãos pro alto.
Prefiro morrer queimado
Do que ser crucificado
Pelos ladrões do Planalto

As moedas de Pilatos
Que não pude resgatar
Vou deixar para João Alves
Na loteria aplicar,
Pois o Diabo Deus ajuda
-Renuncia, mas não muda:
Nunca deixa de roubar
(TEXEIRA, 1994, p. 1).

O poeta indignado pela prática de corrupção por parte dos “anões do orçamento”

acaba por manda-los para o inferno, citando-os nominalmente, mesmo ainda estando vivos, numa demonstração de indignação pela prática da corrupção mesmo que verseje de forma satírica como ele continua a destacar e sentenciar:

Nas caldeiras do inferno
 Eu vou deixar Genebaldo,
 Aleluia Manoel,
 Benevides e Ronaldo.
 Sobre a cabeça serena
 Do capiroto Lucena
 Vou entornar esse caldo

Essa espécie de artista
 Deportei pro Maranhão:
 Daniel, Cid Carvalho,
 Alexandre e Lobão
 -Esse então só me faz rir,
 Sempre diz que é faquir
 E que o resto é “tudo anão”

Desviaram até a verba
 Que deixei no testamento
 Para o professor Sarney
 Investir no seu convento
 Roubaram os termos da lei
 E a pizza que eu deixei
 Na CPI do orçamento
 (TEXEIRA, 1994, p. 2 e 3).

Apesar de desde então se tornar comum a instalação de CPIs para investigação e julgamento dos casos envolvendo atos de corrupção, paira no eleitorado brasileiro a descrença na seriedade das mesmas, causando à sensação que aqui no Brasil “tudo acaba em *pizza*”, como se acontecessem apenas para “fazer de conta”, para dar uma satisfação a opinião pública, no entanto os resultados e condenações efetivas não ocorrem na maioria dos casos concorrendo assim para um sentimento e crença da constante e crescente impunidade no Brasil, deixando assim a marca cultural na população que acha que a impunidade vai continuar e que as apurações ao final “não vão dar em nada”, que sempre as apurações vão esbarrar na burocracia, procrastinação e prevaricação. Essa marca na cultura política brasileira é partilhada por alguns poetas populares a citar como exemplo o poeta Raimundo de Santa Helena que de forma irônica e satírica escreveu dois folhetos **CPI do cordel no país das mamatas e Chico Buarque** (1994), onde o poeta expressa sua crença nas apurações dos escândalos de corrupção ao dizer:

Meu povão está lascado

Sem casa, pão nem saúde
 Gatunos de colarinho
 Chamam dólar “very good”
 Nos bancos da Suíça!
 Bispo beija pé na missa
 As CPIs cheiram a pizza
 Pro inglês chamar de “food”
 (SANTA HELENA, 1994,p, 1).

Não obstante haver um sentimento coletivo que perpassa a sociedade brasileira motivado pela crença de que as investigações e apurações dos crimes de atos de corrupção no Brasil, não são concluídos satisfatoriamente e que os infratores não são punidos de fato e de direito, existem pessoas que protestam e lutam contra esse “estado de coisa” visando a transparência e moralização da política nacional. Os poetas populares tentando cumprir o seu papel enquanto mediadores e interlocutores do povo tentam despertar no seu público alvo o interesse pela cobrança das investigações que envolvem crimes de corrupção, para que as mesmas “não acabem em pizza”. O poeta Manoel Santa Maria (1994) no folheto **A falência moral na República dos Bananas** ao referir-se a CPI do Orçamento da União, chama a atenção daqueles que ele chama de “parcela consciente da população” defendendo que:

A parcela consciente
 Da população não pode
 Deixar que essa CPI
 Possa acabar com pagode,
 Pizza, peixada e pirão;
 Chá das cinco, leite e toddy

Não podemos mais tratar
 Ladrão de Vossa Excelência
 Essa rasgação de seda
 Já me esgota a paciência
 Vossa Excelência é ladrão?
 Que então sofra a consequência
 (SANTA MARIA, 1994, p.2).

Os episódios envolvendo casos de corrupção se seguiram no cenário de representação política do Brasil, mesmo havendo protestos e repúdio por parte da população. A cada governo que se seguiu casos de corrupção foram detectados e denunciados causando sucessivos escândalos. O governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por diversas investigações que indicavam irregularidades e práticas ilícitas por parte de parlamentares, funcionários públicos e empresários (empreiteiros) que se beneficiavam ilegalmente de recursos públicos. Algumas destas denúncias culminaram com a instalações de CPIs que ficaram conhecidas como a CPI dos bancos, do SIVAM, mas a mais conhecida e de maior repercussão foi a CPI da Corrupção que levantava a suspeita de uma suposta compra de votos (no valor de duzentos mil reais para cada parlamentar) de parlamentares em uma emenda constitucional que criava assim a possibilidade reeleição. As investigações que se seguiram não foram avante ficando assim inconclusas deixando dúvidas e perguntas que até

hoje não foram devidamente esclarecidas e respondidas. Grande parte da sociedade brasileira acompanhou os escândalos do governo FHC e os poetas populares mais uma vez registraram e informaram acerca dos episódios que envolviam práticas corruptas repercutindo assim o pensamento e julgamento popular acerca da corrupção política. O poeta César Teixeira (1996) no folheto **O Testamento do Judas** registra e interpreta os episódios das CPIs que representam a corrupção no governo FHC em seus versos:

No meio do troca-troca De moeda podre e vil, Morro sem comer pizza Que FHC dividiu Só da miséria fui sócio Neste balcão de negócios Que fizeram do Brasil	Vou deixar para o Riquinho Meu corvo de estimação, Que se chama Raytheon E adora comer na mão Usar o grampo do SIVAM E já fez de tobogã A barriga do Serjão	Depois que a CPI Dos bancos caiu no chão E aprovaram a reforma Que arrepiou a nação Deixou o pente da vovó Pra fazer um cocó No velho Esperidião (TEXEIRA, 1996, p.4).
---	---	---

No ano de 2001 o poeta César Teixeira volta com um novo folheto dividido em quatro atos, **O testamento de Judas 2001:um Calvário no Espaço** denunciando outros fatos que envolvem corrupção política. O quarto ato do folheto apresenta-se com o título de **Corrupção no Inferno** onde o poeta identifica a rampa do Congresso como sendo a porta do inferno e lá se encontram políticos tradicionais tais como: FHC, Antônio Carlos Magalhães, Ricardo Sérgio e Luiz Eduardo:

Para descer ao Inferno
Subo a rampa do Congresso
Empurrando no carrinho
Uma SUDAM de processos
De fraude e corrupção
Neste shopping de “ladão”
“Putá velha” faz sucesso
(TEXEIRA, 1996, p. 8).

O poeta prossegue ironizando as CPIs mostrando por que elas não apresentam resultados e nem penalizam os culpados:

Depois que a CPI
Foi pro buraco da pia,
Fernando Henrique pariu
Uma corregedoria
Para lavar a roupa suja,
Mas eu nunca vi coruja
Devorada pela cria
(TEXEIRA, 1996, p. 9).

Um das medidas de governo de FHC que seria enxergada pelos poetas populares como associados a atos de corrupção seria a política da privatização de empresas públicas a

preços bem abaixo do mercado em troca de supostas propinas e benesses recebidas por parte daqueles que se apropriaram do patrimônio público a preço de banana, num episódio que seria conhecido depois como “Privataria Tucana”, numa clara alusão as transações escusas que estatais que davam muito lucro a nação foram vítimas. O poeta Jota Rodrigues (1997) no folheto **Não a Privatização** alerta:

E se eu sou um destes poetas
 E brasileiro que sou
 Nas rimas deste cordel
 O meu manifesto dou
 Contra a Privatização
 Que é um patrimônio que o povão
 Com muitas lutas formou

A solução para o país
 Não está em privatizar
 É botar ordem na casa
 E prender quem vive a roubar
 Acabe-se com a roubalheira
 Que as empresas brasileiras
 Farão o Brasil disparar

Se deu lucros no passado
 E no presente não dá
 É claro que a mutreta
 Chegou a se enraizar
 Prenda essa máfia tirana
 Que embolsaram nossa grana
 E o bom tempo voltar
 (RODRIGUES, 1997, p.5).

Na visão do povo brasileiro, que tem associado quase que exclusivamente atos de corrupção aos políticos, a cidade de Brasília, que foi arquitetada por Oscar Niemeyer e construída pelos candangos no governo de Juscelino Kubistcheck e inaugurada em 1960 para ser a capital da República, tornou-se nos últimos anos sede da corrupção no Brasil, ou o principal palco e plataforma do cenário de representação da corrupção política do país. Geograficamente Brasília tem sido identificada em razão dos sucessivos escândalos de corrupção como o “paraíso” dos políticos corruptos, o lugar de onde “escorre o dinheiro público” pelo ralo fétido da devassidão da “farra” com o dinheiro público. Essa impressão popular com relação a cidade de Brasília foi captada também pelos poetas populares que expressaram em seus versos demonstrando indignação pelos acontecimentos que ocorrem na capital federal. No folheto **Brasil Terra do Nunca Pátria da Mentira** (2005), o poeta Manoel Santamaria deixa claro a imagem pela qual a cidade de Brasília se faz representar

diante da população brasileira:

Brasília é o paraíso
 Dos grandes espertalhões;
 É a nossa Gotham City,
 Infestada de vilões,
 Nem super-herói de peito,
 Não há Batman que dê jeito
 Na legião dos ladrões
 (SANTA MARIA, 2005,p. 2).

A cidade de Brasília que em toda a sua engenhosa arquitetura foi construída para ser símbolo nacional da modernidade e do desenvolvimento se tornaria assim em pouco tempo, o lugar responsável pelo atraso do Brasil, uma Sodoma e Gomorra da política, por sediar grande parte dos escândalos políticos da nação, tal qual vemos nos versos do folheto **Encontro de FHC com Pedro Álvares Cabral** do poeta Arievaldo Viana (1999) quando este denuncia em seus versos:

A metade do congresso
 Nada na corrupção
 Brasília está cheinha
 De político vendilhão
 Uma classe de imprestáveis
 Todos eles responsáveis
 Pelo atraso da nação
 (VIANA, 2005,p.5).

Mesmo que a Capital Federal seja eleita popularmente como sendo o espaço geográfico onde se concentra a maior parte da corrupção política do Brasil, os poetas não nutrem a ilusão que ela seja o único lugar onde atos de corrupção se manifestam. A corrupção apesar de ter “sede” está presente em todos os rincões do País representados por políticos ou indivíduos ligados a instituições que insistem em praticar atos de corrupção lesando assim os cofres públicos da nação. Sendo assim o poeta observa em seus versos:

Brasília é o grande foco
 Da bicheira nacional,
 Mas o banho em creolina
 Teria que ser geral:
 Nos Estados, Prefeituras,
 Polícias, Magistraturas,
 E haja sabão para tal
 (VIANA, 1999,p. 5).

Quando se deu a chegada do Presidente Lula ao poder no ano de 2003, depois de três sucessivas derrotas eleitorais, onde pela primeira vez na História do Brasil um operário, líder

sindical e co-fundador de um partido político de ideologia considerada de esquerda chegava ao poder. Com Lula no poder, grande parte da população brasileira exigia e esperava que houvesse mais transparência no trato com a coisa pública e medidas governamentais que beneficiassem as classes populares mais sofridas e deficitárias pelas ações de governos anteriores. Os poetas populares registraram o anseio popular em relação a Lula e ao partido do PT, que até então eram conhecidos pelo combate a corrupção e a seriedade no trato da coisa pública. O folheto de Geraldo Moreira (1994) **Lula Presidente**, escrito oito anos antes de Lula ser eleito Presidente, mostra em seus versos a perspectiva popular na esperança de Lula chegar ao poder para combater o mal da corrupção:

E o nosso povo vai ver
Depois da minha eleição
Ninguém mais vai aceitar
A prática da corrupção
Por que se alguém fizer
E quem propina quiser
Vai ter sua punição
(MOREIRA, 1994,p.7).

O programa do Partido dos Trabalhadores (PT) representado por Lula, tratou de executar o programa Fome Zero para erradicação da miséria e fome do País, criou as “bolsas”, sistema de cotas, ciências sem fronteiras, SAMU entre outros programas que tiveram amplo apoio popular. No aspecto da transparência, foram dadas autonomia e “carta branca” aos poderes judiciários para que investigassem supostos envolvidos em crimes de corrupção. O Ministério Público e a Polícia Federal passaram assim a investigar com mais veemência atos de corrupção que antes eram arquivados ou “varridos para debaixo do tapete”. Como resultado de denúncias e investigações vários escândalos de corrupção política vieram à tona e tiveram como desdobramentos a instalação de CPIs para apuração dos casos.

Os escândalos de corrupção envolvendo políticos no Governo Lula, que foram tema de investigações e instalações de CPIs ficaram conhecidos como a CPI dos Bingos, CPI dos Correios e CPI das Ambulâncias. Porém o escândalo de maior repercussão ficou conhecido como Mensalão onde houve a denúncia que o governo estaria a pagar mensalmente propina a parlamentares da base do governo para que estes votassem a favor de projetos de interesse do governo. Novamente o espectro da corrupção volta a povoar o imaginário político brasileiro. As denúncias apontavam para um suposto esquema milionário de corrupção política coordenada por líderes do PT. O Presidente Lula afirmou desconhecer

da existência do Mensalão e ordenou a todos os órgãos judiciais e policiais competentes que apurassem as denúncias, e se preciso “cortar na própria carne” caso fosse comprovado que integrantes do PT teriam participação no esquema. Os poetas populares na cobertura dos acontecimentos registram os fatos e a sua repercussão na sociedade brasileira, sendo temática de vários folhetos. O folheto **Brasil Terra do Nunca Pátria da Mentira** (2005), do poeta Manoel Santamaria apresenta os fatos que foram amplamente divulgados pela mídia nacional. O poeta de forma satírica ironiza os acontecimentos desdenhando e dando o seu “real” significado as CPIs, apresentando os fatos de forma crítica descrendo dos seus resultados, em seus versos:

CPI é Comissão
De Palhaçada, Indecência.
Só de escutar essa sigla
Me enche o saco, a paciência
E o meu não é de filó,
Também não nasci pra Jó,
Desculpe, Vossa Excelência.

Corrupção no IBAMA,
Correios, I. R. B,
Mais a CPI dos Bingos,
CPIs de A a Z;
Se nós somos, na verdade,
A Pátria da impunidade,
Fazer CPI pra quê?

E, nos Correios, mais uma
CPI da palhaçada,
Aquele alvoroço todo,
No final não dá em nada,
Vai acabar tudo em pizza,
Com limonada Suíça,
Sobremesa: marmelada
(SANTA MARIA, 2005, p. 2 e 3).

A mídia divulgou exaustivamente todas os atos das cenas que se desdobraram acerca do “Mensalão”. Ainda que não possamos atribuir isenção e imparcialidade por parte dos órgãos que se empenharam em divulgar os fatos, pois a notícia da possibilidade da reeleição do Lula, fez com que seus opositores, tentassem ostensivamente desestabilizar o seu governo e destruir a sua imagem de governante populista transformando-o diante da opinião pública em o principal responsável do escândalo do Mensalão.

Na sociedade pós-moderna a mídia tem dado visibilidade instantânea aos acontecimentos, tornando-se detentora de um poder de persuasão e credibilidade que está para além da religião e da política. O poder midiático utiliza-se de estratégias tecnológicas e

psicológicas que deixam os seus consumidores muitas vezes inebriados e alienados dos fatos reais, ainda que não seja total e que haja resistência a este estado de coisas por parte de muitos telespectadores, que despertados saíram da “*matrix*”. A reprodução dos acontecimentos políticos através da mídia é assim manipulada para que estes tenham nenhuma, pouca ou muita repercussão e desdobramentos. Esse poder midiático da sociedade pós-moderna é explicitado por Maria Rita Kehl ao dizer que:

[...] estamos vivendo em uma sociedade regulada majoritariamente não mais pela política ou pela religião, nem pela impressão imposta pelas diversas pedagogias, mas pelo espetáculo. Na sociedade do espetáculo, o impacto midiático dos eventos é tão mais importante do que seu papel na história ou suas consequências políticas, que adquire autonomia sobre todos os outros aspectos envolvidos em um acontecimento (KEHL, 2004, p. 144).

Os poetas populares municiados de informações da mídia e inspirados pelo talento e genialidade poética apresentaram ao seu público alvo o assunto sem perder a ironia, humor e sátira de sempre ao tratar do “Mensalão”, a exemplo do folheto acima destacado que apresenta em sua capa o desenho do deputado do PTB Roberto Jefferson caricaturado de forma a ser associado ao cantor *pop* Michael Jackson. No folheto o Deputado (que no folheto recebe o nome de Bob Jeff) está na “farrá” e é descrito como o protagonista, o “homem bomba” que tão corrupto quanto os demais envolvidos, foi o “denunciador” do Mensalão:

-Sou o temível Bob Jeff,
Sou um candidato escroto!
O sujo esfarrapado
No reino do imundo e roto;
Não tirem meu boi no pasto,
Se me tocarem arrasto
Todos pra vala do esgoto

Homem Bomba tropical
Preparado pra guerra,
Com lama até no nariz,
Cara-de-pau não emperra,
E a nossa revolta aguça,
Se serrarem sua fuça,
Só vai jorrar pó de serra.

E armado de um grande balde,
Em tom ameaçador
Desafiou todo mundo:
- Eu, se molestado for,
Quero mais é que exploda,
Eu jogo essa merda toda

No nosso ventilador
(SANTA MARIA, 2005,p.3).

O escândalo do “Mensalão” passou a ser noticiado e aclamado por grande parte da mídia, como sendo o maior escândalo de corrupção da história do Brasil. Os cordelistas por sua vez aproveitando o interesse do público pelos fatos, fizeram cobertura dos acontecimentos, interpretaram e ressignificaram os fatos com toda sua carga de humor político e sátira da CPI. Muitos folhetos foram escritos sobre o tema que ainda está na pauta da mídia bem como do cordel. Podemos citar como exemplo de folhetos escritos sobre o tema, os folhetos: **Brasil, Terra do Nunca, Pátria da Mentira, A discussão de Fernando Galheira com Severino Cavalcadura, CPI, Mensalão e ratos brasileiros, A peleja do Bélio Bosta com o Vilberto Vil, Perfil do Político brasileiro, Na Política eu quero ver, A chegada de Lula no inferno, A quadrilha do Mensalão, E agora Zé Dirceu?, O candidato e o jumento, A crise do Mensalão e o caso da cueca, O encontro de Tancredo com São Pedro, Lula é o cara...de pau, O cuecão da besta-fera, Cordel do mensalão, Mentiras que o povo gosta em época de eleições, O País do mensalão, Mensalão vergonha nacional**, entre outros que explicitam a repercussão do escândalo e o interesse pelo tema corrupção.

Após o escândalo do mensalão e o bombardeio de informações veiculadas exaustivamente pela mídia, um clima de profunda desconfiança acerca dos políticos e um espectro da onipresença da corrupção por todos os recantos do país se instalou, reforçando a impressão que a corrupção sempre esteve entre nós, corroborando com a imagem incrustada na cultura política brasileira de que “todo político é ladrão e corrupto”

Os folhetos que tratam do mensalão nos possibilitam ter um vislumbre da percepção popular sobre a corrupção que enxerga no político a corrupção personalizada, porém o próprio eleitor pratica atos transgressores de conotação corrupta, justificando-os pelo “jeitinho” brasileiro que se traduz como “esperteza” e criatividade para lidar e solucionar os problemas do cotidiano. Ou seja, existe arraigada em nossa sociedade uma grande aceitação social a comportamentos e atitudes consideradas corruptas implicando assim num misto contraditório que impede a lucidez na hora do combate a corrupção. Essa realidade vivida no Brasil com relação à prática “generalizada” da corrupção vaticina para um longo caminho ainda a percorrer no sentido de ver-se no país a ética, a transparência, a lisura e a incorruptibilidade como sendo realidade na sociedade brasileira como um todo. Carlos Alberto após pesquisar e demonstrar através de dados estatísticos a prática do jeitinho brasileiro, suas nuances e o nível de tolerância e aceitação social por parte da população de

atos de corrupção, chega a conclusão que:

[...] a opinião pública brasileira reconhece e aceita, em grande medida, que se recorra ao jeitinho como padrão moral. Além disso, há uma divisão profunda (50% *versus* 50%) entre os que consideram certo e os que condenam. Por isso os níveis de corrupção no Brasil provavelmente estão relacionados a aceitação social do jeitinho- que é grande e bastante enraizada entre nós-, os resultados da pesquisa indicam que temos um longo caminho pela frente se o que desejamos é o efetivo combate a corrupção (ALMEIDA, 2007, p.71).

Vários poetas populares tem emprestado seus versos no combate a esse “espírito” de corrupção reinante no Brasil, tentando conscientizar os eleitores a votarem baseados em critérios justos que promovam a ética e o serviço do bem comum. Os poetas chamam a atenção do seu público alvo para a responsabilidade de cada indivíduo fazer a sua parte nesse processo e não se deixar vender pelos maus políticos nem reproduzir atos de corrupção em sua prática cotidiana, o que lhes tiraria a “moral” de julgar os políticos que fazem uso da corrupção, pois os eleitores estariam assim incorrendo no mesmo erro de praticar atos ilícitos. O poeta popular que é contra a corrupção adverte aos seus leitores com relação a estas práticas, como podemos o poeta Izafas Gomes de Assis no folheto **O valor do seu voto** ao falar sobre a corrupção e seus malefícios:

Eu quero meu caro amigo	É uma coisa do diabo	E tudo isso pelo amor
Neste verso te alertar	A tal corrupção	Do maldito e bom dinheiro,
Sobre a tal corrupção,	Ela corrompe a moral	Que infesta a humanidade,
Que pode contaminar	E desgraça o cidadão,	Desgraçando o mundo inteiro
Nos anos das eleições	Fazendo uns bandidos	É um mal do capitalismo,
Querendo te devorar	Controlar nossa nação	Que viciou o brasileiro

(ASSIS, 2008, p.1)

O poeta prossegue alinhando o seu discurso para chamar atenção da participação do eleitor na eleição de políticos corruptos e da cumplicidade que o eleitor pode estar tendo com suas práticas nas quais está incluso a mercantilização do seu voto:

Mas a tal corrupção
 Tem muitos bons aliados
 Pois não são só os políticos
 Que ficam endiabrados
 Os eleitores também
 Ficam endemoniados

Quando um safado corrupto,
 Ele consegue ganhar
 Pessoas da laia dele
 Souberam nele votar

Ladrão só ganha eleição
Se outro ladrão lhe apoiar

O cabra vem comprar votos
Com remédio e botijão,
Com uns litros de cachaça,
Com forró e animação
Desgraçando todo mundo
Com a tal corrupção
(SILVA, 2008,p. 2)

O poeta finaliza seus versos chamando atenção para o fato do eleitor ser tão ou mais corrupto do que o político que o aliciou, pois não existe corrupto se não houver o corruptor, por essa razão era necessária conscientização por parte dos eleitores para não alimentarem esse crescente mal da sociedade brasileira:

Nosso povo é mais corrupto
Que os próprios politikeiros,
Pois eles são minoria
Porém tem alguns dinheiros,
Que compram as multidões
Enrolando os brasileiros

Tira um carro do Detran,
E paga uma cirurgia
Dá mil tijolos a um trouxa,
Já a outro dá uma pia,
Do outro tira o CPF;
Está feita a freguesia
(SILVA, 2008, p. 8).

Nos últimos anos muitas medidas foram tomadas para combater a corrupção entre as quais destacaremos a criação da lei da Ficha Limpa que foi aprovada no Congresso e sancionada pelo Presidente Lula em 2010, com o objetivo impedir que políticos condenados por órgãos colegiados que fiquem proibidos de disputar cargos eletivos por um determinado espaço de anos. A condenação se dá pela prática de atos de corrupção. A lei da Ficha limpa nasceu do anseio popular para dar um basta na corrupção. Inicialmente o projeto nasceu da ampla mobilização popular e foi idealizado pelo magistrado (juiz) Márlon Reis que é Coordenador do Movimento de Combate a Corrupção Eleitoral (MCCE) e encabeçada por outros juízes que contaram com a participação da sociedade civil que inicialmente conseguiu reunir mais de 1,5 milhões de assinaturas em todo o País, para assim influenciar a opinião pública e pressionar os Deputados e Senadores a “comprar a ideia”, tornando-a lei através de aprovação no Congresso. A lei da Ficha Limpa também foi assunto do cordel, onde o poeta Luiz de

Assis Monteiro no folheto **Cordel dos valores tortos**, fala sobre atos de corrupção cometidos no dia-a-dia e exorta os eleitores a fiscalizar os políticos:

Esqueceram que cabe agente
Fiscalizar deputado
E exigir a punição
Se o cara fez algo errado
Se não tem a “Ficha Limpa”
Deve mesmo ser cassado (MONTEIRO, 2010,p.8).



Nos últimos anos, precisamente a partir do ano de 2005 foram editados um expressivo número de folhetos que tratavam da corrupção principalmente a partir dos escândalos que forma protagonizados pelo deputado Roberto Jeferson do PTB quando este denunciou um esquema de corrupção onde Deputados recebiam mensalmente propina para votar em projetos de interesse do governo. O escândalo do Mensalão como ficou conhecido rendeu o mote de muitos folhetos. Na capa do folheto acima representado podemos assim perceber um pouco do imaginário popular com relação a corrupção e a impunidade reinante no País. A xilogravura de autoria de Erivaldo retrata na parte superior alguns políticos com os bolsos, cuecas e malas cheias de dinheiro

numa clara referência a episódios relacionados ao mensalão onde pessoas foram presas com malas de dinheiro e também outra pessoa portando dinheiro na cueca. Esses políticos estão pisando na bandeira do Brasil, numa clara referência ao espezinhamento daqueles que praticaram corrupção sobre as instituições e o povo brasileiro, que aparece na imagem abaixo da bandeira. A população é retratada com homens trabalhadores e de pés descalços, mulheres operárias grávidas e acompanhadas de crianças. Essas pessoas são retratadas como carregando e suportando sobre suas cabeças e com muito sacrifício o peso da corrupção política no Brasil. A xilogravura mostra a angústia presente no Brasil que é partilhada pelo seu povo cansado de tanta corrupção e que espera na justiça que aqueles que tais males praticaram sejam punidos no rigor da lei para que o estigma da impunidade não impere mais na sociedade brasileira.

Observamos nos folhetos analisados que paradoxalmente a prática “normatizada” de atos de corrupção os discursos são quase unânimes em reprovar a sua prática e condená-la como sendo abominável, discurso este que é valorado e compartilhado por todos os grupos sociais. Atrelada à prática da corrupção está o fato de associar-se e atribuir-se o exercício da corrupção a classe política, onde culturalmente se convencionou pensar que falar de corrupção é falar de política e de atos e práticas dos políticos, o corrupto é sempre o “outro” e o “outro” é o político. Porém convém observar que o político que comete ilicitudes não é, um “extraterrestre” ou alguém que “caiu de paraquedas” em nossa sociedade, na verdade ele é fruto dessa sociedade, pois a sua formação ocorre, guardando as devidas proporções, quase que no mesmo meio onde foram formados todos os demais habitantes do País. A corrupção é engendrada entre práticas, valores e representações no seio da sociedade brasileira tendo como atores os seus habitantes, independente de classe social e grau de instrução, sendo um fenômeno nacional e não restrito somente ao grupo de políticos que pleiteiam um cargo eletivo ou já sendo mandatários destes.

É para os políticos que convergem todas as expectativas e cobranças em nossa sociedade sendo os “mesmos” personagens vistos em determinada cena como vilão e herói, responsabilizados pelo caos da sociedade e pelo seu soerguimento. É nesse misto paradoxal da mitificação do personagem político que se constrói no imaginário político a representação lendária do político brasileiro onde em torno dele se aglutinam todos os discursos e esperança de redenção da Nação brasileira. Veremos no capítulo a seguir como o arquétipo de herói e salvador se constroem no Brasil e como eles reaparecem a renovam-se a cada eleição.

CAPITULO IV. A REPRESENTAÇÃO DO POLÍTICO COMO HERÓI SALVADOR NA LITERATURA DE CORDEL

Ao adentrarmos o universo cultural da política brasileira é possível percebermos que a fixação na esperança de que um governante possa mudar a conjuntura política do País trazendo uma era de prosperidade e justiça social, deitam raízes que nos remetem aos idos da colonização do Brasil, onde reminiscências de influências ibéricas apontam em sua origem para o mito do sebastianismo. Acreditava-se que o Rei D. Sebastião que “desaparecera” em uma batalha contra os árabes em 1578, no Norte da África, um dia retornaria , trazendo consigo, segundo a visão popular, os tempos áureos e memoráveis da monarquia portuguesa e também reconduziria o país a um futuro glorioso que só ele poderia produzir através de suas “sábias” ações. Como resultado da transmigração cultural, o mito foi transportado para o Brasil adquirindo assim contornos e traços regionais. O Brasil em seus 514 anos desde a invasão portuguesa vivenciou o sistema monárquico durante (389) trezentos e oitenta e nove anos. Vivendo tanto tempo sob a égide do sistema monárquico é justificável que ainda hoje perdure na memória coletiva a projeção messiânica de um “rei” ou governante que traga redenção ao seu povo.

O mito do sebastianismo esteve presente em vários movimentos populares ocorridos no Brasil, com destaque para a “guerra de Canudos” (1893-1897) ocorrido na Bahia, que misturou elementos místicos (messiânico) e políticos. O líder do movimento Antônio Vicente Mendes Maciel que ficou conhecido como Antônio Conselheiro incluía em suas pregações a crença que D. Sebastião voltaria para combater a recém-implantada República e implantar novamente a Monarquia com todos os seus elementos redentivos. Ainda podemos destacar outros movimentos populares de cunho messiânicos que incluíam em seu ideário o retorno de D. Sebastião tais como Caldeirão (1936) no Ceará, Pau-de-colher (1938) na Bahia, Pedra do Reino (1838) em Pernambuco, Serra do Rodeador (1817) também em Pernambuco. Três aspectos em comum podem ser encontradas nestes movimentos messiânicos, sendo eles, o fato de todos terem ocorrido no Nordeste do brasileiro, todos serem sebastianistas e terem um caráter de ação histórico social coletiva, visando assim mudança da realidade que atingisse coletividade. O caráter coletivo destes movimentos é destacado por Rossi ao formular:

Pode-se falar que uma das características fundamentais do

messianismo é seu caráter de “salvação coletiva” em detrimento da salvação individual. A dinâmica do movimento envolve o grupo e não o indivíduo. Envolve a história de um grupo a partir de suas relações sociais e não a história de uma personalidade individual. E, por isso mesmo, é um movimento dinâmico; um movimento da força social que busca a transformação da terra não para um só homem, mas para toda a humanidade (ROSSI, 2007, p. 10).

A participação popular nos movimentos sociais de contestação em sua grande maioria objetivavam mudanças que beneficiassem a coletividade mesmo quando idealizavam e projetavam em um “salvador da pátria” as suas expectativas de redenção e mudança da realidade presente, fazia-se visando principalmente à coletividade e não apenas um indivíduo. Esse sentimento de pertencimento e luta pelo coletivo é também partilhado pela literatura de cordel que se fez eco dos anseios e reivindicações populares, abordando temas que contemplavam o coletivo, onde mesmo quando se enfatizava os atos individuais de atores sociais procuravam projetá-lo e significá-lo visando a coletividade, como defende Manuel Diegues ao defender que:

A poesia popular reflete sempre esta sensibilidade coletiva, isto é, a repercussão de atos ou gestos, benéficos ou maus, introduzindo o como e também o porquê as populações os acolhem, e não raro os conservam. Trata-se, de modo geral, de reflexo do que se passa na sociedade, evidenciando que tais pessoas não escapariam ao seu registro, sobretudo como suas atitudes ou sua vida repercutem no meio social respectivo. E isto se pode observar desde as primeiras manifestações da literatura de cordel. Os valentes, os políticos, os criminosos, os fanáticos, qualquer que fosse sua atividade, representam valores- bons ou maus, conforme o sentimento da sociedade onde ocorrem ou onde repercutem- que traduzem manifestações dessa mesma sociedade (DIEGUES JÚNIOR, 1973, p. 105).

É neste cenário de representação política marcada notadamente, desde os primórdios, pelo pensamento e pela memória coletiva de que a redenção do País viria, em grande parte, pela via política e em especial, pelas mãos de um governante, que solucionaria os problemas sociais e traria justiça e equidade para todos, que se construirá e se projetará na representação da figura do político (seja monarca ou republicano) a esperança de mudanças estruturais na sociedade brasileira. Essa projeção de mudança da realidade baseada em um líder político se constituiu assim em uma característica da cultura política brasileira. No imaginário coletivo brasileiro construiu-se ao longo de sua história de 389 anos de Monarquia e 125 anos de República (intercalados por duas ditaduras: Vargas 1930-1945 e Militar 1964-1985) a imagem do

personagem político ideal para atender as expectativas do povo brasileiro. Convém ressaltar que o cenário de representação da política e do político como solução das mazelas nacionais foi construída dentro de uma incipiente e frágil experiência de democracia, se comparada com as democracias europeias e norte americanas, onde na realidade nacional vivenciou-se golpes, ditaduras, manobras políticas e restrições legais da participação popular no processo eleitoral, ou seja, em termos práticos o Brasil não vivenciou a democracia em sua plenitude por mais de cinquenta(50) anos em mais de quinhentos anos de “existência” do Brasil.

Na história republicana brasileira verifica-se que desde 1889 havia uma supervalorização da figura do poder Executivo lançando sobre este a responsabilidade quase que exclusiva da operacionalidade e articulação de toda administração voltada para o bem estar social. A representação do poder Executivo no imaginário da cultura política brasileira quase que exclusivamente se resume e se associa a uma pessoa, que é o Presidente da República, sedimentando na memória coletiva o pensamento mítico expresso pela necessidade premente da materialização do executivo personalizado na figura de um ser messiânico, heroico, paternalista que redima a nação. Associada a essa predileção nacional pela figura do Executivo, segundo observa Murilo Carvalho:

[...] está à busca por um messias político, por um salvador da pátria. Como a experiência de governo democrático tem sido curta e os problemas sociais têm persistido e mesmo se agravado, cresce também a impaciência popular com o funcionamento geralmente mais lento do mecanismo democrático de decisão. Daí a busca de soluções mais rápidas por meio de lideranças carismáticas e messiânicas (CARVALHO, 2002, p.222).

Fazendo uma incursão pelos anos de republicanismo no Brasil iremos encontrar várias figuras políticas com conotações messiânicas que povoaram o fecundo imaginário político nacional na esperança de dias melhores para o País. No universo do registro histórico do pensamento mítico soteriológico Carvalho destaca que:

Pelo menos três dos cinco Presidentes eleitos pelo voto popular após 1945, Getúlio Vargas, Jânio Quadros e Fernando Collor, possuíam traços messiânicos. Sintomaticamente, nenhum deles terminou o mandato, em boa parte por não se conformarem com as regras do governo representativo, sobretudo com o papel do Congresso (CARVALHO, 2002, p.222).

Notadamente as expectativas que antes eram direcionadas para a figura dos monarcas foram hibridamente direcionadas para a figura dos Presidentes da República.

Essas figuras políticas são interpretadas por Kátia Mendonça como sendo potencialmente portadoras de características redentivas e heroicas: “Ora a presença de heróis salvadores é marcante em nossa história política, com diversos complexos simbólicos construídos em torno do tema” (MEDONÇA, 2002, p. 15). Mas a construção da figura do político ideal brasileiro não continha apenas características de herói e salvador, outras representações viriam a somar-se a estas ainda que não houvesse alguém que somatizasse todas as características ao mesmo tempo, porém alguns ostentaram mais de um dos papéis no cenário de representação política. Roger Schwartzberg (1978) elenca os diversos papéis e facetas assumidas pelos atores políticos na disputa de cargos eletivos os quais podemos destacar os mesmos como sendo: O pai protetor, o líder carismático, o líder charmoso e o homem ordinário. Poderíamos acrescentar entre os papéis representados o de líder intelectual. No Brasil nos anos de República podemos identificar alguns personagens políticos que incorporaram em seus setes de encenação várias destas roupagens visando conquistar eleitores. Lula seria identificado em suas características como sendo principalmente o homem ordinário, Collor seria o líder charmoso, incorporando também o herói e salvador, Fernando Henrique seria o intelectual, Tancredo Neves o salvador e Vargas seria o pai protetor.

Na cultura política brasileira foi construída a imagem do político como sendo a representação, principalmente, de um salvador, herói e pai protetor onde se percebe até nos dias atuais essa marca indelével no eleitorado brasileiro que lança sobre o governante todas as suas expectativas, como se somente o mesmo pudesse solucionar os problemas sociais, ou seja projetando no outro a responsabilidade de mudanças, como que acreditassem que uma realidade possa ser mudada por decretos de governo. Essa deificação do governante nos remete aos resquícios do providencialismo e fatalismo católico medieval presente em nossas raízes ibéricas e que para aqui foram transplantados na esperança de que o “escolhido” governante chegue ao poder para resgatar o seu povo, fazendo surgir uma cultura política pragmática- resignada. O mito do político como herói e salvador geralmente emerge em tempo de crise onde a população se sente desamparada, criando a sensação de necessidade que algo aconteça ou surja alguém promissor com potencial para redimi-los da condição de desamparo e orfandade, tal qual observa Mendonça: “Diante do desamparo a que se vê submetido, o homem não irá buscar apenas a fé religiosa, mas também a fé em ídolos políticos e na possibilidade de salvação por eles prometida (MENDONÇA, 2002, p. 230).

A formação de uma imagem pública não se dá aleatoriamente e naturalmente, pelo contrário, exige-se um plano arquitetado meticulosamente. A imagem política se constrói a partir de diferentes traços e calcada em diversos mitos. Em proporções variáveis. Mas elas se especializam em alguns grandes papéis do repertório político. Esses papéis são estereotipados em alguns importantes papéis, tais como: o herói, o homem ordinário, o líder charmoso, o pai da pátria, entre outros. As imagens construídas irão nortear a conduta e estratégias do político culminando por manipular e obter respostas populares positivas da imagem veiculada, se constituindo em uma verdadeira ditadura da imagem: “Temos que presumir que o que cada homem faz está baseado não em conhecimento direto e determinado, mas em imagens feitas por ele mesmo ou transmitidas a ele” (LIPPMANN, 2008, p. 37).

Na história do Brasil e na Literatura de Cordel a figura política que inaugura a construção simbólica do político ideal é o Getúlio Vargas e a construção imagética de sua representação política, onde podemos identificar vários dos papéis que ele representou e como ele conseguiu ser visualizado pela sociedade brasileira. É a partir do destaque dado pelos cordelistas a figura de Vargas que podemos perceber como se processa no imaginário popular a construção da representação do governante ideal, do “salvador da pátria”. O número de folhetos que protagonizaram a figura de Vargas foi tão grande que os estudiosos do cordel ao tratar sobre a classificação dos folhetos elegeram Getúlio Vargas como tema²⁰. Alguns estudiosos do cordel destacaram em suas obras que o período em que Vargas governou o Brasil foi o tempo de grande efervescência da Literatura de Cordel, como atesta Marlyse Meyer:

A década de 1940 a 1950 foi, apesar da censura policial do último quinquênio do Estado Novo (1940-1945), muito favorável ao cordel. Isto se confirma pelo interesse das camadas populares pela vida política do País, pelo sucesso de vendas e altíssimas tiragens de toda a literatura ligada a Getúlio Vargas. O cordel acompanhou todos os passos de Getúlio em sua vida política, até sua morte (MEYER, 1980, p.90).

A deificação e personalização da figura dos agentes políticos quer fossem postulantes a um cargo eletivo ou já devidamente empossados do mesmo, não ocorreu

²⁰ A classificação temática proposta pelos estudiosos da literatura de cordel propõe que Getúlio Vargas seja tratado como um tema a parte devido o excessivo número de folhetos escrito sobre o mesmo. Embora ele esteja inserido dentro da temática política os estudiosos classificam Vargas como um tema a parte. Vargas aparece na classificação temática de Liêdo Maranhão de Souza, Orígenes Lessa, Cavalcanti Proença e a classificação proposta pela Casa de Rui Barbosa.

por acaso ou aleatoriamente, antes foi resultado de toda uma estratégia propagandística que visava promover a imagem do governante, através de uma rede de significados simbólicos construídos ao longo do tempo. Guardando as devidas proporções pode-se dizer que desde a antiguidade os governantes se empenharam em trabalhar suas imagens a ponto de influenciar profundamente a cultura política tornando-se característica destes povos a canalização de suas expectativas e esperança de dias melhores na projeção de um governante. Muito embora que o uso da imagem e do *marketing* político em nossos dias parecer tão comum, não é de hoje que políticos promovem sua imagem através dos meios de comunicação que dispõem a sua época, tal como atesta Wilson:

O fenômeno da imagem pública, particularmente na sua forma política, parece ser tão antigo quanto o próprio fenômeno da vida pública. De Júlio César ao Rei Sol, de Thomas Jefferson a Bill Clinton, a preocupação com imagem, fama, nome, reputação das figuras e instituições políticas parece ter acompanhado sempre a prática política (GOMES, 2004, p.262)

Getúlio Dornelas Vargas, mesmo sendo um governante golpista e autoritário que assumiu o poder através de um golpe oficialmente chamado de “Revolução de 1930”, entrou para a história, pelo menos no conceito popular, como um herói e pai, o que lhe garantiu o epíteto de o “Pai dos Pobres”. Vargas, em um tempo que “não existia” profissionais marqueteiros nem havia o uso efetivo da televisão para promoção da imagem política, soube se utilizar de vários meios para construir a sua imagem diante do povo e se consolidar no poder por dezenove longos anos, ou seja, na História do Brasil, no período republicano, Vargas foi o político que mais tempo ocupou o poder. Ainda hoje passados quase 61 anos de seu falecimento a sua imagem continua presente no meio popular e ainda hoje, muitos políticos se utilizam de seus espólios para também construir as suas imagens. Getúlio ao seu tempo fundou o Partido Trabalhista Brasileiro, que até hoje leva a sua imagem populista. A figura de Getúlio era sempre exaltada: ele era citado entre outros epítetos como sendo: o “Guia da Juventude Brasileira”, o “Grande Pai”, o “Apóstolo Nacional”, o “Reformador, o “Pacifista”. Construiu-se gradativamente o mito Getúlio. Os métodos persuasivos de dominação coexistiam com os repressivos. As qualidades de Vargas, também seriam ressaltadas, quase sempre de forma exagerada por seus biógrafos:

Getúlio mobiliza a simpatia como força política... Não exercendo a vingança, simplesmente não prestando atenção aos seus inimigos, removendo as dificuldades removíveis, é julgado conciliador... Getúlio

é generoso, esta virtude nacional brasileira.. Um mestre da reconciliação. Quantos homens aproveitáveis conservou assim, ganhando-os para o seu sistema e para o Brasil (JÚNIOR QUEIROZ, 1957, p.113).

Analisando a trajetória política de Getúlio e a imagem que foi construída em torno dele, podemos enquadrá-lo como alguém que transitou predominantemente, entre as características e papéis de herói e pai. Getúlio era visto pelo povo como o “salvador da pátria”, um herói que redimiria o seu povo do atraso e da miséria, por vezes, ele seria associado, no imaginário religioso popular, a figura de um “santo”, o redentor do povo brasileiro, um verdadeiro culto a sua personalidade, aquele que tornaria real o sonho de melhores dias, um homem “perfeito”, tal como a imagem do herói ressaltada por Schwartzberg que assim caracteriza-se:

Além do esplendor e do sonho, o herói também fornece a certeza. Tendo o domínio da segurança, ele ajuda a vencer a angústia, a incerteza dos períodos difíceis e de mudanças. Atrás de seu guia, o povo se sente seguro. Porque o herói não pode errar. Ele sempre enxerga mais longe, mais claro e mais certo (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 23).

Outra imagem que se adéqua perfeitamente a figura de Getúlio é a do paternalismo, do pai da pátria ou “Pai dos Pobres”, como popularmente ficou conhecido. Os traços que compõem esse modelo de autoridade são: a sabedoria, a competência, a capacidade de solucionar problemas e impor decisões, dismantelando resistências e obstáculos. Getúlio soube como ninguém utilizar-se desta figura paterna para se perpetuar no poder. O povo ainda hoje lembra Getúlio, pela “criação” da legislação trabalhista, do salário mínimo e do direito ao voto feminino. Sua imagem produzida apresentava-se como chefe revolucionário, como pai que cuida do seu povo, como alguém que usa de autoridade e força para proteger seu povo do inimigo, encaixando-se nas observações do citado autor acerca da figura política do pai:

[...] a imagem paternal continua vivaz pelo mundo afora: pai de família, pai tranquilo, pai nobre, pai da pátria ou da nação, pai fundador, quando não pai eterno... Na verdade, distinguem-se dois grandes tipos: a autoridade paterna heroica- a do chefe revolucionário ou fundador da independência nacional, a quem se dá o nome de “pai da revolução” ou “pai da pátria, que se aproxima do herói- e autoridade paternal de rotina- a do sábio, “cheio de vivência e razão”, a do “pai tranquilo”, próximo do homem ordinário. (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 92).

O pesquisador Mark Curran em suas pesquisas sobre a história do Brasil em cordéis observa como a literatura de Cordel constrói a imagem de Vargas para além de suas medidas de governo populistas, explicando talvez o constante crescimento da fama de Vargas diante do povo brasileiro, sobretudo nordestino, como “pai dos pobres”:

Mas o crescimento de sua fama popular, por intermédio do cordel, não se explica apenas pelas ações de seu governo: Getúlio era, também, *persona*, o líder carismático, o pai ou o avô que cuidaria do povo. Afinal, isso era o que sempre quisera o público do cordel- um messias que o tirasse da pobreza e das condições de semi-escravidão. Getúlio levou ao cúmulo esse papel: foi como auto-sacrifício, como oferta do próprio sangue para o povo, que seu suicídio, em 1954, foi interpretado pelo cordel (CURRAN, 2003, p.113).

Soma-se ainda a imagem de Getúlio, ainda que em menor grau, a figura do homem ordinário e comum. Não por Vargas ter sido uma pessoa de classe e origem pobre que ascendeu ao poder, mas pela sua identificação e “simplicidade” no trato com o povo. Há registros de várias visitas que Getúlio estrategicamente fez a tipos populares humildes, chegando a “tomar café” na casa do povo. Os assessores de Vargas informavam-se de detalhes das pessoas de forma velada, tais como seus nomes e preferências, para que montada a cena o ator pudesse encenar diante do povo, visitando-o, ouvindo-o, misturando-se com sua gente, forjando a imagem de um governante que fala e trabalha pelo seu povo, porque conhece os seus problemas.

A imagem criada e veiculada de Vargas no meio popular foi construída e amplamente divulgada através da Literatura de Cordel. O folheto de Cordel ao tempo em que Vargas (décadas de 30, 40 e 50) governou o Brasil era um dos principais meios de comunicação de massa, principalmente no Nordeste. O rádio começava aos poucos a popularizar-se no Brasil e eram poucas as tiragens de jornais (que ainda não tinham ampla divulgação) entre o povo, sobretudo, sobre aqueles de pouco poder aquisitivo e de maioria analfabeta. Um exemplo da força do cordel na divulgação dos acontecimentos políticos é o fato de que foram impressos e vendidos dois milhões de folhetos sobre a morte de Vargas, num total de 60 títulos. Podemos citar como exemplo deste fenômeno editorial o poeta José João dos Santos (Azulão) que vendeu 200.000 exemplares de **Vida e Morte de Getúlio Vargas**, enquanto que Antônio Teodoro dos Santos vendeu 280.000 folhetos em **Vida e Tragédia do Presidente Getúlio Vargas**. A rapidez, talento, eficiência do poeta, e popularidade do folheto foi evidenciada pelo poeta Delarme Monteiro da Silva, que pela manhã ouviu pelo rádio acerca do suicídio

de Vargas, entregou os originais do folheto ao meio-dia com o título **A Lamentável morte de Getúlio Vargas**, recebeu os primeiros exemplares pela tarde, e vendeu 70 mil exemplares em menos de 48 horas, Manoel Monteiro por sua vez vendeu mais de 11.000 folhetos na feira de Campina Grande, sobre a carta testamento deixada por Vargas (LESSA, 1973, p. 120).

No caso específico de Vargas em sua trajetória política, houve um constante trabalhar na construção populista de sua imagem diante do povo. Podemos dizer que Vargas foi o primeiro Presidente a trabalhar de forma incisiva na produção de sua imagem, utilizando-se do aparelho estatal e dos meios de comunicação que dispunha a época. Podemos citar como exemplo de ações efetivas de construção de sua imagem, está a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e a utilização do rádio, através do programa “A Hora do Brasil ”, onde Getúlio falava diretamente e diariamente ao povo. Porém convém ressaltar que a repercussão e propagação de sua imagem no meio popular se efetivava e legitimava-se também a partir da pena dos poetas populares que escreviam folhetos , quase sempre ovacionando e exaltando Vargas diante do povo. A partir desse fato vê-se como vai ser construída essa imagem de Vargas, justificando e validando seus atos de governo, que permitirá que ele passe incólume diante do povo, blindado de tal forma que o povo em geral não iria “nunca” perceber os desmandos de seu governo, a sua ditadura e o seu autoritarismo. Dos personagens e fatos políticos evidenciados na produção de folhetos de cordéis, Getúlio Vargas ocupou um lugar que até hoje não foi suplantado, perdendo apenas para um personagem que embora também fosse político ficou conhecido pelas suas façanhas religiosas, refiro-me ao Padre Cícero, excetuando este personagem, nenhum outro foi tão citado, propagado e exaltado quanto Getúlio Vargas:

Somente o Padre Cícero inspirou número maior de folhetos. Nem Antônio Silvino, nem Lampião, com seu apelo sempre renovado pelo cinema, deram lugar à produção literária maior. A de Getúlio é dez vezes superior, pelo menos. [...] Em sua época, porém, e muitos anos depois de sua morte, Getúlio foi o tema de maior venda e de maior aceitação entre os humildes consumidores do cordel (LESSA, 1973, p. 59).

Diante dessa evidente popularidade de Vargas, perguntaríamos como ele teria conseguido tal feito? Como se deu a construção de sua imagem? Quais os cenários de representação política constituídos na formação da imagem do Vargas? Na cultura política brasileira a construção da imagem de Vargas estará atrelada ao surgimento dos

direitos sociais e políticos e principalmente a um discurso de tessituras populares que se constituíam em temas novos para a época. Murilo de Carvalho observa como o discurso de Getúlio vinha ao encontro dos anseios do seu tempo ao afirmar que ele:

Falava em mudanças no sistema eleitoral, em voto secreto, em representação proporcional, em combate a fraudes eleitorais; falava em reformas sociais, como a jornada de trabalho de oito horas, férias, salário mínimo, proteção ao trabalho das mulheres e menores de idade (CARVALHO, 2002, p. 94).

A representação simbólica de Vargas e a projeção de política que este alcançou diante do povo, principalmente nordestino, se deram pelas seguintes razões: Vargas contou em sua composição de chapa, para concorrer à Presidência em 1930, com a figura (nordestina) do Governador da Paraíba, João Pessoa. Este acontecimento marcaria o fim da composição política de até então formada por um paulista (cafeicultor) e por um mineiro (criador de gado) na chamada “República do Café-com-leite”. A composição da chapa de Vargas com um paraibano contribuiu para que os acontecimentos que posteriormente seriam narrados pelos poetas, despertassem um sentimento de nordestinidade que se fez representar através do paraibano João Pessoa. O uso político que Getúlio faria do assassinato de João Pessoa, para promoção do golpe de 30, fez com que os poetas populares, se identificassem com Getúlio por esse acolher em sua chapa um nordestino, e em seus discursos oficiais ele exaltar a figura de Pessoa e mostrar a importância do Sul e do Nordeste estarem unidos contra a “tirania” do Café-com-leite. Esse fato contribuiu para que os nordestinos que se faziam representar pelos cordelistas, “elegessem” Vargas como um grande homem, pai, herói um mito. Outra razão seria o fato, que a época de Vargas, a literatura de cordel constituiu-se como a maior expressão e proliferação da representação do pensamento popular e por sua vez, dedicar a figura de Vargas o maior número de folhetos até hoje registrados.

O poeta popular como filho do seu tempo e testemunha ocular da história, contribuiu na construção da imagem de Vargas não somente no Nordeste, mais também no “resto” do Brasil haja vista que muitos poetas migraram para o “sul” e tinham um público fiel de migrantes que se alimentavam das temáticas propaladas pelos folhetos. O poeta através dos folhetos transforma-se em um veículo de construção social da imagem de Vargas por “todo” o Brasil, como podemos observar através dos versos do folheto de João Martins de Athayde intitulado, **Homenagem da Musa sertaneja ao grande chefe da Nação**, publicado em 1938, em pleno “Estado Novo”:

O Brasil de Norte a Sul
 Tem grande admiração
 A esse grande estadista
 Que hoje dirige a Nação,
 O chefe do Estado Novo
 Conquista a alma do povo,
 Do litoral ao sertão
 (ATHAYDE, 1938, p.2).

Getúlio aparece no cenário político a partir de 1913, com uma “discreta” passagem, como Deputado Estadual pelo Rio Grande do Sul, sendo reeleito em 1917. Em 1923 é eleito Deputado Federal e depois em 1928 torna-se Governador do Rio grande do Sul. O poeta Antônio Teodoro dos Santos registra em seus versos a ascensão política de Getúlio:

No ano de 28
 Ano farto e florescente
 O povo do Rio Grande
 De tudo era consciente
 Elegeu o Dr. Vargas
 Para ser seu Presidente
 (SANTOS, 1954, p. 6).

Quando Vargas assume a Presidência através do golpe de 30, que ele com sua oratória e “sagacidade” apresentaria ao Brasil, como sendo, “a Revolução de 1930”, seu nome se tornaria conhecido nacionalmente, e ele começaria assim, a construção de sua imagem projetando-o, para a consolidação de seus planos futuros a frente do governo do Brasil. Os primeiros folhetos que registram a atuação de Vargas, no entanto, começam a aparecer a partir da Revolta Constitucionalista de 1932, através do folheto **O Levante de São Paulo** de autoria de Thadeu de Serpa Martins, publicado em Fortaleza-CE a 20 de agosto de 1932:

O doutor Getúlio Vargas
 Homem de bom coração,
 Fez tudo para evitar
 Aquela revolução
 Porque não achava bom
 Brigar irmão com irmão.
 (MARTINS, 1932, p.7).

A partir de então a imagem de Vargas no cordel se consolidará numa crescente, transformando-o num mito e no personagem político que seria o mais citado até hoje na Literatura de Folhetos Nordestina. Orígenes Lessa observa, quando Vargas ganha

dimensão e repercussão no seio dos poetas populares que, “desinteressadamente” trabalharão na construção e preservação de sua imagem principalmente depois que começam a ser criados a legislação trabalhista, o salário mínimo e outras medidas populistas no seu governo: [...] “Mas é só depois de 1935, e principalmente depois do golpe de 1937, que ele começa a empolgar os poetas populares, num reflexo da progressiva penetração da sua política trabalhista” (LESSA, 1973, p.61).

Os sucessivos golpes dados por Getúlio para manter-se no poder passaram quase incólumes aos olhos dos poetas populares que além de não perceberem a suas maquinações para permanecer no poder por vias ilegais ainda justificaram e defenderam a sua permanência como sendo benéfica ao País. Entre os folhetos pesquisados sobre a figura de Vargas apenas um trazia no título a palavra “golpe”, porém o autor demonstra não entender o amplo sentido da palavra. Refiro-me ao folheto **O golpe de seu Gegê ou o choro dos deputados** que descreve os acontecimentos que antecederam o golpe de 1937 justificando naturalmente e superficialmente o autoritarismo de Vargas que vetou as eleições que estavam previstas e “fechou” o congresso tirando o poder dos Deputados e Senadores pelo fato de que os mesmos estavam sendo um empecilho no governo “populista” de Vargas, sendo plenamente compreensível a atitude ditatorial de Getúlio aos olhos do poeta popular expresso nos versos do poeta Zé Vicente (1937):

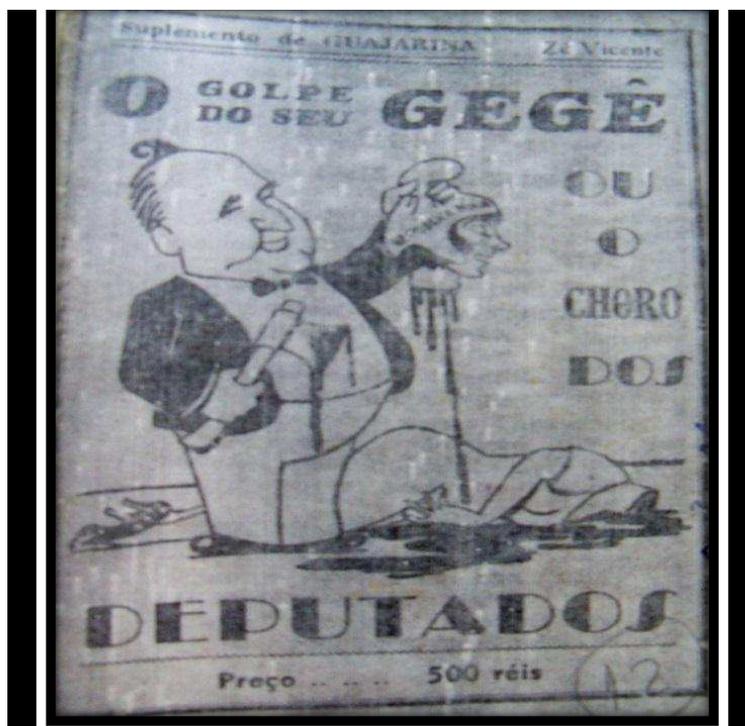
Estavam mesmo pensando
Que ficavam sempre assim,
Gozando a vida a vontade
Depois dum ato ruim;
Que a função de Deputado
Seguiria até o fim .
(VICENTE, 1937,p.12).

Porém a 10 de novembro
O seu Gegê deu o traço,
Pegou toda essa negra
E fez virar em bagaço
Deixando o tal de Congresso
Que nem calção de palhaço.

Depois do estado de sítio
Lá vem o estado de guerra;
Novo regime depois
Sobre o Brasil se descerra,
E Deputado não vale
Aquilo que o gato enterra.

A capa do citado folheto, publicado em novembro de 1937 revela, através de um desenho a visão do poeta e a sua interpretação do golpe de Getúlio mostrando com certa naturalidade a sua ação ditatorial, chegando a chocar com o desenho que mostra Getúlio com “ar de satisfação” com um machado em uma das mãos tendo na outra mão a cabeça de uma mulher (que representa o congresso nacional), se esvaindo em sangue, que ele degolou. Um detalhe que chama a atenção é que a mulher tem em sua cabeça um baquete, numa clara associação a mulher que representava os ideais republicanos durante a revolução francesa. A imagem na capa do folheto em destaque mostra como as imagens podem ser muitas vezes ambíguas e polissêmicas. Paradoxalmente a mulher da

capa representa o Congresso Nacional, e o ato de Getúlio, conforme consta nos versos do folheto não é visto como um atentado aos ideais democráticos, mas visto como uma medida acertada para por fim a inoperância dos Deputados e afastar o perigo de mais uma “Intentona Comunista”²¹.



A ditadura Vargas é percebida por grande parte da população brasileira inclusive por alguns poetas populares de forma ingênua e inocente ao ponto de, contrastando com o que entendem ser democracia, os mesmos chegam a fazer apologia a ditadura Varguista, defendendo-a como uma experiência positiva a partir dos anos vividos sob a sua égide ditatorial. Vários folhetos foram escritos reproduzindo essa visão como pode ser exemplificado no folheto **Perigo de Revolução** onde o autor defende o retorno de Vargas (deposto em 1945 e eleito Senador no mesmo ano) ao poder sob pena de haver outra “revolução” nos moldes de 1930:

Nosso Brasil só prestou
 Quando estava em ditadura
 Porque com democracia
 Morre gente em toda altura
 A Paraíba é a primeira
 Que só se fala em peixeira

²¹ Intentona Comunista foi o movimento ocorrido em 1935, em batalhões de Natal, do Recife e do Rio de Janeiro, onde partidários do comunismo intentaram um golpe militar para a conquista do poder. O movimento foi combatido e dominado pelas forças governamentais.

Eu digo ninguém censura
(AREDA,1950,p.7).

Para se legitimar, a ditadura Vargas fez uso intenso da propaganda e dos meios de comunicação. Como os fascistas, a administração Vargas demonstrava saber da importância dos meios de comunicação. Em 1937, bombardeada pela propaganda oficial, grande parte da sociedade parece ter recebido com indiferença o novo golpe chamado de Estado Novo, e em muitos casos com alívio por ver afastado o perigo comunista. Aqueles que se opunham ao regime não contavam com muitos canais para expressar seu descontentamento, diante da intensa repressão. Para conquistar a opinião pública ainda, o governo se esforçou para mostrar um lado protetor, sobretudo dos mais carentes. Foi assim que anunciou, em 1943, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), reunindo as mais variadas regulamentações sobre relações de trabalho feitas ao longo da ditadura Vargas. Com isso mantinha sobre controle grande parte do operariado.

Criado por Vargas em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) tornou-se o principal órgão do governo nessa área. Responsável pela censura elaborou também uma intensa produção, que veiculava os valores do Estado Novo. Vargas e sua equipe de governo trabalharam intensamente na construção de sua imagem diante do povo brasileiro. O historiador Mark Curran destacou o DIP como sendo: [...] “a primeira máquina sofisticada de propaganda na história do Brasil” (CURRAN, 2003, p. 119). O DIP e outras instituições dominadas pelo governo procuravam associar traços, por vezes duvidosos, da personalidade do Presidente a supostas “virtudes” do povo brasileiro. Tais instituições funcionavam como verdadeiros aparelhos ideológicos do Estado. O objetivo era formar uma imagem favorável do governo, de modo a conseguir o reconhecimento da sociedade brasileira. Em alguns períodos o DIP chegou a ser responsável por sessenta por cento (60%) dos artigos publicados em revistas e jornais por todo o Brasil. Era uma máquina de propaganda governamental como nunca se vira em terras brasileiras, certamente o órgão civil mais preponderante na fabulosa estrutura do Estado Novo. Marx já dizia que “as ideias dominantes são as ideias da classe dominante”, para os detentores do poder, não é interessante uma sociedade pensante, mas sim alienada e facilmente manobrável:

Uma sociedade crítica é uma grande ameaça à classe dominante, pois é muito útil aos que detêm o poder e os privilégios a existência de grande número de pessoas alienadas e ignorantes, para que sua ação dominadora e exploradora possa continuasse (GUARESHI, 2000,

p.325).

Aos estudantes brasileiros o DIP dedicava a produção de cartilhas cívicas com a imagem de Vargas e mensagens assinadas por ele, onde a história do Brasil era contada de forma enviesada e a figura de Vargas pintada como a de um redentor predestinado à salvação do País. Por meio de suas cartilhas o DIP transformou o aniversário de Vargas em efeméride escolar, de maneira que em centenas de escolas espalhadas pelo Brasil milhares de crianças lhe rendiam homenagens no dia 19 de abril (dia do seu natalício), que assim se tornava simpático às crianças. O dia 1º de maio, principal data do calendário dos movimentos operários, tornou-se marco para o governo Vargas, com a realização de inúmeras comemorações oficiais. Vargas conseguiu transformar o “dia do trabalhador”, que antes era um dia de protestos e lutas trabalhistas, em o “dia do trabalho”, sendo este um dia de festas e comemorações, ocultando e mascarando a exploração do trabalhador em detrimento da universalização da categoria trabalho, que aparecia agora dissociada da luta dos operários por melhores condições de vida. Vargas pretendia neutralizar a ação dos sindicatos dos trabalhadores e ganhar a simpatia do trabalhador. No Rio de Janeiro, sobretudo em São Januário, no estádio do Vasco da Gama, realizavam-se enormes desfiles e comícios, que contavam com discursos inflamados do Presidente. Muitas vezes, eram anunciados benefícios aos trabalhadores, como o salário mínimo e outras “benesses” neste dia se tornando tradição em governos posteriores que a exemplo de Vargas anunciavam “benefícios” aos trabalhadores, tais como o aumento anual do salário mínimo.

Entre os instrumentos utilizados para a idealização de sua imagem, estava o rádio, que tinha grande penetração popular. O DIP dedicava parte de seus recursos à censura aos meios de comunicação brasileiros. Nada (ou quase) escapava aos olhos atentos dos censores, que em 1942 chegaram a proibir a veiculação de 108 programas de rádio e quase 400 músicas, fosse pelo conteúdo nocivo aos interesses da pátria, fosse por letras de moral questionável, sobretudo em se tratando das marchas de carnaval.

Em 1940, a Rádio Nacional tornou-se estatal. Com grandes recursos, era a principal responsável por fazer a ligação entre as regiões brasileiras. A “principal” atração era o programa “À Hora do Brasil”, criado no governo Vargas, que iria ao ar de segunda a sexta, no horário das dezenove horas, permitindo ao povo em geral ouvir as “novidades” da política e ouvir diariamente o seu presidente “falando com eles”, através de um jargão que ficou conhecido como -“trabalhadores do Brasil”. Não obstante todo o

sucesso que o rádio fazia, ele não tomou o lugar dos cantadores de improviso e dos poetas de cordel, pelo contrário, se tornou um forte aliado na divulgação desta manifestação popular. O poeta popular que também era ouvinte de “À Hora do Brasil” utilizava-se de sua arte para “romancear” e praticizar as medidas, e a imagem do governo Vargas, servindo como uma caixa de ressonância do getulismo, como podemos perceber nos versos de Raimundo Santa Helena, em **Getúlio Vargas e o Estado Novo**:

Plano Cohen na Hora do Brasil
 37 na noite de setembro
 Há 50 quaresmas mas me lembro:
 No sertão vi um trem levar civil
 Espingarda soldado e fuzil
 Pois o Plano “previa” uma guerra
 Nos planaltos, nas águas e na serra
 “liderada então por comunista”
 Alguém diz que foi farsa elitista
 Militares tomaram mar e terra...
 (SANTA HELENA, 1987, p.3).

A Literatura de Cordel se constituiu em um vetor que catalizava as notícias nacionais e regionais informando o povo acerca dos últimos acontecimentos. Sua linguagem simples e ritmada fez e ainda faz com que diversas pessoas procurem se alfabetizar com a intenção de compreender os versos do cordel ou até mesmo se tornar um poeta popular. O cordel demonstrou sua importância ao difundir valores e homogeneizar a imagem de Vargas como legítimo condutor do povo. Nos anos de 1930 a 1945 e principalmente depois de 1937, com a introdução das leis trabalhistas, Vargas se torna a principal temática da literatura de cordel. Os poetas populares, por meio de sua linguagem, aproximam seu público dos fatos nacionais e internacionais mais relevantes. Deixaram, assim, no imaginário desse grupo, relativamente “afastado” de todo o aparato propagandístico mobilizado pelo Estado Novo, a imagem positiva de Vargas. Talvez se Vargas e os políticos em geral soubessem da força e do encanto que o cordel exercia sobre o povo teria se utilizado oficialmente dos mesmos para a intencionalmente construir e perpetuar a sua imagem.

Como na maioria dos meios de comunicação, os folhetos demonstravam que Vargas encarnava as prerrogativas de um bom líder, capaz de captar e colocar em prática as aspirações populares. O mesmo era pregado pelo discurso do Estado Novo, no qual o chamado "pai dos pobres" sintetizava as características de “infalibilidade” e de compreensão das forças históricas. O sorriso, o carisma, a personalidade e toda a

construção ideológica sob a atuação política de Vargas colaborou para que parte da população brasileira não compreendesse o Estado Novo como uma limitação dos direitos civis do brasileiro. O poeta João Martins de Athayde reproduz em seus folhetos a imagem do “sorridente”, calmo e simpático Getúlio:

O que há de mais importante
 Na vida do presidente
 É que ele tudo resolve
 Com um sorriso, calmamente,
 Livrando sempre o Brasil
 Da infame guerra civil
 Que apavora nossa gente.
 (ATHAYDE, 1938, p.2).

Algumas "concessões" (suas ações são apresentadas dessa maneira) feitas aos trabalhadores foram continuamente lembradas nos folhetos, contribuindo para a popularização de Vargas. A Lei de Férias, que na verdade é resultante da luta dos operários, de greves e de reivindicações dos sindicatos e de movimentos sociais, foram apresentadas como frutos da ação de Vargas. Segundo os poetas do cordel, essas medidas protegeriam o povo de seus exploradores habituais. No folheto A voz do maior brasileiro (o senador Vargas) o poeta Manoel Pereira Sobrinho registra estas ações de Vargas em seus versos:

<p>Eu tratei de proteger A causa do operário Não possuía direitos E tinha pouco salário Além do pouco ordenado Vivia todo humilhado Feito o pior salafário</p>	<p>Criei o salário mínimo Fiz a caixa de pensão O abono de família Para quem tem precisão Protegi a classe pobre Dei um acouxo no nobre Sem dar nem satisfação. (PEREIRA SOBRINHO, 1950,p 2).</p>
--	--

As medidas populistas de Vargas vão sobrepor-se ao seu autoritarismo e perseguição aos seus opositores de tal forma que os poetas populares defenderam e exaltaram exaustivamente a figura de Vargas, atribuindo a ele todas as conquistas sociais do povo brasileiro da época de seu governo, passando incólume diante dos poetas a imagem do ditador Vargas. O cordel repercutirá a imagem do Vargas deificado, no “pai dos pobres”, no “protetor dos humildes”, como se a história estivesse dividida em antes e depois de Vargas chegar ao poder. O poeta Manoel Sobrinho continua assim destacando em seus versos o governo populista de Vargas:

Quem deu esta lei ao pobre
 Que antes não existia?
 Por que só davam direitos
 A quem tinha fidalguia?
 Respondam meus compatriotas
 A custa de sacrifícios
 Vos dei essa garantia

E por isso meus amigos
 Todo rico me odeia
 E eu não estou ligando
 O pobre é quem me rodeia
 Servi, sirvo e servirei
 Amei, amo e amarei
 E não farei cara feia
 (PEREIRA SOBRINHO, 1950, p.4).

Os pronunciamentos de Vargas vão se transformando em linhas mestras de conduta e os intelectuais ligados direta ou indiretamente ao regime se tornam intérpretes da nova ordem. Os poetas populares desenvolvem um papel parecido. Eles inclusive sabiam o quanto seus escritos tinham prestígio e poder. Vários políticos se valiam de seus folhetos para fazer propaganda política. Entretanto, é importante frisar que os poetas populares não eram financiados e nem ao menos preparados para exercer tamanha influência. Seus escritos respondiam às expectativas de seu público e obviamente não contrariavam o ideário da região, porque era da venda dos folhetos que muitos poetas populares tiravam seu sustento.

Praticamente todas as ações políticas de Vargas são retratadas nos folhetos que nos anos de seus mandatos tiveram tiragens nunca vistas. Entre os principais assuntos esteve seu suicídio. Naquele momento diversos grupos da população brasileira organizaram manifestações e se colocaram contrários aos opositores de Vargas. Na Literatura de Cordel não foi diferente. Os poetas populares lembravam as "concessões" que Vargas havia feito aos trabalhadores e sua imagem se construía como aquele que sentiu e respondeu aos apelos da população brasileira. Em seus versos, Manoel D'Almeida Filho cria um diálogo entre Tancredo Neves e Getúlio Vargas, no qual Vargas apresenta suas realizações - este trecho pode ser encontrado no folheto **Encontro do Presidente Tancredo com o Presidente Getúlio Vargas no Céu:**

Você sabe que deixei
 O país passando bem
 Criei as leis trabalhistas
 E os institutos também
 Para que o povo não fosse
 Mais escravo de ninguém.
 (ALMEIDA FILHO, 1987,p. 5).

Os poetas populares escreveram folhetos de praticamente todos os episódios da vida de Vargas, permitindo ao povo conhecer a sua biografia e acompanhar todos os

seus atos de governo até a sua fatídica morte, É possível elencar folhetos que falem acerca da “revolução de 1930”, da revolta Constitucionalista de 1932, da “Intentona Comunista de 1935”, do Plano Cohen, do Estado Novo, das leis trabalhistas, sua saída do poder em 1945, a campanha “queremista”, sua volta ao poder “nos braços do povo”, em 1951, suas últimas medidas populistas e seu suicídio em 1954. O folheto registrou toda a trajetória de Vargas coincidindo a época, como sendo o tempo de apogeu da Literatura de Folhetos. O fenômeno editorial de Cordel acerca de Vargas, além da propaganda oficial do DIP, talvez se explique também pelo fato de que: “Na crônica cordeliana, ele simbolizou pela primeira vez a vitória dos pobres, historicamente dominados pela classe alta, tanto na extinta era da escravidão quanto na do governo oligárquico, que continuará a submeter a classe pobre rural” (CURRAN, 2003,p. 112). O povo acostumado a sofrer na mão das classes oligárquicas dominante não conseguia perceber a ditadura e o autoritarismo nos atos de Vargas, relevando o fato do golpe de 1937, que é explicado pelo poeta José Bernardo da Silva, em **A Entrada Triunfal de Getúlio Vargas em Recife** que diz:

Getúlio não é fascista
Nem também usurpador
E se deu aquele golpe
Que lhe fez um ditador
Foi para salvar a Pátria
Da miséria do terror.
(SILVA, 1950, p.4).

Foi sob as ordens de Vargas que o famoso ‘herói’ do cangaço Lampião foi assassinado, porém o fato de ter sido Getúlio o responsável foi registrado pelos cordelistas de forma contraditória, pois que esses mesmos poetas escreveram loas ao lendário Lampião, ignorando a ação de Vargas, outros poetas agradecem a Vargas por livrar o País da ação do banditismo representado por Lampião. Vargas também foi responsável por entregar Olga Benário (esposa de Luís Carlos Prestes) nas mãos dos nazistas para ser morta nos campos de concentração. Getúlio com seu aparelho ideológico conseguia a seu tempo, transformar a sua “real” imagem de ditador, autoritário e perseguidor, em o “protetor do povo” tendo os seus atos brutais ignorados ou justificados por aqueles que consciente ou inconscientemente defendiam o “Pai dos pobres”.

Getúlio e os grupos que estavam por trás dele, souberam habilmente manipular os sentimentos das massas brasileiras, seus líderes políticos e militares. Curran lembra

ainda que, Getúlio “[...] soube aprender, com o passado, que o brasileiro é pródigo em perdoar velhos erros; soube manobrar a política para formar novas alianças surpreendentes e fortalecer as antigas; enfim, soube fazer bem o jogo” (CURRAN, 2003, p. 129).

Getúlio foi deposto do cargo de Presidente em 1945, mas sua imagem já estava consolidada no meio popular. Em 1950 os poetas populares conclamam o povo a reconduzir Vargas em seus braços ao palácio do Catete. O poeta Rodolfo Coelho em seu folheto **A Volta de Getúlio** assim se reporta:

Pode o porco ser granfino
 Pode o pato não nadar
 Pode o leão ser mofino
 Pode o gato não miar
 A galinha criar dente
 Gente virar serpente
 Mas Getúlio vai voltar
 (CAVALCANTI, 1950, p.1).

O poeta Manoel D´Almeida filho assim convida os trabalhadores a sua missão de reconduzir o presidente ao poder:

Senhores trabalhadores
 Vamos levar ao trono
 Do Catete brasileiro
 O mais elevado patrono
 Das classes trabalhadoras
 Que estão em abandono.
 (ALMEIDA FILHO, 1950).

A imagem de Vargas se faz tão onipotente no meio popular, de tal forma que não faltarão os poetas que o igualarão a Deus, a Jesus, a Moisés a Tiradentes transformando-o em um herói e num ser divino, o “salvador da pátria”. O poeta Cuíca de santo Amaro chegou a intitular um de seus folhetos de: **Deus no céu Getúlio na terra**, claramente demonstrando a “deificação” de Vargas. Francisco Izidro reforça a volta de “Gêge” em seus versos dizendo:

Ele voltará!
 Volta Getúlio bendito
 No Norte ao Sul do Brasil
 Todos erguem este grito
 Vem ser nosso Presidente
 Volta a ser para essa gente
 O que foi Moisés para o Egito.
 (LESSA apud OLIVEIRA, 1973, p.111).

Nem mesmo a forma trágica com que ele terminou sua vida, conseguiu ofuscar a

sua imagem diante de um povo que em seu imaginário religioso acreditava ser o suicídio um pecado sem perdão que condenaria quem assim o praticasse. Dentro da classificação estudada por Durkheim, o suicídio de Vargas se enquadraria em suicídio altruísta, que ocorre quando um indivíduo está “integrado demais” a sociedade. Nas palavras de Durkheim:

Uma vez que chamamos de egoísmo o estado em que se encontra o eu quando vive sua vida pessoal e só obedece a si mesmo a palavra altruísmo expressa o estado contrário, aquele em que o eu não se pertence, em que se confunde com outra coisa que não ele, em que o polo de sua conduta está situado fora dele, ou seja, em um dos grupos de que faz parte, por isso chamaremos de suicídio altruísta aquele que resulta de um altruísmo intenso (DURKHEIM, 2000, p.275).

Os laços sociais são muito fortes e ele valoriza mais a sociedade do que a ele mesmo. O suicídio altruísta é assim resultado, então, de um intenso altruísmo, fruto de um dever para com a sociedade, situando-a acima do indivíduo. É dessa forma que o suicídio de Vargas entraria para a história e o “imortalizaria”, como um Sansão que mesmo suicidando-se é visto como um herói que derrotou em sua morte os grandes inimigos do povo. Esta seria a imagem de Vargas consolidada após a sua morte, onde ele pequenino fisicamente seria transformado num hercúleo Sansão, que em vida protegeu os fracos e oprimidos. O suicídio de Vargas seria perdoado e ressignificado no cordel, sendo ele por fim absolvido, conduzido ao céu e elevado a categoria de “santo” mediador. Vargas saiu da vida, pelas suas próprias mãos, para entrar na história. A morte em 24 de agosto de 1954 foi, para ele, artifício da virtude. Talvez a sua “máscara” houvesse caído se ele não tivesse tirado sua própria vida, e cumprido o seu mandato, vindo quem sabe a ter sua imagem desconstruída pelos seus opositores. A morte virtuosa de Vargas é assim interpretada por Luiz Eduardo Soares ao interpretar o que poderia ter acontecido com Getúlio se ele não houvesse se suicidado vindo a se tornar um mártir aos olhos do povo:

Parecia condenado a descer do Palácio do Catete para fundir-se, virtualmente anônimo, às multidões solitárias. Antecipou-se ao golpe, golpeando-se a si mesmo, atingindo seu próprio corpo. Logrou, pelo seu suicídio, reviver politicamente e sobreviver a seus adversários. Voltou a individualizar-se, distinguindo-se como objeto da comoção nacional e ator do novo processo que desencadeou, enquanto agente produtor de fatos significativos e protagonista central de seus desdobramentos [...] (SOARES, 1993, p.153).

O poeta consegue com a morte de Vargas imortalizá-lo em seus versos, tornando-o mais popular e famoso após a sua morte, do que em vida. Um tremendo luto nacional, junto com sentimentos de choque e tristeza, é a matéria-prima poética. Em **A morte do Presidente Getúlio Vargas**, Minelvino diz:

A 24 de agosto
 Quando o dia amanheceu
 Um negro manto cobriu
 Ligeiro o sol se escondeu
 O mundo em peso chorou
 Quando a notícia vagou:
 Getúlio Vargas morreu!
 (SILVA, 1954, p.1).

Como o suicídio era visto como um grande pecado ou crime, os poetas populares usaram de sua engenhosidade artística para transformar o suicídio em um ato heróico, um último sacrifício pelo povo brasileiro. Orígenes Lessa registra a interpretação dos poetas sobre o fato ao observar que: “Duas distinções sutis apresentam os poetas para explicar ou afastar o grave pecado. Uma ter morrido no posto da honra, para não se entregar, para não ser morto. Outra, para evitar derramamento de sangue, para salvar seu povo” (LESSA, 1973, p. 127). Luiz Eduardo também registra a interpretação que o suicídio deixou para o povo: “O ódio do pai que abandona, suicidando-se, é transferido aos seus adversários, sobre os quais pesa o estigma do algoz. Getúlio sobrevive como referência central da própria história da nacionalidade, além do bem e do mal” (SOARES, 1993, p. 154). Rodolfo Coelho Cavalcante, que foi o poeta que mais folhetos escreveu e publicou acerca de Vargas assim justificou o ato de Getúlio, no folheto **A Morte do Grande Presidente**:

Suicidou-se Getúlio?
 não leitores, isto não!
 mataram Dr. Getúlio
 com a arma da traição
 venderam-lhe e ameaçaram-lhe
 ferindo seu coração
 (CAVALCANTI, 1954, p.1).

Para imortalizar a imagem de Vargas os poetas absolvem Vargas do suicídio e outorgam a ele um lugar especial no céu, coroando a sua missão “em favor dos pobres”. Cúfca de Santo Amaro assim registrou:

A alma de Getúlio
pediu licença e entrou
aos pés do onipotente
logo se ajoelhou
sorrindo o Pai divino
com a mão o abençoou
(SANTO AMARO, 1954, p.3).

A imagem e o mito de Getúlio se sobrepuseram a sua morte pela pena dos poetas populares que o imortalizaram e criaram todo um cenário de representação que o promovem a intercessor e santo que mesmo no “além” continua a comandar e orientar os seus sucessores a frente da Presidência da República. O fantasma de Vargas permaneceria assim na memória coletiva da sociedade brasileira por muito tempo sendo eleito como referência e trampolim de ascensão para aqueles que se julgavam herdeiros dos seus espólios políticos. Vários folhetos foram escritos narrando a sua apoteótica morte (suicídio) e sua ascensão aos céus com todas as honras ocupando um lugar de “santo”, intercessor e mediador que tal qual um deus grego interfere na vida dos mortais. Essa perspectiva revela indícios da característica da cultura política brasileira que enxerga o político como sendo um herói e salvador, um ser deificado transcendente. Os folhetos que tematizam a trajetória de Vargas demonstram como o povo brasileiro foi direcionado pelos meios de comunicação e máquina de propaganda oficial que projetava na figura do governante as suas esperanças depositando no mesmo a responsabilidade do seu futuro subtraindo de si uma participação mais ativa enquanto construtor da realidade na qual ele está inserido.

A Literatura de Cordel, através de seus poetas, perdoou e justificou o suicídio de Vargas fazendo-o ascender ao céu, ser recebido com todas as honras, continuar a interceder pelo povo, aconselhou seus sucessores e os orientou em seus governos. O cordel promoveu Vargas a anfitrião do céu promovendo muitos encontros entre este e outros políticos, dando continuidade e reproduzindo mesmo após a sua morte o culto a sua personalidade que exageradamente era praticado nos dias de seu governo. Foram muitos os políticos que buscaram a “benção” de Getúlio e foram ao seu encontro após a morte destes no universo do cordel, a citar como exemplo os folhetos **Palestra de J.K. Com Getúlio Vargas no céu de Apolônio Alves, e Encontro do presidente Tancredo Neves com Getúlio Vargas no céu de Manoel de Almeida** (1987). Getúlio Vargas povoará o imaginário político brasileiro aqui expresso pelo cordel, com intensidade, até o golpe de 1964, voltando a cena em 1985 para respaldar a redemocratização (Diretas

Já) e no governo Collor que simularia a política populista do mesmo. Vargas será considerado como o herói fundador desse Brasil moderno.

Não se pode afirmar que os poetas, ao escrever sobre Vargas e seus feitos apenas quisessem “agradar” ao governo, ou se o faziam por que eram pagos para fazer, pois existem registros de folhetos que foram “censurados” pelo todo poderoso DIP, a exemplo do que disse Martins de Athayde ao queixar-se em 1944, cinco poemas teriam sido censurados. O fato é que o cordel ajudou a construir e repercutir a imagem de Vargas para todo o Brasil, sendo este o seu personagem mais destacado. No entanto não devemos nos apressar em considerarmos os poetas populares como alienados e meros reprodutores da imagem oficial de Vargas, como se estes não tivessem consciência crítica.

Muito do que foi dito acerca de Vargas, foi expresso de forma polissêmica e polifônica, através de discursos e significados, nem sempre harmônicos que se entrecruzaram, deixando nas entrelinhas interpretações diversas para o fazer poético dos cordelistas em seu ofício de representantes do imaginário popular coletivo. Ao tratar da complexidade da expressão popular explicitada pelo cordel e sua variada e multiplicidade de interpretações percebemos que o poeta e seu público alvo “resiste sem resistir” deve-se atentar para as palavras de Michel de Certeau que diz que: “sempre é bom recordar que não se devem tomar os outros por idiota... Na cultura ordinária a ordem é exercida por uma arte que é ao mesmo tempo exercida e burlada” (CERTEAU, 2003, p.19).

Após o suicídio de Vargas o mito do político herói salvador entre outras características, sobreviveria no imaginário político brasileiro através do Presidente Juscelino Kubistchek (JK) dando novos contornos ao espetáculo da política. A esperança do povo brasileiro sentido-se órfão pela perda do “pai dos pobres” será canalizada para JK (1956-1960), a Literatura de Cordel acompanhará a produção da imagem de do novo salvador da pátria e repercutirá no meio popular a sua representação que legitimará e solidificará a visão de que seriam dos “grandes vultos” da nação que viria sua redenção.

Em nossa pesquisa de campo pelos acervos de cordéis encontramos vinte e oito (28) títulos que tematizavam o Presidente JK, dos quais vinte e um (22) falavam de sua trágica morte. A julgar pela produção cordeliana acerca de JK que destacou muito timidamente o seu governo em vida, percebe-se que os cordelistas aguardavam que seu governo despontasse e favorecesse as classes populares tal qual o de Vargas, porém vê-

se que Juscelino Kubistchek não “empolgou” os poetas populares que apesar de todo esforço de promovê-lo ficou apenas como uma promessa que esperavam que desse certo. Outro fator que talvez explique a “frustração” com relação a Juscelino Kubistcheck, foi o fato do mesmo suceder²² aquele que era aclamado pelo povo como “pai dos pobres” Getúlio Vargas, rendendo-lhe comparações que o minimizavam diante dos dezenove(19) anos de governo populista que contou com um eficiente aparelho de propaganda (o DIP) em detrimento dos seus quatro (4) anos de mandato. Foi após a sua morte que a imagem de Juscelino Kubistchek alcançou mais profundamente o público alvo do cordel vindo a alcançar a dimensão de mito. Os poetas populares “esforçaram-se” no sentido de promover a imagem de Juscelino Kubistchek fazendo-o subir triunfalmente ao céu. Os poetas idealizaram Juscelino Kubistchek como discípulo e sucessor de Vargas, chegando a promover o encontro deles no céu, através dos folhetos: **Encontro de JK com Getúlio Vargas no céu** José Francisco Soares (1976) e **Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu** de Apolônio Alves dos Santos onde o poeta descreve as medidas de governo, a troca de elogios entre ambos e o reencontro em seus versos:

²² Após o suicídio de Vargas em 1954, os meses que faltavam para completar o seu mandato, foram ocupadas por Café Filho (seu vice que logo se afastou por causa de doença) , pelo presidente da Câmara do Deputados Carlos Luz e por Nereu Ramos que era presidente do Senado.

Juscelino sem demora
Deu-lhe um abraço apertado
Disse meu caro Getúlio!
Que prazer inesperado?
Pensei de não te ver mais
Isto a mim satisfaz
Estou emocionado!

Getúlio muito educado
Abraçou ele também
Dizendo meu Juscelino
Do lugar que você vem
Todo povo te admira
Pois no mundo ninguém tira
O valor que você tem
(SANTOS, 1976, p. 2).

A morte de JK, vítima de um acidente automobilístico, em 22 de agosto de 1976, foi explorada pelos poetas populares exaustivamente criando um clima de comoção e perda do estadista e contribuindo para a mitificação do mesmo. O poeta João José dos Santos no folheto **Vida tragédia e morte de Juscelino Kubistchek**. Destacando em seus versos:

O Brasil decretou luto
Ao meio pau a bandeira
A tragédia que chorou
Toda nação brasileira
Com tristeza e desatino
Na morte de Juscelino
Kubistchek de Oliveira

Agamenon Magalhães
Em agosto se ultimou
Getúlio Vargas em agosto
Também se suicidou
Jk forte e disposto
Em vinte e dois de agosto
Um desastre lhe matou
(SANTOS, 1976, p.1)

A representação de JK no cordel está atrelada a construção de Brasília, sendo destaque em quase todos os folhetos que versam sobre o mesmo popularizando e “imortalizando” a sua imagem associando-a a Capital Federal fortalecendo o mito de herói salvador. O poeta João Fernandes de Oliveira no folheto **A morte do saudoso Juscelino Kubstcheck** registra essa impressão em seus versos:

Fundou a grande cidade
A capital federal
Rica, bela e moderna
Do nosso tempo atual
Juscelino sempre foi
Um homem memorial

O Nordeste todo em peso
Sempre foi favorecido
Por que em sua legenda
Nunca ficou esquecido
Por isso agora enlutado
Clama muito entristecido

Uma das obras maiores
Que ele fez com viva voz
Foi a grande barragem
Do açude de Orós
E Brasília (capital)
Que trouxe orgulho para nós
(OLIVEIRA, 1976,p.2).

O final do governo JK foi marcado por crises e acusações de corrupção, ambiente favorável para evocar novamente a figura do herói salvador que em seu traje de super-herói traria como ícone uma vassoura que iria varrer a corrupção: Jânio Quadros o novo herói aparecia novamente como a esperança do Brasil. A carreira de Jânio foi meteórica ocupando pelo Estado de São Paulo os cargos de Vereador,

Deputado, Prefeito e Governador. Foi principalmente com o *marketing* da vassoura que Jânio ganhou os brasileiros e os cordelistas que passaram a promover a imagem do novo herói brasileiro. A capa do folheto de João Barra Mansa é ilustrada através de um desenho que geniosamente matiza o símbolo do herói Jânio Quadros: Uma vassoura criativamente trabalhada onde é possível identificar de forma satírica o rosto de Jânio Quadros que se mistura com o seu ícone que é a vassoura, tendo o cabo “vestido” com óculos, bigode e gravata, numa clara referência ao estilo “largadão” de Jânio que encenava em suas aparições públicas ligeiramente desajeitado, comendo em público sanduíche de mortadela e falando um linguajar popular identificando-se ao seu público ouvinte.



A imagem da vassoura de Jânio aparece nos folhetos em que o mesmo foi tema, trazendo para seu público alvo a esperança de um governante que varresse a corrupção administrativa e política reconduzindo o País nos trilhos do desenvolvimento e de um governo voltado para as causas populares. Jânio que pertencia ao partido da UDN conseguiu vencer as eleições com mais de seis milhões de votos o que representou na época um percentual de 48% dos votos, uma votação bastante expressiva se comparada ao seu antecessor JK que fora eleito com 36% dos votos, derrotando inclusive o

Marechal Lott que era o candidato apoiado por JK. Jânio Quadros conseguiu em 1959 o feito histórico de se eleger Presidente do Brasil. A popularidade aos olhos do povo e dos poetas sua vitória e sua misteriosa renúncia foram interpretadas pelo historiador Mark Curran como sendo resultado do mesmo fazer.

[...] uma campanha populista espetacular, que o mostrava pronto a “varrer a corrupção” do passado, vassoura na mão. Essa era a imagem que dele fazia o povo, e com ele os poetas de cordel, que foram enfeitiçados por seu carisma e suas promessas, e desiludidos com a mesma intensidade pelos eventos seguintes, inexplicados. Sem dúvida, foi um dos homens públicos mais pitorescos da época (CURRAN, 2004, p.155).

Os folhetos escritos na época descrevem toda esperança popular deposita no novo herói do Brasil, como exemplificado no folheto **Jânio Quadros a esperança do Brasil**, onde o poeta Antônio Teodoro dos Santos em plena campanha eleitoral descreve em seus versos o momento vivido pelo Brasil, a biografia contendo segundo sua visão as qualidades, atributos e propostas do Jânio e conclama ao seu público alvo que vote nele:

Temos um grande político
Que merece confiança
Dedicado aos estudos
Dotado desde criança
O Homem da Vassourinha
Do Brasil a esperança

O Brasil é bom país
Mas tem “rato e tem sujeira”
O brasileiro não usa
Do cangaço ou da trincheira
Porém tendo uma vassoura
Limpa a terra brasileira...

Jânio Quadros meu amigo
É um homem de valor
Trabalhou pelo Brasil
No cargo de professor
Do Estado de São Paulo
Foi um bom governador
(SANTOS, 1960,p.2)

Os poetas populares seguindo o ritual peculiar à produção do mito do herói salvador destacam em seus versos quando falam destes a sua biografia enfatizando

sempre algum acontecimento na vida do herói ou atributo que o diferencia dos demais homens. Quando já eleito os poetas populares apostavam que a vassoura de Jânio faria a diferença em seu governo e que ele atenderia as expectativas que foram criadas em torno dele. O poeta Rodolfo Cavalcante (1960) no folheto **O que Jânio pode fazer no Brasil** expressa em seus versos a esperança do povo:

Jânio Quadros em janeiro
Começa a casa arrumar
Ao depois ele vai vendo
O que pode consertar!
Pois o Brasil francamente
Não pode ir pra frente
Caso a VASSOURA falhar!

Eu creio que Jânio
Já há muito está ciente
Da miséria do Nordeste
Quanto sofre a pobre gente
Faz vergonha o ordenado
De qualquer um empregado
Neste salário indecente
(CAVALCANTI, 1960, p.1).

Jânio Quadros assume a Presidência em 1960 e faz um conturbado governo vindo a renunciar sete (7) meses depois frustrando o povo brasileiro que assiste o seu herói salvador abandona-los em meio a crise. O poeta João Barra Mansa no **folheto Jânio Quadros confinado ou triste resultado de um brasileiro cassado** interpreta em seus versos o sentimento popular diante dos acontecimentos:

Se lembra daquele tempo
Que não há de voltar não
O senhor pedindo voto
Pro dia da eleição?
E todo mundo gritando
Uns de vassoura na mão
Sonhando com o presidente
Que era homem independente
E progredisse a nação

E os votos que lhe demos
Isso não valia não?
Tanto valeu que o senhor
Biquíni e briga de galo
De uma só vez acabou
O povo não mais confia
Na sua insatisfação
Vai suportando essa vida
Sem a sua falação
(BARRA MANSA,1960, p.5e 6).

Após o governo de Jânio Quadros o Brasil será novamente palco de crises que culminarão com a deposição do vice de Jânio, João Goulart acusado pelos militares de ser comunista. O Brasil sofreria assim um golpe militar que resultou numa ditadura militar durante um período de 21 anos (1964-1985). Os militares no Brasil, sobretudo o exército, tem sua história entrelaçada com o poder desde os primórdios da República quando a proclamaram em 1889 e assumiram o poder com os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto entre 1889 a 1894. Outros episódios que marcaram a participação dos militares na história política do Brasil foram a sua participação no movimento Tenentista de 1922 e 1924, na “Revolução” de 1930, como interventores

(governando os Estados) no governo de Vargas e nos bastidores do poder organizando movimentos que endossavam ou se articulavam para depor governantes eleitos que os desagradassem (como foi o caso do movimento articulado para impedir a posse do Presidente Juscelino Kubistchek em 1956). A participação de militares no governo na presidência ou em outras esferas do poder permitiu que culturalmente se construísse um mito heroico em relação aos militares a partir da imagem do exército como salvador e herói coletivo revelando assim uma instituição como sendo a salvação e não apenas o militar enquanto indivíduo. As Forças Armadas através da imagem construída de ser uma instituição caracterizada pela disciplina, austeridade, ética e do pensar coletivamente viria a ser lembrada em tempos de crise, pela população, como os eventuais salvadores das situações de crise contrapondo-se a políticos civis dados a prática da demagogia, tal como observa Mendonça: “As Forças Armadas surgem assim como personagens coletivos formando um contraponto simbólico ao imaginário criado pelos políticos demagogos de massas” (MENDONÇA, 2002, p.39).

Através do golpe de 1964 os militares estabeleceram-se no poder apresentando-se como a salvação do Brasil na luta contra o comunismo e a demagogia política. Os militares através de um rígido controle institucional e da censura conseguem obter apoio popular para os seus governos ditatoriais calcados nas bases do imaginário político que enxergava os militares também como salvadores da pátria. O mito construído acerca dos militares ocorre dentro de duas perspectivas que se metamorfoseiam e se unificam na memória coletiva: “Alimentando a narrativa mítica do Exército salvador, duas imagens estarão presentes em diferentes momentos históricos: a salvação via soldado-cidadão e a salvação através da instituição militar” (MENDONÇA, 2002, p.30).

A Literatura de Cordel como parte da produção cultural da época acompanhou compartilhou e legitimou em determinados momentos a ideologia que mitificava os militares, principalmente no combate ao comunismo . A produção cordelista da época também foi vítima da censura da ditadura militar o que explica em parte a posição de alguns cordelistas que rendiam loas a ditadura. Os militares no poder governaram através de decretos suspendendo a liberdade de expressão, cassando políticos opositores, fechando o Congresso e proibindo eleições através dos inquisitoriais Atos Institucionais (AIS). Os poetas populares tais quais todos os meios de comunicação da época, censurados pelo regime militar, chamavam o golpe de 1964 de “Revolução de 1964” e justificavam a intervenção militar como necessária para o momento. O golpe militar será enxergado pelo poeta Zacarias Jerônimo da Costa (1976) no folheto **O valor**

da revolução comparando como era a vida antes e depois do golpe e agradece as forças Armadas por salvarem o País e o reconduzirem no “caminho do progresso” reproduzindo e fortalecendo o mito do “Exército Salvador”:

Cada brasileiro deve,
Alma, vida e coração
Primeiro ao Pai supremo
Que nos dá a proteção
E a Maria imaculada
Com nossas forças armadas
Que fez a revolução

Eu morro dando valor
A quem nos deu garantia
Como o presidente Medici
Que lutou de noite a dia
Homem de bom coração
Ajudou o nosso pão
Com aposentadoria

(COSTA, 1976, p1 e 3).

Nos folhetos escritos na época da ditadura os poetas populares, com algumas exceções, não conseguiam perceber o autoritarismo, a censura, a corrupção e as contradições do excludente governo dos militares, contribuindo com seus versos para manter viva na memória popular o mito do “Exército Salvador” onde tudo era justificado como sendo necessário, legitimando assim a dominação. É perceptível nos folhetos que tematizam o período o fato deles geralmente não discorrerem sobre o regime político e sim sobre os “feitos” dos Presidentes militares, havendo um silenciamento quanto aos feitos da sufocante ditadura. Sendo assim os folhetos sob o olhar escrutinador dos censores militares não traziam nenhuma crítica ao governo, principalmente os que foram produzidos entre 1964 e 1975.

Outra característica dos folhetos escritos durante a ditadura militar que reforçava a crença no mito dos militares como sendo o herói salvador era o fato dos poetas ressaltarem sempre as medidas de governo como sendo fruto das benesses dos Presidentes militares e não como sendo dever do Estado buscar o bem estar social do seu povo. Muitos folhetos foram escritos a época onde os poetas omitem a figura do Estado e personalizam na figura do General Presidente agradecendo exaustivamente por algum benefício concedido a população, chegando a dizer que algumas medidas de governo foram motivadas pela “caridade” dos governantes militares. Caridade esta que quase sempre é associada a religiosidade dos militares destacada nos folhetos contrastando com o ateísmo comunista. No folheto **Agradecimento dos velhos aposentados ao presidente da República** de José Antônio Torres, o poeta agradece ao presidente Geisel pela aposentadoria “dada” aos velhos e outras benesses para o povo brasileiro. O poeta chega inclusive a garantir o céu para o deificado e “bondoso”

governante:

O Presidente da República
De alta capacidade
Caritativo dos pobres
Ama Deus e a verdade
E num coração daquele
Não pode ter falsidade

Ele olhando para os velhos
Com a idade vencida
Doente sem ter recurso
Faltando roupas e comida
Resolveu dar-lhe descanso
Para seu resto de vida

Para o lugar que ele vai
Está separado um canto
Onde moram as três pessoas
O Pai o Filho e o Espírito Santo
Nossa Senhora o envolvendo
Com o seu sagrado manto

(TORRES, 1978, p.1).

Outro folheto que evidencia a tendência de deificação dos militares legitimando a ideia de herói cidadão, onde o poeta além de personalizar o poder na figura dos Presidentes Militares reiteradamente agradece aos mesmos por cumprir suas obrigações enquanto governante como se os mesmos não tivessem obrigações para com a nação e governassem caridosamente “dando” ao povo o que eles necessitavam. Refiro-me ao folheto **O governo do Presidente Médici e os agradecimentos dos trabalhadores do Brasil**, de Minelvino Francisco Silva onde o poeta destaca em seus versos que:

Foi a maior caridade
Que fez esse general
A todos esses velhinhos
De nossa terra natal
Deus que seja dele o guia
Pra recompensar um dia
No reino celestial

Vivia o homem do campo
Sem pequena proteção
Pela lei complementar
Tem os direitos na mão
Agradecemos a Deus
E ao chefe da nação
(SILVA, 1974, p.4).

Depois de longos anos de censura e falta de liberdade política, mas ainda vivendo sob a égide do regime militar algumas luzes bruxuleantes começam a resplandecer na luta pelo retorno a democracia. O período marcado pela crise econômica, pela anistia e conseqüentemente pelo desejo que outro herói salvador surja no cenário da política brasileira. O movimento pelas “Diretas Já” faz ressurgir o ímpeto

de grande parte da população que foi as ruas exigir o direito de escolher o seu futuro herói salvador. Muito embora o desejo tenha sido frustrado pelo veto a lei do Deputado Dante de Oliveira que “decretava” o retorno das eleições para 1985, adiando-o para 1989, surge no cenário através de eleição indireta (decidida por um colégio eleitoral de votantes) o Presidente Tancredo Neves que consegue canalizar após si toda a projeção popular que se traduzia pelo desejo do retorno a democracia com eleições livres e um governo que olhasse para os problemas do País e as mazelas sociais, tal como observa Veríssimo de Melo ao defender que:

Naqueles idos agitados de 1984 e começos de 1985, o povo brasileiro encontrou seu mito de redenção na pessoa de Tancredo Neves. Ele sintetizava a solução que as classes sociais idealizavam para a salvação do País, com sua volta a normalidade democrática (MELO, 1986, p. 10).

A Literatura de Cordel acompanhou *paripassu* as evoluções táticas ocorridas no campo da política na luta pela redemocratização reacendendo o filão encomiástico do cordel, principalmente a partir da vitória do Congresso elegendo Tancredo Neves e José Sarney para Presidente e vice do Brasil. Mas de cem folhetos foram escritos protagonizando a figura de Tancredo Neves que tornar-se-ia um mito político tal qual Getúlio Vargas. Acreditando que as mudanças e medidas que beneficiariam os brasileiros e o país como um todo a população se entregou ao sentimento de que é possível mudar, crendo que mudanças ocorrem simplesmente através dos decretos que o herói salvador iria pôr em prática. Essa opinião popular com relação a mudanças com “toques mágicos” se refletiu nos folhetos produzidos a época tal como observa Curran quando diz que: “Os poetas de cordel espelharam a opinião das massas, influenciada pela mídia, e imaginaram que bastava acabar com a ditadura e ter um Presidente civil para que, de alguma maneira e em algum tempo indefinido, os problemas políticos e econômicos se resolvessem” (CURRAN, 2003, p. 213).

Nesse período de efervescência política os poetas populares registraram os acontecimentos e refletiram em seus versos a construção do mito do herói salvador Tancredo que transitou desde a sua biografia, sua vitória nas eleições indiretas para Presidente, sua *via-crucis* na luta contra a doença que culminou com sua martirizada morte no dia 21 de abril, coincidentemente o mesmo dia da morte de outro mártir mineiro Tiradentes. Os poetas contaram com a ajuda da mídia falada (rádio e tv) e impressa para fazer a cobertura dos acontecimentos, o que contribuiu com a riqueza de

detalhes transformados em versos pelo dom poético dos cordelistas.

A proeminência dada a Tancredo Neves e sua dimensão simbólica se deveu mais pela conjuntura política frustrada pela eleição indireta da época sufocada pela ditadura militar do que por méritos próprios, talvez se não fora Tancredo seria outro político que canalizaria o anseio popular por mudanças:

No primeiro momento, a inclinação pró-Tancredo, perceptível na opinião pública, foi antes negativa que positiva. Nada de identificação popular ou de magnetismo carismático; estamos longe do grande caso de amor da sociedade brasileira com seu quase Presidente (SOARES, 1993, p. 154).

Após a eleição indireta de Tancredo para a Presidência, em 15 de janeiro de 1985, a imagem de herói salvador do Presidente “começa” a ser engendrada visando à posse do mesmo em 15 de março de 1985, contando com toda a artimanha estratégica da propaganda midiática. A Literatura de Cordel seguindo o rastro das notícias que eram veiculadas e devido a grande importância dada pela opinião pública a redemocratização do País, registrou um extraordinário crescimento da produção poética voltada para aquele que seria agora a encarnação do mito herói salvador da nação brasileira. É significativo observar que no universo de mais de cem folhetos escritos sobre Tancredo, uma maioria foi produzido em 1985 quando o mesmo já estava eleito. Setenta e dois folhetos trazem em seus registros a data de 1985 num universo onde trinta e cinco não trazem nenhuma data (embora os títulos indiquem que a maioria foi escrita em 1985) e apenas três obras foram escritas em 1984 que tratavam diretamente de Tancredo, o que indica que o crescimento e construção mítica do personagem Tancredo se deu entre, alguns dias que antecederam sua eleição perpassando pela expectativa de sua posse, as projeções de seu governo, culminando com sua doença e morte emblemática que abalou a nação brasileira. No folheto **Vida e morte de Tancredo Neves o pai da Nova República** o poeta evoca um mito brasileiro de Minas Gerais para introduzir outro do mesmo lugar através de seus versos:

São João Del Rei do herói
Tiradentes imortal
Minas celeiro de bravos
de escalas sem igual
agora dá mais um mártir
para a história nacional

Refiro-me ao cidadão
Tancredo de Almeida Neves
a esperança de um povo
que vive de fome e greves
e quando tem sonhos bons
além de utópicos são breves
(AMANCIO, 1985, p.1).

Grande parte do povo brasileiro tinha expectativa de que a partir do momento que Tancredo assumisse o governo traria redenção ao País e o reconduziria no caminho do desenvolvimento. Esse anseio popular foi registrado pelo poeta no folheto **Vitória de Tancredo e o fim da ditadura** através de seus versos rimados que diziam:

O doutor Tancredo Neves
Homem muito experiente
Pelo que diz e o que faz
Deixa esperança na gente
Na história da nação
É uma transformação
Ele como presidente

Ele fez sua campanha
Sem precisar de acinte
Garantiu em praça pública
Trazer a Constituinte
Num jeito forte e viril
Vai colocar o Brasil
Nos planos do século vinte.
(AMANCIO, 1985, p.1).

O Presidente Tancredo Neves, as vésperas de assumir o poder, foi acometido por uma enfermidade que o fez convalescer por trinta e nove dias entre sete cirurgias, infecções e transfusões de sangue para finalmente vir a falecer em vinte e um de abril de 1985. O Brasil acompanhou toda a *via crucis* de Tancredo que era a todo instante informado e atualizado de forma melodramática pelos meios de comunicação fazendo com que a população se tornasse profundamente identificada e sensibilizada com o sofrimento e luta de seu líder maior. A ampla divulgação dos fatos e a conjuntura política da época contribuíram para que no imaginário político brasileiro fosse formada a imagem de Tancredo como salvador do país, sendo assim o cotidiano do calvário vivido por ele, permitiu que fosse tecido simbolicamente no imaginário o mito do herói salvador que entraria para a memória coletiva como sendo um salvador que tal qual Jesus que se sacrificara pela humanidade, semelhantemente com o seu sofrimento vicário e morte sacrificial imolava-se visando a redenção do Brasil pondo fim as “trevas da ditadura”, fazendo ressurgir a esperança de dias melhores para todos. Os poetas populares não perderam tempo e produziram dezenas de títulos de folhetos descrevendo os acontecimentos matizando-os no espírito do momento vivido disseminando e legitimando a imagem arquitetada. Os poetas logo se apressaram em comparar a figura do Tancredo a de Jesus, como fica demonstrada no verso do folheto **A volta de Tancredo ao governo:**

No dia 14 de março
o Brasil todo se preparou
pra receber aquele homem
que vai governar como Cristo reinou
repartindo o pão pra quem não tem
como Cristo fez e pregou!
(CASADO, 1985, p.4).

Em seguida o poeta começa a descrever o longo “calvário” vivido por Tancredo:

Mas na madrugada fluente
a imprensa noticiou
que naquela noite corrente
Tancredo as pressas se operou
de uma úlcera da peste
que o Brasil não se conformou
(CASADO, 1985, p.4).

A associação de Tancredo a figura de um salvador se tornou a partir de então consolidada no imaginário político nacional e sua doença, sofrimento e morte foi espetacularmente e exaustivamente explorada pela mídia e pela Literatura de Cordel reproduzindo em seus versos a ideia de Tancredo deificado como o “messias” e redentor do Brasil, dando a sua libertação como certa. O martírio de Tancredo e a repercussão dramática de seus últimos dias são interpretados por Soares da seguinte forma:

Tancredo é capturado pelo código do martírio, em que a vítima sacrificial purga os pecados do mundo e abre espaço para a redenção da humanidade decaída. A agonia do mártir é acompanhada por todo o País, através da mídia (SOARES, 1993, p.159)

Foram muitos os poetas que narraram os últimos dias da vida de Tancredo. Mais de setenta títulos foram dedicados à construção imagética do martírio de Tancredo descrevendo as minúcias do seu sofrimento e a impressão popular dos acontecimentos que culminaram com a sua morte vicária, a exemplo do folheto **Tancredo mensageiro da esperança** do poeta Elias Carvalho:

Tancredo, nosso messias
Com seu poder varonil,
Se entregou de corpo e alma
Contra esse sistema hostil
Que flagelou nosso povo,
E libertou o Brasil
(CARVALHO, 1985, p.1).

A afirmação de Tancredo enquanto mito de herói e principalmente de salvador

quando este lidou com a morte, se construiu imagetivamente a partir de duas figuras mitológicas da cultura política brasileira que a sua semelhança encontraram a morte em momentos históricos marcantes da história nacional. Os personagens foram o também mineiro, Tiradentes e o gaúcho Getúlio Vargas identificados como mártires que foram ou se deixaram imolar pelos ideais da redenção do País, segundo o imaginário político nacional, tal como observa o poeta em seus versos:

Era um dos episódios
Das horas tristes e amargas
Dos mártires da nossa História
Estradas longas e largas
Trilhadas por Tiradentes
Tancredo e Getúlio Vargas
(CARVALHO, 1985, p.6).

A construção do mito do “Salvador da pátria” subsistirá após a morte de Tancredo que será transportado pelos cordelistas para o céu, onde a crença popular reza que irão os “bons” após cumprirem sua missão aqui na terra. Tancredo na visão do cordelista é recebido por aquele que segundo creem é o “porteiro do céu”, que é o São Pedro segundo o credo católico seguido pela imensa maioria de brasileiros. Tancredo sendo recebido no céu por São Pedro foi retratado artisticamente pelo xilógrafo Erivaldo na capa do folheto **O encontro de Tancredo Com São Pedro no céu**, onde a xilogravura mostra Tancredo chegando sobre nuvens, num mesmo plano que Pedro, vestido com um terno (típica vestimenta dos Presidentes brasileiros) e sendo bem recepcionado com um aperto de mão da parte de São Pedro, onde demonstra-se claramente através da imagem a crença popular entranhada no imaginário místico da cultura brasileira, como podemos perceber na capa abaixo ilustrada pelo xilógrafo:



O folheto acima ilustrado trata de forma satírica como se teria dado a chegada de Tancredo ao céu. O poeta mesmo tratando da ascensão aos céus do mito Tancredo, não perde a sua veia satírica aproveitando para expressar o pensamento popular acerca da corrupção reinante no Brasil e o momento de insegurança e expectativa com relação ao governo de Sarney. Tancredo em sua chegada trava um diálogo com Pedro informando-o do que estava acontecendo no Brasil, da política desenvolvida pelo seu sucessor José Sarney e seus planos econômicos que não estavam surtindo o efeito desejado. O poeta ainda ressalta que Tancredo ao morrer se livrou de um grande problema que foi herdado pelo seu sucessor e que agora ele estaria melhor do que quando estava no Brasil, que segundo observa São Pedro, estava cheio de corrupção conforme destaca em seus versos:

Além disso você tem
 um bondoso coração
 não podia ficar lá
 que só tem corrupção
 e governar um país
 que está assim de ladrão
 (PANDEIRO,s.d.,p.2).

O poeta que possivelmente escreveu o folheto no ano de 1987 pelas referências que faz aos planos econômicos do governo Sarney que pareciam não estarem dando certo, mostrando certa impaciência e descrença no legado deixado, porém ele isenta Tancredo de qualquer participação na corrupção e desmandos econômicos e sociais

deixando a responsabilidade sobre o seu sucessor José Sarney:

Tancredo disse: São Pedro
eu como não quis roubar
preferi deixar a terra
e vir para o céu morar
lá deixei José Sarney
se lascando em meu lugar
(PANDEIRO, s. d., p.3).

O poeta finaliza seu folheto de forma satírica e bem humorada tratando a estadia de Tancredo no céu, de forma diferente da visão mitológica que popularmente foi propagada, mostrando um Tancredo na eternidade que não está engajado na redenção do País deixando um último recado demonstrando qual era o interesse dele agora no pós-vida, pelo Brasil, livrando-se de um grande problema:

Tancredo disse: eu aqui
estou livre do sururu
daquele Brasil de briga
de rato e urubu
eu quero é que eles todos
morram tomando pitú
(PANDEIRO, s.d., p.8).

A figura de Tancredo além de promovida ao céu encontrar-se-ia com outros vultos políticos que da eternidade ainda orientavam e influenciavam os destinos da nação conforme os versos dos cordéis que promoveram o encontro de Tancredo com outros ícones consagrados pelo imaginário popular tal como Tiradentes, Vargas, Juscelino e padre Cícero. Os poetas promoveram Tancredo a santo, a intercessor chegando a atribuir a ação de milagres matizando assim a imagem messiânica do ideário popular:

Ungido pela graça suprema de sintetizar as dores do mundo e expiar os males que as originaram (dolorosa graça), a personalidade de Tancredo Neves é alçada, pelo imaginário popular, a categoria da santidade (e os santos são, não nos esqueçamos, imitações de Cristo) (SOARES, 1993, p.162).

O espetáculo de dramaticidade que envolveu a morte de Tancredo e a construção do mito de salvador da pátria chega ao ápice na Literatura de Cordel quando os poetas o elevam a categoria de santo e intercessor do povo brasileiro, onde mesmo estando morto estaria simbolicamente vivo através de outros personagens que partiram antes e estariam juntos no céu “trabalhando” pelo bem estar da nação. A morte “uniu” Tancredo a outro mito que também se encontrara com a morte: Getúlio Vargas. Tancredo, enquanto Vargas era vivo, recebeu uma caneta de presente. O objeto caneta simbolicamente

representava a herança deixada de “salvador para salvador”:

Tancredo herdou a caneta de Vargas e se manteve fiel até a hora final de seu comandante; além disso, estendeu a fidelidade a própria biografia, reeditando a fusão sacrificial do indivíduo com o cargo, do ser privado com a função pública. Por sua agonia, Tancredo encarnou os valores públicos, trazendo-os para o domínio da privacidade, sobrepondo-os ao corpo e a vida (SOARES, 1993, p. 162).

Tancredo Neves após sua morte permaneceu vivo no imaginário popular onde os cordelistas promoveram a sua entrada no céu com todas as honras, bem como o encontro com outras personalidades políticas que povoaram o imaginário mítico brasileiro, tais como Tiradentes, JK e Getúlio Vargas. Os poetas atribuem a Tancredo, em seus versos, o poder de interferir no mundo dos vivos, enviando mensagens e cartas a outros políticos com o fim de orientá-los a dar seguimento ao que o mesmo idealizava para o Brasil a partir da chegada de um Presidente civil no poder. Também não faltaram folhetos que deificaram a figura de Tancredo perpetuando seu mito de salvador concedendo-lhe atributos peculiares aos santos da igreja Católica, que tinham o poder de interceder e “obrar” milagres em benefício dos fiéis. No folheto **Os milagres de São Tancredo** o poeta de forma satírica apresenta Tancredo como sendo um santo que intercede pelo povo e que faz milagres, e que inclusive foi canonizado pelo papa. O folheto registra as supostas curas de várias pessoas tais como paráliticos, cegos, surdos e mudos. O poeta destaca em seus versos o “são” Tancredo dizendo:

O Brasil até que enfim terá o seu grande santo o homem que deu exemplo é por isso que aqui canto o católico Tancredo é digno desse manto	Está registrando o fato do milagre que ocorreu os jornais e as tevês viram tudo que se deu confesso meu São Tancredo já sou um devoto seu (PESSOA, 1987,p.1 e 2).
---	---

O poeta Gonçalo Ferreira também promove Tancredo à categoria de santo no folheto **Morreu são Tancredo deixando o Brasil de luto**, onde a partir de sua capa se percebe a sutileza do poeta apresentando a foto de Tancredo com a cabeça encurvada, compenetrado e com as mãos em posição de oração. Nos versos o poeta descreve toda a comoção do Brasil pela morte do seu “redentor”, destacando o novo *status* do político alçado a condição de santo intercessor:

Hoje São Tancredo Neves
desmaterializado
pede a Deus pelo seu povo
e pelo Brasil amado
nos provando o quanto é
espiritualizado

herdou de Getúlio Vargas
uma caneta dourada
com que a carta-testamento
foi escrita e assinada
e com a morte de Getúlio
a carta ao povo legada
(SILVA, 1985,p. 6 e 7).

A literatura de cordel através da engenhosidade dos poetas promoveu a imagem do “salvador” Tancredo que não se contivera em apenas estar no céu, teria que interferir nos próximos governos de maneira “sobrenatural” através de mensagens do além que alimentavam a esperança do povo que fora as ruas na euforia de viver uma democracia plena e ser governado por um político que os redimisse. O cordel promoveu o encontro de Tancredo com o seu sucessor José Sarney e também com os constituintes que tinham a missão de elaborar uma constituição que contemplasse os anseios da população brasileira. O poeta Gonçalo Ferreira escreveu o folheto **Carta de Tancredo Neves aos constituintes** onde do além Tancredo orientava e exigia dos Deputados celeridade na elaboração da Constituinte:

Cuidem com sabedoria
Desta Constituição
Mas não gastem tanto tempo
Comendo tanto feijão
Por conta da miserável
Da pobre desta nação

Eu falo para os senhores
Do céu, mas mineiramente,
Fiz muito bem em morrer
Antes de ser presidente,
E por favor, não me façam
Voltar ai novamente
(SILVA, 1987, p.3 e 8).

Depois da morte de Tancredo o Brasil passa a ser governado por José Sarney, de quem vivendo a sombra de Tancredo, esperava-se que colocasse em prática o que fora esperado e prometido durante a campanha pelas Diretas-Já e quando da eleição indireta para Presidente. Na conjuntura política em que Sarney foi lançado a condição de Presidente pairava um clima de esperança e expectativa, em função da imagem mítica redentora de Tancredo. No imaginário popular Sarney era discípulo de Tancredo que daria continuidade ao projeto sonhado para o Brasil, como podemos perceber nas narrativas do cordel da época. No folheto **Campanha, vitória e morte do Presidente Tancredo** o poeta infere que Tancredo trazia sempre consigo aquele que seria o seu sucessor:

Tancredo Neves enfrentou
Uma campanha acirrada
Discursou pra multidões
Foi dura a sua jornada

De mãos dadas com Sarney
Começou a caminhada
(BEZERRA, 1985, p.1).

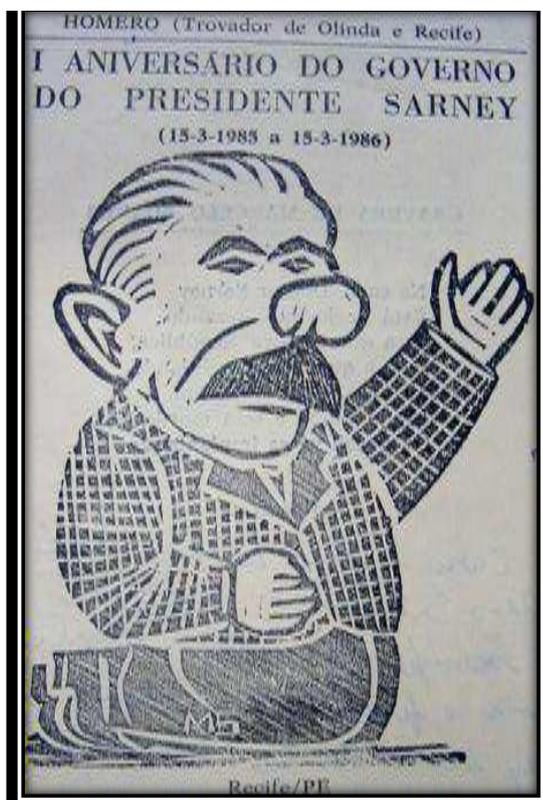
Sarney, portanto, era a princípio uma figura secundária no espetáculo protagonizado pelo salvador Tancredo. No imaginário popular acreditava-se que Sarney colocaria em prática administrativamente tudo que supostamente fora articulado por Tancredo. O governo de Sarney foi seguido pela sombra de Tancredo onde ele seria visto apenas como coadjuvante, pois a imagem de salvador foi legada a época a figura de Tancredo, se o seu governo agradasse a nação os méritos seriam todos de Tancredo, porém se naufragasse na insatisfação popular a culpa em sua totalidade seria atribuída a Sarney. O que historicamente ocorreu é que no conjunto da ópera o governo de Sarney com seu sucessivos planos econômicos foi um fiasco sendo este responsabilizado pelo fracasso e mantida intacta a imagem messiânica de Tancredo. Talvez esse seja um dos motivos pelos quais Sarney não teve a sua imagem simbolicamente associada a mais um salvador que redimiria, com seu governo, o povo brasileiro, muito embora o mesmo haja adquirido capital simbólico suficiente para eleger-se sucessivamente até o ano passado ao cargo de Senador da República. O que se viu após a efusiva expectativa no salvador Tancredo, que levantou a autoestima do brasileiro, seguiu-se um depressivo sentimento de decepção a partir do governo Sarney, tal como atesta Luiz Eduardo:

[...] Tancredo ofereceu-nos, *in absentia*, as condições para a redenção da sociedade brasileira, reforçando sua autoestima e suas ainda frágeis convicções democráticas. Inútil lembrar que o legado promissor foi dilapidado pelos herdeiros políticos e que as sucessivas decepções populares produziram o estado de espírito melancólico, depressivo e apático, determinante da antipaixão pelo espaço público e pela política, que qualifica, hoje, a face subjetiva da crise brasileira (SOARES, 1993, p. 163).

A Literatura de Cordel registrou toda a euforia do início do governo Sarney perpassando pelo desencanto e decepção experimentada pelo passar dos anos de governo, impulsionados pelos resultados negativos, o que novamente lançou no imaginário popular a convicção que “este não era o salvador que esperávamos”, reeditando mais uma vez o percurso seguido pelos proselitistas messiânicos que consiste em alimentar a esperança de salvação em meio o caos da realidade vivenciada pelos mesmos. Inicialmente o governo Sarney é tratado pelos poetas com expectativa e esperança. O primeiro plano econômico de Sarney apelidado de plano Cruzado, trazendo entre outras medidas o congelamento de preços e a mudança da moeda de

cruzeiro convertida a cruzado. As medidas iniciais trouxeram grande esperança e euforia para o povo brasileiro, sentimento este que foi compartilhado pelos poetas populares que em seus folhetos endossavam as medidas iniciais do governo Sarney. Cronologicamente o otimismo em relação ao governo teve duração de pouco mais de um ano, como pode ser visto no folheto **I aniversário do governo do Presidente Sarney** onde o xilógrafo Marcelo Soares apresenta José Sarney ajoelhado com mãos erguidas, como que rezando e agradecendo aos céus (seria agradecendo a Tancredo?) pelo “sucesso” do seu primeiro ano de governo. No folheto citado o poeta descreve as medidas do Sarney para trazer melhorias para a população ao longo do primeiro ano do seu governo:

Fevereiro a vinte e oito
 Mais um passo agigantado
 Deu Sarney a fim de ver
 O Brasil desafogado
 Da inflação prevendo a queda
 Fixou a forte moeda
 Conhecida por Cruzado
 Ficando daqui pra frente
 Todo preço congelado
 (BARROS, 1986, p.9).



Após pouco mais de um ano de governo os problemas crônicos da nação reaparecem através da ineficiência dos planos econômicos do governo Sarney fazendo a população, que acreditara e até se tornara “fiscais do Sarney”²³, decepcionar-se ao perceber que após as eleições de 1986 para Deputados, Senadores e Governadores onde a maioria dos aliados de Sarney elegeram-se, o governo “afrouxara” em suas medidas deixando claro que era um plano eleitoreiro. Os poetas populares escreveram vários folhetos trazendo a impressão popular do momento vivido. Na capa do folheto de título **Novo pacote depois da eleição- foi traição**, o xilógrafo Marcelo Soares, através de sua arte denuncia quando ocorreu a grande ruptura popular em relação a confiança do povo em Sarney. A xilogravura mostra um cidadão caminhando num ambiente de paisagem desértica, carregando em sua cabeça um “pacote de maldades”, ilustrando assim o “peso” que o povo começou a carregar e que foi posto em sua conta após as eleições de 1986.



O folheto **O pesadelo da casa imprópria** registra a insatisfação com relação a Sarney em razão do descalabro inflacionário e pelo sucessivo insucesso de seu governo:

Eu não vou mais se calar,
 Cansei de ser enganado!
 Esse poeta Sarney

²³. Referência aos cidadãos que no ano de 1986 foram às ruas contribuir com o governo fiscalizando o congelamento de preços promulgado por Sarney através do plano Cruzado.

Só mudou mesmo de lado
Pra não perder a mamata
E veio com essa cascata
Do tal de Plano cruzado

Foi o mesmo que passar
Vaselina na moçada
Só pra ganhar a eleição
De bandeja, de barbada
Não é a toa que o danado
Desfilou de braço dado
Vinte anos com a milicada
(SANTA MARIA, 1987, p. 1).

Depois de quatro planos econômicos, de quatro mudanças no Ministério da Fazenda e com uma inflação anual de 1764,87%, o governo Sarney chega melancolicamente ao seu final em 1989, sem deixar saudades e desacreditado por aqueles que no início de seu governo trabalharam a seu favor como “fiscais de Sarney” e recebendo muitas críticas dos poetas populares que de apologistas transformaram-se em críticos contundentes de Sarney registrando assim o seu vertiginoso desgaste popular. O poeta Gonçalo Ferreira que no início do governo Sarney escrevera vários folhetos elogiando o Presidente a exemplos dos folhetos **O cruzado que derrubou a inflação, Muita sarna na sarneira de Sarney e o Brasil da nova República: o farol do terceiro mundo**, em face dos acontecimentos decepcionantes de seu governo escreveu o folheto **Procura-se um presidente para o lugar de Sarney** onde criticava profundamente sua política econômica e seus anos de governo, clamando pela sua saída e externando a sua decepção:

José Ribamar, poeta
Desconhecido da gente
José Sarney conhecido
Presidente incompetente
Promessa de Brasil forte
Porem promessa somente

Não foi somente o desastre
Do velho plano cruzado
Esperança do Brasil
E que resultou frustrado
Mais que isso um presidente
Incompetente e acomodado
(SILVA, s.d, p. 2)

O quadro de hiperinflação e governabilidade periclitiva vivenciado no final de 1989 marcou a campanha eleitoral daquele ano com os 22 candidatos à Presidência declarando ser oposição ao impopular governo de Sarney. Essa seria a primeira eleição direta para Presidente depois de 29 anos. O cenário de representação política da época apontava novamente para a esperança popular em um salvador herói, que pelo motivo de ser o primeiro presidente eleito pelo voto popular (após a ditadura militar), este seria

o escolhido para redimir o Brasil. Lamounier chamou essa esperança de “messianismo de 1989”, observando que a época havia:

[...] a crença generalizada de que a eleição direta, só por ser direta, “a primeira após 29 anos”, devolveria ao sistema político o *quantum* necessário de governabilidade, possibilitando o imediato equacionamento das questões pendentes na agenda pública (LAMOUNIER, 2005, p.193).

Entre os 22 candidatos que disputaram as eleições presidenciais em 1989, Fernando Collor de Melo construiu junto ao povo, com a ajuda da mídia (principalmente da Rede Globo), uma imagem de herói e “salvador da pátria”, fazendo a população acreditar novamente que o “messias” estava entre eles e que iria redimi-los conduzindo-os a “terra prometida”, fazendo-os esquecer do passado de abandono e orfandade. A imagem formada pelos brasileiros diante do decepcionante governo Sarney e a desconfiança nos políticos faz ressurgir antigos espectros e velhas práticas que voltam a aterrorizar o povo brasileiro, promovendo um clima propício para o surgimento de um novo herói salvador.

Collor recém-eleito Governador do Estado de Alagoas em 1986, começa a se projetar nacionalmente a partir de fatos ocorridos no início de seu governo e que ganharam repercussão nacional. As notícias davam conta do surgimento de um Governador nordestino que se negara a compactuar com a corrupção no funcionalismo público e negando-se a pagar os altos salários de funcionários que ficariam conhecidos como “marajás” e “fantasmas”. O surgimento de Collor no cenário político de Presidente da República se deu de forma estratégica e previamente pensada visando aproveitar o “vácuo” (vazio) do herói salvador: “suas ações mostram o avançado nível de planejamento da campanha e como ele soube aproveitar o momento pelo qual o país passava, criando fatos de grande impacto social que asseguraram sua eleição” (COSTA, 2006 p. 275).

Collor soube tirar proveito do aparelho midiático de sua época, principalmente através do espetáculo televisivo com extraordinário poder de criação de fatos e discursos que estrategicamente explorados possibilitaram a promoção de sua imagem como sendo resposta a expectativas messiânicas do povo brasileiro em 1989. A divulgação da imagem de Collor começou a ganhar fôlego a partir da ostensiva propaganda que as suas empresas de comunicação faziam acerca de sua pessoa. A família Collor de Melo em Alagoas era proprietária da TV Gazeta, Rádio Gazeta AM, Rádio Gazeta FM, Jornal Gazeta de Alagoas e da gráfica Gazeta de Alagoas. A TV

gazeta era afiliada da Rede Globo e foi “coincidentalmente” a Globo quem projetou nacionalmente a imagem do “Governador caçador de marajás”, em dois de abril de 1987 transformando-o no mais performático político nacional trabalhado pela mídia, permitindo a Collor acumular significativo capital político que alavancaria seu discurso de combate a corrupção e de governar para os “pés descalços” e para os “descamisados”. A capa do folheto **O colorido de Collor que a Globo nunca mostrou** destaca de forma crítica através da arte xilográfica de José Costa Leite o mote performático televisivo dado a Collor na Rede Globo, retratando a imagem de Collor tendo sua cabeça dentro de uma TV identificada como estando no canal da Rede Globo, onde o mesmo aparenta estar em uma tribuna a discursar vestido de um terno que trás as letras indicativas dos partidos que no momento lhe davam sustentação política sendo eles: PRN, ARENA, PMDB e PDS.



A imagem da capa e por sua vez os versos do folheto editado em julho de 1989 (três meses antes da eleição) descrevem o que, segundo Ismael Gaião da Costa, a Rede Globo de televisão não teria mostrado a respeito de Collor quando em diversos programas e reportagens fez apologia ao candidato. O poeta denuncia em seus versos que a Globo liderava um esquema para promover a eleição de Collor à Presidência da

República e que ela omitiu informações a respeito do verdadeiro intento de Collor destacando que:

desde bancos nacionais
deputados e prefeitos
até multinacionais
querem que ele seja eleito
mas a grande rede Globo
que faz o povo de bobo
é o seu maior padrinho
pois Collor na presidência
vai aumentar a potência
de seu Roberto Marinho
(COSTA, 1989, p.2)

O espaço midiático que ajudou a construir a imagem mítica de Collor como “salvador da pátria” ganhou proeminência com a Rede Globo, mas depois foi endossado por outras emissoras de televisão de empresários que, tal como Collor, eram do ramo das comunicações. O proprietário do sistema Globo, Roberto Marinho, deixou claro em uma entrevista no dia 27 de julho de 1989, ao Jornal Folha de São Paulo seu apoio ao Collor dizendo: “Eu vou influir o máximo possível a favor dele. Procurarei ser um homem consultivo, a favor de um Brasil melhor” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1989, p.13). O SBT, emissora de propriedade do empresário Silvio Santos também cedeu espaços em sua programação para a projeção do presidenciável Fernando Collor, contribuindo assim com a divulgação de sua imagem conforme o poeta atesta em seus versos:

Collor é proprietário
de rádio e televisão
mas vejo que empresários
vivem sempre em comunhão
porque o S.B.T.
que sempre quis ser poder
também entrou no “complô”
levando Collor pra “Praça”
pra “Hebe” que é sem graça
e pro programa do “Jô”
(COSTA, 1989, p. 2).

O cordelista em seus versos demonstra claramente que nem todos os poetas defendiam a candidatura de Collor e acreditavam no discurso midiático que era veiculado denunciando-o como sendo na verdade, um engodo e relembrando que ele estava em defesa dos interesses das classes dominante e que ele estivera ao lado da ditadura, tendo sido indicado como prefeito biônico e que como parlamentar em 1985

votou em Maluf na eleição indireta para Presidente, não se constituindo assim “o novo” ou “o diferencial” na eleição presidencial de 1989:

Collor quer ser novidade
no meio dos concorrentes
mas veja que na verdade
seu passado não consente
antes de ser deputado
foi prefeito nomeado
do falido P.D.S.
foi colega de Sarney
disso eu também sei
e quem sabe não esquece
(COSTA, 1989, p.3).

Não obstante haver poetas que eram contrários à eleição de Collor refletindo assim a desconfiança de uma grande parte de eleitores brasileiros, havia por sua vez muitos poetas que defenderam a candidatura de Fernando Collor reproduzindo o discurso midiático apresentando-o como o “novo salvador” do Brasil. O mito Collor se fundamentava principalmente sobre dois pilares, que eram a “caça aos marajás” (pelo fato de supostamente ter combatido o nepotismo, os super salários dos funcionários públicos em Alagoas) e “governar para os pés descalços e os descamisados”. Quase todos os folhetos pesquisados que defendiam a eleição de Collor abordaram estes dois aspectos que popularmente fazia as pessoas acreditarem que este seria o “novo messias. Alguns destes folhetos foram feitos por encomenda, tal como o folheto do poeta José Bezerra com o título **Collor Presidente, vice Itamar** que foi escrito já no segundo das eleições e que rendia loas ao candidato, falando exclusivamente dele e de suas promessas:

Sendo assim, eu voto nele
vota mesmo? Confirmado
governou com brilhantismo
Alagoas seu Estado,
se lembre dos marajás?
seu poeta estou lembrado
(NETO, 1989, p.1).

O combate a corrupção através da caça aos marajás se tornou o mote explorado em toda a mídia e parte dos poetas populares em consonância com o tema, passaram a tocar esta nota, como podemos ver através de mais um exemplo no folheto **Discussão de Collor de Melo com Brizola**, onde Gonçalo simula um encontro entre os dois presidenciáveis que terminou com um debate entre eles. O poeta “conduz” o debate demonstrando simpatia por Collor e antipatia por Brizola. O tema da caça aos marajás

que era o carro chefe da campanha do “salvador” Collor que iria limpar a nação da sujeira da corrupção não ficou de fora:

Embora Collor de Melo
ame a verdade e a paz
ficou conhecido como
um perseguidor voraz,
um caçador implacável
do mais que indesejável
elenco de marajás
(SILVA, 1989, p.1).

Collor na construção de sua imagem se utilizou também do sentimento religioso dos eleitores brasileiros. O cenário para gravação de sua propaganda eleitoral trazia ao fundo a imagem da padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, sendo alternado pela imagem do papa e do monge Frei Damião (que era vivo na época e popularmente considerado o sucessor do Padre Cícero Romão Batista). No uso do sentimento religioso nacional Collor em campanha visitou a cidade de Juazeiro do Norte, cidade símbolo da devoção nordestina ao Padre Cícero. A temática religiosa foi explorada por Collor em seus pronunciamentos principalmente por ocasião da disputa no segundo turno das eleições contra o Lula, onde estrategicamente Frei Damião foi visto em companhia de Collor e subiu nos palanques por ocasião de alguns comícios de Collor no Nordeste. Collor queria demonstrar através deste gesto que contava com o apoio e as bênçãos do “santo” Frei Damião para chegar ao poder. Collor anunciava-se como seguidor praticante da religião Católica com objetivo de contrastar-se ao Lula do Partido da estrela vermelha (PT) que era associado por sua vez ao vermelho do comunismo que segundo acreditava-se defendia o materialismo, o ateísmo e era avesso ao sagrado. Collor assim ao usar relíquias e ícones religiosos intencionava mostrar-se como sendo o representante de Deus no poder em contraste como o ateísmo comunista que era imputado na conta do Lula e do Partido dos Trabalhadores. Collor “apresentava-se” como o santo guerreiro contra os dragões da maldade (comunismo e ateísmo). Os cordelistas registraram o uso da imagem de frei Damião por parte de Collor visando um fim eleitoral como podemos exemplificar através do folheto do poeta José Honório da Silva de título **Vida e morte de Frei Damião: missionário do Nordeste** onde descreve a biografia do frei destacando o uso que Collor fez de sua imagem:

Fernando Collor de Mello
concorrendo a presidência
soube bem tirar proveito
dessa sua benevolência
de sua imagem fez uso

diria até, em abuso
de sua “santa” inocência
(SILVA, s.d, p.6)

A imagem e o mito do Collor também foram construídos a partir de atributos físicos interpretados e ressignificados pela exploração da estética, dos valores da modernidade bem como da virilidade e energia do candidato que se apresentava como a solução para retirar o Brasil da “estagnação” em que se encontrava. Entre as características arroladas por Schwartzberg (1978) para caracterizar figuras políticas, Collor se enquadraria na categoria “líder charmoso”, que encara a política como uma arte de sedução, ou como ofício teatral, fazendo uso excessivo de atributos físicos e estéticos. O corpo do presidente com destaque para a sua juventude demonstrada pelos seus 43 anos de idade, o seu porte físico com postura ereta e forte, a prática de esportes radicais e a “beleza” do candidato que se vestia com muito “bom gosto” fazendo uso da etiqueta protagonizado pelo estereótipo da jovialidade, energia e da beleza. Essa imagem de Collor contrastava-se com a imagem do corpo de Lula. Lula por sua vez era um homem “simples”, de estatura baixa, filho de emigrantes advindos do sertão pernambucano, trazendo sobre si o estigma de homem sofrido, vestido como um operário, com barba e cabelo grande e desgrenhado, com a voz rouca e a língua presa e com um dedo a menos na mão esquerda. A imagem que venceu nesse campo de batalha pela disputa do homem que mais se identificava com os anseios da população foi a imagem de Collor, que suscitou no meio popular o desejo do novo, do moderno e não do corpo tantas vezes derrotado pelas intempéries da vida difícil que vivem em seu cotidiano. Os milhões de brasileiros que pelas agruras e dificuldades enfrentadas ao longo de suas existências, tinham muitos mais traços característicos comuns ligados a figura do Lula, no entanto eles pareciam sonhar com a imagem do futuro promissor protagonizada pelo candidato Collor de Mello. Essa predileção pelo líder charmoso é explicada por Schwartzberg ao observar que:

Nessa cultura do espetáculo, onde se vive de olhos cravados em alguém ou alguma coisa, o líder ou estrela servem de pontos de apoio para a projeção dos sonhos e aspirações do público. Eles precisam, ao mesmo tempo de simplicidade, para que seja possível a identificação, e de superioridade- “distinção”, “classe”-, a fim de permitir igualdade e valorização (SCHWARTZENBERG, 1978, P.76).

É justamente sobre aquele que em nada lembra o cotidiano da maioria dos eleitores-espectadores que as expectativas populares vão se estabelecer. O Lula na

concepção popular era a imagem do igual, do comum, do cotidiano de sacrifícios e privações que todos queriam esquecer. Collor por sua vez representava a utopia, o “outro” que a população gostaria de ser e ter como realidade em sua vidas monótonas e insípidas, desejavam para si a imagem que Collor vendia através de seus discursos e principalmente do seu estilo de vida rodeado de riquezas e aventuras. Essa era a representação da cultura política do Brasil a época que projetava em Collor a utopia de viver dias melhores, semelhantes a imagem que lhes foi apresentada e personificada na “charmosa” figura do Collor de Mello. Na esteira dessa mentalidade cultivada pelo pensamento do eleitor-espectador, Schwartzberg explica essa projeção pelo charmoso Collor:

Bloqueado em sua monotonia cotidiana, o eleitor-espectador vive através do líder interposto, assim como da estrela interposta, projetando seus sonhos sobre esta ou aquele. Com o líder charmoso, *show-man* incomparável, ele foge a sua decepcionante condição. “Participa” de suas vitórias eleitorais e conquistas amorosas. Sente-se valorizado por estar sendo “representado” por esse herói ardoroso e gratificado por assistir a esse espetáculo fora do comum (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 81).

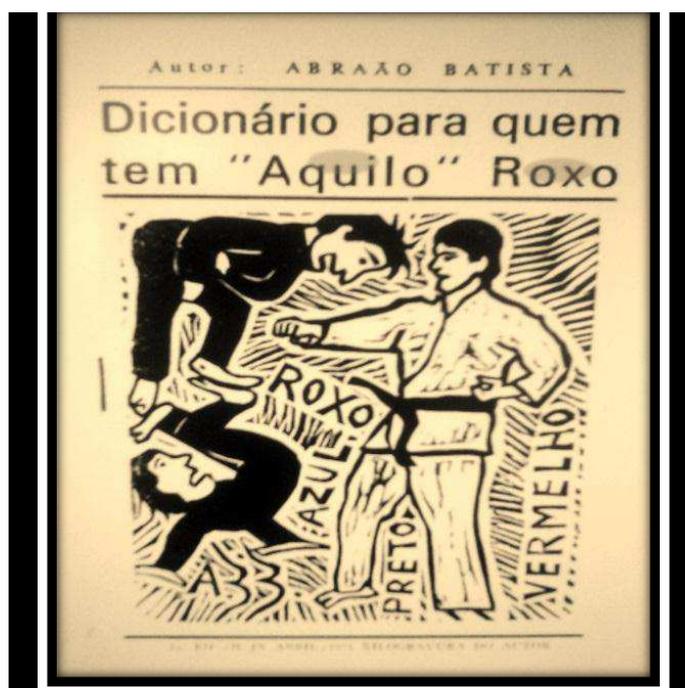
O político charmoso geralmente é quadragenário e de família abastada, o que reforça a identificação de Collor como sendo o político charmoso. Collor com essa imagem estrategicamente trabalhada no imaginário político popular acabou por ser eleito como o Presidente mais jovem da história do Brasil com apenas 43 anos de idade. Além de jovem, belo e de família abastada o político charmoso também é dado a prática de esportes para a promoção de sua imagem.²⁴ Collor em seu narcisismo exacerbado foi “flagrado” muitas vezes na prática de esportes como natação, karatê, cooper entre outros. Collor também foi destaque em sua imagem de *playboy* ao pilotar jet sky, um avião supersônico da aeronáutica e uma Ferrari a mais de 200 km por hora. Os poetas populares também perceberam em seus versos o uso dos dotes físicos como motivos eleitorais, enfatizando a jovialidade e beleza do Collor como é exemplificado através do folheto **Placar Desemprego 5 x Fome 0** de Isael de Carvalho que diz:

Mas veio das Alagoas
um rapaz belo e formoso
Fernando Collor de Mello

²⁴ De modo que o líder charmoso pratica esportes como qualquer um, o que humaniza a sua imagem. Mas deixa uma pontinha de ambiguidade, pois os esportes praticados- muitas vezes perigosos ou caros- o associam a velocidade ou ao perigo e aumentam ainda mais o seu prestígio (SCHWARTZENBERG, 1978, p.81).

com o seu porte garboso,
 amparado pela mídia
 que o fez vitorioso
 (CARVALHO, s.d., p.3).

A imagem de Collor como um vigoroso atleta que praticava variados esportes aparecia na capa dos folhetos, numa clara demonstração da aceitação da imagem do presidente charmoso, que impressionava o eleitor-espectador. A xilogravura de autoria do próprio poeta, Abraão Batista, mostra Collor na prática de artes marciais enfrentando dois outros competidores. A imagem mostra Collor em posição de combate, indicando que o mesmo está vencendo a disputa, promovendo assim a imagem de um político forte e heroico pronto para enfrentar os problemas que assolam o país. A capa do folheto retrata assim a imagem que era reproduzida no meio popular acerca do Fernando Collor, sendo repercutida pela arte popular da xilogravura e da criatividade dos poetas populares, mostrando assim a proeminência e importância dos valores estéticos e enérgicos projetados sobre o seu herói:



Numa sociedade consumista, preconceituosa, que tem uma formação escolar deficitária e de pouca participação política, parece comum que os indivíduos incluam como critério de escolha para votar em candidatos políticos os padrões de beleza estabelecidos pela sociedade, exigindo que os mesmos sejam belos, bem vestidos e perfumados. No imaginário popular, principalmente feminino, Collor, era o candidato

que reunia todos os dotes estéticos que agradava os eleitores. Novamente o poeta popular capta essa faceta da cultura política brasileira e expressa no folheto **O mesmo povo que derrota, elege Lula a presidente**, destacando a aparência do candidato e o critério usado para sufragar em seu favor:

O povo que votou em Collor
achava, o mesmo bonito
tinha moça que votava
histérica soltando grito
porque o Collor parecia
como um faraó, do Egito!
(LUCENA, 2004, p.2).

Para a Literatura de Cordel Collor surge como um mito salvador em 1989 quando em meio à crise política e econômica, vivenciada principalmente no último ano do fracassado governo de José Sarney, a mídia começa a divulgar o nome de Collor como suposto “caçador de marajá”. O sonho do salvador que redime a nação há muito tempo habita o imaginário político brasileiro mudando apenas os personagens, o tempo que eles surgem geralmente é precedido por crise e desolação. A construção do mito Collor e seu inebriante efeito se dá muito rapidamente, em questão de meses que antecedem a eleição presidencial, transformando Collor num fenômeno tão curioso quanto inesperado. Em 27 março de 1989 (três dias antes de ser exibido o primeiro programa político eleitoral do PRN em cadeia nacional em 30 de março) Collor possuía apenas 9% por cento das intenções de voto. Em junho o IBOPE (Instituto Brasileiro de Pesquisa Eleitoral) divulga nova pesquisa onde Collor aparecia com 43% das intenções de voto. A ascensão meteórica da popularidade de Collor resultou em sua vitória no primeiro turno. No segundo turno das eleições Collor e Lula protagonizaram outra luta onde o mito do salvador Collor estava mais sedimentado no imaginário político do que o mito formado também acerca de Lula. No confronto dos mitos Collor versus Lula, Collor sairia vencedor elegendo-se assim presidente da República do Brasil. O salvador Collor havia assim chegado ao poder pelo voto direto após 29 anos sem eleições. O mito Collor de Melo chega ao poder com a popularidade em alta e contando com o apoio da elite dominante do país e com a eficiente máquina propagandística da Rede Globo de Televisão.

O sonho do salvador que redimiria a população de sua situação transportando-os para melhores condições de vida durou muito pouco, pois passada a euforia da vitória e todo ritual que envolveu sua posse e seu discurso ufanista, já em suas primeiras medidas de governo o germe da decepção se instalava novamente no cenário da política

brasileira, passando do céu para o inferno, de salvador para vilão. O poeta Gonçalo Ferreira registra em seu folheto editado em abril de 1990 **A posse do Presidente e o impacto do plano Brasil Novo**, o espetáculo da posse do Presidente e a esperança nele depositada pelo povo brasileiro:

E não era pra menos aquela festa sem par pois depois de trinta anos o povo pôde aclamar nosso presidente eleito pelo voto popular	gloriosamente Collor foi pelo povo aplaudido e ele retribuiu o carinho recebido pela vitória que as urnas já lhe tinham conferido
--	--

(SILVA, 1990, p.1).

Na época em que o folheto fora escrito Fernando Collor já havia “confiscado” a poupança do povo brasileiro. Nos versos do poeta já se percebe uma inquietação com relação às medias iniciais de Collor, mas o poeta conclama o povo a esperar um pouco mais na confiança que Collor reconduziria o país nos trilhos do desenvolvimento:

Ao implantar o seu Plano Collor não teve receio e nem pensou que estava fazendo um papel tão feio metendo, praticamente, a mão no dinheiro alheio	Nós que já vimos sinais de reação popular em relação as medidas precisamos esperar diz a prudência que agora ninguém deve se afobar
--	--

(SILVA, 1990 p. 7).

O sonho do salvador agora personalizado na figura do Collor de chegar ao poder para redimir a nação brasileira foi tão rápido em sua decadência o quanto fora em sua ascensão. Logo nas primeiras medidas de governo a expectativa foi frustrada em relação a Collor e assim como rapidamente ele se tornou o salvador, que segundo a ótica popular, reunia todos os atributos e as características messiânicas de um bondoso salvador e que contava com as bênçãos de Deus para governar, também rapidamente passou ser ojerizado e comparado ao oposto do salvador que seria a figura daquele que conduz as pessoas à perdição, o Diabo. Collor rapidamente passa da condição de herói para a de vilão. Não faltaram folhetos onde Collor trocava correspondências com o próprio Diabo, tal como o folheto **Queixa de Satanaz ao presidente Collor de Melo**. A capa do folheto evidencia o momento conturbado do governo Collor onde o mesmo é transportado da condição de herói, salvador e arauto do bem para a de vilão e agente do mal com profundas relações com aquele que no imaginário popular é a somatização e personificação do mal: o Satanás. A arte popular da capa do folheto expressa o

significado da representação política do momento, onde Collor parece estar no inferno:



No folheto Satanás envia uma carta ao Collor queixando-se de seu desastroso governo, condenando o seu governo comparando-o a outras entidades malignas (Besta-fera) condenando-o a não ser mais eleito como resultado de seu “pacote de maldades”, como se pode inferir através dos versos:

Fernando Collor de Melo
preste atenção no que faz
que muita gente na terra
vota até no satanás
na gôta e na besta-fera
mas em você, nunca mais
(EVANGELISTA, s.d, p.11).

Collor vive assim o seu inferno astral sendo “promovido” de caçador de marajás a cassado através do *Impeachment* por envolvimento em esquemas de corrupção. Os seus últimos dias de catastrófico governo lhe rendeu muitos folhetos entre os quais um se destaca por ser a “reedição” de um clássico da literatura de cordel que era **A chegada de Lampião no inferno** de José Pacheco Rocha. A reedição do clássico de Pacheco se dá através do folheto **A volta de Lampião ao inferno** de autoria do poeta Pedro Costa que menciona o governo Collor, porém não o coloca ainda no inferno, mas faz menção a ministra da economia Zélia Cardoso e ao tesoureiro da campanha de Collor, Paulo César Farias que se tornou embaixador no inferno dando a entender que os três personagens

citados “estavam” no inferno negociando com o Diabo e que por fim o governo Collor caiu no descrédito:

O PC se corrompeu
 dos diabos tornou-se sócio
 o Brasil perde o controle
 toda parte do consórcio
 Fernando Collor caiu
 e o Brasil perdeu o negócio
 (COSTA, 2002, p. 4).

O Presidente Collor no ano de 1992 acabou por ser afastado do poder, por praticar em seu governo o que dizia que iria combater quando fosse eleito: a corrupção. O mito Collor, no tribunal popular, foi julgado e condenado, passando a ser visto como “apenas mais um” a enganar a população com suas mirabolantes promessas. No imaginário cultural expresso pelo cordel o poeta atribui a Deus palavras de recriminação que teriam sido proferidas contra Collor identificando suas práticas fraudulentas ainda que não seja responsabilizado por todo o descalabro de seu governo. O folheto **A entrevista de Ulisses Guimarães no céu** que foi escrito em novembro de 1992, poucos dias após Collor ser afastado do governo. Os versos registram a impressão “divina” com relação à prática estelionatária de Collor:

E Deus prossegue afirmando
 - esse Collor é safado,
 um tremendo 171,
 mas não pode o condenado
 ir sozinho ao purgatório
 como bode expiatório
 de tudo que há de errado
 (SANTA MARIA, 1992, p.5).

Após o afastamento de Collor em 1992, o Vice-Presidente Itamar Franco assume o governo ficando no poder até 1994. Itamar Franco governou o Brasil de forma apagada no que se refere a sua popularidade, criou um novo plano econômico chamado de Plano Real, porém o seu ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso roubou-lhe a cena e assumiu a paternidade do plano que parecia estar dando certo, projetando-se para ser o próximo Presidente do Brasil. Os sucessivos fracassos dos governos de Sarney e Collor arrefeceram o ânimo popular no que se refere a sucessão presidencial para o ano de 1994. A produção de cordéis durante o governo Itamar, tal qual a sua atuação no cenário da representação política, foi restrita e inexpressiva. O mito de um salvador para o Brasil foi momentaneamente interrompido para assistir com certo receio

e cautela o governo de transição do Itamar Franco. Itamar fora visto como coadjuvante ou personagem secundário no mundo espetacular da política, sendo apenas um Presidente “tampão” que mereceu por parte do cordel apenas um pálido registro de sua atuação. A maioria das menções feitas ao governo de Itamar no cordel foi registrada em folhetos que falavam de outros governos ou simplesmente para registrar que após o impeachment de Collor ele assumira o governo. O folheto **O ABC da URV ou o Real a nova moeda brasileira** de Apolônio Alves é um exemplo do papel coadjuvante de Itamar através de seus versos:

Collor fez a conversão
de cruzado para cruzeiro
e agora Itamar Franco
provando ser justiceiro
junto a Henrique Cardoso
deu uma de caprichoso
para o povo brasileiro
(SANTOS, s.d., p1).

O período que se seguiu após o desastroso governo de Collor foi marcado por desconfiança na classe política e crise econômica, seguindo-se de certa estabilização econômica que reacendeu novamente a esperança popular num salvador, os indícios apontavam que este salvador seria aquele que se apropriara do Plano Real como sendo seu (mesmo que na verdade não fôra). Logo surge o mito do “homem do real”, “o intelectual” que salvaria o Brasil. A representação do político como salvador do Brasil seria agora interpretado como sendo um homem competente e sério que já provara através da participação no governo anterior que era capaz de governar o país e que precisava se eleger para dar continuidade ao plano real e manter a estabilidade econômica, que somente ele saberia como fazê-lo. A representação que a população fazia de FHC era a de ser este um homem culto, intelectual, cheio de diplomas e muita qualificação para exercer o cargo de Presidente. Ele seria na ótica popular o intelectual competente que somente ele teria condições de administrar com segurança os passos incipientes da redenção do Brasil através da nova moeda, o real.

Enquanto Collor era visto pelo prisma da juventude e de garbosa beleza, FHC era enxergado pela suposta competência em administrar e também pelo peso da idade (65 anos quando assumiu o primeiro mandato) ser associado à figura do pai²⁵ experiente que colocaria finalmente a casa em ordem. A situação em que se encontrava o Brasil

²⁵ Ao se sentir perdido, órfão, o povo se volta para o pai protetor, único capaz de tranquilizá-lo (SCHWARTZENBERG, 1978, p.93).

antes do aparecimento de FHC como ministro era de crise e decepção de um povo que novamente acreditara em um político que redimiria a nação e que na verdade foi um grande fiasco, levando o povo novamente acometer-se do sentimento de orfandade e desorientação. Nesses momentos de orfandade a figura do pai é a que mais se coaduna com a necessidade do povo. FHC irá assim encarnar na ótica popular traços de um pai experiente que os salvaria da situação presente. O capital para este feito ele teria adquirido justamente quando fora ministro da fazenda do governo de Itamar Franco.

Os poetas acompanharam a campanha, vitória e governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) com certa reserva, demonstrando que assim como o povo em geral, a paciência com os que governam diminui a cada dia em face dos descabros ocorridos. Muito embora que houvesse se instalado novamente no imaginário popular a esperança do salvador, a produção de cordéis do governo FHC foi pequena, porém segue o ritual de validação do seu governo a partir de salvadores do Brasil que já se encontram na eternidade. O poeta Apolônio Alves recorre ao salvador Tancredo para respaldar o recém-eleito FHC no folheto **Uma carta de Tancredo endereçada ao Presidente F.H.C.** No folheto Tancredo pede o apoio de todos ao FHC para que este dê continuidade aos ideais democráticos e dá alguns conselhos ao Presidente eleito:

Tancredo Neves gostou
Demais de sua eleição
Logo mandou-lhe uma carta
Como recomendação
Com todo seu heroísmo
governar com otimismo
Nossa sofrida nação
(SANTOS, 1994, p.2).

A marca distinta de FHC será a sua intelectualidade e competência, características estas que serão ressaltadas pelos poetas em seus versos, porém a desconfiança também será uma marca constante no mote dos folhetos, pois mesmo tendo passado oito anos no poder não empolgou os poetas populares e a população em geral. O poeta Gonçalo Ferreira no folheto **Fernando Henrique Cardoso do exílio ao Planalto** narra a chegada de FHC ao poder e as primeiras medidas de governo, porém mesmo falando dos atributos do mesmo de forma generosa e do seu plano Real, não poupa críticas por atitudes governamentais que ele faz em benefício próprio em detrimento das necessidades da população:

Primeiro dia de trabalho
e o mais revoltante ato
aumentou seu ordenado
sem habilidade e tato
numa medida antipática
pra quem começa um mandato
(SILVA, 1994, p.2).

A paciência do eleitor- espectador para com os seus governantes na realidade brasileira tem se tornado cada vez mais diminuta, motivada pelas constantes e acumuladas decepções sofridas. Através dos cordéis que foram produzidos a época e que tematizaram o governo FHC podemos perceber que a população “confia desconfiando” dos mandatários do poder. Em nossa pesquisa não encontramos nenhum folheto sobre FHC onde o cordelista tecesse apenas elogios ao Presidente, pelo contrário os folhetos estão potencializados de críticas e denúncias dos desmandos ocorridos durante o seu governo. O governo FHC foi marcado por medidas consideradas maléficas para o País tais como as privatizações de empresas públicas, pelo tratamento dado aos aposentados chegando a chamá-los de vagabundos, pelo apagão da eletricidade, pela escandalosa votação do projeto da reeleição para cargos executivos e pelos escândalos de corrupção e CPIS inoperantes e inconclusas. As imagens em xilogravuras ou desenhos nas capas de alguns folhetos que tematizaram o governo FHC expressam a impressão popular acerca do seu governo. A primeira imagem retrata um dos episódios que marcou o governo de FHC, que foi a crise gerada pela interrupção da energia elétrica em várias regiões do Brasil simultaneamente, que ficou conhecido como “apagão” e que foi motivo de chacota em todo o país. A imagem mostra um cidadão desapontado pelo prejuízo que o mesmo teve pelo *blackout*, diante de um “quadro de energia” queimado. A segunda capa de folheto retrata outro aspecto pelo qual o governo FHC ficou conhecido: as constantes privatizações. A imagem mostra FHC ao lado de Pedro Álvares Cabral. FHC tem em suas mãos o Brasil com uma indicação de vende-se. Os versos do folheto bem como a imagem da capa deixam explicitamente demonstrado a política de privatização implementada no governo de FHC. A imagem mostra claramente a reprovação do poeta pela política de entreguismo praticada pelo governo:



Os poetas em sua produção cordeliana repercutiram a desconstrução do mito do presidente FHC, onde sucessivamente sua imagem de competente, de pai foi se degenerando a medida que o seu governo foi apresentando problemas. A temática e os títulos dos folhetos paulatinamente representarão a depreciação da imagem de FHC. No folheto **História de FHC e o apagão**, o poeta Jesus Rodrigues contrasta as promessas de FHC com o seu governo real, descrevendo a sua política de privatizações, utilizando o episódio do “apagão”, mostrando-se decepcionado com a sua atuação:

O homem vendeu as minas
 como a de Carajás
 não pagou a dívida externa
 e já triplicou o gás
 vai deixar nós no escuro
 agora o que que se faz

privatizou a Telemar
 no nosso Brasil inteiro
 privatizou a energia
 ou vendeu para o estrangeiro
 aumentou o desemprego
 aumentou o cativoiro
 (SINDEAX, s.d, p.1).

No folheto **Encontro de FHC com Pedro Álvares Cabral** o poeta Arievaldo Viana descreve a ida de FHC a Bahia por ocasião dos preparativos para a comemoração dos 500 anos de “descobrimento” do Brasil. Chegando lá ele toma uma bebida que lhe é oferecida por um “índio” que lhe faz viajar no tempo e encontrar-se com Pedro Alvares Cabral, Tiradentes, Tancredo, Lampião, Antônio Conselheiro e Zumbi dos Palmares. No encontro fictício Cabral e os demais demonstram toda a suas decepções com a política de FHC e principalmente com o plano real que foi o “cavalo de batalha” de FHC na construção de sua imagem como aquele que solucionaria os crônicos problemas do Brasil:

A pátria que descobrimos
 este gajo está vendendo
 abriu as pernas pros gringos
 as exigências cedendo

o velho Brasil vai mal
 porque seu plano real
 de podre já está fedendo
 (VIANA, 1999, p.2).

O folheto **Lampião fantasma de FHC** de Francisco Zênio foi escrito durante a campanha eleitoral para reeleição de FHC em 1998. O folheto narra um sonho que FHC teve e se encontrou com Lampião, Getúlio Vargas, Tancredo Neves, Juscelino, Monteiro Lobato, Padre Cícero, Castelo Branco, Costa e Silva, Gesiel, Médici e Duque de Caxias. Todos demonstravam decepção com a política desenvolvida por FHC. Lampião o rei do cangaço e ícone do povo nordestino questiona a postura de FHC a frente do governo alertando-o e persuadindo-o a mudar sob a pena de, no modo cangaceiro de resolver os problemas, “sangrar” FHC com seu punhal se este não mudar a sua postura frente ao governo do Brasil. Os versos mostram assim, novamente a insatisfação dos poetas que como mediadores simbólicos veiculam a impressão popular do governo FHC no fim do seu primeiro mandato e seu discurso eleitoreiro e descaso para com a região Nordeste bem como sua nova política para os aposentados:

Da seca do nordeste
 soube bem se aproveitar
 fazendo boa política
 e quer no comando ficar
 disse que APOSENTADO é
 VAGABUNDO sem se olhar

Junto com os traidores
 presta ajuda a banqueiros
 então o que pensa que rapaz!...
 dando tudo ao estrangeiro
 sem falar no salário
 a vergonha do brasileiro
 (ZÊNIO, 1998, p.2).

No último ano do governo de FHC, o Brasil vivenciou mais uma vez o clima e a expectativa das eleições do novo presidente da República. No imaginário político nacional novamente ressurgiu a esperança de um salvador. O candidato que no cenário político reunia as características do novo salvador era o Luís Inácio Lula da Silva. O candidato Lula disputava pela quarta vez a Presidência do País e procurava se adequar as estratégias de *marketing* político para conquistar o voto do eleitor espectador. Em sua primeira disputa presidencial, a imagem de Lula estava associada ao idealismo socialista de profunda mudança promovida por um governo de operários. O partido dos Trabalhadores (PT) fundado por Lula, com sua bandeira vermelha e uma estrela, tinha sua imagem associada ao comunismo, que mesmo após a ditadura era visto como maléfico e perigoso. Com a crise e queda do socialismo no Leste Europeu, os adversários argumentavam do risco que o país corria ao eleger um “comunista” e

chamavam Lula e seu partido de radical e truculento, fazendo com que mesmo identificado com as causas populares, fosse rejeitado nas urnas. Essa associação de Lula ao Comunismo retardou a construção do seu mito como um salvador, que precisou sofrer mudanças e adequações para que a população brasileira assustada pelo espectro do Comunismo viesse a confiar no partido da estrela solitária e no seu candidato. Os poetas populares captaram esse clima de desconfiança em relação a Lula e sua suposta ligação como o “temível” Comunismo. No folheto **Pela paz sem Comunismo** a poetisa Esmeralda Batista expressa o medo e a desconfiança popular em relação a Lula e as suas inclinações comunistas, como exemplificado nestes versos:

Nem Fidel nem o tal Lula nem PT dos desregrados batuqueiro e barulhento grupo mal informado comunismo não é pra gente esta coisa é do passado	o muro caiu em Berlim na Rússia caiu muito mais agora querem pra mim coisa do satanás nunca jamais, Padre Cícero queria isto jamais! (BATISTA, s.d,p.8 e 9).
--	--

Partindo da premissa de que, o universo da política tem se tornado cada dia mais espetacularizado, levando os atores políticos na arena da disputa a incorporarem em suas encenações, estratégias variadas para alcançar seus eleitores. Entre as estratégias utilizadas destacamos aqui o uso gradativo e significativo da expressão de sentimentos e sensibilidades na política por parte dos candidatos, onde sentimentos geralmente considerado de foro íntimo e privado passam a circular no espetáculo teatral da política, com o fim de aliciar e persuadir os eleitores brasileiros que culturalmente utilizam-se mais das faculdades sentimentais que racionais nas suas escolhas políticas. Barreira (2006, p. 67) Observa que nas eleições presidenciais de 2002 sentimentos e reações denominadas emocionais acabaram por integrar-se a retórica da campanha eleitoral. Na arena política do ano de 2002, Lula fez uso das sensibilidades e emoções na construção de sua imagem como um novo Lula, firme em seus discursos, tocando e procurando identificar-se ao eleitor-espectador brasileiro que age mais em função do “coração” do que da racionalidade. Na campanha eleitoral do ano 2002, Barreira destaca onde os sentimentos e sensibilidades polarizaram a campanha, observando que:

Nesse momento, alusões emotivas a um passado de sofrimento e lutas, difundindo na apresentação *biográfica* de Lula, acusações baseadas na “agressividade” do candidato Ciro Gomes (PPS) e referências apelativas ao “medo” de uma vitória do candidato Luís Inácio da Silva tornaram-se presentes (BARREIRA, 2006, p 76).

Na propaganda política de Lula do ano de 1989, o teor conteudístico e imagético era “pesado”, racional onde prevalecia a análise fria dos dados nas imagens e nos discursos. Nas campanhas eleitorais de 1994, 1998 e 2002 gradativamente o *marketing* político de Lula foi sendo modificado e uma nova roupagem foi acrescentada a sua imagem. Essa nova imagem de Lula chegou ao ano de 2002, matizada de contornos que para além da racionalidade, continha elementos que diziam respeito a sensibilidades e emoções. Os sentimentos e sensibilidades como ingredientes na construção do “novo” contribuíram para amortizar o discurso do medo e do radicalismo tantas vezes utilizadas pelos seus adversários políticos. O uso da biografia de Lula, ressaltando o seu passado de lutas e superações, também contribuiu na construção de sua imagem permitindo que o mesmo conseguisse obter a simpatia dos eleitores que se identificavam com Lula pelo passado comum a estes.

A construção imagética do mito Lula aconteceu entre erros e acertos ao longo dos treze anos que antecederam a sua primeira vitória em 2002, onde sua imagem de metalúrgico, sindicalista, radical, anti-religioso e “comunista” migrou para outras facetas identitárias que o identificaram agora como sendo um homem família, religioso, emotivo, sorridente, conciliador, de um exemplo de superação que, segundo veiculado em sua propaganda eleitoral, deveria ser seguido por todos.

A imagem de Lula era de um homem comum, vestido com roupas simples, de barba cheia, cabelo desgrenhado, voz rouca e com um dedo a menos em uma das mãos. Essa imagem e a representação do seu partido e a identificação com a ideologia comunista lhe renderam a desconfiança das classes abastadas que o enxergavam como um inimigo em potencial. Na segunda e terceira tentativas de chegar ao poder em 1998 e 2002 respectivamente a imagem de Lula foi trabalhada com o fim de mostrar mais suavidade e segurança. O seu discurso tinha um tom mais ameno, atacando os problemas do país sem se colocar como sendo candidato das classes populares em luta contra a elite e o sistema capitalista. Não obstante haver tido um crescimento gradativo em sua imagem e popularidade, Lula foi novamente derrotado por FHC. Na quarta tentativa de chegar ao poder a imagem de Lula estava totalmente modificada, com um novo rótulo, de um Lula radical para um “Lulinha Paz e amor”. Lula incorporou um novo Lula, sem contudo perder algumas peculiaridades, tais como ser um homem simples de hábitos considerados comuns. Mas doravante Lula precisava representar e encenar o papel que havia incorporado a si, como atesta Schwartzberg:

O homem político deve, portanto, concordar em desempenhar de maneira duradoura a personagem em cuja pele se meteu. Precisa aceitar ajustar-se a imagem de si mesmo divulgada pela propaganda. Assim vive ele, aprisionado num papel determinado, como um ator, e escravo do seu próprio mito (SCHWARTZENBERG, 1978, p.14).

No espetáculo da política após o governo de FHC e as constantes derrotas de Lula, surge no cenário de representação política a possibilidade de uma alternativa de voto em um político diferente no que se refere aos papéis que os outros presidentes até então haviam representado como herói, líder charmoso, pai da pátria, intelectual competente. A alternativa que ainda não fora utilizada era eleger para si um novo mito político que se expressaria através do papel de homem comum ou ordinário igual a todo mundo. O papel de homem comum é caracterizado por ser um cidadão típico conforme Schwartzberg observa ele é:

[...] puro reflexo de nossas próprias pessoas, o presidente-espelho. Como se o eleitorado o houvesse criado a sua própria imagem. Super-representativo em virtude de sua banalidade mesma, encarna a opinião média, o bom senso, a sabedoria das nações. Anódino e familiar, ele prodigaliza os lugares-comuns e as verdades óbvias (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 51).

Porém devemos salientar que inicialmente essa imagem de homem comum não era incorporada pelo povo brasileiro no que se refere ao Lula homem ordinário, como se essa condição o elevasse diante dos olhos destes e o enxergassem como a melhor opção para reger o destino da nação. Um mito no que se refere a uma pessoa é fruto de uma construção imagética que alia características e qualidades pessoais às circunstâncias históricas propícias para a manifestação do mesmo, pois essa condição não se dá automaticamente, nem incondicionalmente. É necessário além de ter os pré-requisitos para se tornar uma figura mitológica, que a conjuntura propicie as circunstâncias e horas adequadas para que o mito do salvador possa emergir. No caso de Lula a sua imagem só consegue potencializar e consolidar, essa condição de chegar a ser considerado “o homem que o Brasil precisa” após a terceira derrota consecutiva nas eleições presidenciais, antes disso não havia essa identificação dos eleitores com Lula em sua maioria por este ser como a maioria dos brasileiros um homem ordinário, comum e simplório.

Até formar-se o cenário de representação política onde Lula seria visto como o protagonista, ele enfrentou muito preconceito e discriminação por parte de seus adversários e da maioria da população brasileira com quem sua condição emergente se

identificara. Lula era um homem concebido no imaginário popular até então como sendo alguém sem diplomas, sem nome tradicional, sem charme, sem experiência administrativa. O que esperar de um homem igual a todos os comuns, numa sociedade excludente, tradicional e preconceituosa que enxergava esses atributos como condição *sine qua nom* para salvar o país? Lula carregaria ainda sobre si o estigma do preconceito e da discriminação por algum tempo como foi enunciado por Kucinski ao analisar as eleições presidenciais em 1994 quando Lula foi derrotado pelo “príncipe da sociologia” e detentor de muitos diplomas, Fernando Henrique Cardoso:

Esses preconceitos perseguem Lula desde sua primeira campanha para governador de São Paulo, em 1982, quando ele se apresentou ao eleitor como “Um trabalhador igual a você”. Numa cultura de dominação, em que o título de “doutor” é o atestado de autoridade e de *status*, a falta de escolaridade de Lula era internalizada pelos trabalhadores como falta de autoridade e de valor (KUCINSKI, 1998, pp.127-128).

Lula em muitos aspectos incorpora em sua representação no espetáculo em que o mesmo encena, diversas características do homem comum ou ordinário de Schwartzberg (1978) encenando como um homem moderado, modesto, comedido, um *superstar* da normalidade, um herói às “avessas” tal qual personagens do universo mítico do imaginário popular expresso no cordel tais como João Grilo, Pedro Malasartes, Pedro Quengo e Cancão de Fogo, que mesmo sendo personagens tipicamente comuns conseguem em meio a normalidade destacar-se vencendo situações adversas e vencer confrontos com poderosos devido a suas habilidades e talentos forjados no cotidiano rústico e sofrível de suas vidas. É essa normalidade comunal aliado a sagacidade de quem enfrentou tal qual o homem comum as agruras e adversidades da vida que o qualificam e o promovem a sua identificação com os seus pares, que são semelhantes a ele e que mesmo em desvantagem e com limitações acreditam que “o fraco vence o forte”. Lula é esse herói às avessas que incorporando virtudes e atributos comuns consegue triunfar sobre as circunstâncias desfavoráveis. Na esteira de Schwartzberg Lula: “é o homem comum, encarnando as virtudes comuns, por vezes de maneira magistralmente talentosa, o que o transforma em estrela de primeira grandeza em seu registro mais modesto” (SCHWARTZENBERG, 1978, p.51).

A este homem comum ou homem ordinário a população se identifica e projeta-se nele não como um alvo inalcançável mais como um “igual” seu que alimenta a esperança de lograr êxito sobre as circunstâncias que os atingem a partir da interferência

deste que tal como eles “sentiu na pele” o duro cotidiano que os aflige. O Lula enquanto homem ordinário lança sobre todos a probabilidade da identificação, tal como novamente observa o referido autor:

Existe, para todos, a possibilidade de uma plena identificação com esse homem do povo saído das fileiras, com esse dirigente que veio da base, com esse *self-made man* que suscita a adesão por identidade (SCHWARTZENBERG, 1978, p. 52).

O poeta popular fazendo uma leitura do seu tempo percebe e “denuncia” a transformação e adequação do homem comum Lula e suas articulações, para convencer o eleitorado de que ele era agora o homem que o Brasil precisava. A capa do folheto **O mesmo povo que derrota, elege Lula a presidente; o presidente medicamento**, comparando Lula a um medicamento com prescrição receituária, apresenta um desenho do Lula em três momentos de sua trajetória, onde o mesmo é identificado como sendo um remédio para cura dos males que assolam o Brasil, mostrando em sua composição : o Lula original, o Lula genérico e o Lula similar, indicando ser esse Lula similar que acabou por ganhar finalmente as eleições em 2002, devido a mudança que este submeteu-se para chegar a presidência. A imagem mostra claramente as mudanças na vestimenta, no cabelo e barba e na postura, anunciando um novo Lula que agora adequa-se a expectativa do mito salvador herói do Brasil. A imagem do folheto apresenta o Lula e sua transformação em trinta anos de história. A primeira imagem apresenta o Lula em 1984 quando de seu engajamento na luta pelas eleições diretas para presidente, o que é indicado pela frase que ele tem estampada em sua camisa “Diretas Já” e com sua mão erguida enquanto discursa. A vestimenta de Lula claramente demonstram a sua postura revolucionária e atuação sindicalista, com cabelo e barba desgrenhados aparentando semelhanças com pessoas associadas a luta comunista tais como Che Guevara e Fidel castro²⁶. A imagem de Lula com barba grande e desgrenhada lhe rendeu por parte de alguns principalmente de adversários políticos a alcunha preconceituosa de “sapo barbudo”. Essa forma preconceituosa e pejorativa de se referir ao Lula como “sapo barbudo” começou em 1994 e sua autoria é atribuída ao candidato Leonel Brizola que a época era adversário político de Lula:

²⁶ No imaginário político brasileiro a partir da década de 1960, homens de barbas compridas, cabelos desgrenhados eram associados a grupos de esquerda (comunistas) e de movimentos sindicais. Não por coincidência dois ícones do comunismo cubano Fidel Castro e Che Guevara ostentavam barbas cheias e cabelos desgrenhados.

Também o PDT de Brizola tenta desgastar Lula: foi dele o epíteto jocoso de “Sapo Barbudo”, dirigido a Lula, baseado no princípio do reforço dos preconceitos contra Lula. A frase ficou famosa e marcou toda a campanha (KUCINSKI, 1998. p.119).

A visão preconceituosa e estereotipada de Lula enquanto “sapo barbudo” foi rechaçado pelos poetas populares, que se identificaram e sentiram na pele a erupção do preconceito, como vemos no folheto **Lulinha paz e amor o presidente popular** onde o poeta mostra o Lula que a despeito de todo preconceito sofrido vence as circunstâncias, tal como seus pares nordestinos que são vítimas de preconceito e discriminação, sendo constantemente chamados de forma pejorativa de “matutos”, analfabetos, “burros”, “bestas” e de não terem consciência política. Grande parte da população brasileira, mesmo em face do sofrimento e discriminação que sofrem, não desistem de lutar e acreditar que dias melhores virão:

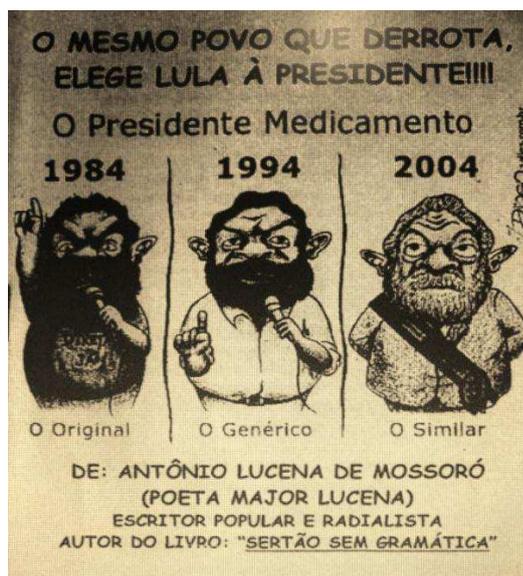
O Lula grande líder
só sacanagem aturou
da elite, por exemplo
só preconceito lhe atirou
agora esta mesma elite
vai engolir o que cagou

Mesmo assim Luís Inácio
“o tal sapo barbudo”
Com a cabeça erguida
Bateu o pé enfrentando tudo
Foi até onde queria chegar
Nunca dando uma de surdo
(ALFREDO, 2000, p.7).

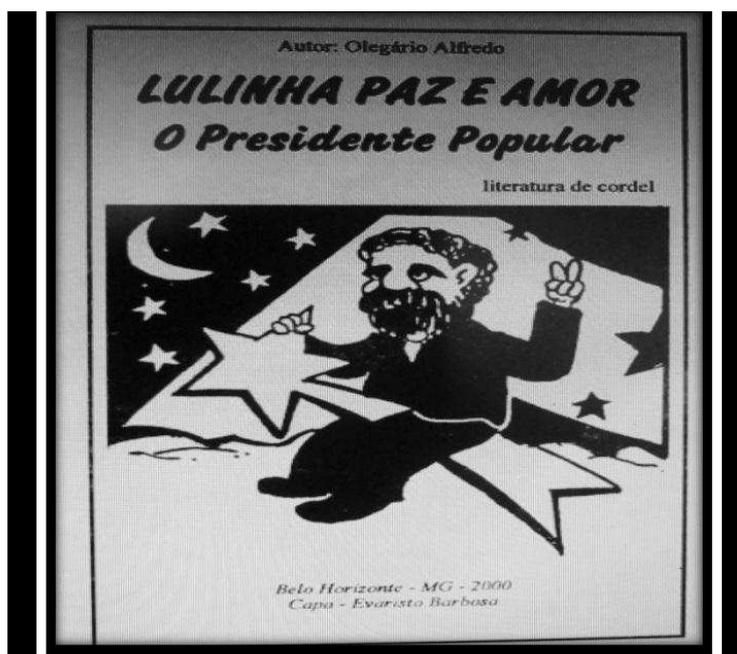
A segunda imagem da capa mostra o Lula dez (10) anos depois, quando já disputava a Presidência pela segunda vez. A imagem já demonstra um Lula menos sisudo e radical, discursando com a mão na meia altura, com vestimentas que o distanciam do estereótipo de um militante revolucionário. A barba de Lula ainda é “cheia”, porém menos e o seu cabelo está penteado e suas sobrancelhas aparecem mais suavemente.

O terceiro Lula da imagem que ganhou as eleições de 2004, aos 59 anos de idade, está mais maduro, com considerável número de cabelos brancos, com barba “trabalhada”, vestindo terno e com as mãos para trás, indicando assim “o novo Lula” (Lulinha paz e amor), o “similar” com um discurso mais ameno que falava agora da formação de um “pacto social”, com a união de todos, inclusive das classes abastadas para transformação do país. Essa mudança da imagem do candidato Lula e sua adequação ao novo cenário político que se desenhava em 2002 contou com a colaboração significativa do *marketing* político orientado e dirigido pelo marqueteiro Duda Medonça, que meticulosamente procedeu a metamorfose tanto no processo de produção dos discursos quanto na definição das preferências políticas, do Lula visto

como radical, para o “Lulinha paz e amor” :



O título do folheto em destaque **O mesmo povo que derrota, elege Lula a Presidente**, relata os embates que Lula enfrentou em 1989, 1994, 1998 e 2002, e deixa explícito a interpretação que a vitória de Lula em 2002 teria se dado em razão de sua mudança do Lula radical para o “Lulinha paz e amor”, pois o povo que agora o elegeu era o mesmo que anteriormente o derrotara por três vezes. O trabalho de *marketing* feito na imagem de Lula agora o identificava como um homem comum com potencialidades, capital simbólico e identificação para representar a imensa maioria de homens ordinários do Brasil.



A imagem do “Lulinha paz e amor” foi assimilada no meio popular e os poetas populares logo se encarregaram de disseminá-la. A capa do folheto **Lulinha paz e amor** apresenta uma xilogravura onde o “novo” Lula paz e amor²⁷ aparece com sua nova imagem de terno e gravata, montando em uma estrela (do seu partido PT) com uma das mãos levantada fazendo o gesto de paz e amor anunciando assim a nova versão do mito Lula. No folheto **Cordel de Lula-lá** o poeta apresenta o Lula em sua nova versão depois de discorrer sobre sua biografia:

A esperança vence o medo,
coragem vence o pavor
a eleição foi vencida
por “Lula paz e amor”
os meus versos são exemplo
do poeta cantador
(AZEVEDO, 2002, p.7).

Depois de FHC surge a tentativa do eleitor espectador de eleger agora um político que fugia do padrão que anteriormente fora usado como paradigma e critério para escolha. O momento apontou não mais para o político idealizado como pai provedor, o charmoso ou intelectual. Depois de várias decepções e um constante trabalho na imagem do Lula, o homem comum chegaria ao poder derrotando o candidato José Serra para fazer o que os outros com todos os seus supostos atributos não o fizeram. O filão encomiástico do cordel novamente reacendeu com a figura do presidente Lula que se tornou um mito no cordel, sendo este, juntamente com Getúlio Vargas e Tancredo Neves, o político que mais foi tematizado na produção cordeliana brasileira, onde mais de 200 folhetos já foram registrados versando sua trajetória política enfatizando sua história de vida, o percurso percorrido até chegar a ser Presidente do País, seu governo e os escândalos de corrupção verificados durante o seu governo. Os poetas populares identificados com Lula pelo fato de em sua maioria serem homens comuns, nordestinos, imigrantes talhados e formados na dura “escola da vida” encontraram assim motivação para trabalharem na construção e divulgação do mito do Lula. O poeta Marcus Lucena no folheto **A peleja da esperança com o medo** relata como esse homem ordinário identificado em sua história de vida com a maioria

²⁷ O poeta Crispiano Neto no seu livro *Lula na literatura de cordel* define o Lula paz e amor, justificando que Lula antes era conhecido como radical e seu partido como revolucionário que defendia a luta armada, mas essa imagem mudou pois: “O marqueteiro de Lula orientou-o a falar manso, sorridente, sem afobamentos. Era isso que o povo queria. Perdeu o medo e votou” (CRISPIANO NETO, 2008, p.137).

dos brasileiros, conseguiu vencer as dificuldades crônicas de sua vida e conseguiu chegar a presidência, depois de três sucessivas derrotas:

Pra chegar a presidência por quatro vezes tentou perdeu três, porém na última a sua estrela brilhou a esperança e o medo lutaram, e o sonho ganhou	Lula um simples retirante sem diploma ou posição surgido do chão das fábricas ganhando essa eleição deu esperança ao Brasil e auto-estima ao povão (LUCENA, s.d., p.7).
---	---

Um grande número de folhetos foi produzido explorando a biografia do candidato Lula, ressaltando assim o passado de privação pelo qual passou o herói ordinário, que se constitui em um herói as avessas ou anti-herói pelo fato de ter qualidades opostas ao cânone épico tradicional. Lula é identificado como sendo um herói popular, por não ter uma origem “nobre” de família tradicional, sendo apenas um “Silva”, por ser desprovido de juventude e beleza, por não possuir os títulos e saberes acadêmico. Os poetas populares se identificam e promovem a identificação do seu público alvo com a figura do Lula, por terem em comum uma origem humilde desprovida de bens e consegue vencer as circunstâncias adversas com muita luta e sagacidade. Essa intrínseca identificação da trajetória de Lula, enquanto mito, com a vida de milhões de brasileiros, talvez seja o motivo dos poetas populares enfatizarem em demasia a biografia do mesmo, tendo assim entre outros objetivos o de demonstrar exemplarmente a ascensão e vitória de um homem comum tal qual os milhões de homens ordinários espalhados pelo Brasil, para que sirva de inspiração para os demais que estão em luta pelas suas sobrevivências e que tal como Lula perseveram, insistem e não desistem pelo sonho de uma condição de vida melhor. A poetisa Vânia Freitas descreve a vitória do mito Lula recorrendo as suas origens através dos versos do folheto

Do pau-de-arara a Presidência da República:

Nos meus versos vou falar
de um menino diferente
nascido em quarenta e cinco
pra mostra a muita gente
que ser filho do Nordeste
é ser uma cabra da peste
que encara qualquer batente
(FREITAS, 2002.p.1)

A vitória do mito Lula nas eleições de 2002, recebendo quase 53 milhões de votos (O que correspondeu a 61% dos votos), depois de três sucessivas derrotas foi

celebrada de forma apoteótica pelos poetas populares que enxergavam a sua chegada ao poder como sendo a vitória do “homem comum”, tendo pela primeira vez na história do Brasil um operário oriundo da classe popular atingido o mais alto cargo eletivo do país. Os poetas populares tal qual grande parte do povo brasileiro demonstravam grande expectativa na regência do presidente Lula a frente da nação ansiando que o mesmo contemplasse em seu governo as classes populares e suas reais necessidades. O folheto **Lula lá** de Téo Azevedo após descrever a peregrinação vicária de Lula para vencer as eleições, consolidando assim sua imagem de homem ordinário, registra o voto de confiança em Lula por parte do povo:

Onde Lulá-lá chegou
é difícil de chegar;
com a força do trabalho
é que se pode alcançar
com gente do nosso povo
o Brasil vai melhorar

Nós torcemos por você
que é grande companheiro
no show da democracia
você tirou em primeiro
corresponda a confiança
desse povão brasileiro
(AZEVEDO,2002, p.7).

Lula em seu primeiro mandato como Presidente implementou uma política populista priorizando projetos e medidas que visavam priorizar as classes populares com aplicações de programas tais como: Fome zero (com o bolsa-família, bolsa-escola), minha casa minha vida, sistema de cotas, ciências sem fronteira. Esses programas sociais, segundo dizia o governo, tinham como objetivo diminuir as desigualdades sociais e erradicar a fome do país. A aplicação destes programas e a propaganda institucional do governo Lula, que tinha como lema: “Brasil um país de todos”, fez com que popularidade do presidente Lula crescesse de tal forma a ponto de um “novo” papel ser acrescido a sua imagem política que, além de homem comum torna-se agora o pai protetor, recebendo a alcunha de “pai da pobreza”, capacitando-o para a disputa pela reeleição para ser novamente reconduzido ao poder, tal qual o populista Vargas, nos “braços do povo”.

Foi com essa imagem mítica construída e expressa no papel de homem comum e de pai provedor que Lula conseguiu a sua reeleição em 2006, mesmo tendo enfrentado uma série de denúncias e acusações que envolveram seu primeiro governo com o conhecido escândalo do “Mensalão”. O presidente Lula conseguiu sair “ileso” das acusações que envolviam seu partido e seu ministro da casa civil acusado de comandar o esquema de corrupção que pagava propina mensalmente aos deputados para aprovarem os projetos de interesse do governo. Desde o início Lula dizia não ter

conhecimento do esquema de corrupção e que ordenara que a polícia investigasse e que se preciso fosse “cortaria na própria carne” para extirpar o mal da corrupção que se havia instalado em seu governo “sem que ele soubesse”. Muitos folhetos foram escritos explorando os escândalos do governo Lula, mostrando a decepção e frustração de muitos poetas que antes se identificavam e endossavam o seu governo. Não faltaram folhetos que associaram a figura do Lula ao escândalo do mensalão. No **folheto a crise do mensalão e o caso da cueca** o poeta Marcelo Soares descreve de forma satírica os detalhes do escândalo do mensalão e seus envolvidos, fazendo também menção ao irmão do deputado Genoino que foi preso no Ceará com cem mil dólares na cueca. Os versos do poeta assim esclarecem, porém de alguma forma isentam Lula da culpa pelos escândalos de corrupção registrados durante o seu governo:

Ainda pra piorar
a sujeira de meleca
um irmão de Genuino,
todo metido na beca,
foi preso no Ceará,
quando levava o jabá:
100 mil dólares na cueca

E o presidente Lula
ninguém entende por que?
esta crise que enfrenta
faz de conta que não ver
então, pra que governar,
se não pode delegar
poderes, então, pra que?
(SOARES, 2006, p. 5).

A capa do folheto citado produzido em 2005 e editado no ano de 2006 (ano da reeleição de Lula), expressa através da arte xilográfica o momento político de decepção e insegurança pelo qual o Brasil novamente fora lançado pelas exaustivas denúncias de corrupção no governo Lula. A xilogravura mostra o presidente Lula de braços abertos e encolhidos, aparentando estar desconcertado recitando uma estrofe onde ele conclui dizendo que está ficando “abestalhado” diante dos últimos escândalos. A imagem do Lula está colocada no meio entre os dois escândalos, como se estivesse sob o “fogo-cruzado”, acima dele “a crise do mensalão” e abaixo dele o outro escândalo conhecido como o “caso da cueca”:



Outros folhetos foram editados no momento em que a mídia divulgava diariamente e exaustivamente denúncias de corrupção envolvendo integrantes do governo e membros do partido do Presidente. Os poetas populares influenciados pela mídia, como cronistas de seu tempo reproduziram parte da impressão popular a respeito dos últimos acontecimentos do cenário político brasileiro. As capas dos folhetos a exemplo da “grande” mídia traziam em suas capas os escândalos do momento. As capas dos folhetos abaixo já nos seus títulos deixam clara a intenção de depreciar a imagem do Lula, através dos títulos: **Lula é o Cara... de Pau!** e **A chegada de Lula no inferno**. A primeira imagem apresenta o “novo” Lula, sorridente, de terno e com a barba desenhada. No título Lula é chamado de “cara-de-pau” que é definido como sendo alguém sem vergonha, descarado, sem escrúpulos, cara lisa, mentiroso, cascadeiro, safado entre outros. A capa do folheto e seu conteúdo denunciam a descrença do poeta na inocência de Lula diante das acusações que os adversários lhe fazem. A segunda capa mostra o que seria a chegada de Lula no inferno, lugar para onde vão, segundo os credos religiosos, todos aqueles que foram julgados e condenados pelos suas más obras. O poeta condena Lula ao inferno colocando-o lada a lado com o Diabo (representado por um bode). As duas imagens refletem o momento de dúvidas que pairava no ar quando das denúncias feitas pelos seus adversários que diziam que Lula sabia de tudo que ocorria quando da prática do escândalo do mensalão, no entanto o presidente negava o seu envolvimento com o esquema de corrupção denunciado.



A popularidade de Lula e o capital simbólico que este acumulou fizeram com que depois de dois mandatos desgastados por denúncias de corrupção e com o seu partido também desgastado, ele conseguisse a “façanha”, de mesmo assim eleger pela primeira vez na história política do Brasil uma mulher, Dilma Rousseff, e que até então não tinha sido eleita para nenhum cargo eletivo. A atuação performática do Presidente Lula e seu logro em eleger uma mulher de seu partido se constituem assim em mais uma evidência de uma das características marcantes da cultura política brasileira que é a de atribuir a um político a categoria de salvador e herói que tem a missão de redimir o País.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e aprofundamento dos pressupostos que nortearam a nossa pesquisa usando como base a Literatura de cordel nos propiciou apontar alguns resultados e firmar algumas conclusões com relação as características da cultura política brasileira. Inicialmente destacamos o fato de que o expressivo número de folhetos escritos e editados ao longo da história que traziam em seus enredos acontecimentos da política indicam que havia um público “consumidor” da temática política e que conseqüentemente havia um interesse popular em saber a respeito do “guisado da política”²⁸ na conjuntura local, regional e nacional, ou seja a população não era totalmente indiferente e apática aos acontecimentos da política, pois figura desde os primórdios da produção cordeliana brasileira o fato dos poetas populares tematizarem com regularidade a temática política por ser este um tema que atraía o público alvo, o que demonstra que o fato de que houve uma grande uma produção de folhetos em torno de um tema é porque ele era de interesse popular o que por sua vez implica em dizer que o público consumidor tinha interesse no tema não sendo coerente imputar ao povo brasileiro a peja de indiferença e apatia com relação a política e suas nuances. A partir do levantamento cronológico das fontes pesquisadas infere-se que quase que em todo tempo, ininterruptamente se produziram folhetos que tematizavam fatos políticos locais, regionais e nacionais o que também nos leva a concluir que o interesse pelos temas que envolviam questões políticas estavam presentes no dia a dia dos brasileiros, desde os primórdios do final do século XIX até os dias atuais.

A literatura de cordel começou a ser uma “voz” a interpretar e ecoar o sentimento e a impressão popular a respeito da temática política desde os primórdios quando ainda nem havia grandes jornais circulando entre a população e também não havia rádio e mesmo depois que esses meios de comunicação começaram a aparecer e informar a população acerca dos acontecimentos. Os poetas populares tinham assim um público “certo” para consumir os seus folhetos sendo a temática da política um atrativo para vendagem dos folhetos, pois não podemos descurar do fato de que os poetas procuravam escrever temas que fossem de interesse da população do contrário eles não venderiam seus folhetos, vindo assim inviabilizar os dividendos que eram arrecadados com as vendas. O fato é que a larga produção cordeliana que tematizou a política denuncia a existência de interesse e de saberes

²⁸ “O guisado da política” foi uma expressão cunhada pelo poeta Leandro Gomes de Barros ao analisar os acontecimentos política nacional em 1915 no poema **Panelas que muito mexem**. No referido poema Leandro compara o Brasil com seus problemas a uma panela, o guisado (referência à comida típica da região Nordeste) são os problemas, a panela seria o Brasil e a cozinheira a política.

populares a respeito dos acontecimentos da política. O fato dos poetas populares se posicionarem em determinados momentos de forma crítica aos desmandos da política também denunciam que parte da população os acompanhava em suas conjeturas, pois os assuntos tratados no cordel evidenciam também o ponto de vista da população que se sentia representada através dos relatos, comentários e até críticas a respeito da temática que envolvia os fatos políticos.

A análise dos folhetos nos permitiu perceber características presentes na cultura política brasileira, pois sendo a literatura de cordel uma produção cultural engendrada no meio popular, ela denuncia usos, costumes, comportamentos e pensamento dos lugares onde ela foi construída. Uma das características da cultura política brasileira que “salta os olhos” nos folhetos de cordel pesquisados é a forma polissêmica como o político é enxergado pela população brasileira principalmente através de dois discursos que se entrecruzam nos folhetos. A população ora enxerga o político como sendo um herói e “salvador da pátria” ora o enxerga de forma estereotipada como sendo um ser incorrigível que usa o cargo político para enriquecer ilicitamente, e também que ele é um ator expert na arte de enganar as pessoas no espetacular mundo da política. Esse dubio pensamento popular acerca da figura do político é reproduzido através dos folhetos, onde se percebe que grande parte da população transfere para o agente político a responsabilidade da resolução dos problemas da sociedade, como se a questão política fosse a responsável por gerar os problemas cabendo apenas ao agente político a responsabilidade de solucioná-los. É perceptível nos versos dos folhetos que por sua vez refletem o pensamento premente na cultura política a prática da população de se eximir de culpabilidade com relação aos problemas sociais e imputá-los quase que totalmente na conta dos políticos, tornando assim os políticos arquetipicamente um tipo de bode expiatório para onde é canalizada toda projeção e frustração popular.

O pensamento subjacente do imaginário político brasileiro é povoado também, pela esperança e expectativa no agente político que em “tempo de política” e quando se torna mandatário de um cargo, passa a ser visto como um salvador que no imaginário popular adquire poderes quase divinos para redimir o seu povo, “tendo solução” pra todas as mazelas sociais. O político é assim visto como um semideus, um herói, sendo endeusado e considerado como sendo superior ao povo que o alça a condição épica, como alguém que tem qualificações “especiais” peculiares apenas a alguns “iluminados” pessoas. O mito do político salvador está assim incorporado a cultura política brasileira hoje sendo substituído a cada eleição.

O político também é visto como a encarnação do malandro transportando-se no

conceito popular, rapidamente, de herói a bandido de salvador a “diabo”. É neste misto de ambiguidades que a imagem do político é forjada e reproduzida no ideário popular brasileiro. O político não somente é visto demasiadas vezes como “igual” a qualquer pessoa ou como um artífice na “arte de ser mais igual que os outros”, figurando no cenário de representação como sendo alguém trapaceiro que se utiliza de artifícios ilegais para proveito próprio. O político é assim estereotipado como um ser maléfico, com características diabólicas com potencialidades para causar o mal coletivo. Ainda relacionado à representação do político no imaginário popular é notório a prática da generalização onde comportamentos considerados inadequados e antiéticos para um parlamentar são projetados sobre todos os políticos lançando assim “todos” políticos na “vala comum” do esgoto das ilicitudes. No imaginário popular o Brasil é povoado por agentes políticos que fazem da corrupção sua profissão. Esse aspecto característico do pensamento da cultura política brasileira faz com que agentes políticos que tem pautado suas vidas enquanto parlamentares por uma conduta pautada em princípios éticos pareçam não existir no universo político brasileiro, o que não é verdade. Esse pensamento acaba reforçando o estigma do mau político no País e impedindo que o político honesto se sobressaia em meio ao espectro estereotipado e generalizante do agente político a serviço do “mal”. Outro traço da cultura política brasileira relacionado a figura do político tem a ver com a questão de gênero que é percebida através da resistência que a sociedade ainda demonstra em relação a participação das mulheres na seara da politica.

O gênero feminino ainda é tratado com certa desconfiança como se gerir os destinos de uma nação ou exercer um cargo parlamentar através de um cargo eletivo fosse exclusividade do gênero masculino, como vimos através dos folhetos onde se abordou a eleição de mulheres como o exemplo da Presidenta Dilma. É presente no imaginário político que a mulher tem que se masculinizar em suas atitudes e posturas enquanto agente da política para ter uma ação parlamentar aceitável, numa clara demonstração de discriminação e preconceito em relação ao gênero feminino.

Esse traço da cultura política nacional de culpar o agente político é por sua vez transferido para o Governo enquanto aparelho estatal, sendo este também alvo de culpabilidade no crivo popular, sendo confundido com um “grande pai” que tem a responsabilidade “eterna” sobre seus filhos para cuidar deles, suprir suas necessidade e proteger-lhes. A sociedade brasileira em sua percepção do que vem a ser Estado, enxerga-o como sendo “todo poderoso” como uma instituição que tem em suas mãos o poder para solucionar todos os problemas e mazelas da sociedade. Além de onipotente o Estado é visto

como responsável pelo bem estar dos cidadãos em todas as instâncias gerando sempre a expectativa a cada pleito eleitoral que os governantes farão tudo que prometeram, pois o Estado é rico e poderoso, e que o mesmo “só não faz acontecer quando falta vontade política”. A relação do cidadão é de total dependência em relação ao Estado, como se toda a sociedade só pudesse funcionar com todas as suas engrenagens com a “intervenção estatal”. Em torno desta perspectiva surge uma máxima entre os cidadãos brasileiros que assim se exprime “quando o Estado fizer a parte dele eu farei a minha”, ou seja, “não cumprirei com minhas obrigações e deveres enquanto que o governo não executar aquilo que é seu papel fazê-lo”. Ao estado é atribuído um papel de figura onipotente e onipresente quase um “deus” na vida dos cidadãos que se sentem eternamente filiados a paternidade estatal. Grande parte da população brasileira acredita que só deve colaborar com o governo à medida que este cumpra com a sua parte e que é dever do Estado cuidar do que é público enquanto que os cidadãos cuidam dos seus interesses.

A corrupção está presente em todos os Países do mundo, tanto nas esferas estatais como nas privadas, não sendo assim exclusividade do Brasil. A corrupção política é identificada como sendo o grande “câncer” da Nação brasileira, sendo vista sua prática como o principal obstáculo ao desenvolvimento do País. Tornou-se comum na cultura brasileira se associar a palavra corrupção a classe política, porém entendemos que a corrupção é uma prática social construída ao longo da história do Brasil e a mesma parece estar incorporada a cultura política do seu povo e que a mesma não ocorre apenas em nível institucional, pelo aparato burocrático do governo. A prática de atos de corrupção é direcionada para os agentes políticos como se fosse prática exclusiva dos mesmos, porém a prática da mesma abrange quase que todos os aspectos da vida social do povo brasileiro, que usa de artifícios ilegais e antiéticos no seu cotidiano para solucionar seus problemas e conseguir executar seus anseios, reproduzindo em certa proporção e de forma negativa a máxima maquiavélica de que “os fins justificam os meios”. Convém observar que embora seja constatada a prática de atos de corrupção por parte do povo brasileiro e incorporada aos seus procedimentos e comportamentos, não se pode generalizar e atribuir a todos os brasileiros essa prática, pois muitos brasileiros têm pautado suas vidas dentro de princípios éticos e morais que lhes tem permitido não se “contaminar” com práticas ilícitas.

Embora seja prática comum por grande parte dos brasileiros, a corrupção em termos discursivos é repudiada e veemente reprovada pelo povo brasileiro, inclusive pelos que costumeiramente fazem uso de práticas que se caracterizam como atos de corrupção. Observamos nos folhetos analisados que paradoxalmente a prática “normatizada” de atos de

corrupção os discursos são quase unânimes em reprovar a sua prática e condená-la como sendo abominável, discurso este que é valorado e compartilhado por todos os grupos sociais. Arelada à prática da corrupção está o fato de associar-se e atribuir-se o exercício da corrupção a classe política, onde culturalmente se convencionou pensar que falar de corrupção é falar de política e de atos e práticas dos políticos, o corrupto é sempre o “outro” e o “outro” é o político. Porém convém observar que o político que comete ilicitudes não é, um “extraterrestre” ou alguém que “caiu de paraquedas” em nossa sociedade, na verdade ele é fruto dessa sociedade, pois a sua formação ocorre, guardando as devidas proporções, quase que no mesmo meio onde foram formados todos os demais habitantes do País. A corrupção é engendrada entre práticas, valores e representações no seio da sociedade brasileira tendo como atores os seus habitantes, independente de classe social e grau de instrução, sendo um fenômeno nacional e não restrito somente ao grupo de políticos que pleiteiam um cargo eletivo ou já sendo mandatários destes. A corrupção se constitui em uma prática cultural que recebe outros epítetos tais como: jeitinho, esperteza, malandragem que por sua vez se traduz em máximas como: “o jeitinho brasileiro”, “tirar vantagem em tudo” e “você sabe com quem está falando”. Essas práticas foram construídas pelos atores sociais ao longo do tempo, estando presente em todas as classes sociais e historicamente remonta o seu possível início aos primórdios da colonização do Brasil que por sua vez, “herdou” traços da cultura ibérica com sua “flexibilidade” patrimonialista.

Está claramente delineado nos folhetos representados na pesquisa, que popularmente os partidos no Brasil são vistos com pouca credibilidade e que eles geralmente não se constituem em empecilho para os eleitores votarem em candidatos de suas preferências, quando muito os eleitores no processo de escolha para votar, se “prendem” as propostas do candidato escolhido, ou o que ele possa “oferecer” não importando a que sigla partidária ele pertence. Parece ser outra tendência da cultura política brasileira a prática de, além de personalizar os políticos votando neles por diversas razões porém não importando o seu partido. Outro traço da cultura política brasileira consiste na prática de se personalizar o governo enquanto aparelho institucional, passando a nomear o aparelho estatal pelo nome do candidato eleito, como se o governo não fosse uma instituição que está para além daqueles que ocupam o cargo executivo das instâncias municipal, estadual e federal, sendo comum as pessoas nominarem o governo pelo nome do político que provisoriamente ocupa o cargo do executivo.

O voto se tornou um dos principais elementos da política contemporânea, por ser o único meio de democraticamente e diretamente se eleger representantes para gerir os

destinos da coletividade. No Brasil só tornou-se uma realidade para quase todos no século XX. O voto enquanto direito a ser conquistado, as lutas travadas para conquista-lo, os períodos de exceção (ditaduras) onde ele não podia ser praticado, a redemocratização e volta do voto direto, a consciência na hora de votar, as diversas modalidades de voto e a mercantilização do voto e o seu uso como moeda de troca foram os motes que permearam toda a pesquisa, pois como demonstrado através dos folhetos trabalhados quase todos os aspectos da política trabalhados ao longo da pesquisa foram entrecruzados pela questão do voto. Enquanto característica da cultura política brasileira o voto se constitui dentro do que foi apresentado pelos folhetos, em uma arma que o cidadão dispõe para realizar mudanças e promover a causa do bem visando eleger políticos idôneos que representem os interesses coletivos. Os folhetos em sua maioria defendem que os eleitores devam usar de forma racional e ética o direito de votar e são contrários a mercantilização do voto, mas alguns admitem que o cidadão possa utilizá-la como moeda de troca demonstrando assim o empoderamento que o voto possibilita ao eleitor, embora desaconselhem a prática da compra e venda do voto. Percebemos assim refletido nos cordéis com relação a dubiedade discursiva e prática em relação a mercantilização do voto um presente traço característico da polissemia política brasileira que em termos práticos é traduzida e parafraseada pela máxima popular que diz “faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço”, ou seja “todos” em discurso são contra a mercantilização porém em termos práticos as evidências mostram que essa constitui-se ainda em prática corrente na seara da política brasileira.

Porém nem tudo está perdido, pois tem havido uma crescente maturação dos eleitores em relação a escolha do candidato ideal, onde alguns “vendem” o voto para um determinado candidato mas acabam votando em outro candidato que não se utiliza deste subterfúgio e tem pautado sua vida por uma conduta ética. Observamos que por trás de uma aparente e propalada ingenuidade de alguns eleitores diante das relações que envolvem o processo de escolha de candidatos através de seus votos, e dos mecanismos estabelecidos pela justiça eleitoral para coibir crimes eleitorais, a fiscalização imposta até pelos adversários políticos e a pressão exercida de certa forma pelos meios de comunicação, se escondem eleitores cada vez mais exigentes que se utilizam da burla e de artifícios que levam os políticos a sentirem-se acuados como reféns do processo de conquista do voto bem como reverem suas posturas levando-os a perceber que a “compra do voto” se tornou uma armadilha que não lhe garante seu espaço, passando este a viver na intranquilidade das incertezas sendo assim forçados a agir dentro da legalidade ainda que de forma incipiente e que haja ainda sofisticadas práticas de corrupção. O estudo sobre o tema da política tentando representar

algumas características da cultura política a luz da literatura de cordel, está ainda nos prolegômenos e oferece um vasto material de pesquisa, que poderá ser retomado sob vários outros enfoques. A proposta está em aberto e é palpitante..

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Márcia, **Histórias de Cordéis e Folhetos**. Campinas, SP: Mercado das Letras/:Associação de Leitura do Brasil, 1999.
- ALDÉ, Alessandra. **A Construção da Política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2004.
- ALMEIDA, Átila de, e ALVES SOBRINHO, José. **Dicionário Bio-Bibliográfico de Repentistas e Poetas de Bancada**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, vol 1-2, 1978.
- ALMEIDA, Alberto Carlos. **A Cabeça do Brasileiro**. 2ed., São Paulo, Editora Record, 2007.
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 1989 [1963]
- ALMOND, G. **The intellectual history of the civic culture**. In: ALMOND, G.; VERBA, S. (Eds.) *The civic culture revisited*. Boston: Little, Brown and Company, 1980, p. 1-37.
- AMADO, Gilberto. In SENNA, Homero. **Gilberto Amado e o Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1968.
- ALVES SOBRINHO, José. **Cantadores, repentistas e poetas populares**. Campina Grande: Bagagem, 2003.
- ARENDDT, Hannah. **O Que é Política?** 3ª edição. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2002.
- AYALLA, Maria Ignez Novais. **No arranco do grito: aspectos da cantoria nordestina**. São Paulo: Ática, 1988.
- AYALLA, Marcos & AYALLA, Maria Ignez Novais. **Cultura Popular no Brasil**. São Paulo: Ática, 1987.
- BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena**. Coleção Pensamento Político, nº 46, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.
- BAQUERO, M. **Paradigma de Converse: sistemas de crenças e o processo eleitoral em 1982 em Porto Alegre-RS**. Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, v. 13, 1985.
- BARBOSA, Livia. **O Jeitinho Brasileiro: a arte de ser mais igual que os outros**. 2 edição, Rio de Janeiro, Campus, 1992.
- BARREIRA, Irllys (org.) . **Como se fazem eleições no Brasil – estudos antropológicos**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 2002.
- BARREIRA, C. Fraudes e corrupções eleitorais: entre dádivas e contravenções. In: PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, César. (Org). **Política no Brasil: Visões de**

- Antropólogos.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006..
- BARRETO, Lima. **Os Bruzundangas.** São Paulo: DCL, 2005.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento :** o contexto de François Rabelais. Brasília, Hucitec, 1993.
- BATISTA, Sebastião Nunes. **Antologia da Literatura de Cordel.** Natal: Gráfica Manimbu, 1977.
- BAUMAN, Z. **Em busca da política.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BEZERRA, Paulo. **Polifonia:** Brait, Beth (org.). **Bakhtin:** conceitos- chave. São Paulo: Contexto, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001..
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer.** 2. ed. São Paulo: Editora da USP, 1998.
- _____, **A dominação masculina.** Oeiras- Portugal: Celta Editora, 1999.
- BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular:** leituras de operárias. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- CABO eleitoral. In: BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Thesaurus. 6. ed. rev. e ampl. Brasília: Secretaria de Documentação e Informação, 2006. p. 39
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CARVALHO, Murilo. **Basta de corrupção.** In: FIGUEIREDO, Luciano (org.). **História do Brasil para ocupados.** Rio de Janeiro: casa da Palavra, 2013.
- CARNEIRO, Renato. **Ideologia dos poetas populares do Nordeste.** Recife:Mousinho Artefatos de Papel , 1959.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Cinco livros do povo.** 2ª edição. João Pessoa: Editora Universitária\UFPB, 1979.
- _____. **Vaqueiros e cantadores.** São Paulo: Itatiaia, 1984.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes de fazer.** 4ª edição. Petrópolis, Editora Vozes, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre práticas e representações.** 2. Ed. Lisboa, Difel, 2002.
- CHAVES, C.de.A. **Eleições em Buritis: A Pessoa Política.** In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política.** Rio de Janeiro, Contracapa, 1996.

- CODATO, Adriano Nervo. **Elites e instituições no Brasil: uma análise contextual do Estado Novo / Adriano Nervo Codato. - - Campinas, SP :[s. n.], 2008.**
- CRISPINIANO NETO. Lula na Literatura de Cordel. Mossoró, Queima-Bucha, 2008.
- CURRAN, Mark. **História do Brasil em cordel.** 2ª edição. São Paulo:EDUSP, 2003.
- _____. **Retratos do Brasil em cordel.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2011.
- DAMATTA, Roberto. **Fé em Deus e Pé na tábua ou como o trânsito enlouquece no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Rocco 2010.
- _____. **O que é o Brasil?** Rio de Janeiro:, Rocco, 2004.
- DEBORD, Guy. **Comentários sobre a sociedade do espetáculo.** Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **Literatura popular em verso: estudos.** Belo Horizonte, Itatiaia, 1986.
- DISCINI, Norma. **Carnavalização:** In BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: outros conceitos chaves.** São Paulo: Contexto, 2006.
- DÓRIA, Palmério. **Honoráveis bandidos: Um retrato do Brasil na era Sarney.** São Paulo: Geração Editorial, 2009.
- DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de linguística.** 5ª ed. São Paulo: Cultrix, 1995.
- DURKHEIM, Émile. **O suicídio: Estudo de Sociologia.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HELD, Jacqueline. **O imaginário no poder.** São Paulo: Summus, 1980.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro.** 3ª ed. rev. São Paulo, Globo, 2001.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FIGUEIREDO, Luciano (org.). **História do Brasil para Ocupados.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio Janeiro: IUPERJ, 2008.
- FREITAS, M. R. L. **Cidadania e Tutela na Política de Assistência Social: uma análise da cultura política de gestores e usuários na Região Metropolitana de Belo Horizonte.** Tese de Doutorado. UNB. Brasília: 2008.
- GARCIA CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** 4. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- GUARESHI, Pedrinho. **A banalização das política e do político: uma análise ideológica do programa casseta e Planeta.** In: **GUARESHI, Pedrinho ET all. Os construtores da**

informação: meios de comunicação, ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 2000.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas.** Zahar. Rio de Janeiro, 1973.

GEERTZ, Clifford. **Do Ponto de Vista dos Nativos:** a natureza do entendimento antropológico. In: **O Saber Local: Novos Ensaio em Antropologia Interpretativa.** 4º edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição.** 3. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GOLDMAN, Marcio & SANT'ANNA, Ronaldo dos Santos. **Elementos para uma Análise Antropológica do voto.** In: PALMEIRA, Moacir, GOLDMAN, Márcio. **Antropologia, Voto e Representação Política.** Rio de Janeiro, Contracapa. 1996.

GOMES, Laurentino. **1889.** São Paulo: Editora Globo S.A. 2013.

GOMES, Wilson. **A Política de Imagem. In: Transformações da Política na era da comunicação de massa.** São Paulo, Paulus, 2004.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Discurso e mídia:**a cultura do espetáculo. São Carlos: Claruz, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

JÚNIOR QUEIROZ, José. **Memórias sobre Getúlio. Rio de Janeiro: Copac, 1957.**

KUSCHNIR, Karina. **Antropologia da Política.** Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

KUSCHNIR, Karina. **O Cotidiano da Política.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2000.

_____. **Rituais de comensalidade na política. In: Como se fazem Eleições no Brasil – estudos antropológicos.** Rio de Janeiro, Relumê Dumará, 2002. p. 243 a 270.

KUCINSKI, Bernardo. **As Cartas Ácidas da Campanha de Lula de 1998.** Cotia – SP, Ateliê Editorial, 2000.

_____. **Jornalismo e Democracia. In: A síndrome da antena parabólica. Ética no jornalismo brasileiro.** 2ª edição, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. p 105 a 151.

LAMOUNIER, Bolívar. **Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira.** São Paulo, Augurium Editora, 2005

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LESSA, Orígenes. **Getúlio Vargas na literatura de cordel.** Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1973.

_____. **A voz dos poetas – 1ª série.** Rio de Janeiro Fundação Casa de Rui Barbosa, 1984.

- LIMA, Damião de; GURJÃO, Eliete de Queiroz (Orgs.). **Estudando a História da Paraíba: Uma coletânea de textos didáticos**. 3 ed. Campina Grande: EDUEP, 2004
- LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da Política**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- LIMA, Hermes. **Notas a vida brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1945.
- LIMA, Venício. **Cenários de Representação da Política**. In: RUBIM, Antônio Albino canelas. *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador:Edufba, 2004.
- LIMA, Venício A. de. **Os mídia e o cenário de representação da política**. Lua Nova. 1996, n.38, PP. 239-271.
- LIMA, Vanício A. de (org.) *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
- LIPPMANN, Walter. **O mundo exterior e as imagens em nossa mente**. Opinião Pública. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- LUSTOSA, Isabel (org.). **Imprensa humor e caricatura: A questão dos estereótipos culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- LUYTEN, Joseph Maria. **O que é literatura de cordel**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- MAIOR, Mário Souto. **João Martins de Athayde**. São Paulo: Hedra, 2000.
- MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli.. **O Povo Sabe Votar – uma visão antropológica do voto**. Petrópolis, RJ, Vozes. 1998.
- MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia. Uma introdução**, São Paulo: Atlas. 2006, 6ª edição.
- MARLYSE, Meyer. **Autores do cordel: literatura comentada**. São Paulo: Editora Abril, 1980.
- _____. **Redescobrimo o Brasil: a festa na política**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- MAYA, Ivone da Silva Ramos. **O povo de papel: A sátira política na literatura de cordel**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- MELO, José Otávio de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e Resistências**. 11 ed. Editora a União: João Pessoa, 2008.
- MELO, Veríssimo de . **Tancredo Neves na literatura de cordel**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Limitada, 1986.
- MENDONÇA, Kátia. **A Salvação pelo Espetáculo: Mito do Herói e Política no Brasil**. Rio de Janeiro, Topbooks, 2002.
- MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Nordeste Insurgente (1850-1890)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo

Horizonte: Argumentum, 2009.

NETO, Antônio Fausto & VERÓN, Eliseo. Lula Presidente. Televisão e política na campanha eleitoral. São Paulo, Hacker, 2003.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio. Antropologia, Voto e Representação Política. Rio de Janeiro, Contra Capa Livraria, 1996.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jathay. **História & História Cultural**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

PINSKY, Jaime e PINSKY, C. B. **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PROENÇA, Ivan Cavalcanti. **A Ideologia do cordel**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

RODRIGUES, Lima. A História do Presidente Lula em Cordel. Brasília, Charbel, Autêntica, 2005.

RIBEIRO, Renato Janine. A Política como Espetáculo. In: DAGNINO, Evelina (org.). Anos 90 Política e Sociedade no Brasil. São Paulo, Brasiliense, 2004. p. 31 a 48.

RUBIM, Antonio Albino (org.) Eleições Presidenciais em 2002 no Brasil: ensaios sobre Mídia, Cultura e Política. São Paulo, Hacker, 2004.

SALLES, Vicente. **Repente & cordel, literatura popular em versos na Amazônia**. Rio de Janeiro: Funarte Instituto Nacional do Folclore, 1985.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SANTOS, I. M. F. dos. **Memória das vozes: cantoria, romanceiro & cordel**. Prefácio de Armindo Bião. Tradução de Márcia Pinheiro. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2006.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gerárd. **Personagens. In: O Estado Espetáculo**. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

SOARES, Luiz Eduardo. **Os dois corpos do presidente**. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1993.

SOUSA, Liêdo Maranhão de. **Classificação popular da literatura de cordel: em texto integral de 23 folhetos**. Petropolis; Vozes, 1976.

SOUZA, Magna Celi Meira de. **Misticismo e fanatismo na literatura de cordel**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 1998.

TERRA, Ruth Brito Lemos. **Memória de Lutas: Literatura de Folhetos no Nordeste – 1893 – 1930**. São Paulo: Global, 1983.

TORRES, Alberto. **A organização nacional**. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1933.

VIANA, Arievaldo Lima. **Acorda Cordel na sala de aula (Org)**. 2ª edição. Fortaleza: Gráfica Encaixe, 2010.

WOENSEL, Maurice Van. **Simbolismo animal medieval: os bestiários**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001.

ZAVERUCHA, JORGE. **Frágil democracia: Collor, Itamar, FHC e os militares (1990-1998)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ZUMTHOR, P. **Performance, recepção, leitura**. Tradução de Jeruza Pires Ferreira e Suely Fenerich. São Paulo: EDUC, 2000.

FOLHETOS DE REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Manuel d. **Encontro do presidente Tancredo com o presidente Getúlio Vargas no céu**. São Paulo. Editora Luzeiro, 1987.

_____. **A vitória getulista nas eleições de 50**. Aracaju,SE. S.n. 1950.

_____. **Morte do Maior Presidente do Brasil Dr. Getúlio Vargas. S.n.t.**

_____. **O presidente Tancredo a esperança que não morre**. São Paulo: editora Luzeiro ,1985.

_____. **A voz de José Américo “ O salvador nordestino”**. [S.I. n.t., s.d.].

ALVES, Celestino. **Doutor Tancredo Neves: uma vida pela Democracia**. Brasília:Gráfica do Senado federal, 2 edição, 1985.

ALVES, Raul de Carvalho.**O Brasil encontrou a saída? O Brasil inventariado**. [S.l., s.n. s.d.].

ALVES, Francisco Barros. **ABC das eleições diretas**. [S.l., s.n.,s.d.].

AMANCIO, Geraldo. **Vida e morte de Tancredo neves o pai da Nova República**. Juazeiro do Norte: [s.n.], 1985.

AMARAL, Waldemar Castro do. **Os revoltosos do Piauí**. Belém: Editora Guajarina, 1926.

ARNOR, **O cariri é comigo Manoel Gaudêncio deputado estadual**. [S.l.,n.t.], 1986.

ARAÚJO, Enoque. **Povo, Governo e Anistia**. Aracaju: [s.n.], 1979.

ATHAYDE, João Martins.**Homenagem da Musa Sertaneja ao grande Chefe da Nação dr Getúlio Dornelles Vargas e ao Digno Interventor Pernambucano Doutor Agamenon Sérgio Magalhães**. [S. I.], 1938.

BARROS, Leandro Gomes. **As misérias da época**. Recife, [s.n.], 1906.

_____. **Afonso Penna**. Jaboatão: [s.n.], 1906.

_____. **O imposto e a fome**. Recife, [.n.t.], 1909.

_____. **A morte do bicheiro**. Recife: Tipografia do jornal do Recife. 1912

_____. **Panelas que muito mexem**. João Pessoa: Tipografia da popular editora. 1915.

_____ **As promessas do governo.** [S.l., n.t.,s.d.].

_____ **O novo balão.** [S.l.,n.t.] 1912.

_____ **Os coletores da Great Western.** [S.l, s.n.] 1906.

BARRETO, Antônio Carlos. **A mulher que conquistou o coração Brasil.** São Paulo: [s.n], 2010.

BASÍLIO, Manoel. **Vitória de Tancredo e o fim da ditadura.** [S.I.:s.n.], 1985.

BATISTA, Abraão Bezerra. **O industrial fracassado ou o senador caloteiro de Pernambuco.** 2ª ed. Juazeiro do Norte: [s.n.], 1975.

_____, **Olha aí aquilo roxo.** Juazeiro do Norte: [s.n.], 1991.

_____, **A agonia de um povo e a morte de Tancredo Neves.** Juazeiro do Norte-CE, n.t., 1985.

BATISTA, Francisco Chagas. **Resultados da revolução do Recife.** João Pessoa: Tipografia da livraria Gonçalves Penna e Cia. 1912.

BATISTA, Esmeraldo. **Pela paz sem comunismo.** [S.l.,n.t.,19--].

BATISTA, Sebastião Nunes. **Jânio e Lacerda contra o contrabando.** Rio de Janeiro. A Modinha Popular. [19--].

BEZERRA, Gonçalo Gonçalves. **O grande debate de Lula e Collor de mello no improviso ao som da viola.**[S.I.]: Gráfica Lionel, 1989.

BEZERRA NETO, José. **Collor presidente, vice Itamar.**[S.I. : s.n., 19--].

BULE, Bule. **A agonia de Maluf com a vitória de Tancredo.** Salvador- BA, n.t., 1985.

BORGES, José Francisco. **O Brasil está de luto pela morte de Tancredo.** Bezerros, n.t., 1985.

CARVALHO, Isael. **O Lula é o cara de pau.** Petropolis: Bregol, 2009.

_____. **Dando esmola para o povo Lula elegeu a Dilma.**

CARVALHO, José Furtado de. **Brasil, país de contradições.** Fortaleza, 2001.

CAVALCANTI, Rodolfo Coelho. **O dragão do fim da era.** Salvador: n.t., 1975.

_____. **A Volta de Getúlio.**[S.I.:n.t.]. 1950.

COSTA, Martins da. **Os acontecimentos da Parahyba.** Bélem,PA: Editora Guajarina, 1930.

COSTA, Pedro. **Lula de metalúrgico a Presidente.** Teresina, [n.t], 2002.

COSTA, Zacarias Jerônimo da. **O valor da revolução.** Lagoa Seca-PB, [s.n.], 1976.

CUNHA NETO, José. **Saída do presidente Medici e posse do novo presidente Ernesto Geisel.**[S.I., n.t.],1974.

DA SILVA. **Lula x Brizola.** [S.I. :

EVANGELISTA, João Lucas. **Queixa de Satanás do presidente Collor de Mello.** Crateus: Cecordel, [19--].

- EVANGELISTA, Vicente. **Tópicos alusivos a vida ou trajetória política do senhor doutor Ulisses Guimarães, em poesia sextilhadas.** Teresina: Fundação Monsenhor Chaves. 1993.
- _____, **Impeachment do senhor Fernando Collor de Mello, eleito pelo voto direto do Brasil, em 1992.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1993.
- FARIAS, Manoel de. **Muda Brasil Tancredo já.** Fortaleza, (s.i), 1984.
- FRANÇA, Anônio Queiroz de. **Lula um companheiro Presidente do Brasil.** Fortaleza: Tupiniquim, 1ª edição, 2002.
- FEITOSA, João Batista. **De Cabral a Fernandinho via Pc.** 1994.
- FERNANDES, Olegário. A morte de P. C. Farias e da sua namorada. [S.I.,n.t.], 1993.
- FERNANDES, Vescêncio. **“Mudanças Já”.** Fortaleza: Editora Aguiar Júnior, 1985.
- GOMES, Paulo de Tarso Bezerra. **Governado por doutores o Brasil ficou assim.** [S.I., s.n., 198-].
- GONÇALVES, José Roque M. **tem mais partido político que chuchu na parreira.** Rio de Janeiro: Gomes artes Gráficas, 1996.
- GONÇALO, Gonnçalves. **“Campanha vitória e morte do presidente Tancredo Neves”.** Brasília: Gráfica Rondominas, 1985.
- JESUS, Antônio Luís de. **Luís Inácio Lula da Silva: Presidente do Brasil.** [S.I.:n.t.], 2003.
- LAURENTINO, Elino. **O comunismo ao conhecimento do povo, o sétimo Anticristo vem perto.** [S.I., s. n.] 1962..
- LIMA, Francisco Correia. **Não jogue fora esta arma.** [S.I., s. n.], 1996.
- LIMA, Luís Costa. **O martírio de Tancredo.** Picuí: [s.n.], 1985.
- LIMA, Luiz Gonzaga de. **O grande encontro de Tancredo Neves e Tiradentes no céu.** [S.I., n.t.] 1985.
- LIMA, Manoel Basílio. **A história dos sem terra.** [S.I.,n.t.], 1988.
- _____, **Os problemas do Nordeste.** . [S.I., s.n., 198-].
- _____, **Vitória de Tancredo e o fim da ditadura.** . [S.I., s.n., 198-].
- _____, **Os fiscais do presidente.** . [S.I., s.n., 198-].
- LEÃO. Álvaro. **A mulher triunfará: José Américo de Almeida o candidato dos paraibanos para governador da Paraíba.** [S.I., s.n.], 1950.
- LEOBAS, Carolino. **Jânio Quadros vem ai para presidente da República.** São Paulo: J. Bignard & Cia Ltda. 1960.
- LUCENA, Antônio. **O mesmo povo que derrota, elege Lula a Presidente: o Presidente medicamento.** [S.I., n.t.], 2002.
- LUTZEN, Marcos Antônio. **As novas do Brasil Novo e as promessas coloridas.** Campina

Grande: Editora da UFPB, 1990.

MARTINS, Thadeu de Serpa. **A sucessão presidencial**. Belém, PA. Tipografia Guajarina, 1929.

_____. **O levante de São Paulo**. Fortaleza, [n.t.] 1932.

MARTINS, Tadeu de Serpa. **O levante de São Paulo e seu fim a 03 de outubro de 1932**. Belém, Guajarina outubro de 1942.

_____, **O assassinato do dr. João Pessoa**. Belém-PA, Editora Guajarina, 30-07-1930.

MOREIRA, Flávio Poeta F. **O clamor do povo e a eleição Direta Já**. [S.l., s.n. 19--].

MENEZES SOBRINHO. José Saldanha. **O Brasil prometido aos pobres em época de eleição ou os amigos do voto e inimigos dos eleitores**. Natal: Gráfica da UFRN, 1981.

_____. **A discussão de um político da cidade com um velho agricultor**. Natal: [s.n., 19--].

MENDES, L.P. **A eleição e posse do Cacareco**. São Paulo: Prelúdio, 1955.

NASCIMENTO, Varneci Santos. **Perfil do político brasileiro, Guarabira: [n.t.] 2006**.

NORDESTINO, Franklin machado. **O Brasil de luto com a morte do Presidente Dr Tancredo A. Neves**. São Paulo: [s.n.], 1985.

O Diabo do calibre 12 contra o Anjo da Poesia. [S.l.,n.t.], 1990.

PEREIRA SOBRINHO, Manoel. **Getúlio fala ao seu povo**. Campina Grande: [s.n.], 1950.

PEREIRA, Benilson. **BUUMM!!! Do Riocentro a grande (Farsa) brasileira**, Vitória-ES, n.t. 1981.

PESSOA, Sá de João. **Os milagres de São Tancredo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: [s.n.],1987

PINTO, João Gomes. **Política e religião se discute sim senhor**. Rio de Janeiro: [s.n.], s.d.

RANGEL, José de Fontes. **Peleja dos famosos José Américo e Rui Carneiro**. Campina Grande, Tipografia Rocha, s.d..

RESENDE, José Camelo de Melo. **A sucessão presidencial ou o grande combate do partido Conservador com o Liberal**. Rio Tinto: [s.n.], 1929.

RODRIGUES, Jota. **O tijoloço imoral no aposentado vagabundo**. Nova Iguaçu: [s.n.], 1999.

_____. **Os três rios por onde corre o real de seu Cardoso**. [S.l., s.n., s.d.].

_____. **Os feitos de Getúlio Vargas que engrandeceram o Brasil**. Nova Iguaçu: [s.n] 1955.

_____. **O voto aos 16 e o eleitor analfabeto**. Nova Iguaçu: [s.n., 19--].

SANTA HELENA, Raimundo. **Voto nulo pra galope é um pulo**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1988.

_____. **Diretas Jaz na cova de Satanaz**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1984.

_____. **Getúlio Vargas e o Estado Novo**. Rio De Janeiro: [s.n.], 1987.

SANTA MARIA, Manoel. **Peleja de José Sarney com Ulisses Guimarães**. Araruama:[s.n]

1988.

_____. **O pesadelo da casa imprópria.** Araruama: [s.n., 19--].

_____. **A farra dos marajás.** Araruama: [s.n., 19--].

_____. **Brasil terra do nunca Pátria da mentira.** Araruama: [s.n.], 2005

SANTOS, Antônio Teodoro dos. **Jânio Quadros a esperança do Brasil.** São Paulo, editora Prelúdio, 1959.

_____, **Vida, tragédia e morte do presidente Getúlio Vargas.** São Paulo: editora Luzeiro, 1954.

SANTOS, João José dos. **Brasil de ontem e hoje.** [Rio de Janeiro: s.n., 19--].

_____. **CPI, Mensalão e ratos brasileiros.** [S.l., s.n.] 2005.

SANTOS, Apolônio Alves dos. **A prisão decretada e a fuga de PC Farias.** Campina Grande: [s.n.], 1993.

_____, **O ABC da URV ou o real, a nova moeda brasileira.** [S. I., s.n., 19--].

_____, **A renúncia de Collor e a posse de Itamar.** Campina Grande: [s.n., 19--].

_____, **A votação do Impeachment e a saída de Collor.** Campina Grande: [s.n., 19--].

_____. **Uma carta de Tancredo endereçada ao Presidente FHC.** Campina Grande: [s.n., 19--].

_____. **Eleições Diretas Já para um novo Presidente.** Rio de Janeiro: [s.n.], 1984.

_____. **O trágico acidente que causou a morte do deputado Ulysses Guimarães.** Campina Grande, outubro de 1992.

_____, **Palestra de JK com Getúlio Vargas no céu.** Guarabira: Tipografia Pontes, 1976.

_____, **A morte do ex-presidente Juscelino Kubtschek de Oliveira.** Guarabira; Tipografia Pontes, 1976.

SANTOS, Leonardo Rodrigues dos. **A chegada de Marcos Freire no céu com o encontro de Tancredo Neves.** Bezerros, gráfica Borges, 1987.

SENA, Joaquim Batista de. **História da vitória de Tancredo e o fim da ditadura de Maluf e Figueiredo.** [S.I, n.t.], 1985.

SINDEAUX, Jesus Rodrigues. **História de FHC e o apagão.** [S.l., s.n., 200-].

_____. **Suicídio do Presidente.** Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1954.

SILVA, Delarme Monteiro. **A vitória de Cheirosa o bode vereador** [S.I. :s.n., 19--].

SILVA, Gonçalo Ferreira da. **Fernando Henrique Cardoso do exílio ao Planalto.** Rio de Janeiro: [n.t., 19--].

SILVA ,José Arnaldo da. **As memórias de Tenório o homem da capa preta.** Nova Iguaçu,

n.t.,1988.

SILVA, José Bernardo da. **A entrada triunfal de Getúlio Vargas em Recife.** Juazeiro do Norte, CE. Tipografia São Francisco, 1950.

SILVA, João da. **A cisma do matuto com o voto secreto e a urna de botão.** [S.l, s.n.,19--]

SILVA, Manoel Monteiro da. **A vida do padre Cícero político ou padre? Cangaceiro ou santo?** Campina Grande, 2008.

SILVA, Minelvino Francisco. **A carta de Getúlio.** Itabuna. [n.t,s.d.].

_____. **A morte do dr Juscelino e sua chegada no céu.** Itabuna, [n.t.], 1976.

SOARES, José Francisco. **Anistia ampla e a volta de Arraes.** Recife: [s.n.], 1979.

_____. **A bravura de uma mulher:** Cristina Tavares Correia Dep. Federal 299. [S.l., s. n.], 1978.

SOARES, Marcelo Alves. **A gemedeira do povo brasileiro.** Timbaúba-PE: Folhetaria Cordel, 2005.

_____, **Ave Maria do Brasil: As sobras da campanha.** Timbaúba-PE: Folhetaria Cordel, 2005.

_____, **Brasil faz apagão e o povo é quem paga o pato.** Timbaúba-PE: Folhetaria Cordel, 2005.

_____, **Brasil o marco da impunidade.** Timbaúba-PE: Folhetaria Cordel, 2005.

SOBRINHO, Manoel Pereira. **Getúlio fala ao seu povo.** Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1950.

_____. **Suicídio do Presidente.** Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1954.

SOUZA, Israel Fernandes. **História da política paraibana.** Campina Grande. s\d.

SOUZA, José Patrício. **A candidatura de Severino Cabral o pai da pobreza em Campina Grande.** [S.I., n.t., s.d.].

SOUZA, Raimundo Viana. **Presidente Médici uma lembrança para todo o Brasil.** Fortaleza, 5\7\1973.

SOUZA, José Francisco. **Brasil, querido Brasil salve seus governadores.** São Paulo, 1975.

SOUZA, Paulo Texeira. **Cordel pela anistia ampla, geral e irrestrita.** Rio de Janeiro, n.t,1979.

TEIXEIRA, César. **Testamento de Judas.** [S.l.: n.t.], 1994.

TORRES, José Antônio. **Agradecimento dos velhos aposentados ao Presidente da República.** [s.n.], 1978.

VIANA, Arievaldo. **Encontro de FHC com Pedro Álvares Cabral.** Caucaia: gráfica Simões,

1999.

ZÊNIO, Francisco. **Lampião Fantasma de FHC**. [S.l., n.t.], 1988.

_____, **O encontro do presidente Tancredo Neves com Getúlio Vargas**. [S.l., n.t., s.d.].

